

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Guilherme Xavier de Santana

**NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS: uma análise libertária das  
ocupações de escolas**

Rio de Janeiro

2023

Guilherme Xavier de Santana

**NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS: uma análise libertária das ocupações de escolas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a obtenção do título de Doutor em História Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Rio de Janeiro

2023

S974n Santana, Guilherme Xavier de  
NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS: uma análise  
libertária das ocupações de escolas / Guilherme  
Xavier de Santana. -- Rio de Janeiro, 2023.  
212 f.

Orientador: Wallace dos Santos De Moraes.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de História, Programa de  
Pós Graduação em História Comparada, 2023.

1. Teoria libertária. 2. História Comparada. 3.  
Ocupações de escola. 4. Educação. 5. Movimentos  
Sociais. I. De Moraes, Wallace dos Santos, orient.  
II. Tít

GUILHERME XAVIER DE SANTANA

NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS: uma análise libertária das ocupações de escolas.

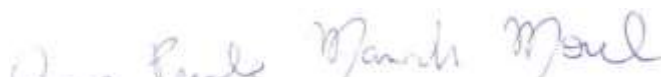
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada no Instituto de História da UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Comparada.

Data da provação: 21 de março de 2023.

### Banca examinadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** WALLACE DOS SANTOS DE MORAES  
Data: 10/07/2023 06:12:33-0300  
Valide em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador(a): Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes (PPGHC-UFRJ)



Prof. Dra. Ana Paula Massadar Morel (PPGE-UFF)

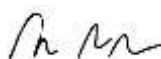
Caroline  
Araújo  
Bordalo

Assinado de forma digital por Caroline Araújo Bordalo  
Dados: 2023.06.27 14:04:27 -03'00'

Prof. Dra. Caroline Araújo Bordalo (CEFET-RJ)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RACHEL AGUIAR ESTEVAM DO CARMO  
Data: 15/11/2022 18:21:36-0300

Prof. Dr. Rachel Aguiar (NEPDH-UFRJ)



Prof. Dr. Rodrigo Rosa da Silva (GPEL-UNESPAR)

### Suplentes

Prof. Dr. Ivanir dos Santos (PPGHC-UFRJ)

Prof. Dr. Selmo Nascimento (Colégio Pedro II)





## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à CAPES por ter proporcionado bolsa de estudo, sem atraso, por todo esse momento de doutorado, o que foi um suporte fundamental nesses mais de quatro anos de dedicação à pesquisa acadêmica.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Doutor Wallace de Moraes, por ter sido uma pessoa extremamente atenciosa, que apostou muito não só em mim, mas em todas as pessoas que orienta. Wallace foi muito mais que um orientador, foi um parceiro e camarada de trincheira para dar dicas preciosas no mundo acadêmico e para além dele também. Dificilmente iria conseguir ter a liberdade de diálogo e construção de saber de maneira tão eficaz, se tivesse outra pessoa me orientando. Máxima admiração e gratidão, Wallace!

À família, em especial minha mãe Silvana, irmã Clarice, sobrinho Daniel e cunhado Luciano. À minha linda e aguerrida companheira de vida, confidente e parceira nas melhores e piores horas, Hannah Cavalcanti, responsável por revisar parte das primeiras versões de trabalhos e rascunhos da tese. Agradeço também à família Cunha e Cavalcanti pelo incentivo e parceria de sempre: Mônica, Rafael, Ramon, Mário e Giovanna.

Às amigas de faculdade que até hoje me acompanham, incentivam e estão na batalha dentro e fora da área acadêmica. Que essa amizade e parceria de quase vinte anos dure até o fim de nossos dias.

Aos colegas de Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL), que depois se tornou Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL), um pouco antes da pandemia, e que se afirmou durante o período de isolamento. O trabalho com o CPDEL foi fantástico e bem diferente de muitos grupos de pesquisa de que tenho conhecimento. De fato, a ideia de apoio mútuo é praticada e passada para quem vai chegando ao Coletivo e isso é fundamental para muitas pessoas se sentirem acolhidas e conseguirem se esforçar para se manter na universidade.

Dentro desse processo, conheci colegas incríveis e queria deixar registrado um abraço e agradecimento, em especial ao camarada Juan Magalhães, que ingressou comigo e me acompanhou o tempo todo, finalizando esse processo de doutoramento junto, como estivemos do início ao fim nessa encruzilhada acadêmica; e agora é do doutorado para vida.

Aos colegas que participaram da banca de qualificação e da defesa, por toda troca de ideias, dicas, enriquecimento intelectual e apoio acadêmico acima de tudo.

Aos companheiros e companheiras de militância da Rede Autônoma de Luta pela Educação (RALÉ), da Associação dos Trabalhadores de Base (ATB) e do pré-vestibular Machado de Assis, além dos demais colegas que se somaram e seguem somando nas lutas do chão da escola, educação popular e movimentos sociais que buscamos construir e dialogar sempre.

Ao Cello pela revisão preliminar nas primeiras versões da tese. A Kátia Motta e Marcos Motta pelo trabalho de revisão detalhista e na reta final de tese. A Silvana Telles pelo formidável trabalho de transcrição das entrevistas com os estudantes. Ao grande amigo Diogo Zarur (vulgo Pinga), que sempre me ajudou nas traduções de resumo para a língua inglesa em artigos, durante toda a tese e na vida acadêmica em geral. Essas tarefas foram imprescindíveis para finalizar este trabalho de doutorado.

Aos estudantes do CIEP 114, do Central do Brasil e das demais escolas do Méier: Paulo Freire, Visconde de Cairu e Antônio Houaiss, que não só me ajudaram na hora da entrevista, como também deram muita força para prosseguir com o trabalho. À professora Flávia, do colégio Central do Brasil, pela disponibilidade de tempo para tentar fontes sobre o colégio.

Também agradeço imensamente a todos os estudantes que conviveram comigo no CIEP 114 nos seis anos - quase sete – em que trabalhei na Baixada Fluminense. Um muito obrigado aos colegas grevistas que cerraram fileira comigo nas escolas e tentaram trabalhar de forma diferente em algum momento, em todo esse tempo rodando escolas em São João de Meriti.

E por fim, a todos os estudantes com quem tive e ainda tenho contato, meu muito obrigado. Gratidão, pois sem vocês nosso ofício de educador não existe e nem acontece, seja na escola pública ou nos trabalhos de base em educação popular. A educação se constrói coletivamente e só assim vamos avançar na construção de outros mundos, diante desse mundo e realidade podres em que vivemos.



“Carregamos um mundo novo dentro de nossos corações.”

Buenaventura Durruti

“A revolução é uma 'situação' que não pode se decretar nem desencadear. Ela pode, em contrapartida, ser preparada. O papel da educação não é retardar esse momento, mas antecipá-lo, ao menos nos espíritos, dando-lhe as garantias do sucesso”

Fernand Pelloutier

Em memória de Arthur Monteiro e toda a juventude de favelas,  
periferias e estudantes do ensino público que vivem e sentem na  
pele o terrorismo de Estado, desde sempre, no seu cotidiano.

## RESUMO

O presente trabalho desenvolve um resgate histórico do processo de ocupações de escola que ocorreram no Chile (2006), São Paulo (2015) e Rio de Janeiro (2016), focando principalmente na conjuntura do último local e em duas escolas estaduais da periferia, no contexto do ano que ocorreu o fenômeno. Nossa análise parte de uma perspectiva da teoria política libertária para entender que os estudantes, apesar de não se intitularem anarquistas, constroem suas lutas se baseando em princípios que recorrem à ação direta, autogestão, redes de apoio mútuo e formação de democracias diretas nos momentos de realização de atividades em geral. Em nossa interpretação, o fenômeno das ocupações de escolas demonstra o quão o pensamento e a prática política libertária seguem se renovando e precisamos ressaltar essas questões no âmbito teórico. Durante a pesquisa, realizamos entrevistas com estudantes, matérias na internet, postagens em redes sociais e uma extensa bibliografia sobre o fenômeno das ocupações de escola, educação, teoria política e história do anarquismo, além de alguns conceitos vindo da história comparada, que também nos serviu de uma ferramenta importante para realizar uma tese que faz uma interseção de áreas das ciências humanas como a Educação, Ciências Sociais, História e Filosofia, para narrar esse importante evento histórico recente de luta que os estudantes secundaristas protagonizaram. Por fim, desenvolvemos como uma das hipóteses centrais do trabalho o conceito de federalismo secundarista no intuito de fundamentar e equacionar teoria e prática política desenvolvida pelos estudantes mobilizados.

**Palavras-chave:** Ocupações de escola. Teoria libertária. História comparada. Ciências Sociais. Educação.



## **ABSTRACT**

The present work develops a historical review of the process of school occupations that occurred in Chile (2006), São Paulo (2015) and Rio de Janeiro (2016), focusing mainly on the conjuncture of the last place and on two state schools in the periphery in the context of the year in which the phenomenon occurred. Our analysis starts from a libertarian political theory perspective to understand that students, despite not calling themselves anarchists, build their struggles based on principles that resort to direct action, self-management, mutual support networks and the formation of direct democracies in the moments of realization of activities in general. In our interpretation, the phenomenon of school occupations demonstrates how libertarian thought and political practice continue to renew itself, and we need to emphasize these issues in the theoretical scope. During the research, we conducted interviews with students, articles on the internet, posts on social networks and an extensive bibliography on the phenomenon of school occupations, education, political theory and the history of anarchism, in addition to some concepts coming from comparative history, which also served us of an important tool to carry out a thesis that makes an intersection of areas of the human sciences such as education, social sciences, history and philosophy to narrate this important recent historical event of struggle that secondary students were protagonists. Finally, we developed as one of the central hypotheses of the work the concept of secondary federalism in order to support and equate political theory and practice developed by the mobilized students.

**Keywords:** School occupations. Libertarian theory. Comparative history. Social sciences. Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Título de matéria da VEJA, escrita por Reinaldo de Azevedo .....	54
<b>Figura 2</b> – Cartaz feito com restos de papelão pelos estudantes na Ocupa 114 .....	85
<b>Figura 3</b> – Estudantes chilenas em um protesto durante a Rebelião dos Pinguins no Chile em 2006 .....	90
<b>Figura 4</b> – Cadeiraço de estudantes protestando em São Paulo durante as ocupações em 2015 .....	102
<b>Figura 5</b> – Barricada no Ocupa Mendes .....	108
<b>Figura 6</b> – Cartaz da Ocupa 114 dando um recado ao chamado movimento Desocupa ....	113
<b>Figura 7</b> – Ocupa SEEDUC .....	115
<b>Figura 8</b> – Cartaz da frente Secundaristas em Luta na Ocupa 114.....	121
<b>Figura 9</b> – Fachada do CIEP 114 .....	127
<b>Figura 10</b> – Cartaz OCUPA 114.....	130
<b>Figura 11</b> – Cadeiraço em São João de Meriti.....	145
<b>Figura 12</b> – Fachada Ocupa Central .....	147
<b>Figura 13</b> – Cartaz do Festival Central do Rock.....	156

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>SOBRE O PARADIGMA ANARQUISTA DE ANÁLISE</b> .....	20
<b>1.1</b>	<b>O CONCEITO DE ANARQUISMO</b> .....	20
<b>1.2</b>	<b>OCUPAÇÕES ENQUANTO AÇÕES DIRETAS: TÁTICA, CONCEITO E HISTÓRIA</b> .....	24
<b>1.3</b>	<b>AUTOGESTÃO E AJUDA MÚTUA</b> .....	30
<b>1.4</b>	<b>AS OCUPAÇÕES ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: A HIPÓTESE DO FEDERALISMO SECUNDARISTA</b> .....	36
<b>1.5</b>	<b>OCUPAÇÕES ESCOLARES: MUITO ALÉM DA EDUCAÇÃO FORMAL</b> ....	43
<b>2</b>	<b>INTERPRETAÇÕES ACERCA DO FENÔMENO DAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS: INVASÕES X OCUPAÇÕES</b> .....	52
<b>2.1</b>	<b>O ARGUMENTO DAS “INVASÕES”</b> .....	52
<b>2.2</b>	<b>NOTAS SOBRE O APOIO ÀS OCUPAÇÕES DE SETORES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LIGADOS À ESQUERDA INSTITUCIONAL</b> .....	57
<b>2.3</b>	<b>A VISÃO DE ORGANIZAÇÕES ANARQUISTAS SOBRE AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS</b> .....	63
<b>2.4</b>	<b>OCUPAÇÃO E INVASÃO DAS ESCOLAS: UMA INTERPRETAÇÃO LIBERTÁRIA</b> .....	68
<b>3</b>	<b>RELAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL</b> .	75
<b>3.1</b>	<b>UM BREVE DEBATE SOBRE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL</b> .....	75
<b>3.2</b>	<b>ESCOLA: INSTITUIÇÃO BUROCRÁTICA E HIERÁRQUICA</b> .....	80
<b>3.3</b>	<b>O ROMPIMENTO DE PARADIGMA DO ESPAÇO ESCOLAR NO PERÍODO DAS OCUPAÇÕES</b> .....	85
<b>4</b>	<b>AS REBELIÕES E OCUPAÇÕES ESTUDANTIS CONTEMPORÂNEAS: SOBRE A CONJUNTURA DE CHILE, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO</b> ....	89

<b>4.1</b>	<b>A REBELIÃO DOS PINGUINS NO CHILE.....</b>	<b>90</b>
<b>4.2</b>	<b>“ACABOU A PAZ, ISSO AQUI VAI VIRAR O CHILE”: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM SÃO PAULO .....</b>	<b>97</b>
<b>4.3</b>	<b>OCUPA TUDO: O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>104</b>
<b>4.4</b>	<b>DO CHILE AO BRASIL: INFLUÊNCIAS, APROXIMAÇÕES TEÓRICAS</b>	
<b>E</b>	<b>COMPARAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÕES DE ESCOLA .....</b>	<b>116</b>
<b>5</b>	<b>NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS .....</b>	<b>125</b>
<b>5.1</b>	<b>OCUPA 114.....</b>	<b>127</b>
<b>5.1.1</b>	<b>ANTECEDENTES.....</b>	<b>127</b>
<b>5.1.2</b>	<b>UMA BREVE CRONOLOGIA DOS FATOS NA OCUPA 114.....</b>	<b>130</b>
<b>5.1.3</b>	<b>AUTOGESTÃO E APOIO MÚTUO NA OCUPA 114.....</b>	<b>142</b>
<b>5.2</b>	<b>OCUPA CENTRAL.....</b>	<b>147</b>
<b>5.2.1</b>	<b>ANTECEDENTES.....</b>	<b>147</b>
<b>5.2.2</b>	<b>UMA BREVE CRONOLOGIA DA OCUPA CENTRAL .....</b>	<b>148</b>
<b>5.2.3</b>	<b>AUTOGESTÃO E AJUDA MÚTUA NA OCUPA CENTRAL .....</b>	<b>158</b>
<b>5.3</b>	<b>SOBRE O FEDERALISMO SECUNDARISTA .....</b>	<b>160</b>
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>170</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>







## APRESENTAÇÃO

Formei-me no curso de Ciências Sociais pela UFRJ em 2010. Faço parte da geração para a qual, sem dúvida nenhuma, o ano de 2013 foi um divisor de águas enquanto acontecimento político que, futuramente, ainda repercutirá em diversas dimensões políticas, sociais e econômicas no país.

Introduzo esta tese declarando que, desde o ano de 2011, atuo em educação popular, dando aulas em pré-vestibulares comunitários e tal prática interferiu diretamente na minha vontade de fazer um mestrado em 2013, visto que já tinha me formado em 2010. Acredito ser importante situar o autor do trabalho para mostrar que não há possível neutralidade em nenhuma escrita acadêmica. As escolhas políticas, de uma forma ou de outra, interferem na produção intelectual e essa consciência faz com que se possa construir autocrítica e maturidade intelectual.

No ano de 2012 fui aprovado no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFRJ (PPGE-UFRJ), iniciando o curso em 2013. E foi exatamente em 2013 que, enquanto mestrando, militante do campo da educação popular e já inserido há uns anos na teoria e prática anarquista, desenvolvi a pesquisa sobre educação popular, educação libertária e movimentos sociais junto ao coletivo em que atuava, o Grupo de Educação Popular (GEP).

Além do início do mestrado, fiz o concurso para professor de Sociologia na rede estadual de educação do Rio de Janeiro. Com a repercussão dos protestos em todo o Brasil, somada à atuação em movimento popular que já existia no plano local antes mesmo das rebeliões de Junho de 2013, aliar o estudo à prática política foi algo que se potencializou nesse período.

No fim do mesmo ano veio a notícia da minha aprovação no concurso da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Assumi o magistério público em 2014, ano em que, logo no início, enfrentamos uma greve unificada da rede estadual com a rede municipal do Rio de Janeiro

Já em 2015 defendo a minha dissertação intitulada “Educação Popular, Educação Libertária e Movimentos Sociais: Um Estudo de Caso sobre o Grupo de Educação Popular (GEP)” trabalho esse que ainda hoje é fundamental nas minhas reflexões, produções acadêmicas e debates públicos.

Além da minha defesa, em 2015, aconteceram as mobilizações estudantis em São Paulo. As ocupações de centenas de escolas estaduais naquele estado foram marcantes nos cenários político e educacional de forma ampla. Como professor de escola pública, a pergunta que sempre vinha à cabeça era: será que tal movimento aconteceria no Rio de Janeiro?

Eis que chega o ano de 2016 e nós, na rede estadual de educação do Rio de Janeiro, enfrentamos outra greve. Foi um movimento que mobilizou a categoria como há décadas não havia acontecido, segundo membros e antigos militantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)<sup>1</sup>.

Junto à greve vem a resposta à pergunta que vinha me fazendo no ano anterior: começaram as diversas ocupações escolares no Rio de Janeiro, sendo que uma das escolas em que trabalhava na época foi uma das mais de 60 unidades escolares em todo o estado a serem mobilizadas pelos estudantes. Estávamos em greve e isso me deu a possibilidade de visitar cerca de 20 escolas na capital do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense (região da escola em que trabalhava no período e que foi ocupada, o CIEP 114 – localizado em São João de Meriti).

Busquei, durante o período das ocupações, não só conhecer as pautas e dialogar com diversos estudantes de diferentes escolas, mas também promovi atividades junto a outros colegas da rede como: rodas de bate-papo, oficinas culturais, “aulões” sobre Sociologia e temas relacionados à política em geral, além de acompanhar nas redes sociais e tentar de maneiras diversas ajudar a divulgar a luta dos estudantes que estava diretamente relacionada as nossas demandas da greve.

Em 2017, pensando em entrar no doutorado, comecei a ter contato com o Professor Doutor Wallace de Moraes da UFRJ. A partir desse convívio fui me inserindo no OTAL-UFRJ (Observatório do Trabalho na América Latina), fiz a seleção para a Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História na UFRJ (PPGHC – IH – UFRJ) e fui aprovado, iniciando o doutorado em 2018. Wallace é coordenador do OTAL, meu orientador, professor e acima de tudo um grande parceiro durante todo esse percurso no doutorado.

---

<sup>1</sup> BRITO, Gisele. Professores do Rio de Janeiro fazem a maior greve da história do Estado. **Brasil de Fato**. São Paulo, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/19/professores-do-rio-de-janeiro-fazem-maior-greve-da-historia-do-estado/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

O objeto de pesquisa foi escolhido ao longo dos pouco mais de quatro anos de doutorado e reuniões de orientações. Dentre tantas justificativas para aprofundar uma pesquisa sobre o fenômeno das ocupações de escolas, acreditamos ser fundamental introduzir de forma histórica o assunto, além de dialogar com a formação acadêmica de quem construiu o trabalho. Com formação em Ciências Sociais e mestrado em Educação, a minha própria história sempre foi e será instrumento essencial para embasamento teórico no campo das ciências humanas em geral.

Portanto, com base na minha experiência enquanto professor da rede estadual básica, que assistiu a muitos dos momentos e acontecimentos políticos em 2016 de perto, me senti preparado para o desafio de analisar e teorizar aquele capítulo da história recente do país.

## INTRODUÇÃO

Procuramos destacar logo de início que as ocupações escolares são exemplos da luta direta sem intermediários, com protagonismo de jovens de periferia ou de baixa renda que reinventaram o espaço escolar, um local historicamente hierárquico, em que a burocracia do Estado afasta estudantes e docentes da participação dos processos decisórios.

Consideramos que nesse fenômeno histórico houve uma quebra nas estruturas formais e outra lógica organizativa, política e social foi implementada pela juventude - que construiu um movimento social próprio - por alguns meses. Utilizaremos referenciais teóricos relacionados ao conceito de movimentos sociais e de federalismo, resgatando princípios da teoria e prática libertária, ligados aos anarquistas clássicos.

O trabalho objetiva tratar de um resgate e uma narrativa histórica a partir de uma comparação entre mobilizações estudantis no período 2016 no Rio de Janeiro. Mas antes iremos fazer também uma análise conjuntural sobre os processos de ocupações de escolas que ocorreram antes, como no Chile em 2006 e em São Paulo em 2015, um ano antes da mobilização em terras fluminense.

Nosso intuito é analisar o contexto que envolve as mobilizações no Rio de Janeiro, buscando entender dinâmicas de ocupações em dois locais diferentes da periferia pelo olhar de estudantes envolvidos.

Outro objetivo nosso é entender como se deram as diferentes dinâmicas de uma escola em São João, uma das únicas escolas ocupadas da cidade e a com mais durabilidade na região da Baixada Fluminense, e dessa rede de escolas que foram ocupadas no Grande Méier, focando nos relatos da ocupação do Colégio Estadual Central do Brasil.

Sobre a justificativa vamos inicialmente falar das duas áreas onde desenvolvemos a pesquisa e as escolas escolhidas. Uma das regiões é a Baixada Fluminense, mais exatamente o município de São João de Meriti e o bairro de Villar dos Teles, onde focamos nossa pesquisa na escola CIEP 114. Já a outra área de abrangência foi no que chamam de Grande Méier, na capital do Estado. Essa região no subúrbio do Rio de Janeiro contempla alguns bairros da Zona Norte da cidade onde praticamente todas as escolas foram ocupadas. Nosso estudo se aprofundou na dinâmica política e histórica da ocupação do Colégio Central do Brasil, que se localiza na região mencionada.

Justificamos as escolhas pelo fato de ter sido professor do CIEP 114 bem no momento da ocupação e ter outros colegas docentes na área do Méier, além de conhecer muitos estudantes dessas escolas e ter acompanhado de perto todo esse movimento. Os estudantes escolhidos serão do Colégio Estadual Central do Brasil (Ocupa Central). Além disso, ambas as escolas tiveram ocupações de longa duração, sendo o CIEP 114 a escola que ficou ocupada por mais tempo na Baixada Fluminense e o Central do Brasil ter sido uma das escolas que mais tempo se mobilizou em todo o estado e a última a desocupar na capital.

A respeito da metodologia aplicada podemos inicialmente dizer que a História Comparada foi uma ferramenta teórica pontual e não o centro do procedimento para realizar a pesquisa. Porém não podemos negar que o método comparativo nos serviu quando fizemos um balanço sobre como eram interpretadas as ocupações (consideradas como invasões ou como ocupações), depois quando analisamos os contextos políticos no Chile, São Paulo e Rio de Janeiro. E ainda mais à frente do trabalho ao discorrer sobre a conjuntura das duas escolas no Rio de Janeiro, em regiões distintas, com cotidianos diferentes, que aconteceram de forma paralela e cuja dinâmica local foi diversa.

Uma referência nesse campo historiográfico é o de José D`Assunção Barros (2014) com sua obra “História Comparada”. Barros destrincha e aponta não só diversos caminhos metodológicos possíveis, como também um pouco de como a História Comparada se tornou um campo à parte na historiografia. Segundo o autor, um estudo que se baseia na História Comparada:

[...] consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais, distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição (BARROS, 2014, p. 143).

Barros (2014) ainda diz que o método da comparação histórica atualmente:

[...] não mais se traduz como um mero gesto intuitivo, mas sim se apresenta como um método que oferece àquele que a utiliza determinadas potencialidades e certos limites, forçando-o antes de mais nada a definir o que pode e o que não pode ser comparado, a refletir sobre as condições em que esta comparação deve se estabelecer, a formular estratégias e modos específicos para a observação mais sistematizada das diferenças e variações,

acrescentando-se ainda a necessária reflexão de que alguns tipos de objetos permitem este ou aquele modo de observação e de análise, e não outro (BARROS, 2014, p. 18).

Logo, podemos dizer que o campo da História Comparada abre espaço para diferentes interpretações e possibilidades de pesquisa desde as mais amplas e antigas, até as mais contemporâneas e em lugares próximos, dentre elas em ambientes menores como vizinhanças, grupos sociais ou étnicos, unidades de trabalho ou realidades difusas que não se concretizavam necessariamente em espacialidades definidas, como práticas culturais distintas, por exemplo (BARROS, 2014, p. 147). Nossa pesquisa se encaixa nesse modelo metodológico, principalmente ao falarmos de escolas num mesmo período e estado, bem como no mesmo contexto histórico-político.

Utilizaremos como fontes principais: bibliografia a respeito de teoria anarquista, de política educacional e sobre as ocupações de escola; dados e postagens das redes sociais das páginas relacionadas às ocupações no período; entrevistas com estudantes que vivenciaram ativamente as mobilizações; informações coletadas diretamente no campo em 2016; filmes sobre o tema; reportagens em geral. Essa junção de elementos fará parte do nosso método de pesquisa.

Nossa metodologia, ao realizar a leitura e após isso citar as postagens em redes sociais e outros materiais em modo virtual, embasa a cronologia e os fatos pormenorizados das ocupações em seus contextos. Fora isso, realizamos seis entrevistas<sup>2</sup> com estudantes do CIEP 114 e Central do Brasil, em novembro do ano de 2021, e outras três de estudantes de escolas do Grande Méier em outubro de 2022. Todas as conversas foram realizadas por meio da plataforma virtual Google Meet ou do aplicativo de troca de mensagens Whatsapp.

Os três ex-estudantes das outras escolas do Grande Méier eram das seguintes unidades escolares: Colégio Estadual Visconde de Cairu (Ocupa Cairu), Colégio Estadual Paulo Freire (Ocupa Paulo Freire) e Colégio Estadual Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão). Escolhemos um estudante de cada uma das últimas três escolas referidas para falar diretamente a respeito de como foi essa construção política de apoio entre as escolas vizinhas em 2016.

---

<sup>2</sup> Todos os nomes citados foram autorizados a serem utilizados pelos referidos estudantes. Os entrevistados/as entenderam, junto a nós que trabalhamos nesta tese, que não existiam trechos que iriam comprometer os e nem colocá-los em situação de risco, politicamente falando.



Justifico as escolhas a partir do perfil dos estudantes entrevistados, enumerando os critérios da seguinte forma: 1) participação ativa durante a maior parte da mobilização nas escolas; 2) paridade: três meninas e três meninos; 3) diversidade racial e de gênero<sup>3</sup>, pois dos nove estudantes que foram entrevistados temos jovens negros/as, pardos/as, brancos/as e público LGBTQIA+<sup>4</sup>; 4) perfil de mobilização sem interferência ou protagonismo de partidos durante a ocupação da escola, bem como ausência de vínculo partidário dos entrevistados, já que seguimos uma linha de interpretação política libertária. Acreditamos que essa foi uma escolha metodológica para sermos fiéis ao pensamento e prática anarquista.

Ainda sobre as entrevistas reforçamos que elas se basearam nas seguintes questões para todos os estudantes: 1) Quais motivos, as pautas e as possíveis influências que vocês tiveram para ocupar a escola?; 2) Quais formas de organização que existiam internamente e durante a ocupação? Como é que os estudantes se organizavam durante o período da ocupação?; 3) como se deram as relações com a comunidade escolar? Ou seja, com a comunidade escolar que inclui: professores, funcionários da escola, estudantes em geral, familiares, vizinhança, direção?; 4) Quais as principais diferenças da dinâmica da escola ocupada e da escola no período letivo normal?; 5) Quais dificuldades encontraram durante o período em que estiveram ocupando a escola?

Fizemos também duas questões específicas a mais para os estudantes do Central do Brasil e as demais escolas ocupadas do Méier: 1) Como foi a ocupação na Metropolitana III pelos estudantes do Central do Brasil?; 2) Como se construiu a relação entre as escolas ocupadas da região do grande Méier?<sup>5</sup>

Essas perguntas balizaram nossas conversas com os estudantes e foram de extrema importância em nossa pesquisa.

Além das entrevistas, fizemos uma análise de relatos que encontramos nas páginas das ocupações, em redes sociais como o Facebook, que seguem ativas e com bastantes informações da época; notícias em sites diversos e matérias de periódicos do período

---

<sup>4</sup> Cabe uma nota reforçando que circulando nas cerca de 20 escolas ocupadas em 2016 no Rio de Janeiro percebi que a maioria das ocupações possuíam um público de meninas e LGBTQIA+ - sigla designada ao público das mais variadas orientações sexuais (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais) na linha de frente de luta e organização das escolas mobilizadas. Cabe um estudo a fundo para investigar essas pautas naquele período de muita riqueza e força política.

<sup>5</sup> Restringimos as entrevistas aos estudantes da Ocupa Tonhão, Ocupa Cairu e Ocupa Paulo Freire para essas duas questões específicas sobre o contexto das ocupações no Méier.

pesquisado (basicamente de formato online); alguns vídeos com depoimentos (existem alguns filmes de curta e longa metragem sobre o assunto); além das produções científicas sobre o tema (artigos acadêmicos e livros).

Vale alertar que procuramos interferir o mínimo possível tanto nos textos retirados da pesquisa via redes sociais quanto nas falas dadas nas entrevistas. Acreditamos que mesmo com alguns erros gramaticais o registro mais fidedigno ao discurso feito sem filtros deixa o nosso trabalho com uma maior credibilidade e reforça o protagonismo das pessoas que atuaram nesse momento histórico de luta.

Documentários como a “Revolta dos Pinguins” no Chile, em 2006, serviram não só para entender o contexto da mobilização estudantil naquele ano, mas fazer paralelos de como isso influenciou mais tarde os estudantes no Brasil e, claro, perceber as diferenças de cada conjuntura.

Reportagens que cobriram as ocupações de São Paulo, sob viés de criminalização do movimento estudantil, foram importantes contrapontos para observar como setores da imprensa e do judiciário sempre estiveram do lado oposto às lutas sociais e no caso das ocupações de escola não foi diferente. Analisamos os campos semânticos dos vocábulos “invasão” e “ocupação” como ponto de partida para interpretar politicamente como esses termos são de fato importantes de se aprofundar num trabalho como o nosso.

E por outro lado buscamos materiais de movimentos do campo da esquerda partidária para observar como os diferentes espectros falaram sobre o fenômeno estudantil e contrapor à criminalização que os outros atores sociais do campo da direita praticaram ao chamar de invasão o protesto secundarista.

No meio de tudo isso, a vasta bibliografia anarquista nos serviu de amparo teórico e político para nos distanciar e analisar de um terceiro ponto que entende a luta estudantil para além das fronteiras das instituições e que vai contra o Estado, suas políticas educacionais e seus mandatários burocratas. Nesse caso, incluindo secretários de educação, representando governos estaduais, até a burocracia escolar local, no caso representada por diretores e outros cargos da hierarquia dos colégios públicos em geral.

Esses elementos construíram nossa metodologia de pesquisa. Nosso esforço foi traçar alguns aspectos que circularam o fenômeno histórico das ocupações de escola e, para isso, todas essas formas de pesquisar foram de fundamental importância.

Encaminhando nosso trabalho, adiantamos que, no primeiro capítulo, faremos uma abordagem teórica a respeito da abordagem da filosofia política anarquista, seus pressupostos e importância na tese; depois trataremos das interpretações sobre o fenômeno das ocupações analisando como diferentes formas de opiniões políticas circularam na internet.

Avaliamos textos como notas políticas em sites oficiais ou redes sociais dos seus signatários, sites de notícias, declaração de personalidades, documentos oficiais de partidos políticos e/ou seus respectivos movimentos sociais do campo estudantil sobre o evento político, dentre outras referências, que citaram ou avaliaram o movimento das ocupações escolares aqui estudado. Também identificamos análises de organizações anarquistas sobre as ocupações em geral, relevantes no sentido de trazer um ponto de vista diferente da esquerda institucional e de entes ou grupos conservadores que criminalizaram os estudantes. Por fim, nessa parte faremos uma análise sob a ótica libertária sobre a dicotomia invasão/ ocupação, trazendo algumas referências clássicas do anarquismo para ressignificar algumas ações políticas que os secundaristas construíram em 2015 e 2016.

Já no terceiro capítulo, nosso foco será realizar uma breve análise política e histórica da inserção da educação pública no Brasil, trazer o debate sobre democracia e plutocracia na política institucional, além de um estudo sobre como a estrutura escolar tradicional se adaptou à prática de democracia direta que os estudantes buscaram construir durante o movimento de ocupações. Também iremos investigar o quanto as experiências das ocupações tiveram contato com os princípios da educação libertária.

No quarto capítulo, iremos introduzir o fenômeno histórico das ocupações de escolas trazendo o panorama geral das ocupações do Chile em 2006 e o contexto como aconteceram as ocupações estudantis em São Paulo, em 2015, e Rio de Janeiro, em 2016.

Finalizando, no quinto e último capítulo colocaremos como foco a investigação sobre os episódios que ocorreram nas ocupações de escola no Rio de Janeiro. Além disso, trataremos com mais detalhes como se desenrolaram as ocupações em regiões diferentes do estado, entrevistando estudantes e visando a dar voz aos secundaristas, dialogando com a conjuntura geral e uma interpretação libertária dos fatos. Será, portanto, nesse capítulo final que desenvolveremos a hipótese de que se constituiu uma espécie de

“federalismo secundarista” nas ocupações escolares; iremos focar nossa análise nas escolas do Grande Méier, subúrbio do Rio de Janeiro, principalmente nessa parte.

Alguns elementos que apontam nesse caminho são a descentralização das ações em virtude das atuações locais, como se as escolas ocupadas fossem “federações organizadas”, junto à ajuda mútua entre estudantes de escolas diferentes (seja em atividades culturais (os chamados “aulões”), em doação de mantimentos, seja em protestos de rua com a participação de estudantes e a população em geral).

Além disso, outra característica que iremos investigar a fim de melhor formular o conceito é a construção de discussões e assembleias para fortalecer a luta de todos os secundaristas e suas pautas unificadas em determinados momentos.

Entendemos que, para trabalhar com o conceito de “federalismo secundarista” de maneira qualificada, teremos de, ao longo da tese, dialogar com noções teóricas fundamentais como autogestão (GALLO, 2007; LENOIR, 2017; DE MORAES, 2018a), ajuda mútua (KROPOTKIN, 2009; DE MORAES, 2016) e a teoria das ruas (DE MORAES, 2018b).

Sigamos para a leitura do trabalho.

## 1 SOBRE O PARADIGMA ANARQUISTA DE ANÁLISE

Ao longo da história, nas instituições acadêmicas e em outros locais, a filosofia política anarquista sempre foi negligenciada. Se formos estabelecer um diálogo com o filósofo Michel Foucault, podemos dizer que a teoria anarquista ao longo do tempo pode ser encaixada no que o autor chama de “saberes sujeitados”.

Segundo o pensador francês, saberes sujeitados são:

[...] toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (FOUCAULT, 2016 p. 8).

Nesse sentido, iremos apresentar o capítulo teórico e metodológico a partir de algumas ideias do que podemos interpretar como o conceito de anarquismo - suas práticas e princípios ao longo da história - ainda presente na agenda de diversas lutas que buscam uma ruptura com o sistema capitalista e com as instituições do Estado.

Segundo Gallo (2007):

O Anarquismo é contrário a todo e qualquer poder institucionalizado, contra qualquer autoridade e hierarquização e qualquer forma de associação assim constituída. Para os anarquistas a gestão da sociedade deve ser direta e fruto dela própria.

Para os anarquistas, é inconcebível que uma luta política pela emancipação dos trabalhadores e pela construção de uma sociedade libertária possa se restringir a uma ou a algumas dessas unidades geopolíticas às quais chamamos de países” (GALLO, 2007, p. 21).

Vamos utilizar também autores e militantes clássicos – Proudhon, Bakunin, Malatesta, Kropotkin, Emma Goldman, Lucy Parsons, etc. – e do pensamento anarquista e libertário contemporâneo em geral como, por exemplo, David Graeber, Wallace de Moraes, Noam Chomsky, Silvio Gallo, dentre tantos e tantas intelectuais que ainda contribuem para a reflexão política nesse campo de análise social e político.

### 1.1 O CONCEITO DE ANARQUISMO

Entendemos que, para fazer uma análise sobre o fenômeno das ocupações de escola pelo viés libertário, precisamos, mesmo que de forma breve e introdutória, conceituar para leitores e leitoras alguns dos princípios teóricos, suas ideias basilares que são fundamentais para compreender o que seria a teoria e a prática libertária, seja na história ou nos movimentos contemporâneos como o das ocupações.

Para começar o debate entre intelectuais deste campo do conhecimento, segundo o anarquista italiano Errico Malatesta (1853-1932):

O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte do sofrimento humano não é consequência inevitável das leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas, ao contrário, que deriva de realidades sociais dependentes da vontade humana e que podem ser eliminados pelo esforço humano, abria-se então o caminho que deveria conduzir ao anarquismo (MALATESTA, 2009, p. 4).

Já para Pierre Joseph Proudhon - outro autor e militante clássico da teoria libertária e considerado um dos primeiros anarquistas da história – a anarquia seria:

Uma forma de governo ou constituição, na qual a consciência pública ou privada, formada pelo desenvolvimento da ciência e do direito, é por si só suficiente para a manutenção da ordem e para a garantia de todas as liberdades (PROUDHON apud CODELLO, 2007, p. 93).

Podemos afirmar que a teoria e a prática anarquista antes de tudo busca romper com todas as formas de autoridade e hierarquias institucionalizadas, em todos os níveis políticos e sociais. Veremos que os estudantes ao ocuparem suas escolas romperam alguns paradigmas, dentre eles o das hierarquias institucionais e burocráticas, durante o período letivo.

Além disso, o anarquismo seria a única corrente política e filosófica que busca aprofundar, não só na teoria, mas principalmente na prática, a questão da liberdade e igualdade como princípios centrais. Nesse sentido, vale citar Mikhail Bakunin (1814-1876) – que também é considerado um dos fundadores do anarquismo – ao destacar a questão da liberdade quando diz que:

O direito à liberdade, sem os meios de realizá-la, é apenas uma quimera. E amamos muito a liberdade para nos contentarmos com sua fantasia, não é verdade? Nós desejamos sua realidade. Mas o que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e a plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos (BAKUNIN, 2008, p. 73).

Bakunin ainda reforça o caráter do ser humano livre, de forma peculiar e totalmente diferente do individualismo liberal, ao mostrar que “a liberdade dos indivíduos não é absolutamente um fato individual, é um fato, um produto coletivo. Nenhum homem poderia ser livre fora e sem concurso de toda a sociedade humana” (BAKUNIN, 2008, p. 74).

Piotr Kropotkin (1842-1921), outro militante e intelectual anarquista histórico, traz aqui um jogo de palavras entre ordem e desordem para alimentar e reforçar o quão importante e fundamental é ressignificar e legitimar a palavra anarquia ao longo do tempo. Em seu livro “Palavras de um revoltado” (2005) o autor faz essa análise social a partir da oposição citada acima da seguinte forma:

[...] a ordem é a miséria, a fome, tornadas estado normal da sociedade [...] A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos [...] é o operário reduzido ao estado de máquina. [...] A ordem é uma minoria ínfima, educada nas cátedras governamentais, que se impõe por esta razão à maioria, e que prepara seus filhos mais tarde para ocupar as mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios, pela astúcia, pela corrupção, pela força, pelo massacre. E a desordem – o que eles chamam de desordem?

[...] É a revolta do pensamento às vésperas das revoluções; é a derrubada das hipóteses sancionadas pela imobilidade dos séculos precedentes; é a eclosão de todo um fluxo de novas ideias, de invenções audaciosas, é a solução dos problemas da ciência.

[...] A desordem – o que eles denominam desordem – são as épocas durante as quais gerações inteiras mantêm uma luta incessante e se sacrificam para preparar uma existência melhor para a humanidade, livrando-a das servidões do passado. São as épocas durante as quais o gênio popular toma seu livre impulso e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de escravidão antiga, de ser rastejante, aviltado na miséria.

A desordem é a eclosão das mais belas paixões e das maiores dedicações, é a epopeia do supremo amor pela humanidade!

A palavra anarquia, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (KROPOTKIN, 2005, p. 88-89).

Essa questão de ordem e desordem também se conecta com a mobilização estudantil quando entendemos o protesto da juventude por uma escola pública mais

democrática ,contra os desmandos de políticas locais a respeito da Educação. Quem está a favor da ordem e da desordem nesse caso: os estudantes ou quem os criminaliza por estar invadindo a escola em que eles próprios estudam? É necessário, a partir do ponto de vista de Kropotkin, problematizar esse aspecto politicamente. Faremos isso ao longo do trabalho.

Emma Goldman (1869-1940), clássica militante, sindicalista e intelectual, anarquista nascida no leste europeu e radicada nos Estados Unidos, ao reforçar o conceito e o papel do anarquismo mostra que:

O anarquismo defende a ação direta, o desafio aberto e a resistência à todas leis e restrições econômicas, sociais e morais. Mas desafio e resistência são ilegais. Aqui reside a salvação do homem. Tudo que é ilegal reclama integridade, autoconfiança e coragem. Em suma, exige espíritos livres e independentes, exige “homens que são homens e que possuem ossos em suas costelas”. (GOLDMAN, 2011, p. 75 apud AVELINO, 2019, p. 129).

A sindicalista e anarquista estadunidense Lucy Parsons (1853-1942) discorre da seguinte forma sobre o papel e o objetivo da militância libertária:

O que nós, anarquistas, lutamos é por uma maior oportunidade de desenvolver as unidades na sociedade, que a humanidade possa ter o direito, como ser sensato, a desenvolver aquilo que é mais amplo, mais nobre, mais elevado e melhor; uma oportunidade que não seja invalidada por nenhuma autoridade centralizada, na qual devemos esperar que se firmem, se selem, se aprovelem e se transfiram permissões antes que possamos embarcar aos ativos propósitos da vida com nossos semelhantes (PARSONS, [2016?], p. 12).

Florentino de Carvalho (1883-1947), espanhol radicado no Brasil, outro militante e sindicalista, produziu reflexões interessantes que coincidem com os clássicos anarquistas citados. Na visão de Carvalho, o anarquismo é considerado uma: “[...] doutrina de ação não como ideia elaborada fora da realidade social, acima da vida ativa do povo. Uma força combativa, uma potência criadora tendente a um fim concreto e determinado. A realização de uma sociedade libertária” (CARVALHO, 2010, p. 134).

Diversos teóricos também chamam o anarquismo de socialismo libertário, dentre eles o próprio Mikhail Bakunin. Outro autor que considera o anarquismo uma vertente do socialismo é o intelectual contemporâneo estadunidense, Noam Chomsky. O pensador, ao falar de forma resumida sobre qual seria o papel dos anarquistas, ao longo da história e atualmente, disserta:



O anarquista coerente, portanto, deve ser um socialista, mas um socialista de um tipo particular. Ele não se oporá somente ao trabalho alienado e especializado e buscará a apropriação do capital por todo o corpo de trabalhadores, mas irá também insistir para que essa apropriação seja direta, não exercida por alguma força da elite agindo em nome do proletariado” (CHOMSKY, 2011, p. 28).

Essa primeira parte foi somente para estabelecer um pouco do histórico do que seria o ideal anarquista a partir de diversos autores e autores militantes, conectando com o nosso objeto de estudo de forma pontual. A seguir aprofundaremos como os princípios e táticas de atuação dos estudantes nas ocupações são debatidas teoricamente ao longo da história, buscando sempre uma interpretação da realidade e não impondo uma teoria para que o cotidiano siga esses postulados.

## **1.2 OCUPAÇÕES ENQUANTO AÇÕES DIRETAS: TÁTICA, CONCEITO E HISTÓRIA**

Iniciamos relacionando ao conceito a prática de ação direta através de exemplos históricos. É importante esclarecer, neste início do trabalho, que as ocupações de escolas não inauguraram nem inventaram nenhuma forma de luta. No entanto, os secundaristas renovaram ações políticas importantes que foram usadas na conquista de direitos de diferentes movimentos sociais ao longo do tempo.

Primeiramente, estabelecemos que ação direta se trata de um conceito e de práticas que, ao longo da história, não são exclusivas de quem reivindica a política anarquista, mas têm relação intrínseca com quem constrói tal filosofia política no cotidiano. Nosso intuito é elencar algumas referências teóricas que embasam o conceito e relacioná-lo à prática em fatos históricos que demonstram não serem as ocupações escolares um fato isolado, enquanto modo de agir e reivindicar direitos politicamente.

Vamos falar brevemente sobre o surgimento do termo ação direta na história. Segundo Silva:

O conceito de ação direta apareceu por escrito pela primeira vez no Congresso de Amiens (1906): “a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato”. O termo, no entanto, já era usado no contexto do movimento sindicalista francês na década de 1890, resumindo-se a “ação industrial”, como “greves, boicotes e sabotagens” (SILVA, P., 2018, p. 193).

Em 1912 a militante anarquista e sindicalista estadunidense Voltairine De Cleyre (1866-1912) escreveu um panfleto, extremamente divulgado, chamado “Ação direta”. Nesse escrito a ativista diz que:

Todas as experiências de cooperação são essencialmente ação direta. Todo indivíduo que em sua vida teve uma diferença com qualquer outra pessoa, e diretamente procurou outras pessoas para envolvê-las na luta, através de um plano pacífico ou não, colocou a ação direta em prática [...]  
Estas ações geralmente não são levadas a efeito simplesmente por causa de argumentos de um ou de outro, ou em função de leis, mas é a resposta espontânea daqueles que estão oprimidos por uma situação. Em outras palavras, todas as pessoas acreditam, quase sempre, no princípio da ação direta e a praticam (DE CLEYRE, [2013?], p. 2).

Já o anarquista argentino Eduardo Colombo (1929-2018) em seu texto “O sentido da ação direta” também enriquece nossa argumentação teórica sobre o tema ao dizer que:

A ação direta está enraizada profundamente no solo da ajuda mútua. A solidariedade é a base da organização operária; é coletivamente que os explorados podem se libertar e, ao unir suas forças, acabam por impor aos poderosos suas reivindicações: uma sociedade livre e justa, a abolição do salário, o nivelamento das hierarquias e das fortunas (COLOMBO, 2015, p. 1).

No Brasil alguns intelectuais na contemporaneidade também fizeram estudos sobre a noção teórica e prática de ação direta. Silvio Gallo (2007) em sua obra “Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação” observa que:

A ação direta anarquista traduz-se principalmente nas atividades de propagandas e educação, destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surja em cada um dos indivíduos. Pode-se dizer que a principal fonte da ação direta foi o da propaganda, através dos jornais e revistas, assim como da literatura e do teatro (GALLO, 2007, p. 21).

De Moraes (2018a) ainda sobre a mesma temática diz que:

Os libertários defendem a ação direta como meio de melhorar as condições de vida da humanidade, isto é, a auto-organização dos trabalhadores, homens e mulheres, em uma palavra, dos governados, que juntos devem lutar pela libertação total e pela construção de um mundo novo, a verdadeira emancipação social, sem intermediação alheia (DE MORAES, 2018a, p. 35).

Além disso, é preciso, neste momento, resgatar o método e tática da ocupação como recurso político em diferentes contextos históricos, tais como as ocupações de fábricas na virada do século XIX para o XX, que lutavam por direitos e condições de trabalho dignas. Tivemos também os soviets no processo da Revolução Russa, anteriores à formação dos bolcheviques em 1917; as ocupações de prédios, estabelecimentos, de locais públicos ou privados que estavam abandonados, durante a Guerra Civil Espanhola na região da Catalunha; as ocupações em universidades e fábricas na França ao longo do período conhecido como Maio de 1968; as ações diretas no episódio político chamado de Ação Global dos Povos; as ocupações que se tornaram referências revolucionárias contemporâneas na região de Chiapas no México pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a Comuna de Oaxaca também no México (2006)<sup>6</sup> e a Revolução Curda<sup>7</sup> - que está em curso e se baseia no Confederalismo Democrático<sup>8</sup> - as quais também podemos considerar ação direta em seu conjunto na região.

Também podemos mencionar, aqui no Brasil, as ocupações de fábricas durante greves gerais e as escolas operárias nas primeiras décadas do século XX. Mais recentemente temos como exemplos as ocupações sem-teto na luta por moradia e contra a especulação imobiliária nos centros urbanos brasileiros; as ocupações sem-terra contra o latifúndio e as recentes ocupações de praças públicas. Essas últimas, por sua vez, ocorreram, desde a Primavera Árabe (2010), em diversos locais do mundo: em alguns países da região do norte da África, em regiões vizinhas na Europa e Ásia e nos Estados Unidos, onde a ocupação da Praça de Wall Street (2011) foi a que teve mais destaque ante a de várias outras praças no país. É importante citar também o Movimento dos Indignados na Espanha (2011).

---

<sup>6</sup> Em 2006, um levante popular de massa varreu o estado sulista de Oaxaca, no México, estimulando centenas de milhares de participantes na região circundante e retirando o poder do estado da capital e de dezenas de outros municípios. Por quase seis meses, não havia polícia na cidade de Oaxaca e a paisagem urbana foi transformada por cerca de 3.000 barricadas. Cf. PELLER, Barucha. Auto-reprodução e a comuna de Oaxaca. *El Coyote*, [s. l.], 19 mar. 2017. Disponível em: <http://elcoyote.org/auto-reproducao-e-a-comuna-de-oaxaca/> Acesso em: 18 mar. 2022 .

<sup>7</sup> Revolução social iniciada no norte da Síria, na região de Rojava, nos escombros da guerra civil e da expulsão do Estado Islâmico, colocará essa ideia em movimento no seu sentido pleno, mas a sociedade curda vem construindo tais instituições como alternativa à repressão dos Estados-nação desde a década de 1990.

<sup>8</sup> Administração política não estatal [...] flexível, multicultural, antimonopolista e orientado pelo consenso. A ecologia e o feminismo são pilares centrais. ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016. p. 27.

E como último e ilustrativo exemplo, também no Brasil, houve ocupações em praças como a da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro e outras ocupações ao longo do ciclo de manifestações entre 2013 e 2014, não só na capital fluminense, mas em outros locais do país.

Sobre a tática de ocupações, Castells (2017) reforça que:

Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito do uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade na qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915 (na origem da política de habitação pública na Grã-Bretanha), começaram como boicotes aos aluguéis contra a especulação na área de moradia. O controle do espaço simboliza o espaço da vida das pessoas (CASTELLS, 2017, p. 25).

Assim, entendemos que o conceito e a prática da ação direta ampliam não só o momento do agir coletivo e político, mas contam também com a construção e ressignificação política do local no qual a pauta é mobilizada em determinado tempo histórico.

Aprofundando o debate sobre os vários movimentos de ocupação que aconteceram no mundo recentemente, vale a contextualização de Peschanski:

A crítica dos “ocupas” é especialmente apropriada num contexto global em que a taxa de desemprego é crescente e a parcela da população economicamente vulnerável aumenta: de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a taxa global de desemprego atingiu níveis recordes nos últimos três anos. As “ocupas” pelo mundo, em particular os de Wall Street, Nova York, onde os protestos começaram em setembro e chegaram a reunir 15 mil pessoas, definem-se como a “mobilização dos 99%”, isto é, a parcela da população negativamente afetada pela desigualdade econômica (PERCHANSKI, 2012, p. 28).

Dentre autores que aprofundaram a investigação das recentes mobilizações, temos como referenciais teóricos Manuel Castells (2017) que, em seu livro “Redes de indignação e esperança”, volta o olhar para os movimentos que aconteceram desde a Primavera Árabe até os ocorridos na Europa e Estados Unidos; o antropólogo David Graeber (2015, 2013), com a obra “Um projeto de democracia”, na qual analisa e faz uma narrativa sobre o movimento Occupy Wall Street, no Estados Unidos, e a já citada obra “O Anarquismo no século 21 e outros ensaios”; Wallace de Moraes (2018b) que em seus

trabalhos propõe a implementação de uma narrativa anarquista do ano de 2013 no Brasil e acrescenta importantes saberes para a contextualização teórica e prática das ações diretas.

Manuel Castells (2017) faz uma descrição interessante a respeito dos movimentos que ocorreram na Tunísia, no Egito e no contexto da chamada Primavera Árabe (entre 2011 e 2012). O autor também descreve a “Revolução das Panelas” na Islândia (entre 2008 e 2009), o Movimento dos Indignados na Espanha, o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos; além de citar mobilizações que aconteceram em 2013, no Brasil, Chile, México e Turquia.

O uso dos novos meios de comunicação e a questão da falta de representatividade da política institucional são dois dos principais fios condutores que o cientista social espanhol traça em comum a todos os movimentos citados anteriormente, classificando-os como “Redes de Esperança e Indignação” (o título do livro).

Castells se utiliza de um conceito importante chamado contrapoder, como veremos abaixo:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder, construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede e autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS; 2017, p. 24).

Essas mobilizações que o intelectual espanhol descreve em sua obra são exemplos de novas formas de intervenção dos movimentos sociais que não ficaram apenas nas redes, pois aconteceram ocupações de praças públicas, ações contra os poderes constituídos, construção de formas de fazer política que transcendem a política institucional, dentre outros fatores. Logo, a noção prática e teórica de ação direta dialoga com esses eventos históricos recentes.

O Occupy Wall Street foi brilhantemente narrado por Graeber (2015). O antropólogo constrói o antes, durante e depois do evento que ocorreu em Nova Iorque no ano de 2011, além de aprofundar a história da democracia nos Estados Unidos e o conceito político de democracia propriamente dito.

Dentre tantas experiências abordadas pelo autor na obra “Um projeto de democracia”, a própria ocupação e construção do Occupy são exemplos de ação direta. Além disso, Graeber será fundamental ao analisar as ocupações escolares, no sentido de refletirmos a respeito de conceitos e práticas políticas na construção de consenso nos movimentos sociais que pautam a democracia direta, do papel que anarquistas desempenharam ao longo da história e da própria ampliação do conceito de democracia para além do senso comum e dos autores clássicos da ciência política (GRAEBER, 2015).

Para debater a conjuntura de 2013 no Brasil – com um foco maior no Rio de Janeiro – e as ações diretas promovidas nesse período, a obra “2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre”, de Wallace de Moraes (2018b), será central para resgatar fatos, contextos e ações que moldaram o acontecimento político mais importante das últimas décadas no Brasil.

Algumas ocupações aconteceram nesse período no Estado do Rio de Janeiro, como por exemplo, a da Câmara dos Vereadores da capital, entre 9 e 21 de agosto, e a da Câmara dos Vereadores de Niterói, entre 8 e 24 de agosto (DE MORAES, 2018b).

Em 2013, realizaram-se também ocupações na frente da residência do Governador Sérgio Cabral (Ocupa Cabral)<sup>9</sup> e em frente ao terreno em que foi instalado o campo de golfe (Ocupa Golfe)<sup>10</sup> para as Olimpíadas de 2016, numa área de proteção ambiental, também na capital fluminense.

Assim, entendemos que as ações diretas realizadas nas ocupações escolares no Chile (2006), São Paulo (2015) e Rio de Janeiro (2016) fazem parte de um histórico de lutas e táticas que vão além da intermediação da política institucional, pois apresentam pontos em comum e precisam ser historicizadas a fim de não serem esquecidas. Ainda mais as ocupações estudantis em escolas públicas – falando dos casos no Brasil em particular neste momento – influenciaram outras ações em universidades e movimentos sociais em geral, após o feito dos secundaristas.

Nas palavras de De Moraes:

---

<sup>9</sup> BORGES, Helena. No fim das contas, o “Ocupa Cabral” tinha razão: Ativistas do movimento contra o ex-governador falam sobre a condenação de Sérgio Cabral a 45 anos de prisão por formação de cartel, fraude e desvio de verba. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 22 set. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>10</sup> GGN – Grupo Gente Nova. Sem dialogar, prefeito do Rio prefere expulsar os ativistas do “Ocupa Golfe”. **Jornal GGN**, [s. l.], 18 dez. 2014. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/sem-dialogar-prefeito-do-rio-prefere-expulsar-dos-ativistas-do-ocupa-golfe/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

[...] podemos elencar as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016 como parte de um movimento de contestação das estruturas existentes na sociedade, que teve muita influência de 2013. No IFCS<sup>11</sup>, por exemplo, os estudantes conseguiram um feito histórico ao ocuparem o prédio e exigirem o restaurante universitário. Depois de muita ação direta e negociação, a luta foi vitoriosa e, até a publicação desse livro, o “bandejão” estava em pleno funcionamento, possibilitando a centenas de estudantes um alimento que lhes permitiria cumprir mais horas de estudo e convivência na Universidade (DE MORAES, 2018b p. 328).

Afirmamos que todos os exemplos ao longo da história que enquadrados como ações diretas, tanto conceitualmente quanto na prática, ressignificaram o espaço no qual reivindicaram suas pautas, seja nas fábricas, nas praças públicas, em prédios, na zona rural ou ainda em universidades e escolas.

### 1.3 AUTOGESTÃO E AJUDA MÚTUA

Dois dos conceitos e princípios a serem trabalhados ao interpretarmos o fenômeno histórico e político das ocupações serão autogestão e ajuda mútua. Nessa parte do capítulo teórico-metodológico iremos destrinchar os antecedentes dos postulados de teorias mencionadas e sua relação com a prática dos estudantes.

Começamos pelo conceito de autogestão que, embora apresente variadas interpretações teóricas, estas acabam coadunando princípios que não diferem tanto da prática política de grupos e coletivos que reivindicam ser libertários ou anarquistas ou atuam como tal.

Na obra “Autogestão pedagógica e educação popular: a contribuição dos anarquistas”, o pensador Hugues Lenoir (2017) revela que “o termo autogestão surge nos anos 1950 na Iugoslávia, portanto, em servo-croata, e nos dicionários de francês dos anos 1960” (LENOIR, 2017, p. 54).

René Berthier (2002), outro intelectual e historiador anarquista, no livro “Autogestão e Anarquismo”, entende que autogestão significa:

[...] antes de tudo o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são,

---

<sup>11</sup>Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro e congrega os cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História.

de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarco-sindicalistas; ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política (BERTHIER, 2002, p. 61-62).

Outro autor contemporâneo que trabalha e conceitua a noção de autogestão em referência às práticas anarquistas é Glauco Bruce Rodrigues que, em seu artigo, descreve a respeito da Barcelona no período da guerra civil espanhola. No texto, Rodrigues (2012) mostra que:

O conceito de autogestão pode ser refletido a partir do que alguns autores do campo libertário que observaram empiricamente e interpretaram o pressuposto político, teórico e prático como uma forma de auto-organização que possui a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias regras e possui a liberdade para alterá-las sempre que o coletivo julgar necessário, sem atribuir tais construções de leis e regras a estruturas como Deus, o Partido ou o Estado (RODRIGUES, 2012, p. 264).

Ainda sobre o assunto, Cornelius Castoriadis discorre que:

A autogestão implica a igualdade de todos os salários, rendimentos etc. Por outro lado, a autogestão desmoronar-se-ia rapidamente por dentro se se tratasse apenas de “autogerir” o amontoado de excrementos existente. A autogestão não poderia afirmar-se e desenvolver-se se não provocasse, de imediato, uma transformação consciente da tecnologia existente – da tecnologia instituída – para adaptá-las às necessidades, às aspirações, às vontades dos homens, tanto como produtores quanto como consumidores. [...] Pode-se, se se quiser, chamar a autogestão de auto-organização; mas auto-organização de *quê*? A auto-organização é também auto-organização das *condições* (herdadas social e historicamente) nas quais ela se desenrola. E estas condições, condições instituídas, englobam tudo: as máquinas, as ferramentas, os instrumentos de trabalho, mas também os seus produtos; o seu meio, mas também, sobretudo, evidentemente, os indivíduos presentes e futuros, os seres humanos, sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo – sua *paidéia*. Autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a auto-instituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade (CASTORIADIS, 1979, p.20-21).

Já Wallace de Moraes, ao buscar estabelecer um paradigma anarquista de análise, interpretando e comparando a história política de Brasil e Venezuela ao longo do século XX, entende que:



[...] os anarquistas acreditam no autogoverno ou autogestão. Se partimos da premissa segundo a qual devemos ser governados, logo entendemos que não temos capacidade de autogoverno. Com esta assertiva, está todo o fundamento da autoridade e da tutela contra a qual os anarquistas lutam. Toda forma de governo será sempre uma imposição de uns sobre outros, atentando contra a liberdade dos governados. Mesmo que o governo tenha boas intenções, ele sempre se sustentará na miragem de que os governados são incapazes de autogovernar-se e/ou necessitam de controle.

No sentido oposto, os anarquistas defendem a livre associação entre os indivíduos para gerirem o produto de seu trabalho e todas as demais questões da sociedade em comunas livres, sem patrão, Estado, ou qualquer forma de opressão. Eles devem constituir-se pela livre associação entre os indivíduos. Ou seja, as pessoas escolhem aquelas com as quais querem associar-se e criar ou manter algum tipo de produção para a sociedade. A junção de diversas comunas comporá a federação. O anarquismo defende os fundamentos do federalismo como forma de organização social. Ademais, o preceito da autodeterminação dos povos é fundamental para a teoria anarquista e viabiliza a superação do capitalismo e suas formas de opressão (DE MORAES, 2018a, p. 34).

Sobre a autogestão no campo da História da Educação, vale mencionar ainda, como referência teórica e política, o russo Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940), que foi um dos principais idealizadores do modelo de educação nos primeiros anos da União Soviética. Pistrak, junto a Anton Makarenko (1888-1939) e outros pedagogos e intelectuais, construiu o que ficou conhecido como o sistema público de ensino, vinculado ao projeto de sociedade socialista.

Na apresentação do livro “Fundamentos da Escola do Trabalho” (2011) – escrito originalmente em 1924 –, segundo Caldart (2011), a maior contribuição de Pistrak:

[...] foi ter compreendido que para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade (CALDART, 2011, p. 8).

Sendo assim, o foco desta tese será também investigar o movimento estudantil independente, apartidário, autônomo e sua configuração diante das táticas de ocupações.

Verificamos e investigamos também os mecanismos de organização política que os estudantes foram estabelecendo nas escolas ocupadas. Tais mecanismos se basearam na autogestão e auto-organização, ferramentas que fortalecem a democracia direta e decisões coletivas como assembleias internas para debater os rumos das ocupações em cada escola.

A partir desse arranjo político, a contribuição teórica do pedagogo russo é central. Quando se trata de assembleias estudantis e sua importância no fortalecimento da autogestão, recorremos a Pistrak que declara:

[...] A assembleia geral é a expressão mais alta do coletivo infantil, não podendo ser acusada nem de subjetivismo, nem de parcialidade na solução de determinada questão. As discussões da assembleia geral das crianças educam e desenvolvem o sentimento coletivo, elevam a consciência das crianças num alto nível, e não “desagregam os ambientes infantis”. Tudo o que pode assumir uma influência negativa no sistema de justiça infantil, assume um caráter saudável na discussão da assembleia geral das crianças. As resoluções são coletivas, e não resoluções ditadas por circunstâncias acidentais (PISTRAK, 2011, p. 153).

Ainda tratando da organização dos estudantes, Pistrak reforça que:

Um dos objetivos da organização é quebrar a autoridade absoluta do chefe, baseada na força, substituindo-a pela autoridade do coletivo, encarregado de criar sua vida e sua própria organização. As experiências desse tipo, de acordo com os resultados obtidos em alguns meses, superam, em certos casos, todas as expectativas. O coletivo é tão unido que, por exemplo, não há necessidade de fechar com chave o almoxarifado (anteriormente, cada fugitivo, sem exceção, levava um travesseiro e um cobertor para vender); os casos de fuga quase não se verificam mais (às vezes, entretanto, o chefe deposto não pode se conter) (PISTRAK, 2011, p. 159).

Já em relação ao conceito de auto-organização, suas formas de distribuição de tarefas e o funcionamento da autogestão na escola, a contribuição do intelectual russo é percebida na seguinte passagem:

[...] sob o nome de auto-organização, compreendemos muitas outras manifestações da atividade independente das crianças em todos os campos possíveis da vida escolar. A execução de uma reunião, de uma festa, de uma excursão mais ou menos longínqua, a entrada dos calouros na escola, uma exposição dos trabalhos escolares etc., podem ser realizadas fora dos limites da organização autônoma ordinária, exigindo a criação de organismos, comissões e grupos temporários etc., que são dissolvidos quando terminarem a tarefa (PISTRAK, 2011, p. 169).

Uma organização coletiva autônoma, que visa a mecanismos de autogestão e auto-organização ao construir o espaço político, tomada de decisões sem representantes formais e institucionalizados, de forma direta por quem participa do cotidiano e é afetado por tais deliberações, se aproxima do que podemos chamar de democracia direta.

Ao longo da tese daremos atenção à conjuntura que levou às formas de organização construídas pelos estudantes em escolas no Chile, São Paulo e Rio de Janeiro, durante o período das ocupações, para demonstrar o quanto a democracia direta foi um artifício importante, promovido pelos secundaristas.

David Graeber (2013), em sua obra “O Anarquismo no século 21 e outros ensaios”, ao narrar as diversas mobilizações que ocorreram na virada do século XX para o século XXI, com foco no que ficou conhecido como “Ação Global dos Povos”<sup>12</sup>, reforça o quanto a democracia direta apresenta um DNA comum com movimentos sociais recentes aqui e no mundo, no que tange a reivindicações por direitos e ações políticas. As ocupações estudantis se inserem nesse contexto.

Graeber aponta haver um legado que vai além dos exemplos ocidentais que tradicionalmente estamos acostumados a estudar no âmbito acadêmico. O antropólogo estadunidense recorre a exemplos de tribos indígenas de diferentes locais da América, povos africanos e nativos de outras localidades, na história, para analisar as formas de democracia que inspiram algumas práticas políticas dos recentes movimentos antiglobalização e reivindicatórios pelo mundo, nas últimas décadas. Já em “Um projeto de democracia” o autor faz isso com alusão ao Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, por exemplo.

Dessas experiências o autor enfatiza:

O resultado é uma rica e crescente coleção de instrumentos organizacionais – conselhos de porta-vozes, grupos de afinidade, ferramentas de facilitação, subgrupos, aquários, moções de preocupação, observadores e assim por diante -, todos visando a criar formas de processo democrático que permitam que iniciativas venham de baixo e atinjam a máxima solidariedade efetiva, sem sufocar as vozes dissonantes, gerar posições de liderança ou impelir alguém a fazer algo com que não concordou livremente (GRAEBER, 2013, p. 68).

---

<sup>12</sup>Rede que convocou os primeiros dias planetários de ação como o J18 e o N30 – este, a chamada original para os protestos contra as reuniões da OMC em Seattle em 1999. E a AGP por sua vez deve suas origens ao famoso Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que ocorreu com a lama da selva à altura dos joelhos na estação chuvosa de Chiapas, em agosto de 1996, e foi iniciado, como afirma o Subcomandante Marcos, “por todos os rebeldes do mundo”. GRAEBER, David. **O Anarquismo no século 21 e outros ensaios**. Tradução: Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013. E-book. Disponível em: <https://coisapreta.noblogs.org/files/2017/01/anarquismo-no-seculo-21-David-Graeber.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022. p. 59.

Portanto, estudar as ocupações escolares, com protagonismo da juventude sem vínculos partidários e a partir da perspectiva anarquista de análise, é ressaltar o conhecimento que Foucault (2016) chamou de “saberes sujeitados”, além de consolidar o desenvolvimento de uma “teoria das ruas”, como De Moraes (2018b) afirma em sua obra, e entender uma gama de movimentos que buscaram construir suas lutas por meio da auto-organização. Nas palavras do autor:

Uma teoria das ruas deve estar comprometida com os sinais emitidos por elas, problematizando-os, tentando decifrá-los. Diferente de outras perspectivas que almejam tutelar os governados, dizendo-lhes o que deveriam ter feito ou devem fazer; nós queremos entender seus sinais, que também são os nossos, pois somos parte desse povo. A primeira perspectiva parte de um plano pré-estabelecido; a nossa, ao contrário, deve aprender junto e construir coletivamente o novo mundo (DE MORAES, 2018b, p. 99).

Dialogando com o conceito de teoria das ruas, acreditamos ser importante trazer as reflexões da intelectual Judith Butler (2018) que, em sua obra “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”, analisa elementos que compuseram a atmosfera dos movimentos de rua e ocupações de espaços públicos na contemporaneidade, como a Primavera Árabe – que será mencionada mais à frente - e o Occupy Wall Street, que já foi citado como exemplo.

Butler (2018) em sua análise traz à tona a importância dos corpos que participam da construção de assembleias populares e de outras formas de fazer política no cotidiano, interpretando que suas dinâmicas políticas muitas vezes são realizadas de maneira performática – a política como performance.

Entendemos que o objeto de estudo desta tese se utilizará dessas duas teorias para interpretar o fenômeno das ocupações: a “teoria das ruas”, proposta por Moraes em sua análise, além da teoria elaborada por Butler que disserta sobre os corpos que estão nas ruas, construindo assembleias populares e movimentos que rompem com a política institucional de forma geral.

Ajuda mútua também será outro conceito utilizado na nossa análise ao longo da tese. O postulado trabalhado pelo geógrafo Piotr Kropotkin será fundamental. O autor revela que a ajuda mútua “é o fundamento necessário da vida cotidiana”. Kropotkin mostra em sua obra que, ao longo da trajetória humana, esse apoio foi central para

fortalecer os laços entre as camadas mais baixas e oprimidas na sociedade (KROPOTKIN, 2009).

Como o princípio da ajuda mútua pode ser relacionado à experiência de uma ocupação estudantil? Qual relação podemos estabelecer desse fortalecimento da ajuda mútua estudantil nesses contextos e outros exemplos de lutas autônomas na história contemporânea? São perguntas que iremos responder com detalhes no decorrer do trabalho.

Ainda sobre o conceito de ajuda mútua, de acordo com De Moraes (2016):

Kropotkin, ao fazer a defesa da ajuda mútua, amparado nos estudos antropológicos, fica habilitado para sustentar o comunismo-anarquista, caracterizado pela solidariedade e pelo livre entendimento das pessoas, sem a necessidade de uma instituição que contenha seus sentidos utilitaristas (DE MORAES, 2016, p. 117).

Assim, acreditamos que o conceito de ajuda mútua apresenta reflexões que nos levam às práticas, no que tange aos diversos movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil e secundarista que ocupou as escolas. A solidariedade, como aspecto de fortalecimento da luta por direitos e busca por emancipação na trajetória e desenvolvimento da humanidade, é fator de evolução, segundo Kropotkin.

Atualizando e contextualizando o conceito com fatos históricos na contemporaneidade, vale citar exemplos em diversos locais do mundo que reforçam a ajuda mútua na prática. Graeber (2013) mostra algumas dessas iniciativas ao redor do mundo no trecho abaixo:

Aqueles que desejam subverter o sistema já aprenderam, pela amarga experiência, que não podemos depositar nossa fé no Estado. Ao contrário, a última década viu o desenvolvimento de milhares de formas de associação de ajuda mútua, a maioria das quais sequer chegou ao radar da mídia global. Elas variam de minúsculas cooperativas e associações a amplos experimentos anticapitalistas, arquipélagos de fábricas ocupadas no Paraguai e na Argentina ou as plantações de chá e peixarias auto-organizadas na Índia, institutos autônomos na Coreia, comunidades insurgentes inteiras em Chiapas ou na Bolívia, associações de camponeses sem-terra, ocupações urbanas e alianças de bairro que brotam em praticamente qualquer lugar onde o poder estatal e o capital global pareçam estar temporariamente olhando para o outro lado. Elas podem não ter unidade ideológica quase nenhuma e muitas sequer têm consciência da existência das outras, mas todas são marcadas por um desejo comum de romper com a lógica do capital. E, em muitos lugares, estão começando a se combinar. “Economias solidárias” existem em todos os continentes, em pelo menos oitenta países diferentes. Estamos no momento em

que é possível começar a perceber maneiras de esses grupos se entrelaçarem em nível mundial, gerando novas formas de bens comuns planetários para a criação de uma genuína civilização insurgente (GRAEBER, 2013, p. 41).

E para finalizar nossas observações sobre ajuda mútua no período recente da história, o crescimento do pensamento libertário e a participação dos anarquistas em tais eventos, damos voz à fundamental reflexão de Lucien Van Der Walt:

A ampla tradição anarquista tem recebido mais atenção nos últimos anos graças ao papel proeminente dos anarquistas no movimento “antiglobalização”, ao ressurgimento de correntes sindicais expressivas que incluem os “comitês de base” (COBAS) espanhóis e italianos, à expansão global de grupos e publicações anarquistas, à visibilidade dos anarquistas e dos sindicalistas em luta que vão do Brasil à Grécia e do Egito à Grã-Bretanha, ao conhecimento dos “Black Blocs”, ao papel dos anarquistas no Occupy Wall Street, ao impacto do anarquismo em outros movimentos, marcadamente no Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) em Rojava, na Síria, e à crise de outras correntes da esquerda (VAN DER WALT, 2016, p. 81-82).

Entendemos que todos esses saberes e práticas têm o intuito de alavancar táticas e alternativas potentes na luta por direitos e por outra lógica de escola, menos autoritária e com mais diálogo entre as pessoas que a frequentam.

#### **1.4 AS OCUPAÇÕES ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: A HIPÓTESE DO FEDERALISMO SECUNDARISTA**

De acordo com Gohn, “um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. A autora destaca ainda que o termo movimento social, enquanto produção teórica, surgiu com Herbert Blumer em 1939 (GOHN, 2014).

De lá para cá, diversas abordagens sobre o assunto foram tratadas, correntes teóricas diferentes se debruçaram sobre o tema e esmiuçaram a categoria “movimentos sociais”. Maria da Glória Gohn (2014) retrata que as divergências e mudanças de análises sobre os movimentos sociais sempre tiveram relação direta com a conjuntura social global (ou local), fenômenos políticos, avanços e retrocessos de algumas pautas, dependendo do período, dentre outros aspectos.

Sobre as últimas décadas Gohn mostra que:

No final do século XX e início deste milênio, o tema dos movimentos sociais retoma um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do movimento antiglobalização, de uma nova perspectiva: como movimento global que rompe barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional.

[...] As categorias de análise se alternam: redes sociais passam a ter, para vários pesquisadores, um papel até mais importante do que o movimento social. Mas eles as redefinem para redes de mobilização social. A questão da emancipação social persiste, mas restrita a alguns teóricos e não mais sob o crivo exclusivo da abordagem marxista. Território passa a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas é uma nova concepção de território – distante da geografia tradicional que a confundia com o espaço físico (GOHN, 2014, p. 43-44).

Bringel (2009) ao incluir o movimento estudantil na agenda acadêmica e dialogando com os demais movimentos sociais, teoriza da seguinte forma a questão:

Os movimentos estudantis, da mesma forma que os das mulheres, camponeses, indígenas, urbanos e outros, são movimentos sociais. Essa afirmação que poderia parecer óbvia tem profundas implicações teóricas e, apesar de algumas exceções destacadas adiante, dista muito do trato que os movimentos estudantis receberam (e recebem), na maioria das análises, sobre os movimentos sociais. Sua aceitação dependerá fundamentalmente do conceito de movimentos sociais utilizado. No caso das lutas estudantis no Brasil, o termo “movimento” tem sido extensamente utilizado e escassamente debatido, em razão de seu uso num sentido laxo e ampliado, empregado há várias décadas, de forma quase imediata, quando um grupo de estudantes se mobiliza (BRINGEL, 2009, p. 100).

O autor ainda sobre o assunto reforça:

[...] as lutas, reivindicações e ações coletivas dos estudantes, somente se traduzem em um movimento estudantil quando articulam uma série de elementos mínimos: definição de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática a interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; caráter não institucional; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva, mesmo que incipiente (BRINGEL, 2009, p. 102).

Além disso, dentro desse espectro de interpretações teóricas sobre o tema, acreditamos que o conceito de “Novos Movimentos Sociais” de Boaventura de Souza Santos nos traz uma reflexão pertinente, quando relacionado ao presente trabalho. O cientista social português define:

A ideia da obrigação política horizontal entre os cidadãos e a ideia da participação e da solidariedade, que se concretizam na formulação da vontade

geral, são as únicas ideias que verdadeiramente podem fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva baseada na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e mesmo do pessoal, abre um imenso campo para o exercício da cidadania e, ao mesmo tempo revela as limitações da cidadania de extração liberal e também da cidadania social, restritas ao âmbito do estado e do político por ele constituído” (SANTOS, 2005, p. 184).

Para ajudar no debate acerca da categoria de novos movimentos sociais podemos trazer também a contribuição de Luiz Vicente Vieira (2004) com sua obra “Os Movimentos Sociais e o Espaço Autônomo do ‘Político’”, pois o autor diz que essas manifestações recentes têm buscado “formas alternativas de participação política” para além das limitações do sistema partidário (VIEIRA, 2004, p. 328).

Ademais, Vieira relaciona tais características com a tradição libertária e construção de autonomia política de forma coletiva. No trecho a seguir o intelectual expõe que:

Na nova cultura política que estes novos atores sociais passam a exercer existe, inegavelmente, o resgate de valores de origem na tradição do anarquismo como a livre organização, autogestão, democracia de base, direito à diversidade, bem como o respeito a individualidade quanto às identidades locais e regionais, da mesma forma que procuram associar a liberdade individual à liberdade coletiva (cf. SCHERER-WARREN, 1987, 40). Além disso, “seus projetos e demandas se baseiam não numa posição contratual coletiva em relação a bens ou mercados de trabalho, como foi o caso, por exemplo, dos partidos e movimentos de classe tradicionais” (OFFE, 1984, 367). Ao contrário, ainda segundo Claus Offe, a característica comum de sua organização e prática política encontra-se em “um certo sentido de identidade coletiva”, assim como eles não reivindicam uma representação, objetivando a melhoria ou proteção de seus status no mercado, porém a sua autonomia (cf. OFFE, 1984, 368) (VIEIRA, 2004, p. 330).

A partir das reflexões expostas, podemos afirmar que as ocupações escolares fazem parte de um movimento social que é o estudantil. Este, ao longo do tempo, construiu pautas heterogêneas e específicas, apresentou questões que convergiram como, por exemplo, o perfil de ativistas e militantes que construíram mobilizações em um período comum contra medidas e políticas executadas por governos locais, se articularam em prol de um modelo educacional menos excludente, mais participativo para a juventude secundarista participante da ocupação do espaço da escola, nos estados da federação de que nos ocupamos na pesquisa.



A respeito do movimento de ocupações estudantis – com foco em São Paulo neste exemplo – Gohn ressalta:

No novo ciclo de mobilizações pela educação, tanto no caso das ocupações de escolas públicas em 2015 como no caso das ETCs em 2016, uma característica de Junho de 2013 se repete: a falta de mediadores e a ausência de lideranças, ainda que haja uma organização e divisão interna de tarefas, apenas alguns estudantes têm a atribuição de se comunicar com a imprensa, dar entrevistas etc. O elemento comum se chama: movimento autonomista. Devem ser incluídos entre os novíssimos movimentos pela forma de agir, inovações que trazem o uso intensivo das redes sociais para toda organização, embora os princípios ideológicos sejam antigos (GOHN, 2019, p. 49).

Vale também mencionar e situar nesse contexto e debate conceitual a noção de “novíssimos movimentos sociais” que avança na análise dos “novos” movimentos sociais e contextualiza as lutas contemporâneas. O trabalho de Santiago (2016) aprofunda o tema e demonstra o seguinte:

A principal característica, portanto, dos “novíssimos” movimentos sociais a ser trabalhada é o uso da internet e a ocupação do espaço urbano. A interligação e a comunicação sem a presença da mídia e com a instabilidade que as redes sociais permitem, potencializou as bandeiras e a força dos protestos. Nesse sentido, aliás, Manuel Castells salienta que as “redes sociais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir” (SANTIAGO, 2016, p. 41).

Além de buscar reforçar teoricamente o caráter de movimento social das ocupações escolares, entendemos que a forma de organização e atuação dos estudantes nos remete ao exemplo clássico da noção de federalismo, apontada por diversos autores anarquistas como um princípio básico, quando buscam relacioná-lo às organizações de movimentos de trabalhadores e sociais em geral.

A ideia de federalismo é trabalhada por alguns autores clássicos anarquistas ao longo da história. O primeiro a teorizar o conceito, a partir da prática política na qual a classe trabalhadora já se organizava, foi Proudhon. Na apresentação da obra do autor “Do princípio federativo”, Trindade (2001) observa:

O federalismo como uma técnica permitindo respeitar a pluralidade e, conseqüentemente, a livre iniciativa dos grupos sociais e suas liberdades. Mais exatamente, o pluralismo é essencial à realidade social desalienada: o federalismo não é uma técnica preferível, suscetível de trazer mais bem-estar

ou liberdade aos produtores, ele é a expressão da realidade social (TRINDADE, 2001, p. 14).

De acordo com Proudhon, a ordem política, para se estabelecer, necessita de dois princípios fundamentais: autoridade e liberdade, sendo que o primeiro é iniciador e o segundo é determinante. A autoridade supõe uma liberdade que a reconheça e a liberdade, no sentido político do termo, supõe uma autoridade que lide e construa com ela. O princípio do federalismo demanda que esses elementos dialoguem na prática política e a partir daí se efetivem. Nesse sentido, o anarquista francês nos mostra que o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e ainda diz que suas principais características são restringir a autoridade central, legitimando a liberdade maior dos envolvidos em geral, fortalecendo as relações diretas e políticas por territórios (PROUDHON, 2001).

Proudhon, com o federalismo, busca apresentar um método no qual se descentralizam e ao mesmo tempo potencializam as lutas sociais, contrariando a lógica de centralização existente nos estados e em demais filosofias políticas que De Moraes (2018a) chama de Estadolátricas<sup>13</sup>.

Ainda sobre Proudhon, Alves (2018) mostra que, para o pensador e militante francês do século XIX, o federalismo na prática aconteceria da seguinte forma:

[...] substitui-se a centralização dos poderes incrustrados em um Estado ou governo, pelas associações entre indivíduos, proprietários, comunas, bairros, cidades etc. de baixo para cima. Trata-se de um ordenamento que visa suprimir ao máximo a necessidade de açambarcadores, atravessadores, enfim, terceiros. A federação seria uma resposta à unicidade da sociedade e multiplicidade dos indivíduos e grupos (ALVES, 2018).

Berthier, por sua vez, define:

---

<sup>13</sup>[...] “Nossa concepção de Estadolatria é absolutamente diferente da utilizada pelo pensamento ultraliberal, que defendem o Estado mínimo, exclusivamente, para garantir a propriedade, o patrimônio e o lucro dos proprietários. Essa concepção não aponta para o fim do Estado, mas, apenas, para um direcionamento de suas funções, com vistas a garantir o pleno funcionamento da economia capitalista, sem possibilidade de qualquer papel mais generoso para os governados. Assim, só o pensamento anarquista pode estabelecer a crítica ao Estado, enquanto instituição de coerção, de controle, de autoridade, que atenta contra a liberdade dos governados, opondo-se, frontalmente, à tradição da Estadolatria. Nos nossos termos, essa categoria funciona como uma camisa de força, que obsta reflexões teóricas para além da conformação coercitiva, centralizadora, e de superação da dicotomia entre governantes e governados. O oposto à Estadolatria é, portanto, o autogoverno, ou autogestão, em todos os sentidos da vida” (DE MORAES, 2018a, p. 38-39).

O federalismo é aos olhos de Proudhon um sistema de organização funcional e racional cujo objetivo é evitar os inconvenientes da centralização política e aqueles da atomização: ele não parte de pressupostos ideológicos, mas cola na realidade da existência das populações organizadas. A sociedade é um conjunto vivo, complexo e movente. As contradições que a atravessam são a condição de sua existência: “distinguir-se, definir-se, é existir; do mesmo modo que confundir-se e absorver-se, é perder-se (BERTHIER, 2016, p. 17).

E depois ainda mostra, a partir do paradigma proudhoninano, que:

[...] o federalismo é um modo de organização no qual cada instância constitutiva do organograma é autônoma no que diz respeito às questões que a concernem diretamente, e que delega, por intermédio de um ou vários representantes designados, uma parcela de sua soberania nas instâncias superiores do organograma para as questões que ultrapassam o campo de intervenção. Não há, portanto, nem captação de todo o poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo) (BERTHIER, 2016, p. 31-32).

Berthier (2016) prossegue, em sua obra “Do federalismo”, apontando e caracterizando como é desenvolvido o conceito e a prática do federalismo por outros autores clássicos do anarquismo. Segundo o intelectual francês, o militante e pensador russo Kropotkin:

[...] descreve menos um sistema federativo do que uma espécie de união de associações em laço permanente entre si, fazendo-se e desfazendo-se ao sabor das circunstâncias. É difícil imaginar a organização de uma rede ferroviária eficaz (isto é, em particular pontual) sem uma extrema centralização. O mesmo raciocínio vale sem dúvida para outros setores concernindo aos serviços públicos. [...] De um ponto de vista libertário, a questão dos serviços públicos – conceito inexistente na época de Proudhon, Bakunin e Kropotkin – coloca-se simultaneamente em termos de orientação e organização. A “autogestão” da saúde pública, das ferrovias, do correio etc., empresa por empresa não é concebível senão para os problemas ligados à organização do trabalho em cada estabelecimento. É, por sinal, perfeitamente conforme ao espírito do federalismo (BERTHIER, 2016, p. 46-47).

Berthier também aprofunda a interpretação que Bakunin tem da prática federalista em relação à luta da classe trabalhadora no século XIX. Nas palavras do autor francês: “segundo Bakunin, é por meio da luta cotidiana que o proletariado se constitui em classe, e por isso o modo de organização dos trabalhadores deve conformar-se a essa necessidade” (BERTHIER, 2016, p. 59).

Depois Berthier, ainda à luz do filósofo e militante russo, define que as estruturas organizativas de luta por direitos em geral,<sup>14</sup> no sistema capitalista, se constroem de forma vertical (no sentido produtivo) e horizontal (relacionado a decisões), ambos sendo impostos, de forma hierárquica institucionalmente e independentes (cada instância possui sua dinâmica sem ter uma comunicação necessariamente).

No federalismo que Bakunin propõe, essas estruturas atuam de maneira complementar, em que cada nível é autônomo no âmbito das atribuições existindo contrapesos ao açambarcamento do poder pelo centro e garantias contra quaisquer movimentos que queiram exercer posições centralizadoras, pautando sempre o princípio da solidariedade das partes ao todo - e de baixo para cima. Esses mecanismos tiram do centro a “autoridade” e estendem ao todo as responsabilidades de decisões políticas (BERTHIER, 2016, p. 80).

Já Carvalho, ao se contrapor ao centralismo<sup>15</sup>, diz que o federalismo tem como princípio fundamental a liberdade integral do indivíduo e a valorização da coletividade, respeitando os costumes e as tradições dos povos (CARVALHO, 2010, p. 143).

As ocupações estudantis serviram de exemplo para entendermos o quão a prática federalista está na ordem do dia na luta dos movimentos sociais. Os estudantes construíram as lutas a partir de seus colégios, respeitando a autonomia e demanda particular de cada unidade escolar. A organização do movimento de ocupações respeitou a autogestão construída na prática e, quando havia fóruns de encontro ou atividades entre os estudantes de escolas diferentes, as pautas dos secundaristas em geral eram debatidas de forma horizontal. Por isso, percebemos uma aproximação com o federalismo e a consequente negação ao centralismo como prática política<sup>16</sup>.

Ainda sobre o assunto, o trabalho de Brito (2018) intitulado “Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego”: Ocupações secundaristas e movimento estudantil” faz uma aproximação da prática federalista com as ocupações de escola em São Paulo. A autora diz que o conceito:

---

<sup>14</sup>Bakunin reforça o caráter de classe em seus escritos, mas vamos estender em nossa interpretação às lutas que envolvem os movimentos sociais em geral e suas pautas.

<sup>15</sup>Expressão máxima do princípio de autoridade organizada pelo Estado. CARVALHO, Florentino de. **Anarquismo e Anarquia**. [S. l.]: Imprensa Marginal, 2010. p. 140.

<sup>16</sup>Houve um rechaço enorme às entidades estudantis partidárias em ambos os locais estudados. Vamos desenvolver ao longo da tese esse tema.

Fundamenta-se na ideia de proteção e colaboração mútua entre diferentes unidades organizativas locais, conservando sua soberania e liberdade de atuação e organização.

O federalismo, em sua concepção original, é considerado como base da igualdade política, pois se opõe à centralização do poder e garante a efetiva participação política das massas organizadas nos organismos de gestão da sociedade. É um modelo político que visa evitar a reabsorção da organização social pelo Estado, tal como ocorre ordinariamente com a institucionalização da organização estudantil (no caso, as entidades partidárias). Ao garantir a unidade a partir da liberdade e a soberania das agrupações locais em relação aos órgãos centrais, o federalismo político propõe a subversão e a eliminação da razão de Estado na vida política coletiva (BRITO, 2018, p. 149-150).

Portanto, nossa hipótese do federalismo secundarista será desenvolvida mais adiante na tese, tomando como base ideias que se relacionam com a noção de movimento social ligado aos estudantes, além de dialogar com o conceito clássico de federalismo iniciado por Proudhon no século XIX, mas adaptado à realidade tanto do contexto atual quanto ao imaginário social dos estudantes enquanto sujeitos de suas ações e construções políticas coletivas. Por fim nossa hipótese conceitual dialogará com a questão do fazer político autonomista que desde sempre dialogou com os anarquistas, ao longo da história, e ao analisar a mobilização estudantil não será diferente, como veremos.

## **1.5 OCUPAÇÕES ESCOLARES: MUITO ALÉM DA EDUCAÇÃO FORMAL**

Após discorrer sobre algumas referências conceituais, contextualizando teoria e prática relacionadas ao movimento de ocupações, iremos travar um diálogo que acreditamos ser fundamental na análise: incluir a tradição da pedagogia libertária como um fator a mais na nossa investigação. Além disso, vamos trazer importantes intelectuais que trataram a questão da educação como instrumento emancipatório e não apenas formal ou ligada à tradição de normas escolares que temos, seja no ensino público, seja no privado.

Podemos afirmar que existe um legado que a pedagogia libertária trouxe do século XIX até hoje. Tal herança se relaciona com uma prática educacional que visa à emancipação do ser humano para além da sociedade capitalista e suas opressões cotidianas, sejam elas em relação às questões de classe, gênero, raça, dentre outras disputas, lutas sociais e políticas que perpassam os últimos séculos.

Dito isso, avançamos para os referenciais teóricos no campo da pedagogia libertária. Começamos mencionando uma das experiências mais importantes do século XX: a Escola Moderna de Barcelona, que teve à frente o pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia<sup>17</sup>. A Escola Moderna criou um modelo político-pedagógico de escolas que se espalhou pela Europa, América Latina, inclusive no Brasil. Portanto, uma série de experiências se influenciou pelo racionalismo<sup>18</sup> do autor catalão.

O trabalho de Ferrer y Guardia não era apenas com seus estudantes em um espaço restrito à escola. Outras atividades eram realizadas com diversos educadores e educadoras que aplicavam o método libertário e auxiliavam o catalão na Escola Moderna.

Dentre tantas atividades, uma das principais era a produção de materiais pedagógicos, construídos coletivamente por educadores e educandos. Tais livros e outros exemplares de materiais foram aproveitados por nove escolas em Barcelona e mais vinte e três em toda Espanha, totalizando trinta e duas escolas com livros produzidos por Ferrer y Guardia em toda Espanha na primeira década do século XX (FERRER Y GUARDIA, 2014, p. 124).

Além de Ferrer y Guardia, outros militantes e autores anarquistas, de certa forma, sempre buscaram destacar a importância da educação numa formação geral do ser humano que visa a uma sociedade emancipatória. Dentre os autores, temos o militante e autor clássico Sebastien Faure, com sua experiência d`A Colmeia, na França do início do século XX.

Fundada na região de Ramboillet, na França, A Colmeia foi um dos experimentos mais conhecidos na história do campo da educação libertária. Durante o período entre 1904 e 1917, Sébastien Faure, junto a outros militantes, buscou desenvolver um espaço educativo que agregasse jovens oriundos de famílias da classe trabalhadora, com um método de ensino que rompeu com todos os paradigmas educacionais daquele momento histórico e que merece ser mencionado.

---

<sup>17</sup>Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) buscou influências teóricas e práticas de princípios baseados no ensino integral, próximos aos ideais de Proudhon e Bakunin, e foi desenvolvendo um modelo libertário de educação, na cidade espanhola num primeiro momento e que após a sua morte avançou para outros lugares da Espanha, depois Europa e até na América Latina tivemos escolas baseadas no modelo da Escola Moderna.

<sup>18</sup>A missão da Escola Moderna consiste em fazer com que os meninos e meninas que lhe forem confiados se tornem pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres de qualquer preconceito. Para isso, o estudo dogmático será substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais. FERRER Y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014. p. 37.

A Colmeia foi muito mais que uma escola, pois funcionava como uma cooperativa autossustentada, com produção autônoma a partir de oficinas de marcenaria, encadernação, alfaiataria, realizadas no espaço que não era no centro urbano e sim, numa região mais afastada. As oficinas de produção, ao mesmo tempo que ajudavam na subsistência financeira d`A Colmeia, também faziam parte do processo de aprendizagem dos jovens que as frequentavam. Esse é o aspecto mais importante que Faure e toda a equipe de educadores militantes buscavam construir: o ensino integral.

Muito influenciado por Proudhon, Bakunin e Paul Robin, o pedagogo e sindicalista francês dizia que:

A educação deve ter por objeto e por resultado formar seres tão completos quanto seja possível, capazes de ir mais além de suas especialidades cotidianas, quando as circunstâncias ou as necessidades o permitiam ou o exigiam: os trabalhadores manuais, de abordar o estudo de um problema científico, de apreciar uma obra de arte, de conceber ou de executar um plano, até mesmo de participar a uma discussão filosófica; os trabalhadores intelectuais, de pôr a mão na massa, de se servirem com destreza dos seus braços, de fazerem, na fábrica ou nos campos, um papel decente e um trabalho útil.  
A Colmeia tem a grande ambição e a firme vontade de colocar em circulação alguns indivíduos desta espécie.  
É por isso que desenvolvemos simultaneamente a educação geral e o ensino técnico e profissional (FAURE, 2015, p. 109).

A Colmeia além de produzir um boletim com prestação das contas, falando dos serviços e atividades que desenvolvia, produzia análises políticas do período, tudo em conjunto entre educadores e educandos em geral. Além disso, a experiência não tinha interferência alguma do Estado e de instituições religiosas, sendo auxiliada por “alguns amigos e algumas organizações, especialmente por sindicatos, cooperativas, lojas maçônicas e agrupamentos de vanguarda” (FAURE, 2015, p. 156).

Vale apontar outro importante pedagogo e sindicalista - Fernand Pelloutier - com sua “pedagogia da revolta”, dissecada por Grégory Chambat (2006) na obra “Instruir para revoltar – Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia da ação direta”. Podemos ver o papel central que a educação desempenha num processo emancipatório a partir da análise de Chambat na seguinte passagem:

Pela força das coisas, educação e revolução não se sucedem no tempo, mas se superpõem num processo dinâmico e dialético (uma nutre a outra reciprocamente). A educação liberta o indivíduo das opressões ideológicas que o aprisionam e o retêm na resignação, tornando-o receptivo à urgência

revolucionária. A revolução, quanto a ela, confirma e libera as potencialidades desveladas pela educação, abrindo ao mesmo tempo novos horizontes. Fim de chefes, fim de hierarquias, uma sociedade a reconstruir integralmente... (CHAMBAT, 2006, p. 42).

Pelloutier foi um personagem importante no meio anarquista da virada do século, sendo não só destaque com seu trabalho na educação, mas com a execução e expansão das Bolsas de Trabalho ainda no fim do século XIX. Tal mecanismo tinha como principais funções a resistência a favor dos assalariados, resistência contra a redução de salários, contra o prolongamento excessivo da duração do trabalho e, na medida do possível, contra o aumento do custo de vida (CARONE, 1995).

Ainda a respeito do resgate de algumas referências no campo da educação libertária, mas no Brasil das primeiras décadas do século XX, citamos o papel de João Penteado e Maria Lacerda de Moura. O primeiro foi professor da educação básica e diretor da Escola Moderna N. 1 em 1912, que fora a principal iniciativa dos anarquistas paulistas no campo da educação escolar. Segundo Peres, a Escola:

Apresentava-se como um instituto de educação e instrução, para meninos e meninas, baseado no método racionalista e mantido pela Sociedade Escola Moderna de São Paulo, com aulas diurnas e noturnas, a pagamento, com os livros e os materiais escolares fornecidos gratuitamente. Leitura, caligrafia, português, aritmética, geografia, história do Brasil, noções de história e princípios de ciências naturais compreendiam seu quadro curricular (PERES, 2012, p. 172).

Já a ativista Maria Lacerda de Moura teve sua atuação marcante não só na educação, mas também no movimento sindical e com as pautas de gênero, lutando com outras militantes contra a exploração das mulheres nas relações de trabalho e outras reivindicações que envolviam as questões femininas na sociedade.

Uma das principais pautas que a educadora anarquista buscou desenvolver em seus escritos e sua militância era a luta contra a educação confessional e a bandeira por uma educação anticlerical, logo, por um ensino laico. Em sua produção sobre a relação da igreja com o fascismo ao longo da história e no momento em que vivia (décadas de 1920 e 1930), Moura denuncia:

A educação clerical está dando os seus frutos.  
A Igreja ficou pequena para conter o clero e movimentar cordéis da sua política absorvente. O Cristianismo é uma organização tão perversamente arquitetada



e tão admiravelmente mantida pelo espírito jesuíta – que penetrou todas as instituições, vacinou todos os homens contra o “vírus” da independência e da lealdade, e tomou conta do mundo – através da educação, tão maravilhosamente ministrada que degenerou e imbecilizou o gênero humano até a domesticidade covarde e a apostasia da própria consciência.

Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator “tempo” para suggestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. Para isso, reivindicou o direito à educação. (MOURA, 2018, p. 25).

Tanto João Penteadado quanto Maria Lacerda de Moura foram não só atuantes na educação, mas também escreviam para a imprensa libertária e buscavam a todo instante não desvincular a militância na educação libertária da de outros aspectos da sociedade em que viveram.

Temos também outros autores e militantes contemporâneos como Hugues Lenoir (2014), com seu livro “Compêndio de Educação Libertária”; assim como Michel Antony (2011), que relata diversas experiências ao longo do século XX sobre educação libertária em “Os Microcosmos. Experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: ‘Utopedagogias’”. Precisamos evidenciar também Rogério de Castro (2010) com seu livro “Instrução Integral: Uma ferramenta dos trabalhadores”. Já em relação aos trabalhos voltados à história da educação libertária no Brasil, temos como referencial teórico a obra de Neiva Baron Kassick e Clovis Nicanor Kassick (2004) chamada “A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira”.

Já Ferreira (1996) em seu texto no livro “Educação Libertária: textos de um seminário”, busca elucidar alguns dos pressupostos e objetivos centrais dessa categoria pedagógica da seguinte forma:

Os objetivos são a extinção das relações de dominação e de exploração que subsistem entre professores, alunos e funcionários e que trabalham e vivem nas instituições escolares, de forma a permitir que a espontaneidade, a liberdade, a criatividade e a responsabilidade natural dos indivíduos pudessem emergir para configurações sociais integradas num modelo autogestionário e de características libertárias (FERREIRA, 1996, p. 117).

Sobre o papel dos libertários, o anarquismo e a educação no âmbito público e institucional, Rodrigo Rosa da Silva (2017) resume bem e atualiza como a teoria e a prática da educação libertária podem ajudar no cotidiano. O autor diz que:

Autogestão escolar, autonomia do indivíduo, decisões coletivas, horizontalidade e métodos experimentais de ensino ainda hoje são, tanto nas escolas tradicionais como em algumas poucas escolas ditas democráticas, desafios a serem encarados. São, por vezes, objeto de discussão e reflexão, mas também são parte de um campo de disputa, onde se confrontam diferentes interesses e visões de mundo. Compreender as propostas e práticas pedagógicas dos anarquistas pode ajudar a encontrar soluções e novas possibilidades para escolas e educadores nos dias atuais (SILVA, 2017, p. 86).

No período das ocupações ficou bem nítida, como já mencionamos, a quebra de hierarquias e formalidades das escolas públicas. A habitual distância entre corpo docente, estudantes, funcionários e as direções foi rompida politicamente. Por dias ou meses os estudantes subverteram e ressignificaram o espaço escolar completamente.

Importante mencionar que as escolas não ficaram “paradas” e sem absolutamente nada acontecendo. Muitas atividades culturais, políticas, participação de movimentos sociais, visitas e, inclusive, aulas aconteciam.

Diante desse cenário, cabe a reflexão que Lenoir (2014) traz ao citar a importância que Mikhail Bakunin dava à educação num processo de transformação profunda da sociedade. Com isso, a partir do autor russo, Lenoir afirma que um dos princípios fundadores da pedagogia libertária é “a busca da maior igualdade possível entre o ‘nem mestre’ e o aluno” (LENOIR, 2014, p. 41).

Trabalharemos também o que Moraes conceitua como governança sociocultural. O autor analisa que não vivemos numa democracia em lugar algum do mundo (o povo não governa em nenhum país), mas sim numa plutocracia (governo em favor dos ricos). E que em cada esfera social em que há relações de poder existem essas relações de governantes e governados. Ou seja: em diversas esferas da nossa vida há situações de opressões acontecendo.

De Moraes diz ainda que para cada governante existem muitos governados e categoriza essas relações existentes em nossa sociedade. Segundo o autor, há nove governanças sociais e cinco governanças institucionais dentro na nossa sociedade (DE MORAES, 2018a).

A governança que se relaciona com a pauta da educação é a sociocultural do saber escolar. Tal categoria significa que:

O seu lugar privilegiado é a escola (a universidade) com seus professores/intelectuais que retroalimentam um discurso/ensino justificador do nacionalismo, das instituições estatais e capitalistas de um modo geral, da

‘participação cidadã’ e do regime supostamente democrático, que eles tanto idolatram. Essa se constitui como a governança sociocultural pela ‘educação reprodutora de conteúdos em prol do *establishment*’. Estes governantes alimentam as opressões/governanças sociais oficialista e acadêmica-científica, pois simultaneamente cometem o epistemicídio contra as produções revolucionárias e populares, colocando-as como saberes sujeitados, inferiores, ‘errados’ (DE MORAES, 2018a, p. 64).

A partir do momento em que as escolas foram ocupadas, as hierarquias formais encontradas em toda escola pública acabaram por ser abolidas e a lógica da direção estar em um nível de mando, enquanto professores e estudantes obedecem, também deixou de existir. Dessa forma, incluiremos outros intelectuais no nosso diálogo para que possamos refletir sobre esse período das ocupações e a relação com a educação para além das formalidades e burocracias.

O protagonismo estudantil, a relação com a educação como um todo nas ocupações e a subversão do sentido hierárquico e organizacional que a escola normalmente tem nos fazem remeter não só aos autores anarquistas e à pedagogia libertária, mas também à pedagogia do oprimido de Paulo Freire.

O pedagogo a todo instante buscou romper com o que chama de “educação bancária”<sup>19</sup> e para isso reforça que estudantes, docentes e todo o corpo escolar necessitam entender o papel que cumprem numa sociedade de classes. A partir daí desenvolve um método que é descrito de forma resumida abaixo pelo autor:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2013, p. 57).

A intelectual estadunidense, feminista e negra, Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks, é diretamente influenciada não só pela teoria, mas também pela prática pedagógica de Freire. Em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, hooks diz que a influência do pedagogo brasileiro

---

<sup>19</sup>Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no ombro”. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 81.

em sua obra tem relação com a compreensão da importância da “práxis” política. A autora declara também que a obra de Freire:

[...] afirmava meu direito, como sujeito de resistência, de definir minha realidade. Os escritos dele me proporcionaram um meio para situar a política do racismo nos Estados Unidos dentro de um contexto global onde eu via meu destino ligado ao dos negros que lutavam em toda parte para descolonizar, transformar a sociedade (HOOKS, 2017, p. 75).

Outros autores estadunidenses, influenciados diretamente pela vida e obra de Paulo Freire, são Peter McLaren e Ramin Faramandpur. O conceito de pedagogia revolucionária, em contraponto à pedagogia tradicional, nos servirá no sentido de entender que:

[...] uma pedagogia revolucionária da classe trabalhadora enfatiza a participação ativa de estudantes e trabalhadores/trabalhadoras em sua própria auto-educação como cidadãos e cidadãs ativos ligados à luta para a auto-realização e coexistência – é um processo pelo qual trabalhadores e trabalhadoras obtêm controle sobre seu trabalho intelectual e físico. Isso exige promover entre estudantes e trabalhadores/trabalhadoras - especialmente em países onde a subsistência ou o estado de coerção dominam a vida diária – redes alternativas de organizações populares dos despossuídos (MCLAREN; FARAMANDPUR, 2002, p. 94).

A lógica das escolas públicas e de outras naturezas em geral (redes públicas e privadas) manifesta uma política de disciplinas e regras ditadas de cima para baixo, por meio de instituições do Estado, que não passam pela opinião ou consulta de quem está dentro das salas de aula, seja do corpo docente ou discente. Fora isso, funcionários também não são ouvidos por governantes da pasta da Educação.

Dessa forma, Tragtenberg analisa:

[...] a escola se constitui observatório político, um aparelho que permite o conhecimento e controle perpétuo de sua população, através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos.  
É a estrutura escolar que legitima o poder de punir, que passa a ser visto como natural. Faz com que as pessoas aceitem tal situação. É dentro dessa estrutura que se relacionam os professores, os funcionários técnicos e administrativos e o diretor (TRAGTENBERG, 2012, p. 79).

Veremos ao longo da tese que a juventude secundarista questionou esse modelo de “gestão educacional” e exigia mais participação nas questões que envolviam o

cotidiano das escolas. A escola, enquanto ambiente social e que tem como foco a troca diversas de saberes, ganhou outro significado e a relação da instituição pública com esses jovens, durante as ocupações, parece ter dado um sentido de pertencimento muito diferente do que acontecia antes. Contudo, cabe salientar e pontuar que em boa parte das ocupações não foi a grande maioria da comunidade escolar que ocupou as unidades educacionais e nelas permaneceu durante os protestos recorrentes por dias e meses – dependendo dos casos.

Bakunin, em seus escritos, disserta que, para uma pauta política ser alavancada com o intuito de uma transformação social profunda, necessita ter uma organização com menos pessoas envolvidas diretamente e que impulsionem a luta (via propaganda, ação direta, agitação etc.). O filósofo e militante russo entende que, em determinadas situações, as ações precisam ser propagadas a partir de um círculo de pessoas que se conhecem e confiam mutuamente, determinadas a radicalizar na conduta.

Além disso, o autor trabalha com a ideia de espontaneidade e instinto num sentido positivo e materialista, longe da lógica mecanicista do positivismo ou evolucionismo. Tal conceito, a respeito dessa forma de ação coletiva, também é chamado de minorias revolucionárias (BAKUNIN, 2014). Berthier, a respeito desse tópico desenvolvido por Bakunin diz:

Uma organização reagrupando uma minoria revolucionária estruturada é indispensável.

Essa constatação tendo sido feita, uma questão permanece presente: aquela do modo de organização dos militantes revolucionários e de suas relações com a organização de massa. É evidente que deve existir, em algum lugar, uma organização dos revolucionários. Segundo Bakunin, essa organização tem menos por papel assumir o controle da organização de massa do que a incitar a desenvolver sua lógica interna que é abraçar a sociedade inteira (BERTHIER, 2016, p. 86-87).

Alguns autores chamam essa “parcela da classe dedicada ao estímulo da ação direta a partir de decisões alcançadas horizontalmente” (CASTRO, 2015) de minoria ativa. Desse modo, iremos adotar esse termo para nos referir aos estudantes ao longo da tese, uma vez que se mostra mais adequado ao contexto da pesquisa.

Concluimos este trecho a respeito da relação entre educação e a escola, mostrando que, para entendermos todo o processo de ocupações, a sua organização social e política,

temos que aglutinar e reforçar a todo instante as noções teóricas e práticas de ação direta e autogestão.

Entendemos que os secundaristas renovaram também e problematizaram na prática a questão da pedagogia libertária, libertadora e emancipatória durante esse período.

Esses são alguns dos referenciais teóricos baseados numa perspectiva anarquista que irão balizar nossa tese.

## **2 INTERPRETAÇÕES ACERCA DO FENÔMENO DAS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS: INVASÕES X OCUPAÇÕES**

Neste capítulo faremos uma breve revisão das análises sobre o fenômeno das ocupações em geral no país. A partir dessas diferentes visões e espectros políticos, vamos mostrar a nossa tese e interpretação dos fatos ocorridos de forma mais abrangente. Começaremos pela versão de alguns veículos de comunicação que fizeram duras críticas aos estudantes e todo o seu engajamento. Alguns desses sites, portais ou personalidades chegaram a chamar de “invasões” o processo de ocupação de escolas. Iremos problematizar essa questão e mostrar o quão importante é defender o termo ocupação e não invasão, mais à frente.

### **2.1 O ARGUMENTO DAS “INVASÕES”<sup>20</sup>**

Primeiramente, é importante mencionar o contexto da educação estadual de São Paulo e os motivos que levaram os estudantes a se mobilizarem.

Podemos afirmar que a atmosfera de lutas dentro da educação estadual paulista em 2015 já se instalava em mais um governo, com o PSDB à frente e o fortalecimento de uma visão extremamente liberal de praticar políticas públicas em diversos aspectos no estado de São Paulo. No dia 23 de setembro de 2015 foi anunciado o projeto que ficou conhecido como “Reorganização Escolar”.

Tal “Reorganização” capitaneada pelo governador Geraldo Alckmin tinha o intuito de fechar diversas escolas em todo estado, sem dialogar com as pessoas envolvidas nas comunidades escolares e objetivando otimizar alguns turnos e ciclos de várias escolas que, segundo o argumento do governo, estavam ociosos e deveriam ser revistos.

Sobre o projeto do governo Alckmin, as palavras de Brito (2018) são elucidativas e se conectam a um contexto generalizado que cabe dizer:

O processo em questão emerge em um contexto em que a política educacional é cada vez mais direta e estreitamente ditada por atores privados e instituições multilaterais, que concebem políticas de adequação das redes de ensino público

---

<sup>20</sup> A tensão e a dicotomia entre o termo invasão e ocupação sempre aconteceu. No caso aqui estamos focando nas ocupações de escolas mas quando se trata de movimentos sociais atuando como as ocupações sem terra e sem teto também existe esse embate político em torno da nomenclatura.

às necessidades da economia capitalista em transformação. Essa atual fase do processo de acumulação de capitais tem como marca as chamadas políticas estatais neoliberais, das quais o projeto de reorganização escolar se mostra exemplar (BRITO, 2018, p. 17).

Logo, os estudantes, após um ciclo de manifestações de rua, tentativas de negociação com o governo de São Paulo e outras ações como abaixo-assinados para conter o projeto de “Reorganização”, começaram a ocupar as escolas. Foram centenas delas ocupadas e geridas pelos secundaristas mobilizados e revoltados com as medidas governamentais, durante alguns dias e semanas em todo estado paulista. Mais à frente retomaremos o assunto e vamos aprofundar essa conjuntura que mobilizou os secundaristas em São Paulo.

Então, a partir da temática exposta acima, vamos debater o assunto nos referindo inicialmente a uma matéria da Folha de São Paulo<sup>21</sup> do dia 17 de novembro de 2015. A reportagem feita pelos jornalistas Felipe Souza e Juliana Gragnani aponta de forma bem explícita os estudantes como invasores de escolas em São Paulo, logo em seu título. Na matéria também buscam apresentar alguns dados referentes ao embate entre estudantes e o projeto de reorganização do governo de São Paulo. Os profissionais da imprensa ainda expõem na reportagem, por exemplo, uma empregada doméstica e mãe de estudante, contrária ao movimento, de forma descontextualizada e culpando os secundaristas, sem aprofundar pautas políticas e o porquê de as escolas estarem ocupadas.

Percebemos tal narrativa “imparcial”, que propagandeia o governo, quando no texto da matéria há informações da Secretaria de Educação do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de que as ocupações se espalharam, o que “afeta as aulas de pelo menos 26 mil estudantes em 25 colégios invadidos”, mas não aprofunda as pautas de reivindicação do movimento secundarista (SOUZA; GRAGNANI, 2015).

No dia 26 de novembro do ano de 2015 jornalista Reinaldo Azevedo, em blog da Revista Veja, publicou um texto cuja manchete também chama de invasão o processo de ocupação de escolas. No texto, o autor noticia um conflito que existiu entre estudantes, que ocupavam uma escola na região do ABC Paulista, com pais e alunos contrários à

---

<sup>21</sup>SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Invasão de 25 escolas estaduais atinge ao menos 26 mil alunos em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707369-invasao-de-25-escolas-estaduais-atinge-ao-menos-26-mil-alunos-em-sp.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.



ocupação. Como agravante, Azevedo chama o protesto dos jovens de “bloqueio fascistóide, liderado pelo PT” (AZEVEDO, 2015).

Figura 1: Título da matéria da VEJA escrita por Reinaldo de Azevedo



Fonte: Captura de tela feita pelo autor.

Já no ano de 2016, dessa vez no Rio de Janeiro, encontramos outra notícia que enquadra a prática de ocupar um prédio público da Educação, por estudantes secundaristas, como “invasão”. Dessa vez, o portal G1 das Organizações Globo assim denominou a tomada do prédio da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), que estava sendo ocupada como forma de pressionar o governo a atender pautas específicas. O fato aconteceu em maio daquele ano<sup>22</sup>.

Ainda sobre esse debate entre invasão e ocupação, não podemos deixar de lembrar que esse processo começou em São Paulo em 2015, depois tivemos Goiás, em seguida foi a vez do Rio de Janeiro e, após isso, aconteceram ocupações em diversos estados da federação em 2016.

A tática foi utilizada não só por secundaristas de todo o país, mas por estudantes universitários também. A principal pauta que motivou esse novo ciclo de mobilizações foi a revogação da PEC 241 (ou PEC 55)<sup>23</sup>, além de questões específicas de cada local. A

<sup>22</sup>SILVEIRA, Daniel. Alunos invadem prédio da Secretaria de Educação do RJ. **G1**, [Rio de Janeiro], 5 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/alunos-invadem-predio-da-secretaria-de-educacao-do-rj.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

<sup>23</sup>A PEC 241 foi responsável pelo congelamento dos gastos públicos em diversos setores dentre eles educação, saúde e outras áreas. Também reduziu e até proibiu a realização de concursos públicos. A ideia central da PEC era de que o valor gasto fosse limitado à despesa realizada na área no ano anterior, reajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A emenda

luta contra a reforma do ensino médio e a melhoria do ensino público em geral foram algumas das pautas que mobilizaram outros locais do país<sup>24</sup>.

É nesse contexto de 2016 que outras três fontes nos interessam para discorrer. As duas primeiras são de cunho jurídico, tentando demonstrar o caráter ilegal das ocupações de forma fria e nos marcos da lei. O texto de Hyago de Souza Otto<sup>25</sup>, publicado no site Jusbrasil corrobora esse argumento:

Por conta dessas invasões, outros alunos e professores ficam impedidos de lecionar ou de usufruir do serviço público de educação; tal assertiva é essencial para, de início, apontar a incongruência entre o discurso e a realidade. Afinal, não dá para lutar por educação impedindo os outros de tê-la (OTTO, 2016).

Otto ainda recorre a artigos da Constituição Federal que dizem respeito ao direito à livre manifestação e liberdade de expressão, mas argumenta que esses direitos não podem ferir os limites do que o autor chama de “abuso de direito”, logo caracterizando as ocupações como atos ilícitos. Nas palavras do autor, a noção de ilicitude das manifestações se mostra a partir do momento que “ressalta que os serviços públicos essenciais devem ser prestados de forma contínua, ou seja, sem interrupções” (OTTO, 2016).

Por fim, Otto utiliza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), dizendo que o caráter da educação é fundamental para formar indivíduos e estava sendo interrompido pelas ocupações. Dessa forma, ele buscava sempre se amparar nas leis, sem aprofundar as questões políticas que envolvem os protestos estudantis e, mais uma vez, descontextualizando as pautas.

Outro artigo interessante que conseguimos encontrar nas nossas pesquisas, que também fortalece a ideia de invasão, é o de José Carlos, advogado e procurador da Justiça, que escreveu um artigo para a coluna de opinião do Correio do Estado em novembro de 2016. Nesse texto o procurador faz uma análise a respeito da conjuntura do adiamento do

---

constitucional acabou gerando muita revolta nos quadros da administração pública e muitos jovens voltaram a ocupar escolas e universidades em 2016.

<sup>24</sup>REFORMA do Ensino Médio: Tudo o que você precisa saber. **SAE Digital**, [s. l.: s. n.], [201-?]. Disponível em: <https://sae.digital/reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 25 out. 2019.

<sup>25</sup>OTTO, Hyago de Souza. Ocupar escolas públicas é ato ilícito. **Jusbrasil**, [Fraiburgo, SC], 27 out. 2016. Disponível em: <https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/399424162/ocupar-escolas-publicas-e-ato-ilicito>. Acesso em: 25 out. 2019.

Exame Nacional do Ensino Médio que ocorreu naquele ano<sup>26</sup>. José Carlos ainda fala dos transtornos causados pelo adiamento da prova, dizendo que a delonga “lhes estendeu a agonia por mais 30 dias, sem considerar o fato de que muitos deles provavelmente já tinham outros compromissos agendados para essas datas” (CARLOS, 2016). O autor foca demasiadamente seu argumento nos danos causados aos vestibulandos daquele ano, busca fundamentar seus argumentos como “neutros” e não apresenta de fato as pautas dos estudantes.

De forma genérica, José Carlos argumenta: “[...] não é um movimento democrático e conseqüentemente não está recebendo o respaldo da sociedade como um todo. Para muitos, a motivação é política. A PEC 55 e a reforma do ensino médio são meros pretextos.” (CARLOS, 2016). E ainda diz que “a pressão pode até ser legítima, mas não o meio utilizado”. Logo, essa é mais uma das falas de correntes políticas que deslegitimam formas de luta baseadas na ação direta como meio de propagar questões políticas, criminalizando os movimentos sociais - não só os estudantes no período enfocado neste trabalho – que adotaram essas táticas (CARLOS, 2016).

Após as duas menções com um viés mais legalista e jurídico sobre as ocupações, concluímos com uma interpretação do vídeo da jornalista e ex-parlamentar pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Joice Hasselmann<sup>27</sup>, publicado em outubro de 2016<sup>28</sup>. O vídeo, cujo título é “Invasão nas escolas: PM e exército neles”, com duração de pouco mais de seis minutos, nos oferece uma gama de elementos que dialogam diretamente com os autores que utilizamos acima. A forma como a jornalista trata as ocupações e como as criminaliza, relacionando-as com movimentos cuja interferência não consegue provar, é simbólico.

Dentre os termos utilizados por Hasselmann com intuito de deslegitimar a mobilização estudantil nesse vídeo, afirmando que a juventude de escolas públicas não consegue ter autonomia e construir suas práticas políticas por si, podemos enumerar os seguintes: “massa de manobra” e “idiotas úteis”.

---

<sup>26</sup>LUIZ, Gabriel. Enem 2016 será adiado para 240 mil alunos de 364 escolas; veja lista. **G1**, [s. l.], 4 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/enem-2016-sera-adiado-para-240-mil-alunos-de-364-escolas-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2019.

<sup>27</sup>A parlamentar foi a mulher mais votada da história em 2018 mas não conseguiu se eleger em 2022.

<sup>28</sup>INVASÃO nas escolas: PM e Exército neles! [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Joice Hasselmann. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GrKCXceQmR4>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Há também uma tentativa de associar automaticamente os protestos dos estudantes a setores como partidos políticos e sindicatos. A respeito das ocupações que ocorreram por estudantes no Paraná, a jornalista diz no vídeo que “quem está por trás disso é o PT e seus sindicatos vermelhos: APP sindicato<sup>29</sup>, Partidos dos Trabalhadores e outros sindicatos envolvidos”.

Outra grave acusação, sem provas, proferida pela atual parlamentar é dizer no vídeo que “há centenas de relatos de uso de droga, tráfico de drogas e todo tipo de violência”. Hasselmann, no fim de sua intervenção, diz que “está na hora das autoridades agirem com mão firme”, incentivando a repressão aos adolescentes e jovens que estavam protestando por melhorias na educação e contra políticas públicas que lhes atingiam.

A fala violenta e moralista de Hasselmann, assim como as dos autores precedentes, não aprofunda as pautas políticas nem debate de forma crítica o processo de ocupações, muito menos avança para um diálogo e entendimento dos ensejos dos estudantes naquele momento.

Dessa forma entendemos que o argumento de chamar de invasões a tática de ocupação construída pelos estudantes faz parte de uma tradição política próxima aos discursos de governos e setores do poder que historicamente deslegitimam a luta dos movimentos sociais.

Por fim, percebemos que tais discursos que chamam de invasão o processo de ocupação das escolas pelos estudantes demonstram as seguintes características: 1) não aprofundam as pautas políticas reivindicadas pelos estudantes; 2) descreem de que a juventude que estuda em escolas públicas possa se mobilizar, se organizar e protestar a partir de pautas bem definidas; 3) infantilizam os estudantes que, na verdade, estão não só passando por um processo extremamente rico politicamente e construindo na prática formas de política autônomas, desvinculadas da política institucional, da democracia representativa, como também buscando saídas alternativas para atender suas pautas concretas de forma coletiva; 4) acusa os movimentos sociais de criminosos, explorando artificialmente amparos legais que sempre descontextualizam os processos das ocupações.

---

<sup>29</sup>Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

## 2.2 NOTAS SOBRE O APOIO ÀS OCUPAÇÕES DE SETORES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LIGADOS À ESQUERDA INSTITUCIONAL

Dando continuidade, vamos agora trazer mais algumas fontes que se relacionam com o que estamos debatendo, porém mostraremos posicionamentos favoráveis aos estudantes, vindos de movimentos, partidos e setores ligados ao que chamamos de esquerda institucional<sup>30</sup>.

Importante frisar que escolhemos preferencialmente as primeiras notas e matérias publicadas em 2015. Logo, serão referentes às primeiras ocupações em São Paulo por ser um momento emblemático, novo e que gerou uma repercussão raramente vista antes nas últimas décadas quando se trata de movimento estudantil. Entendemos que as ocupações no Rio de Janeiro são parte de um processo que se desencadeou meses antes em São Paulo, logo foi um recurso político que se generalizou, com suas particularidades locais e com táticas semelhantes.

Nesse sentido, começamos analisando o documento do PSOL-SP (Partido Socialismo e Liberdade do Estado de São Paulo) (2015)<sup>31</sup> que traz em sua nota o “repúdio ao autoritarismo e a violência praticada contra os estudantes, professores, familiares e apoiadores dessa luta”. A nota diz também que o projeto de “reorganização” do governo PSDB não apresenta um caráter pedagógico e “faz parte do projeto de ajuste fiscal do Governo Alckmin, PSDB, que prevê cortes na educação, além de estimular a municipalização e a privatização do ensino público” (PSOL-SP, 2015).

O documento do PSOL termina dando total apoio ao movimento de ocupações dos estudantes, dizendo o seguinte:

A pujança e a energia dessa juventude que vai à luta em defesa do direito de estudar são revigorantes para as lutas sociais em nosso estado e no país. Esse entusiasmo contagia a militância psolista para continuarmos na luta em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária (PSOL-SP, 2015).

---

<sup>30</sup>Chamamos de esquerda institucional os seguintes setores: partidos políticos de esquerda, movimentos estudantis e sociais, em geral, ligados historicamente a tais partidos ou com uma relação muito próxima, seja por conta de suas hierarquias tradicionais ou figuras públicas ligadas às instituições partidárias, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

<sup>31</sup>PSOL-SP – Partido Socialismo e Liberdade do Estado de São Paulo. Nota do PSOL – SP em apoio as ocupações nas escolas e contra a “reorganização” escolar. **PSOLSP**, São Paulo, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://psol50sp.org.br/2015/11/nota-do-psol-sp-em-apoio-as-ocupacoes-nas-escolas-e-contra-a-reorganizacao-escolar/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Outro partido do espectro político de esquerda, de oposição aos governos no país nas últimas décadas, que lançou nota favorável aos estudantes em 2015, foi o PSTU (Partidos Socialista dos Trabalhadores Unificado)<sup>32</sup>. A nota do partido, assinada por Diego Cruz, questiona a política de reorganização do governo de São Paulo e a chama de “precarização do ensino para cortar gastos”, que causa “demissões de vários professores, superlotação de salas e piora o acesso aos estudos, principalmente para os alunos que trabalham” (CRUZ, 2015). O documento ainda denuncia o governo estadual, dizendo que está ignorando as relações humanas, o elemento cotidiano do bairro escolar e as vidas de profissionais da educação e estudantes. Cruz (2015) afirma ainda que o plano do PSDB era “cortar gastos com o povo e continuar repassando o dinheiro público para a mão de banqueiros e empresários nessa época de crise”.

Além disso, Cruz (2015) não só exalta as mobilizações estudantis chamando as ocupações de “resistência heroica” (logo no título da nota, inclusive), mas também cita algumas das pautas do movimento que vão além de barrar a reorganização do governo Alckmin, como a reivindicação por maior democracia nas escolas e o boicote ao SARESP (avaliação externa que é aplicada regularmente pela Secretaria de Educação<sup>33</sup>).

O texto faz duras críticas a entidades estudantis ligadas a outros movimentos sociais, como a UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas). Em seu texto o partido chama essas organizações estudantis de “burocratizadas” (CRUZ, 2015).

Por fim, podemos, a nível nacional, citar a avaliação do governo federal do Partido dos Trabalhadores que no executivo tinha a presidenta Dilma Roussef como representante. O PSTU faz uma relação política entre o projeto de reorganização, a

---

<sup>32</sup>CRUZ, Diego. Ocupações feitas por estudantes em escolas de SP mostram resistência heroica. **PSTU**, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/ocupacoes-feitas-por-estudantes-em-escolas-de-sp-mostram-resistencia-heroica/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

<sup>33</sup>Em todos os estados da federação existem (ou existiram por alguns anos) essas avaliações externas. No Rio de Janeiro o nome do exame era SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio). Tais provas tinham o propósito de gerar estatísticas baseadas na meritocracia com um conteúdo que a própria secretaria de educação impunha e sem diálogo com as comunidades escolares, no intuito de cumprir metas no âmbito nacional e internacional, seguindo exigências de órgãos como Banco Mundial e UNESCO, por exemplo.

política econômica do governo federal e seus trâmites conjunturais. O trecho a seguir mostra bem essa crítica do partido:

Esse projeto de reorganização é apenas a forma que o governo do PSDB em São Paulo encontrou para repassar para a educação o ajuste que está sendo aplicado pelo governo federal. Não podemos nos iludir achando que o governo Dilma está ao lado dos trabalhadores e dos estudantes pobres. Esse governo mostrou que também é nosso inimigo, ao cortar mais de R\$ 7 bilhões da educação e aplicar diversas medidas que atacam os explorados (CRUZ, 2015).

A seguir analisemos dois documentos de movimentos estudantis: a UJC (União da Juventude Comunista), que corresponde ao movimento estudantil do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), que é a principal entidade dos secundaristas em âmbito nacional.

O documento da UJC<sup>34</sup>, divulgado no fim do ano de 2015, se solidariza de forma bem direta com os secundaristas em luta contra o plano de reorganização do PSDB em São Paulo e denuncia que o “projeto vai na mesma direção das políticas neoliberais que são aplicadas também pelo governo federal (exercido pelo PT), que cortou só nesse ano mais de um bilhão de reais do orçamento da educação”. E ainda tece elogios à mobilização dos secundaristas, dizendo se tratar de “uma aula de cidadania da juventude de São Paulo contra o arbítrio. Mostra que a juventude é consciente e não se deixa enganar pela manipulação da mídia a serviço dos patrões” (UJC, 2015).

A UBES, o órgão oficial dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio, Técnico e pré-vestibular no Brasil também se manifestou. Fundada em 1948, ela é a entidade que recebe o título de representante oficial e único de seu segmento estudantil em determinada base geográfica, ou seja, tem o monopólio legal de representação nas instâncias jurídicas e políticas da juventude secundarista perante o Estado (BRITO, 2018).

Já com relação ao posicionamento da UBES<sup>35</sup>, o apoio e solidariedade ao movimento de ocupações em São Paulo ocorreram logo após o Congresso que aconteceu em novembro de 2015. De forma oficial foi determinada uma convocatória urgente da

---

<sup>34</sup>UJC – União da Juventude Comunista. UJC solidária com a luta dos estudantes secundaristas. **PCB**, [São Paulo], 17 nov. 2015. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/9902>. Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>35</sup>UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. UBES convoca “Dia Nacional de Solidariedade à Ocupação de Escolas em São Paulo”. **UBES**, [s. l.], 17 nov. 2015. Disponível em: <http://ubes.org.br/2015/ubes-convoca-dia-nacional-de-solidariedade-a-ocupacao-de-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

instituição para o dia 19 de novembro, chamado de “Dia Nacional de Solidariedade à Ocupação de Escolas em São Paulo”.

A entidade, em seu texto, denuncia não só a política educacional do governo de São Paulo, mas a forma como estavam tratando os estudantes, dizendo que “para pôr fim às ocupações, a polícia chegou a cortar a energia e a água de algumas unidades”. A UBES diz ainda em seu pronunciamento que a mobilização “tem contado com o importante apoio de movimentos sociais, como o MTST, na manutenção das ocupações” (UBES, 2015).

Diferente das notas de apoio do PSTU e da UJC, por exemplo, que criticaram e estabeleceram uma relação entre o posicionamento do governo do PSDB em São Paulo e o do governo federal ocupado pelo PT na época, a UBES em seu posicionamento político de apoio não faz nenhuma menção crítica ao poder executivo no âmbito federal. Assim, acreditamos ser relevante mencionar que a UBES, no período em que o PT ocupou a presidência da república, se comportou como aliada do governo federal por mais de dez anos. A entidade foi abertamente apoiadora dos projetos de educação implantados nos anos petistas, postura semelhante à da UNE (União Nacional dos Estudantes - entidade que há décadas tem a sua direção composta por estudantes e militantes ligados ao PC do B<sup>36</sup>) nesse mesmo período.

Os outros dois setores nacionais que compõem a esquerda institucional brasileira são o próprio PT e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Sobre a primeira sigla, podemos dizer que no fim de 2015, o que encontramos no site oficial<sup>37</sup> foram as seguintes fontes sobre o assunto aqui debatido: um texto de uma ação de parlamentar do partido na Assembleia Legislativa de São Paulo, pedindo o afastamento do secretário de educação<sup>38</sup>; uma matéria denunciando a repressão da polícia militar infringida a estudantes nos estados de São Paulo e Goiás por conta de ocupações de escola e à

---

<sup>36</sup>Gohn afirma que a UNE é comandada por membros do PC do B desde 1981. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. p. 37-52.

<sup>37</sup>PT – Partido dos Trabalhadores. **PT**, [s. l.], [20-?]. Página inicial. Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

<sup>38</sup>PETISTAS pedem afastamento do secretário de Educação de São Paulo. **PT**, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/petista-pede-afastamento-do-secretario-de-educacao-de-sao-paulo/>. Acesso em: 21 nov. 2019.



categoria de professores em greve no Paraná – os três estados governados pelo PSDB<sup>39</sup>. Por último ainda temos um artigo de Ramatis Jacino<sup>40</sup> que reproduz as teses petistas ou “Plutocrática Neoliberal Dissimulada”, como diz De Moraes (2018b)<sup>41</sup>. Uma dessas teses exalta a mobilização estudantil em 2015, mas ao mesmo tempo criminaliza as gigantescas manifestações de Junho de 2013<sup>42</sup>.

Nas palavras do militante petista,

As manifestações e ocupação de escolas, protagonizadas pelos estudantes secundaristas contra a “reorganização” que o governo do estado de São Paulo pretendia impor à comunidade escolar representaram um momento absolutamente singular na histórica luta por uma educação pública de qualidade e pela democracia.

[...] A faixa etária dos manifestantes e a maneira como o movimento surpreendeu outros atores políticos leva a que tracemos alguns paralelos com as manifestações de 2013, iniciadas pelo movimento Passe Livre, que também tomou enormes proporções. As semelhanças com 2013, todavia, param por aí. Aquelas manifestações, originadas em protestos contra o aumento das passagens, propugnavam a horizontalidade, rejeitavam lideranças e entidades organizativas. Por causa desse equívoco foram infiltradas por policiais e provocadores, capturadas por segmentos que defendiam bandeiras absolutamente diversas, manipuladas escandalosamente pela mídia e por segmentos da direita organizada, com objetivo único de desgastar o governo federal.

[...] Os jovens de 2015, ao contrário, tiveram como marca da sua luta um foco muito claro, a democratização da escola pública e a melhoria da qualidade da educação em São Paulo, reconheceram a legitimidade das organizações estudantis e populares, embora não subordinassem sua luta à lógica das direções dessas entidades. Protagonizaram um movimento extremamente organizado, souberam estabelecer alianças com entidades da sociedade civil e partidos de esquerda, além de isolar segmentos que buscavam impor bandeiras e práticas estranhas ao movimento. Por isso tudo foram vitoriosos.

O saldo da sua luta explicita a profunda diferença do movimento de dois anos atrás: vitória contra um governo que sucateia deliberadamente a educação e têm uma prática antidemocrática. Além disso, o movimento deixa como legado uma miríade de novos atores políticos extremamente jovens, empoderados e conscientes. Uma nova geração de militantes, simpatizantes das mais diversas

<sup>39</sup>REDE BRASIL ATUAL. Repressão a alunos, tentativa de fechar e privatizar marcam gestões tucanas. **PT**, [s. l.], 28 dez. 2015b. Disponível em: <https://pt.org.br/repressao-a-alunos-tentativa-de-fechar-e-privatizar-marcam-gestoes-tucanas/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

<sup>40</sup>Professor, conselheiro estadual do sindicato da categoria em São Paulo (APEOESP) e membro do Diretório Estadual do PT-SP. Cf. JACINO, Ramatis. Dois mil e quinze não é dois mil e treze. **PT**, [São Paulo], 11 dez. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/ramatis-jacino-dois-mil-e-quinze-nao-e-dois-mil-e-treze/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>41</sup>Buscou levar a crer que o povo estava nas ruas não contra os pseudorrepresentantes políticos e suas instituições, mas por questões laterais que essa mesma intelectualidade focou como essência. Ainda apresentou a tese segundo a qual o movimento insurgente era manipulado por setores de direita que queriam a diminuição de impostos e/ou tomar a governança política por meio de golpe militar. Tentou induzir fortemente também que se tratava de manifestantes de classe média. DE MORAES, Wallace. **2013 – Revolta dos Governados**: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: WSM Edições, 2018b. p. 105-106.

<sup>42</sup>JACINO, 2015.

correntes políticas de esquerda, à quem nós – veteranos das lutas sociais – com uma sensação de alívio e dever cumprido começamos a passar o protagonismo da construção de um país melhor (JACINO, 2015).

Sobre o MTST é importante dizer que, apesar de não ter vínculos oficiais diretos com nenhum partido que disputa eleições, tem uma estrutura hierárquica bem definida e o seu principal quadro político e coordenador geral do movimento não só é filiado, como também saiu como candidato à presidência da república nas eleições de 2018 pelo PSOL e em 2022 foi o candidato federal mais votado do estado de São Paulo<sup>43</sup>. Por esses motivos categorizamos e incluímos o MTST como parte da esquerda institucional.

Não encontramos comunicado oficial nenhum, mas sim, algumas reportagens falando da atuação do movimento ajudando a ocupar algumas escolas no fim de 2015 em São Paulo. A reportagem da Agência Brasil do dia 16 de novembro de 2015 mostra o seguinte:

Na tarde da sexta-feira (13/11/2015), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) passou a ocupar escolas do estado em apoio ao protesto dos jovens. De sexta-feira até hoje, o movimento ocupou seis escolas na Grande SP. De acordo com nota divulgada há pouco pelo MTST, foram ocupadas quatro unidades na zona sul da capital (Professor Flávio José Negrini, Professora Neyde Sollitto e Comendador Miguel Maluhy, na região do Campo Limpo, Mary Moraes, no Portal do Morumbi), uma na zona leste (Cohab Inacio Monteiro III, Cohab Inacio Monteiro) e outra em Santo André (Antônio Adib Chammas) (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

Essas são algumas referências de setores da esquerda institucional que apoiaram a mobilização de estudantes e não as criminalizaram ou caracterizaram como invasão o movimento de ocupações de escolas públicas no Brasil.

### **2.3 A VISÃO DE ORGANIZAÇÕES ANARQUISTAS SOBRE AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS**

Depois de analisarmos fontes que, por um lado, chamaram as ocupações de invasões e, por outro, deram apoio às reivindicações dos estudantes cujo perfil tinham um

---

<sup>43</sup>SCHAFFNER, Fábio. Conheça Guilherme Boulos, o candidato à Presidência que quer enfrentar as desigualdades. **GZH**, [s. l.], 3 mar. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/conheca-guilherme-boulos-o-candidato-a-CUpresidencia-que-quer-enfrentar-as-desigualdades-cjgr6ro2n02ck01patyvvrnzod.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

posicionamento alinhado à esquerda partidária, pretendemos ampliar e problematizar agora toda a conjuntura de ocupações a partir do ponto vista libertário. Entendemos que a contribuição dos anarquistas se diferencia por questões históricas, conceituais e na forma de analisar o fenômeno político das visões já analisadas.

No Brasil temos algumas organizações que se intitulam anarquistas que possuem uma abrangência militante em alguns estados do país. Em nossas pesquisas conseguimos achar três documentos oficiais que analisam as ocupações de escolas. Dois desses documentos são de coletivos que integram a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)<sup>44</sup>: a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL) que atua no estado de São Paulo e a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) cujo próprio nome indica onde atua. Já o outro documento analisado é o da União Popular Anarquista (UNIPA)<sup>45</sup> que também atua de forma nacional.

Destacamos que os textos serão analisados de forma cronológica e respeitando o que os documentos retratam com mais ênfase sobre o fenômeno das ocupações de escola. O da OASL será o primeiro texto a ser analisado, pois foi divulgado em 4 de dezembro de 2015<sup>46</sup>, no calor dos momentos das ocupações de São Paulo.

De maneira geral o texto da Organização faz uma análise que não foca apenas na ação dos estudantes contra o governo de São Paulo, mas faz menção também ao governo federal e suas políticas educacionais que desagradava a diversos segmentos dos movimentos sociais. Segundo o documento:

---

<sup>44</sup>A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista. O termo “especificismo” refere-se a dois eixos fundamentais que marcam a atuação anarquista: a organização e a inserção social, baseados em dois conceitos clássicos do anarquismo que são: a atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito de Bakunin) e a organização específica anarquista (conceito de Malatesta). CAB. [Sobre a CAB]. Coordenação Anarquista Brasileira, [s. l.], c2022. Disponível em: <https://cabanarquista.org/sobre-a-cab/>. Acesso em: 28 set. 2022.

<sup>45</sup>A União Popular Anarquista (UNIPA) é uma organização política revolucionária bakuninista. A UNIPA luta pela construção do socialismo no Brasil. A estratégia revolucionária da Unipa aponta que somente a ação direta das massas e a luta de classes são capazes de realizar conquistas imediatas, econômicas e políticas, para a classe trabalhadora. (...) A UNIPA foi formada em 2003, reunindo militantes do movimento estudantil, sindical e comunitário, alguns dos quais participavam do coletivo Laboratório de Estudos Libertários (LEL). UNIPA. A força das escolas ocupadas: Estudantes dão aula de luta e resistência. **Causa do Povo**, [s. l.], n. 74, abr./maio 2016. Disponível em: <https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2016/05/causa74.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

<sup>46</sup>OASL. Luta e Organização na Ocupação das Escolas em São Paulo. **Organização Anarquista Socialismo Libertário**, São Paulo, 4 dez. 2015. Disponível em: <https://anarquismosp.wordpress.com/2015/12/04/luta-e-organizacao-na-ocupacao-das-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 set. 2022.

No Brasil, o sucateamento da educação pública não é novidade. Inclusive, há significativa contribuição da esfera federal para tanto, contrariando o mito da “pátria educadora” do governo Dilma Rousseff (PT). Essa precarização se estende pelo país, marcando estados e municípios, independente das siglas no poder (OASL, 2015).

Depois no decorrer da análise de conjuntura aparecem outros elementos de críticas ao governo do então governador Geraldo Alckmin e sua administração extremamente repressiva, sem diálogo com as comunidades escolares, e exalta o feito dos estudantes na luta. Um exemplo é a forma como a OASL trata a organização das escolas durante as ocupações no trecho abaixo:

Os estudantes permanecem nas escolas em acampamentos improvisados, cuidando de sua manutenção (serviços de limpeza, segurança etc.) e também de seu dia-a-dia, que inclui uma rotina bastante ativa com inúmeras atividades. Além de aulas e discussões sobre temas mais vinculados ao universo da educação formal, têm acontecido debates, exposições, atividades físicas, de lazer entre outras. Como alguns poucos exemplos da rica diversidade desta movimentada rotina, podemos citar: debates sobre a Revolta dos Pinguins chilena e a Revolução Curda que atualmente ocorre em Rojava; aulas públicas sobre a educação no Brasil e em São Paulo; formações sobre a questão de gênero e o feminismo; debates sobre formas alternativas de educação; oficinas de mídia alternativa; conversas com movimentos populares; aulas de circo, de dança, de teatro e jogos coletivos. Fora dos portões das escolas, outras ações têm sido encampadas, marcadamente as marchas pela cidade e o trancamento de ruas e avenidas (OASL, 2015).

Por fim os militantes da OASL fazem um diálogo importante entre a prática dos estudantes e o que a práxis libertária propõe enquanto princípios políticos a serem divulgados e construídos nas diversas lutas. Diz o texto da Organização:

A luta das ocupações tem sido inspiradora e reconfortante para todas as pessoas que desejam uma sociedade mais igualitária e libertária. A maneira como ela vem acontecendo é exemplar. Por meio de sua própria experiência, as ocupações de escolas fazem uma crítica tanto à direita conservadora quanto à esquerda burocrática e governista. E mesmo sofrendo os efeitos da guerra promovida pelo governo, com repressão e criminalização, assim como as consequências da manipulação midiática, os estudantes mostram que existe um caminho.

Se este caminho encontra na ação direta e na autonomia alguns de seus princípios organizativos, ele constitui, ao mesmo tempo, um marco que, nos termos dos zapatistas, se encontra abaixo e à esquerda. Ou seja, ele envolve um projeto de classe, dos oprimidos, que tem como horizonte a diminuição da desigualdade para os de baixo (OASL, 2015).

A análise do fenômeno das ocupações de escolas feita pela UNIPA<sup>47</sup> coincide em alguns pontos com a que a OASL realizou e tem também algumas particularidades que iremos explorar. De início destacamos que o texto foi publicado no dia 16 de maio de 2016 e isso faz diferença com relação à abrangência dos fatos narrados pelo documento da União.

Por ter sido divulgado nessa data a UNIPA narra o processo do fenômeno das ocupações não só citando o estado de São Paulo, mas também falando de Goiás e Rio de Janeiro –os três primeiros estados da federação onde ocorreram as mobilizações estudantis.

Após isso, fala do avanço de uma luta nacional e tece críticas ao governo federal da época, mostrando que a insatisfação da juventude secundarista ia além das questões locais. Após falar da conjuntura das ocupações no Rio de Janeiro, o documento diz que:

Desde então a luta tem se nacionalizado: São cerca de 15 novas ocupações em São Paulo contra os cortes na educação e contra a “máfia da merenda”; no Ceara já são mais de 30 escolas ocupadas contra os cortes e por melhorias nas escolas; os estudantes do DF ocuparam um órgão do transporte (DFTrans) em defesa do passe livre irrestrito; os estudantes do Pará que no dia 15 de abril protestaram em mais de 20 municípios contra os cortes na educação e contra um projeto do governador que pretende reduzir a carga horária de aulas; no Rio Grande do Sul já são 3 as escolas ocupadas por secundaristas. Por que a nacionalização? Está claro que o problema não é apenas os governos estaduais ou municipais, é uma política nacional e tem relação direta com a crise capitalista. Essa política de ataques aos direitos foi assumida pelo Governo Dilma que já cortou mais de 14 bilhões da educação e recentemente (21 de março) apresentou nova proposta de cortes dos gastos públicos: o PL 257. Este plano prevê: suspensão do aumento real do salário mínimo, demissão voluntária de servidores, congelamento salarial por 2 anos etc. A política de privatização com OSs também é nacional e está inserido no projeto “Pátria Educadora”. Ao que tudo indica, o quadro de cortes continuará no governo Temer, que também não poupará o povo (UNIPA, 2016).

Outra questão a se analisar do documento da UNIPA é a respeito da organização política que os estudantes construíram durante aquele período, a autonomia política, o método de luta e o caráter de ação direta da mobilização dos jovens, a ligação com os protestos que ocorreram em 2013 em todo país e também às críticas de forma direta às

---

<sup>47</sup>UNIPA – União Popular Anarquista. A força das escolas ocupadas: Estudantes dão aula de luta e resistência. **Causa do Povo**, [s. l.], n. 74, abr./maio 2016. Disponível em: <https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2016/05/causa74.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

entidades estudantis ligadas aos partidos da esquerda institucional. A parte destacada a seguir mostra um pouco desse teor:

Nas ocupações que ocorrem no Brasil, os estudantes conseguem apoio de professores, pais, e diversos setores da classe trabalhadora. Algumas ocupações ocorrem em meio a greve de servidores da educação, como é o caso do Rio de Janeiro e Ceará, e isso é muito importante. É necessário que os trabalhadores aprendam com os estudantes, assim como os estudantes aprenderam com as Jornadas de Junho de 2013.

As escolas ocupadas apresentam formas organizativas e métodos de luta históricos da classe oprimida que foram esquecidos pelas burocracias sindicais e partidárias.

Nos partidos e entidades traidoras (UNE, CUT etc.) existem os que mandam/negociam e os que executam, no Estado é a mesma coisa. Nas escolas ocupadas os estudantes criam um novo poder, e demonstram que o caminho para as mudanças é a ação direta, e que a forma daqueles que lutam terem controle sobre as decisões do movimento é o federalismo (a organização “de baixo para cima”, o poder vindo de cada escola ocupada) (UNIPA, 2016).

O último texto analítico de organizações libertárias sobre as ocupações de escola é o da FARJ, escrito já na segunda metade de 2016<sup>48</sup>. Mais exatamente no dia 28 de novembro daquele ano.

Ao que parece o documento é assinado pela Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), mas achamos no site da FARJ - uma das organizações membros da CAB. Por já ser escrito no fim de 2016 e em uma conjuntura em que as ocupações eclodiram em todo país, principalmente por conta do projeto da Reforma do Ensino Médio e a PEC 241, a análise também traz elementos diferentes dos outros dois textos anteriores.

Sobre a Reforma do Ensino Médio (que estava na época como uma Medida Provisória de número 746) a crítica dos estudantes se direciona aos seguintes elementos:

A MP 746 busca modificar os currículos no sentido de torná-los mais tecnicistas e voltados para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Além disso, abre margem para uma maior participação do setor privado na educação. Tais objetivos tornam-se claros quando descobrimos quem está por trás de tais proposições: setores empresariais como o “Todos Pela Educação”, que inclui grupos como Rede Globo e Record, bancos Itaú, Santander e Bradesco, além das federações de indústria via Sistema S. A classe dominante quer lucrar com a educação pública, precarizar o trabalho e modificar a formação da classe oprimida, com o objetivo de torná-la ainda

---

<sup>48</sup>FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro. [CAB] Contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241! Todo apoio às mobilizações estudantis e às ocupações de escolas no Brasil! **FARJ**, [Rio de Janeiro], 28 set. 2016. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2016/09/28/cab-contra-a-reforma-do-ensino-medio-e-a-pec-241-todo-apoio-as-mobilizacoes-estudantis-e-as-ocupacoes-de-escolas-no-brasil/>. Acesso em: 29 set. 2022.

menos qualificada e com menor capacidade de fazer uma leitura crítica da sociedade.

Um dos primeiros artigos da medida provisória fala sobre o aumento gradual da carga horária obrigatória de 800 horas/aula por ano até 1400 horas aula/ano. A justificativa é a implementação do ensino em tempo integral. Essa é uma pauta histórica do movimento e por isso pode se confundir como algo positivo, mas temos clareza da perversidade dessa medida. Primeiro, as escolas não têm estrutura para receber essa medida. Já existem salas superlotadas, com mais de 40 estudantes, em várias partes do país. Muitas escolas possuem ensino médio e fundamental que compartilham o mesmo espaço, não havendo espaço físico para tal medida ser eficaz (FARJ, 2016).

Por fim o documento traz uma análise política que engloba a crítica aos partidos e entidades estudantis que são chamadas de burocratas, além de realizar uma interpretação anarquista dos fatos que cercaram o fenômeno das ocupações, em locais diferentes do país, nos anos de 2015 e 2016. O trecho abaixo ilustra esses elementos:

Por isso apoiamos as mobilizações estudantis, em especial as ocupações de escola que ocorrem em vários estados do país – com destaque para as mais de 500 escolas ocupadas no Paraná -, também ocorrendo várias ocupações de institutos federais e universidades. A ação direta estudantil foi capaz de vencer os governos estaduais em várias lutas em 2015 e 2016, a exemplo da luta contra a reorganização escolar protagonizada pelos estudantes de SP. Essa luta toma um caráter de autonomia frente a organizações e partidos, sendo protagonizada pelo próprio movimento. Defendemos essa autonomia, em especial frente às tentativas de aparelhamento por parte de entidades como a UBES e partidos políticos.

A mobilização dos estudantes traz novamente uma forma de lutar sem a necessidade das velhas estruturas burocratizadas do movimento estudantil ou sindical. Rejeitando a conciliação de classes, a mobilização da juventude pode impulsionar outros setores a se colocarem em movimento contra as reformas propostas pelo governo. O chamado de greve geral feito pelas centrais sindicais encontra dificuldades devido aos longos anos de burocratização e aparelhamento delas. Enquanto isso, o movimento estudantil abre o caminho para a necessária resistência com ação direta, com autonomia, de baixo para cima. E é dessa forma que uma luta mais ampla da classe oprimida deve ser construída para que tenha condições de fazer frente aos ataques que vêm sendo desferidos (FARJ, 2016).

Encerramos esse trecho mostrando que as análises de algumas organizações anarquistas destoam completamente do caráter que criminaliza a luta estudantil e também aprofundam a crítica aos partidos e suas entidades estudantis da esquerda institucional sobre o fenômeno político das ocupações.

Elementos como ação direta, auto-organização do movimento, autonomia política e a crítica à representatividade são encontradas nos textos de OASL, UNIPA e FARJ, e

são questões que somente os anarquistas de fato reivindicam e colocam no centro de seus debates. Nenhuma outra corrente e ideologia política exalta tanto tais práticas como o campo libertário.

A seguir vamos retomar a dicotomia “invasão” e “ocupação”, dando uma interpretação teórica e política nossa.

## **2.4 OCUPAÇÃO OU INVASÃO DAS ESCOLAS: UMA INTERPRETAÇÃO LIBERTÁRIA**

Começamos esse subcapítulo reafirmando que os movimentos de ocupações estudantis tiveram aspectos que remontam à tática de ação direta, visto que, nessas mobilizações protagonizadas pela juventude, tivemos não só a ocupação das escolas, mas também ações de rua como protestos, trancamento das vias e a própria organização feita a partir de suas demandas, sem intervenção de órgãos institucionais da política, empresariado ou terceiro setor para auxiliar a luta estudantil.

Na nossa visão, as escolas, por serem públicas, pertencem à sociedade - docentes, funcionários e a seus estudantes, que estão ali diariamente utilizando o espaço, aprendendo, sofrendo os males e vivendo naquele ambiente social, que também tem implicações políticas a todo instante. Esses são os primeiros motivos pelos quais não podemos chamar de invasões as ocupações de escolas públicas.

O discurso de quem chama as ocupações de invasões é carregado de argumentos que não aprofundam as questões políticas envolvidas nas pautas de reivindicação. As falas se voltam a aspectos como a não continuação das aulas, prejuízo de estudantes que não participavam da mobilização e constituem manifestações que praticamente naturalizam as leis e regras sociais, como se elas não fossem fruto de um processo histórico e político.

Quando estudantes ocupam suas escolas, reivindicando pautas e questionando as políticas de educação implementadas por governos e diretorias de colégios, buscando uma maior participação nas decisões cotidianas escolares, são invasores? Que leis são essas? Quem colocou em práticas essas leis? A sociedade ou as comunidades escolares participaram, de forma direta, da elaboração da legislação que rege as escolas públicas? Acharmos fundamentais essas indagações para iniciar o debate que envolve a legitimidade ou não das ações diretas protagonizadas pelos secundaristas.



Para começar vale dizer que a tradição anarquista de aprofundar questões a respeito da construção de leis e autoridades políticas e sociais é antiga. Kropotkin, ao dar um caráter histórico às formas de legislação, diz que: “[...] a lei é um produto relativamente moderno, pois a humanidade viveu séculos e séculos sem ter qualquer lei escrita, nem mesmo simplesmente gravada em símbolos, nas pedras, na entrada dos templos” (KROPOTKIN, 2005, p. 168). O anarquista russo faz severas críticas ao modo como a educação molda socialmente os indivíduos a obedecer às leis desde o início das nossas vidas, passando por autoridades e instituições. Observamos isso na seguinte passagem:

Estamos todos de tal modo pervertidos por uma educação que, desde a infância, procura matar em nós o espírito da revolta e desenvolver o de submissão à autoridade; estamos de tal modo pervertidos por esta existência sob o jugo da lei que tudo regulamenta: nosso nascimento, nossa educação, nosso desenvolvimento, nosso amor, nossas amizades, que, se isto continuar, perdemos toda iniciativa, todo hábito de raciocinar por nós mesmos. Nossas sociedades parecem não mais compreender que se possa viver de outra forma senão sob o regime da lei. Elaborada por um governo representativo e aplicada por um punhado de governantes; e, mesmo quando conseguem emancipar-se deste jugo, seu primeiro cuidado é o de retomá-lo de imediato (KROPOTKIN, 2005, p. 164).

A citação de Piotr Kropotkin acima não só desnaturaliza a construção das leis e, por consequência, sua forma de autoridade exercida sobre as sociedades, mas também mostra como a educação é um mecanismo institucional e cotidiano que estabelece limites à busca de qualquer forma de emancipação e de se rebelar diante do sistema vigente.

Além disso, o geógrafo e militante anarquista categoriza em três formas as leis que regem e regeram a humanidade ao longo da história e a quem elas protegem e servem: protegem a propriedade, os governos e as pessoas. A proteção aos proprietários se dá no sentido de que tais leis não são feitas para garantir, nem ao indivíduo, nem ao conjunto da sociedade, o gozo dos produtos do seu trabalho. Já as leis que protegem os governos servem para manter, revestir e desenvolver a máquina governamental, que por sua vez, serve para garantir os privilégios das classes dominantes. E por último temos as que se desenvolveram e foram exploradas pelos dominadores em suas respectivas sociedades: leis que protegem as pessoas. Kropotkin menciona como exemplos os chefes de tribo, famílias ricas nas comunas, reis que sempre se apoiaram em juízes para reforçar suas

autoridades e punir aqueles e aquelas que não seguissem as regras estabelecidas de cima para baixo, em cada contexto histórico (KROPOTKIN, 2005).

Ou seja, tais regras institucionais tendem a punir quaisquer formas de contestação ou de transformação da ordem fugindo dos trâmites legais. É a partir daí que alguns grupos ou pessoas têm suas ações reputadas como transgressão por determinados interlocutores, como no exemplo do vídeo da jornalista e ex-parlamentar Joice Hasselmann<sup>49</sup> ou ainda os textos de Hyago de Souza Otto (OTTO, 2016) e do procurador José Carlos (CARLOS, 2016). Estes se baseiam somente nas leis para, por um lado, deslegitimar os estudantes e, por outro, os colocam como incapazes de ter autonomia para construir suas pautas de luta.

O combate às formas de autoridades impostas, seja por forma de legislações, seja por meio de exemplos personificados institucionalmente – políticos profissionais, patrões, chefes de tribos ou, como diz De Moraes (2018a), os governantes que se colocam acima dos governados – sempre foi uma forma de questionamento e reflexão ligada à prática que os libertários através dos tempos buscaram estabelecer em suas ações políticas em geral.

Sobre essas questões Bakunin (2014) diz que a autoridade:

É a força inevitável das leis naturais que se manifestam no encadeamento e na sucessão fatal dos fenômenos do mundo físico e do mundo social? Efetivamente, contra essas leis, a revolta é não somente proibida, mas também impossível (BAKUNIN, 2014. p. 59).

É fundamental lembrar que, historicamente, as conquistas de direitos tiveram repercussões devido a seu caráter de enfrentamento a governos, instituições e leis. Greves gerais, ocupações de fábricas e locais públicos, boicotes a patrões feitos pela classe trabalhadora, protestos de rua, dentre outros exemplos, são simbólicos para entender esse processo que, tempos mais tarde, resultou em leis que atenderam parte das pautas reivindicadas. Entendemos que a forma de luta dos secundaristas no presente estudo está inserida nessa história.

Fazendo a conexão da questão de legalidade política de algumas ações e o objeto de estudo do presente trabalho, retomemos agora às análises da esquerda institucional

---

<sup>49</sup>INVASÃO, 2016.

sobre a mobilização estudantil entre 2015 e 2016 de forma crítica e a partir do olhar libertário. Primeiramente vale recordar que em São Paulo no ano de 2015, o governo era de Geraldo Alckmin, do PSDB, enquanto no Rio de Janeiro quem governava em 2016 era Luiz Fernando Pezão, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que na época ainda se chamava PMDB. Este partido foi aliado nas coalizões que governaram o país na esfera federal durante os 13 anos da gestão dos governos petistas (2003-2016).

Durante as ocupações estudantis, assistimos a partidos como PSOL, PSTU, PT e PCB (via UJC) e setores como a UBES e MTST dando apoio à luta da juventude das redes públicas em geral. No entanto, cabem algumas reflexões a respeito dessas manifestações de solidariedade.

A nota que o PT publicou em apoio às ocupações em São Paulo, em 2015, aqui mencionada, tem duas questões a se destacar: 1) o PT, desde a década de 1990, é oposição ao PSDB naquele estado da federação<sup>50</sup>; 2) para legitimar as ocupações, o militante autor da nota do partido deslegitima as rebeliões que aconteceram em 2013 em todo o país. Até os dias atuais, a tese petista faz questão de simplificar tamanhas rebeliões como um movimento de direita, sem pautas e que deu brechas à extrema direita, provocando o que veio a ser o impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016 – dentre outros argumentos que criminalizaram os diversos movimentos sociais presentes nas ruas naquele período, lutando por diversas pautas, dentre elas a melhoria da Educação pública.

Já os demais partidos e movimentos apontaram algumas das pautas dos estudantes, denunciaram as políticas educacionais do governo do PSDB e prestaram solidariedade aos ocupantes. Porém, vale ressaltar que nenhum desses partidos de esquerda mencionados ocupou cargos nas esferas executivas em capitais do país (prefeituras e governos estaduais) nem fizeram parte da base de coalização do governo petista, ou seja, sempre foram oposição a todos os governos, apesar de sempre disputarem as eleições.

As organizações anarquistas pesquisadas e mencionadas (OASL, FARJ e UNIPA) ao avaliarem as ocupações e o contexto em geral fazem também uma crítica profunda às políticas educacionais no âmbito do governo federal que tinha o Partido dos

---

<sup>50</sup>O PSDB governa São Paulo desde a eleição de Mário Covas em 1994 e em 2016 era governado por Geraldo Alckmin, sendo o sexto mandato consecutivo do partido. Cf. UOL. Alckmin é reeleito e garante 6º mandato consecutivo do PSDB em SP. UOL, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/alckmin-e-reeleito-e-garante-6-mandato-consecutivo-do-psdb-em-sp.htm>. Acesso em: 7 dez. 2019.

Trabalhadores no poder. Essa crítica não foi feita pelos partidos e movimentos da esquerda institucional, mas somente aos governos estaduais – que estavam sendo ocupados por partidos de direita naquele período (PSDB em São Paulo e MDB no Rio de Janeiro, por exemplo). Essa é uma reflexão que precisamos realizar quando interpretamos um fenômeno político e suas variadas vozes.

É a partir daqui que apontamos a visão anarquista sobre a ocupação do poder no Estado por partidos de esquerda (ou que pelo menos se identificam historicamente com esse espectro da política institucional). A forma de encarar o debate a respeito da democracia representativa e a ocupação nas instituições do estado sempre foi um embate entre anarquistas e socialistas, social-democratas e comunistas de estado.

A fim de embasar nossa hipótese, elencamos alguns argumentos teóricos de militantes clássicos do anarquismo que justificam a crítica a preencher cargos no governo, em detrimento não só das lutas sociais com caráter de autonomia, frente instituições políticas formais, mas também da busca por direitos e emancipação popular em diversos exemplos da história. Por isso, vamos retomar a ideia de que somente os anarquistas sempre se manifestaram pela construção política coletiva em que liberdade e igualdade são imprescindíveis e inseparáveis. Ambos os quesitos são fundamentais para a construção de uma outra lógica de sociedade. O incentivo à luta autônoma de grupos oprimidos pelo capital e estado é um dos pilares dessa busca incessante por soberania popular.

Se, por um lado, para os libertários a liberdade é uma conquista coletiva e não individualizada, como é para os liberais, por outro lado, a igualdade rompe com as hierarquias de partidos e possíveis vanguardas revolucionárias, tratando todas as pessoas envolvidas na luta de forma equitativa, com o mesmo poder deliberativo. É essa a crítica central aos partidos desde a virada do século XIX para o século XX, persistindo nos dias atuais.

Sobre o embate entre igualdade e hierarquia de setores ligados às demais correntes socialistas, Bakunin dizia que:

[...] a igualdade deve estabelecer-se no mundo pela organização espontânea do trabalho e da propriedade coletiva, das associações produtoras livremente organizadas e federalizadas nas comunas, e pela federação igualmente espontânea das comunas, mas não pela ação suprema e tutelar do Estado (BAKUNIN, 2008, p. 116).

Ao incentivar as lutas autônomas, autogeridas e se contrapor às ideias de autoridade formal e protocolares, presentes nas outras correntes políticas do período, as quais poderíamos dizer ter relação histórica com a esquerda institucional na contemporaneidade, o anarquista russo reforça sua visão da seguinte forma:

Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade, os socialistas revolucionários só têm confiança na liberdade. Uns e outros igualmente partidários da ciência que deve matar a superstição e substituir a fé, os primeiros desejaram impô-la, os outros esforçar-se-ão para propagá-la a fim de que os grupos humanos, convencidos, organizem-se e federalizem-se espontaneamente, livremente, de baixo para cima, por seu próprio movimento e conforme a seus reais interesses, mas nunca segundo um plano traçado de antemão e imposto “às massas ignorantes” por algumas inteligências superiores (BAKUNIN, 2008, p. 117).

Dentro desse debate incluímos também os escritos de Malatesta, quando incentiva a luta e a busca incessante por autonomia, que necessita ser estruturada de forma coletiva, por sua vez. O militante italiano, acerca dessa temática, diz o seguinte:

É preciso que, ao mesmo tempo em que está decidido a defender sua própria autonomia, sua própria liberdade, cada um – indivíduo ou grupo – compreenda os elos de solidariedade que o unem a toda a humanidade, e que seu sentido da simpatia e do amor por seus semelhantes seja bastante desenvolvido para que ele saiba se impor voluntariamente todos os sacrifícios necessários para uma vida social que garanta a todos os maiores benefícios possíveis num dado momento (MALATESTA, 2007, p. 140-141).

Portanto, entendemos que, se por um lado os estudantes não estavam invadindo espaço algum, devido ao fato de apenas estarem protestando e reivindicando pautas construídas por eles dentro da escola, que é pública, logo, pertencente a toda a comunidade; por outro lado, a forma com que os secundaristas construíram suas lutas rompe com parte da tradição hierárquica de partidos e movimentos da esquerda institucional.

Finalizamos este capítulo parafraseando o cantor e compositor Belchior que na música “Como o diabo gosta”<sup>51</sup>, do disco “Alucinação”, lançado em 1976, aponta que os estudantes buscaram “sempre desobedecer” às leis injustas e “nunca reverenciar” as autoridades impostas em suas históricas mobilizações por uma educação mais justa.

---

<sup>51</sup>COMO O Diabo Gosta. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Belchior - Tema. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3yZy7AfHhXs>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Não quero regra nem nada  
Tudo tá como o diabo gosta, tá  
Já tenho este peso, que me fere as costas  
E não vou, eu mesmo, atar minha mão  
Já tenho este peso, que me fere as costas  
E não vou, eu mesmo, atar minha mão  
O que transforma o velho no novo  
Bendito fruto do povo será  
E a única forma que pode ser norma  
É nenhuma regra ter  
É nunca fazer nada que o mestre mandar  
Sempre desobedecer  
Nunca reverenciar  
É nunca fazer nada que o mestre mandar  
Sempre desobedecer  
Nunca reverenciar  
(BELCHIOR, 2018)<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup>Transcrição do autor.

### **CAPÍTULO 3: RELAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Neste capítulo, apresentaremos um breve panorama histórico do contexto em que as escolas públicas foram de fato implementadas como política de Estado no Brasil. Não iremos aprofundar tanto esse tópico, pois não é nosso foco, mas acreditamos ser importante apresentar o assunto para contextualizar o tema.

Após isso iremos problematizar a escola, enquanto instituição pública construída com um modelo burocrático e hierárquico, com intervenção de órgãos oficiais do governo (como secretarias ou ministérios da educação, por exemplo), também fará parte de nossa investigação.

Por fim debateremos o quanto as ocupações de escolas representaram uma quebra de paradigma político e social diante do modelo não só da escola, mas da Educação em geral (mesmo que num curto período), devido às características de organização e táticas de enfrentamento à ordem institucional.

#### **3.1 UM BREVE DEBATE SOBRE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL**

Oficialmente no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil se tornava uma nação independente e deixava de ser colônia de Portugal. Sabemos que existem diversas implicações e correntes políticas que não só problematizam, mas também negam uma data de “independência do Brasil” e ainda aprofundam a necessidade desse marco histórico ser ressignificado na atualidade. Porém, acreditamos que é uma data simbólica para analisarmos as políticas educacionais e a noção de escola pública que foram colocadas em prática no país, até a primeira metade do século XX.

Cabe, num primeiro momento, nos referenciar ao trabalho de Ribeiro (1993) chamado “História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão”, no qual se faz um resgate da educação ainda no período colonial – logo, antes de 1822 –, marcada pelo vínculo com a Companhia de Jesus. A principal característica desse modelo escolar proposto pelos jesuítas era o ensino religioso para a população nativa como forma de catequizar não só indígenas, mas também toda a sociedade. O traço religioso e

confessional na educação ainda é extremamente forte no Brasil atualmente, por isso vale iniciar a partir desse período no sentido de contextualizar o assunto. Segundo Cervi, “era preciso converter e aculturar os que eram estigmatizados como “ignorantes” e “ingênuos” (CERVI, 2013).

Além disso, Ribeiro vai mais a fundo e revela:

O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo (RIBEIRO, 1993, p. 15).

Já no artigo de Albano Teixeira (2015) “Um breve histórico da educação brasileira - sob o signo da precariedade”, o autor faz uma revisão relevante de outras referências que tratam da história da educação brasileira, como por exemplo, a informação de que a “garantia da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, expressada no artigo 179, item 30, da Constituição imperial teve sua realização passada para a competência provincial pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834”.

Podemos dizer que esse Ato Adicional marca o início de políticas públicas voltadas ao campo da educação pós-separação político-institucional do estado brasileiro e a coroa portuguesa. A principal pauta implementada por esse Ato foi a descentralização da responsabilidade da educação, ficando a cargo das províncias as diretrizes políticas, ou seja, legislar e controlar o ensino primário e médio (RIBEIRO, 1993).

Em 1837, é criado o Colégio Pedro II, que seria posteriormente uma espécie de modelo a ser seguido nas demais escolas de ensino secundário no país. Silva (2009) diz que:

O Colégio Pedro II se caracterizou por adotar o modelo dos famosos Liceus da França, seu currículo possuía uma forte ênfase humanista, introduziu o estudo de línguas modernas como o inglês e o francês, sendo o curso seriado com sete anos de duração. Nessa instituição, procurou-se implementar a modernidade educacional importando o modelo de funcionamento e plano de estudos da Europa e dos Estados Unidos (SILVA, 2009, p. 95).



Os autores que estão nos servindo de referência a respeito da inserção do ensino, nessas décadas posteriores ao fim oficial da colonização e à vigência do império, reforçam o caráter elitista do ensino nesse período. Estudar era privilégio de uma elite branca, aristocrática e masculina.

Já nas últimas décadas do século XIX, alguns projetos de reforma educacional foram apresentados pelos governantes no sentido de aumentar o compromisso do Estado no oferecimento da instrução ao povo. Pode-se dizer que a principal reforma foi aquela realizada pelo Ministro Carlos Leôncio da Silva Carvalho.

O decreto era o de nº 7.247, colocado em prática no ano de 1879, que apresentava os seguintes aspectos relatados por Silva (2009):

As principais novidades da reforma de 1879 foram a liberdade de ensino e de frequência, a abolição do ensino religioso obrigatório, tornando-o facultativo, a permissão para que escravos se matriculassem nas escolas públicas. Previa também a coeducação dos sexos até os dez anos de idade, a criação de jardins-de-infância (educação infantil) para as crianças dos três aos sete anos de idade, dentre outras alterações.

No entanto, dentre as alterações radicais da reforma Leôncio de Carvalho, interessa-nos ressaltar a disposição que obrigava o governo a criar, nas principais cidades das províncias, “escolas profissionais que objetivassem dar instrução técnica necessária às indústrias predominantes, bem como auxiliar ou criar escolas especiais que estivessem voltadas para o ensino prático das artes e ofícios conforme as necessidades da população e do Estado” (SILVA, 2009, p. 98).

Já no período republicano, iremos apontar fatos importantes e explorar algumas questões que problematizam de forma abrangente como se dá a inserção do ensino público e quem de fato era contemplado.

Estudiosos dizem que, com a chegada da República e o fim da monarquia, as influências e a concepção de alguns pontos das políticas educacionais foram modificadas, sendo menos voltadas ao clericalismo, pois já se começava a pensar numa expansão do ensino para a população. A Reforma de Benjamin Constant de 1890, por exemplo, tinha como propostas “a inclusão de disciplinas científicas nos currículos e dava maior organização aos vários níveis do sistema educacional [...]” (RIBEIRO, 1993).

Teixeira (2015), ao descrever as características do ensino nos primeiros anos da República, diz que:

A escola primária republicana da primeira fase vai demarcar um modelo escolar que será visto como “lugar” institucionalizado e legítimo de educação na sociedade brasileira, a escola seriada e graduada, que tem sua apresentação “oficial” a partir da reforma educacional paulista de 1893, realizada por Caetano de Campos, mas que já poderia ser percebida nas escolas criadas no Município Neutro ao final do Império, as chamadas “Escolas do Imperador”. Porém, nas regiões mais distantes e/ou periféricas continuaram a existir várias outras modalidades do período anterior como escolas precárias e multisseriadas, a educação familiar e doméstica, até em função dos gastos elevados que o modelo paulista apresentava (TEIXEIRA, 2015, p. 65-66).

A questão do analfabetismo era um dos maiores desafios das primeiras décadas de política educacional no século XX no país. Com esse foco e outras pautas, chega à década de 1930, durante a qual, a partir do governo de Getúlio Vargas, buscou-se avançar no desenvolvimento urbano, industrial, ainda preservando traços autoritários no âmbito rural e com resquícios do recente passado (oficial) de escravidão.

Logo em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que ficou a cargo de Francisco Campos. Nesse contexto, que na historiografia é chamado no campo acadêmico de “Governo provisório”, a institucionalização do modelo de educação que seria colocado em prática nacionalmente estava em disputa.

Foi nesse contexto que, em 1931, alguns intelectuais lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação. Esse movimento de políticos e pensadores era chamado de Escola Nova. Nas palavras de Cervi (2013):

No Manifesto, os escolanovistas solicitaram que o Estado reconhecesse a educação enquanto uma função social, a partir da definição de políticas para a efetivação de um projeto de Escola Pública. Afirmavam a necessidade de se estabelecer uma escola pública, a despeito de seu caráter público ou privado, pois reconheciam a necessidade de uma experiência entre escolas públicas e privadas, e enfatizavam a educação unificada e independente da classe social para todas as crianças e jovens brasileiros (CERVI, 2013, p. 71).

Alguns anos depois, foi promulgada a Constituição de 1934, que traça algumas diretrizes nesse período a nível nacional, criando-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação. Com isso, determinava-se também um mínimo de verbas a serem aplicadas para o ensino, reconhecendo de forma oficial a Educação como direito de todos e reforçando, assim, a obrigatoriedade do ensino primário, assistência social e bolsas de estudo aos alunos (RIBEIRO, 1993).

O ano de 1937 foi marcado pelo fechamento do regime e instauração da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas, muito influenciada pelo avanço da ideologia fascista

e regimes totalitários que chegaram ao poder na Europa no mesmo período. No campo da educação, podemos destacar que tivemos como políticas de governo a manutenção da gratuidade do ensino primário, além de dar providências ao programa de política escolar em termos do ensino pré-vocacional e profissional. O governo de Vargas estabeleceu, nessa nova constituição imposta nos moldes ditatoriais, o regime de cooperação entre a indústria e o Estado (RIBEIRO, 1993).

Ainda sobre o regime ditatorial de Vargas, vale citar a seguinte passagem de Ribeiro (1993):

Durante o Estado Novo, aumentaram-se as verbas destinadas à Educação e houve uma tentativa de se traçar uma política educacional de âmbito nacional. Criaram-se órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiofusão Educativa (1939). Com o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de uma formação mínima ao operariado, e de maneira rápida e prática. Assim foi criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - através do Decreto-Lei no 4048, de 22 de janeiro de 1942, com finalidade de ministrar um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial. O SENAI era dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pelas contribuições das empresas e ela filiadas (RIBEIRO, 1993).

A medida mais importante e relevante implementada durante o Estado Novo, no aspecto político-educacional, foi a Reforma Capanema. Ribeiro (1993) traz mais uma vez apontamentos fundamentais para entendê-la e contribuir para o seu debate, dizendo que a Reforma apresentava:

[...] cunho nazi-fascista cuja ideologia era voltada para o patriotismo e o nacionalismo, difundindo disciplina e ordem através dos cursos de moral e civismo e de educação militar para os alunos do sexo masculino nas escolas secundárias. O ensino secundário passou a ser ministrado em dois ciclos de quatro e três anos. Os primeiros quatro anos correspondiam ao curso ginásial e os três últimos ao curso colegial, que apresentava duas opções: o clássico e o científico. O ensino continuou a ter caráter humanístico, enciclopédico e aristocrático, e os cursos clássico e científico não apresentavam diferenças substanciais, a ponto de serem considerados opções diferentes. Havia ainda o ensino industrial e o comercial. "Quanto ao ensino industrial, de grau médio, estruturado, pela primeira vez, em conjunto, estabeleceu que os cursos industriais estavam classificados em dois ciclos. O primeiro, por quatro anos - são os cursos industriais básicos, nas escolas industriais, e que formam artífices especializados - e o segundo, com três anos, nas escolas técnicas - são os cursos técnicos - para a formação de técnicos especializados (RIBEIRO, 1993).

Para finalizar esse tópico vamos mencionar como características da década de 1950 os avanços da luta de diversos movimentos sociais. Destacamos que alguns deles tinham a educação como pauta central.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), na obra “Política educacional”, resumem bem o contexto de mobilização social e política antes do golpe militar em 1964, mostrando que:

Crescia a organização de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, estruturavam-se as Ligas Camponesas, estudantes fortaleciam a União Nacional dos Estudantes (UNE), militantes subalternos organizavam-se. Mobilizações populares reivindicavam Reformas de Base – reforma agrária, reformas na estrutura econômica, na educação, reformas, enfim, na estrutura da sociedade brasileira. Essa movimentação repercutiu intensamente no campo da cultura e da educação (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007, p. 26).

Fizemos um apanhado histórico apontando algumas das políticas que fundamentaram parte das principais políticas educacionais ao longo da história nos séculos XIX e XX. Vamos avançar no tempo com o objetivo de analisar os regimes militares e governos posteriores, compostos por civis, na contemporaneidade, a partir da lente anarquista de interpretação política.

### **3.2 ESCOLA: INSTITUIÇÃO BUROCRÁTICA E HIERÁRQUICA**

O estabelecimento das relações de poder entre corpo docente e diretorias de ensino diante dos corpos discentes, nos espaços institucionais – representados por creches, escolas, universidades e outros exemplos que se enquadram no que chamamos de educação formal – se insere no que já mencionamos como governança sociocultural (DE MORAES, 2018a).

Analisamos de forma breve a história das primeiras políticas educacionais no Brasil, como foram implementadas e seu forte caráter elitista, sem participação popular nas decisões das políticas colocadas em prática.

Fora isso, vale reforçar a influência dos parâmetros educacionais europeus desde o século XIX, chegando até o século XX. Dessa forma percebemos quão excludentes e colonizadas sempre foram tanto as políticas no campo da educação quanto a ideia e o projeto de escola. Isso se reflete não só no Brasil e continente sul-americano, mas em

diversos países da América Latina, África e Ásia. Essa construção histórica, que se baseia estruturalmente nos ideais propagados por países do centro do sistema capitalista (leia-se alguns países europeus e Estados Unidos), vem sendo intensamente debatida e desconstruída por autores e autoras que fazem parte de uma corrente de pensamento recente na história acadêmica: as teorias decoloniais.

Iremos citar e pontuar algumas reflexões da teoria decolonial que cabem e dialogam diretamente com o que estamos trabalhando no que diz respeito à construção da ideia de escola e da educação pública.

Para falarmos de decolonialidade, vale trazer De Moraes (2020) para o debate num primeiro momento, caracterizando o colonialismo que, em suas palavras, seria:

[...] uma prática capitalista, empreendedora, apoiada e financiada por diferentes Estados (reinos) europeus. Enquanto a Coroa e seus empreendedores ficavam com a maior parte do dinheiro, os militares e paramilitares faziam o jogo sujo, pois foram eles com suas armas que guerrearam, conquistaram, humilharam, mataram, torturaram e escravizaram os colonos, os sub-humanos. Foi um sistema estritamente racista ao idealizar a ideia de raça (Morrison, 2019) e de cor aos outros, atentando contra africanos (black, pretos, negros), vermelhos (indígenas), amarelos (asiáticos). O único que não tinha cor era o branco (DE MORAES, 2020, p. 8).

Já nos introduzindo ao campo da teoria decolonial, Ramon Grosfoguel (2016) enfatiza que a construção epistemológica dos debates nas universidades, em quase todo o mundo que historicamente chamamos de ocidental, é centralizada por poucos países como França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Alemanha. Além disso, as referências teóricas que temos no meio acadêmico são, em sua maioria, de homens brancos dessas nações. O autor porto-riquenho diz que essa construção de saber comete o que Boaventura de Souza Santos chama de epistemicídio<sup>53</sup>. Grosfoguel (2016) ainda relaciona tal ideia com o racismo e sexismo na produção de conhecimento, ao longo do tempo, no campo acadêmico, em diversos locais do mundo.

Nem os povos nativos nem a população negra, sequestrada da África para ser escravizada no continente que chamamos de América, tiveram participação no processo

---

<sup>53</sup>“Epistemicídio” é um conceito, elaborado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que trata da destruição de formas de conhecimento e culturas que não são assimiladas pela cultura do Ocidente branco.

que colocou em prática as políticas educacionais e depois veio a inaugurar as primeiras escolas públicas.

Ao falar da construção do conhecimento nas universidades, Grosfoguel diz o seguinte:

As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não há um escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial. No fim do século XVIII, quando as ditas universidades deixaram de ser cristãs e teológicas e se transformaram em seculares e humboltianas, utilizou-se a ideia antropológica kantiana de que a racionalidade está encarnada no homem branco ao norte dos Pirineus. A Península Ibérica foi relacionada ao estigma da irracionalidade, ao lado dos povos de pele negra, vermelha e amarela. As pessoas “sem racionalidade” foram epistemologicamente excluídas das estruturas de conhecimento das universidades. É a partir da estrutura kantiana que o cânone da universidade ocidental é fundado (GROSFOGUEL, 2016, p. 43).

Podemos dizer que essa análise do sociólogo porto-riquenho pode ser atribuída a toda forma de implementação de políticas educacionais, não só no ensino superior, mas também em todas as esferas da educação formal, ou seja, as escolas públicas também foram fundadas a partir deste paradigma.

Aníbal Quijano (2005) – outro autor que intenciona debater a área da teoria decolonial e a pautá-la – busca entender de que forma as relações de poder entre os países europeus e suas colônias ocorreram e como se deram as relações sociais, políticas e históricas de seus colonos brancos e da população que serviu de mão de obra explorada, durante esse período (e até os dias atuais).

O intelectual peruano também traz à tona o discurso de caráter racista que legitimou a matança de povos nativos e escravizados, em geral, na América Latina. Para o autor, esse processo se deu para além do período da colonização e se estendeu quando esses territórios se tornaram estados-nação ou, em outros termos, quando viraram independentes, politicamente falando.

Podemos observar o desenvolvimento dessa ideia quando Quijano diz:

[...] nas outras sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não podia ter

tido nem sentido nenhum interesse social comum com os índios, negros e mestiços. Ao contrário, seus interesses sociais eram explicitamente antagônicos com relação aos dos servos índios e os escravos negros, dado que seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes. De modo que não havia nenhum terreno de interesses comuns entre brancos e não brancos, e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional comum a todos eles. Por isso, do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia europeia (QUIJANO, 2005 p. 134).

Após mostrar como se pautou historicamente a construção das instituições educacionais na América Latina, que pode se estender a outros locais colonizados e explorados pelas chamadas potências econômicas e políticas do sistema capitalista, vamos continuar e centrar nosso debate em um aspecto que acreditamos ser complementar ao racismo e sexismo epistemológico.

Tal enfoque a se explorar seria a escola enquanto uma instância social e política extremamente burocrática e hierárquica. Esse tema é trabalhado por alguns autores ao longo do tempo, dentre eles o filósofo francês Michel Foucault (2014). O pensador busca descrever em sua obra “Vigiar e punir: o nascimento da prisão” como o espaço escolar se enquadra no que chama de sociedade disciplinada (ou de controle).

Foucault faz comparações interessantes e pertinentes com outras instituições como o sistema prisional, quartéis e as fábricas. A própria lógica do espaço e as relações de poder estabelecidas com rigidez disciplinar e hierarquias delimitadas são bem apresentadas pelo filósofo (FOUCAULT, 2014).

Além disso, o autor faz uma genealogia da história da escola enquanto instituição social e mostra como ela vai se transformando com o passar do tempo, a partir da sua formalização, divisão de séries, matérias específicas, formas de convivência dentro do próprio espaço escolar etc. Nas palavras do intelectual:

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permiteu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o tempo escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 2014, p. 144).

Ainda sobre questões que dizem respeito à organização, disciplina e vigilância no ambiente de colégios, o autor complementa a ideia da seguinte forma:

As disciplinas organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações obrigatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia dos tempos e dos gastos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois se projetam sobre essa organização características, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 2014, p. 145).

Outro autor importante que trata da educação e de toda a relação com produções de hierarquias e burocracias é Mauricio Tragtenberg (2012). Dentre tantos apontamentos que o intelectual busca aprofundar em suas obras, trouxemos justamente a crítica feita sobre as relações de poder no espaço escolar. Tragtenberg revela que a escola é uma instituição que se constrói por meio de práticas políticas concentradas na disciplina que, nesse caso, se transforma em vigilância. Essa “patrulha” se estende às práticas de ensino através de castigos, sanções e outros meios de manter essa hierarquia intacta. Sobre isso, o autor salienta:

A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries e graus, salienta as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com a “retenção” ou a “exclusão” (TRAGTENBERG, 2012, p. 78).

E sobre a questão que dialoga diretamente com a noção clássica de “vigiar e punir” – explanada anteriormente por Foucault em seu trabalho – focando no espectro do ambiente educacional, Tragtenberg afirma:

Dessa forma a escola se constitui num observatório político, um aparelho que permite conhecimento e controle perpétuo de sua população, através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos.

É a estrutura escolar que legitima o poder de punir, que passa a ser visto como natural. Faz com que as pessoas aceitem tal situação. É dentro dessa estrutura que se relacionam os professores, os funcionários técnicos e administrativos e o diretor (TRAGTENBERG, 2012, p. 79).



Cervi (2013) se aprofunda em como, ao longo da história, foram sendo criados políticas e cargos com base em formação de pessoas para administrar a escola como instituição. Tais políticas são chamadas a todo instante de gestão e são influenciadas pela linguagem e pela prática empresariais. Mas a autora nos mostra que, por trás de um discurso que exalta a democracia e a participação de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, há ações que avançam no sentido de controlar, vigiar e conter os corpos que discordem de tais práticas no cotidiano (CERVI, 2013).

Nesse sentido, Cervi nos traz elementos importantes que corroboram a reprodução aplicada pela escola enquanto ambiente disciplinador e avança ainda mais na ideia de sociedade de controle. Segundo a autora:

Enquadrar indivíduos: isso é o que interessa. A escola, não apareceu numa bela manhã de sol e, como diz a expressão popular, “nasceu para todos”. Não, ela não nasceu para todos, porém, aos poucos, pretende atingir todos, enquadrar todos. Alcança até mesmo os que, embora afastados fisicamente dela, reconhecem-se a partir dela: “sou analfabeto, eu não estudei”. Na instituição escolar, o aluno era – e ainda é – confinado (CERVI, 2013, p. 30-31).

Por fim, vale destacar o que Passeti diz no prefácio ao apresentar a obra de Cervi. A construção do ambiente disciplinador, de obediência e que reforça a governança sociocultural não é algo recente. Podemos dizer que está imbricado ao projeto de educação pública e ao formato das escolas em geral no país. Sobre o assunto, o autor diz o seguinte:

A ditadura civil-militar, desde o final de 1964, soube como investir na escolarização para a obediência à autoridade superior ao conhecimento convencional. Considerava a criança como questão de segurança nacional e construiu uma educação escolar revestida com afinidades indissociáveis da proposta para o que der e vier construída por Francisco Campos no Estado Novo (PASSETTI, 2013, p. 13).

Vamos debater as ocupações de escola enquanto fenômeno político de contraponto e contestação a todo esse modelo de escola tradicional e que rompe alguns paradigmas, já quase naturalizados, de como é, pode ser ou funcionar uma escola.

### 3.3 O ROMPIMENTO DE PARADIGMA DO ESPAÇO ESCOLAR NO PERÍODO DAS OCUPAÇÕES

Figura 2: Cartaz feito com restos de papelão pelos estudantes na Ocupa 114



Fonte: Arquivo Pessoal do autor.

O sistema educacional no Brasil no período posterior à saída dos militares da governança política (1964 até 1985) se caracteriza por se constituir de forma autônoma entre os três níveis de governo e pela descentralização das políticas educacionais (pelo menos no nível das leis e com relação às instituições).

Além disso, a educação pública no país se estrutura da seguinte forma: temos a educação básica e a educação superior, sendo a primeira formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. De acordo com a legislação vigente, compete aos municípios atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, enquanto aos estados cabe a competência sobre os ensinos Fundamental e Médio. O governo federal é responsável pelo sistema de Educação Superior – além das escolas federais de Ensino Médio que existem por todo país chamados Institutos Federais (IFs)<sup>54</sup>. Cabe ao governo federal exercer a função redistributiva e supletiva, prestando assistência

---

<sup>54</sup>Importante dizer que os IFs contemplam diferentes modalidades de ensino como Ensino Médio, Ensino Médio Técnico e Ensino Superior.

técnica e financeira aos estados e municípios (CARMO; ZAIDAN FILHO; MIYACHI, 2014).

No plano cotidiano e do funcionamento da instituição escolar de forma geral, a educação pública e seu formato na América Latina foram fundados por seus governantes – os quais, em sua maioria, foram da elite econômica, de origem branca e influenciados pela construção de uma política educacional europeia - ao longo da segunda metade do século XIX, e se consolidaram política e oficialmente no decorrer do século XX.

No tópico anterior, trouxemos para o debate os autores decoloniais que revelaram o caráter de como se formaram as universidades nas regiões colonizadas, como a América. O ensino básico de forma abrangente não foi diferente; também se baseou numa educação que não privilegiou os saberes nativos nem dos povos africanos e sempre teve em sua formação ideológica pressupostos racistas e sexistas (GROSFOGUEL, 2016).

Essa estrutura escolar extremamente burocrática, hierárquica, com divisão de cargos que ajudam a fortalecer a governança sociocultural, sem a participação de todos os atores que convivem no ambiente escolar, acaba por se tornar complexa em muitos aspectos.

Sobre o assunto, Tragtenberg é assertivo ao dizer:

O sistema burocrático estrutura-se nas formas de empresa capitalista como também na área da administração pública; seu papel essencial é organização, planejamento e estímulo.

O sistema burocrático estrutura-se em nível de cargos, que por sua vez articulam-se na forma de “carreira”, onde o diploma acreditativo, tempo de serviço e conformidade às regras constituem precondições de ascensão. Seu modo de recrutamento e sistema de promoção são definidos por ela, como sigilo, como mecanismo de comunicação intraburocrático, diluído nas diversas áreas de competência.

Um dos aspectos estruturais do sistema de educação burocrático é que os usuários não controlam de modo algum a gestão dos fundos que dedicam à coletividade (TRAGTENBERG, 2004, p. 46-47).

Essas instâncias burocráticas que Tragtenberg retrata dialogam diretamente com o que Cervi discorre quando se constrói, ao longo da história, a cultura de gestão democrática nas escolas públicas, que na verdade enfatiza a disciplina, o controle e corrobora a noção de sociedade de controle (TRAGTENBERG, 2004; CERVI, 2013).

Vale analisar as ocupações estudantis tanto como movimento social quanto na sua efetivação como contraponto ao que, na prática, ressignificou o espaço escolar como um

todo, durante o período de mobilização. Vamos primeiramente dialogar com as noções de ação direta, autogestão e democracia direta, problematizando como essas três práticas políticas se construíram entre a juventude secundarista que ocupou suas escolas.

Entendemos que, quando ocorre o fenômeno das ocupações escolares, podemos interpretar de diversos ângulos esse acontecimento. Aqui vamos retomar os conceitos de ação direta e autogestão de maneira combinada e complementar.

É importante lembrar que, na tradição da teoria libertária, essas duas práticas políticas sempre são aplicadas de forma conjunta e não faz sentido imaginar a prática autogestionária sem ser a partir da ação direta, nem ações diretas que não sejam autogeridas pelas pessoas. Sempre pensando do prisma anticapitalista e sem dependência das instituições do estado, conduzimos nossa análise.

A partir do momento em que os estudantes resolvem, de forma coletiva, se auto-organizar, com pautas políticas definidas entre os próprios, ocupam as suas escolas como forma de protesto e por algum momento gerem aquele espaço, passam a redefinir o ambiente escolar em diferentes aspectos. Além disso, quebram paradigmas e rompem com a lógica burocrática e disciplinar. Temos, ainda, o enfrentamento às governanças socioculturais a partir do protagonismo estudantil.

Quando a juventude assume as escolas, não há direção e nem a divisão de trabalho com corpo de funcionários e docentes. Ou seja, há uma ruptura com a lógica disciplinadora e burocrata que nos acostumamos a presenciar nas escolas. O espaço escolar é tomado pelo grupo de pessoas que tradicionalmente, em diversos exemplos, não participa das decisões políticas que as escolas tomam enquanto instituição: os estudantes.

Sobre essa questão envolvendo a juventude protagonista do movimento que ocupou os colégios públicos e o próprio espaço escolar, Gallo (2017), em seu texto “Insurreições escolares?”, nos traz uma reflexão que merece destaque:

Os prédios escolares, muitas vezes centenários, mudaram pouco, quase nada. Mesmo os mais novos seguem um padrão arquitetônico que pouco foi mudado. Mas a juventude que os habita é outra, quase irreconhecível para as gerações anteriores. De outro lado, se em muitos casos os estudantes se expuseram a intervir nos prédios escolares, consertando portas, janelas, banheiros que o descaso do poder público deixa sucatear, intervieram também sobre si mesmos, modificando o que são. Bela metáfora: a intervenção transformadora no espaço é também uma transformação em seus corpos, em suas subjetividades. Escola quase a mesma; sujeitos totalmente outros, pela ação da escola sobre eles e pelas ações deles sobre eles mesmos (GALLO, 2017, p. 320).

Por fim, ratificamos que os estudantes se apropriaram de um espaço que lhes pertencia. Louise Michel (1830-1905), a clássica militante anarquista e uma das protagonistas da Comuna de Paris em 1871, discorda do termo “expropriação” quando utilizado nos fenômenos políticos de que participou ou ao longo do século XIX. Se relacionarmos ao caso debatido neste trabalho, discordamos da expressão “invasão” e acreditamos que seria melhor chamar as ocupações de escola com a ideia de “tomada de posse” ou “apropriação” do espaço escolar, como diz a ativista francesa.

Segundo Michel (2021) “o mundo inteiro é para todos, e cada um deve ter o que lhe cabe; a terra ao sementeiro, o mármore ao escultor, o oceano aos navios” (MICHEL, 2021, p. 45). Sendo assim, buscamos aqui brevemente dialogar com a ideia da revolucionária da Comuna de que a escola pertence aos estudantes e não tem donos, seja direções das unidades ou secretários de Educação.

Vamos a seguir fazer uma narrativa dos principais fatos históricos que cercaram os fenômenos das ocupações de escola no Chile (2006), São Paulo (2015) e Rio de Janeiro (2016). Trataremos dos contextos políticos específicos e iremos estabelecer algumas comparações, avaliando contingências e influências políticas que aconteceram em cada local.

#### **CAPÍTULO 4 AS REBELIÕES E OCUPAÇÕES ESTUDANTIS CONTEMPORÂNEAS: SOBRE A CONJUNTURA DE CHILE, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO**

Neste capítulo vamos apresentar, em linhas gerais, alguns fatos que acreditamos ser fundamentais para entender o contexto em que aconteceu o fenômeno das ocupações na América Latina recentemente. Primeiramente vamos falar sobre a chamada Rebelião dos Pinguins em 2006 e as revoltas de estudantes universitários no Chile em 2011. Após

essa exposição entraremos no contexto das ocupações de escola em São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, em 2015 e 2016 respectivamente.

Entendemos que o fenômeno das ocupações escolares por estudantes é um fato geral, com características e táticas políticas similares, mas cujos contextos em cada local e a conjuntura de momento influenciam nas dinâmicas de como se dá cada processo, no Chile, São Paulo ou Rio de Janeiro.

Vamos às análises de cada local no período das ocupações.

#### 4.1 A REBELIÃO DOS PINGUINS NO CHILE

Figura 3: Estudantes chilenas em protesto durante a Revolta dos Pinguins em 2006



Fonte: KIJOHTE, 2019.

Para introduzir o caso do movimento chileno é fundamental pontuar aspectos gerais da conjuntura. As ocupações no Chile em 2006 se deram no mesmo ano da eleição em que a presidente Michelle Bachelet chegou ao poder a partir de uma coalizão, reunindo democratas-cristãos, liberais, social-democratas e socialistas, chamada Concertación de Partidos por la Democracia (conhecida como Concertación). A aliança eleitoral foi composta pelos seguintes partidos: Partido Demócrata Cristão (PDC), Partidos Socialista (PS), Partido pela Democracia (PPD) e o Partido Radical Social Democrata (PRSD)<sup>55</sup>. A própria Bachelet tem uma trajetória de militância contra a ditadura de Pinochet e se intitula “mulher, socialista, separada e agnóstica” segundo Pérez (2009).

Em segundo lugar vale dizer o motivo pelo qual o fenômeno é chamado de “Revolta (ou rebelião) dos Pinguins”. Os estudantes chilenos são apelidados de pinguins devido ao uniforme que usam e se tornou uma marca das mobilizações os secundaristas uniformizados em protestos, ações diretas e atuações durante aquele período.

---

<sup>55</sup>PARTIDOS, movimientos y coaliciones: Concertación de Partidos por la Democracia. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, [Santiago, Chile], [2010?]. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos\\_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n\\_de\\_Partidos\\_por\\_la\\_Democracia#Gobierno\\_de\\_Michelle\\_Bachelet\\_Jeria\\_.282006-2010.29](https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n_de_Partidos_por_la_Democracia#Gobierno_de_Michelle_Bachelet_Jeria_.282006-2010.29). Acesso em: 18 mar. 2022.

Retomando ao panorama político do país vizinho, as heranças das políticas pinochetistas ainda hoje são sentidas e em 2006 eram ainda mais presentes os reflexos. No campo da educação - mas não só - podemos dizer que a experiência do Chile foi um verdadeiro laboratório para a implementação de políticas privatistas e para o avanço do chamado modelo político e econômico neoliberal.

Trittini e Cuevas a respeito do assunto dizem que:

Entre os anos 1973-1989 o país viveu em um contexto de ditadura caracterizado pelas transformações econômicas introduzidas no país, uma economia de livre mercado que atingiu o sistema educativo na sua organização e financiamento, descentralização administrativa e pedagógica, características que se mantêm até hoje (TRITTINI; CUEVAS, 2013).

Já o excelente trabalho de Jorge Luis Inzunza Higuera (2014), intitulado “A Reforma educacional chilena na América Latina (1990-2000): circulação e regulação de políticas através do conhecimento”, traz um panorama de como se constituíram as bases da educação no país ao longo da história e analisa aspectos da política educacional chilena contemporânea. Higuera demonstra a partir de dados como tem se dado, na prática, esse avanço que conjuga privatização do ensino e desigualdade educacional:

O crescimento do setor privado tem sido acompanhado pelo aumento da segregação socioeconômica do sistema escolar: as escolas públicas concentram os alunos mais pobres, as escolas privadas com subvenção do Estado, os alunos da classe média – e crescentemente vão ocupando espaços na educação dos mais pobres –, e as escolas privadas educam os 7% mais ricos do país. Essa segregação correlaciona-se positivamente com os resultados brutos das provas padronizadas, isto é, os mais ricos das escolas privadas apresentam o melhor rendimento, enquanto as escolas públicas que atendem aos mais pobres apresentam o rendimento mais baixo do sistema. No início dos anos 1990, no Chile, ainda se confiava na possibilidade de reverter estas tendências mediante políticas de correção desenvolvidas durante toda a década (HIGUERAS, 2014, p. 10-11).

Outra referência acerca de estudos sobre a conjuntura das ocupações secundaristas no Chile é o de Zibas (2008). O autor, em seu artigo “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno”, desenvolve um estudo no qual traça um perfil de como se desenvolveram as políticas educacionais até chegar ao contexto que originou as ocupações em 2006 e aprofundá-lo.

O autor é enfático ao mostrar que as políticas que antecederam e influenciaram a revolta estudantil no Chile se originam em um governo dito “democrático” pós saída de



Pinochet, mas que aprofundou a privatização do ensino no país, permitindo que em 1993 “os estabelecimentos particulares subvencionados cobrassem mensalidades de alunos do ensino fundamental e médio” (ZIBAS, 2008, p. 201).

O autor analisa da seguinte forma a questão:

O sistema gerido por empresários ou por entidades religiosas, embora cobrando mensalidades dos pais e pouco atendendo à clientela de mais baixo nível socioeconômico, tem recebido financiamento oficial, por aluno, praticamente idêntico àquele concedido às escolas municipais, sendo que essas últimas atendem aos filhos das famílias mais pobres e não contam, em geral, com o aporte financeiro dos pais (ZIBAS, 2008, p. 202).

Falemos agora sobre as pautas principais dos estudantes chilenos. As manifestações tinham como principais reivindicações a gratuidade do exame de seleção para a universidade, passe escolar gratuito e sem restrições de horário, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias, em mau estado em muitas escolas (ZIBAS, 2008).

Foram diversas manifestações dos estudantes, muitas delas apoiadas pela população. Zibas (2008) contextualiza que a pressão no governo Bachelet aumentou e a presidente tomou algumas medidas imediatas, porém, com o avanço dos protestos e a criação de assembleias estudantis junto ao sindicato da categoria da Educação, as pautas aumentaram e a pressão cresceu no sentido de anular algumas leis como a Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE). Tais questões se tornaram um entrave na relação entre estudantes, profissionais da Educação e o governo. A LOCE tinha como resolução central a privatização do ensino público. Podemos dizer que a LOCE foi um dos principais mecanismos que aceleraram a mobilização estudantil e fizeram com que a sociedade de forma geral apoiasse os motivos dos protestos que se alastravam pelo país.

Outros aspectos precisam ser analisados, como a repressão estatal antes de acontecerem as ocupações. Importante dizer que os estudantes realizaram diversos protestos públicos, com adesão e apoio da população. No trabalho de Azevedo (2018) temos apontamentos fundamentais sobre o assunto, com algumas novidades como, por exemplo, o uso de redes sociais para mobilizar os secundaristas. O autor diz o seguinte:

A rede social virtual “Messenger” foi um dos principais instrumentos de comunicação e mobilização utilizados pelos estudantes chilenos. Desde o início, os secundaristas demonstraram capacidade de organização e as

manifestações foram crescendo. Mas o Ministro da Educação do Governo de Michelle Bachelet se negava a dialogar com os estudantes. Enquanto isso, a polícia reprimia as manifestações e a grande mídia comercial criminalizava as ações dos estudantes. O debate sobre o direito à autodefesa do cidadão se deu na prática [...].

A repressão policial se intensificou cada vez mais com uso de jatos d'água, gás lacrimogêneo, spray de pimenta, muita violência e muitas detenções de estudantes (AZEVEDO, 2018, p. 36-37).

O repertório usado pela repressão dos protestos estudantis fez com que os manifestantes mudassem de estratégia. Agora, em vez de protestar nas ruas, os “pinguins” começaram a ocupar as escolas. Segundo alguns estudos no ápice da mobilização estudantil foram 90% das escolas chilenas ocupadas, fazendo com que o Ministro da Educação Martín Zilic fosse negociar com os secundaristas. Sobre essa transição de tática política, Azevedo (2018) relata que:

Essa mudança de estratégia refletiu um processo de aprendizagem do movimento. Disseminou-se um modelo de ocupação com características comuns em diferentes escolas. Os estudantes coletaram dinheiro nas ruas das cidades para manutenção das ocupações aproximando-os da sociedade. Outros segmentos da sociedade chilena aderiram à luta, mas parece ter havido a sensibilidade de não tentar roubar o protagonismo dos estudantes secundaristas. Outro fator fundamental foi o apoio dos pais dos estudantes, que se traduziu como um apoio da vizinhança, do bairro às ocupações – com trabalho e doações. Dessa forma, as ocupações contaram com o envolvimento das comunidades escolares (AZEVEDO, 2018, p. 37).

Sobre o repertório de ações dos estudantes, De la Cuadra (2008) reforça dizendo o seguinte:

Com bandeiras de luta centradas na qualidade e na equidade da educação, a agitação estudantil combinou ocupações, greves, passeatas, enfrentamentos, a uma grande capacidade para somar o apoio da cidadania a suas demandas (DE LA CUADRA, 2008, p. 190).

Zibas (2008) relata que com o passar do tempo a imprensa de todos os segmentos não conseguiu ignorar o movimento de ocupações. O autor diz ainda que “editoriais, cartas de leitores, artigos de especialistas multiplicaram-se naqueles dias, com declarações a favor e contra o movimento” (ZIBAS, 2008, p. 213).

De la Cuadra (2008) mostra também que a combinação da repressão, a ausência de diálogo e o rechaço do governo, além da infantilização do discurso de quem estava no poder frente às pautas e à luta dos secundaristas, foram outros fatores importantes no

sentido do avanço político e uma espécie de “combustível” para aumentar a movimentação dos estudantes. Nas palavras do autor:

[...] o tom displicente da autoridade e o trato especial que deu aos estudantes secundários (garotos sem experiência) se cristalizaram finalmente numa errática combinação de política repressiva e paternalista, provocando, como se sabe, o efeito contrário do esperado: o acirramento do conflito (DE LA CUADRA, 2008, p.185).

Os estudantes paralisaram todas as atividades em cerca de 100 unidades escolares entre abril e junho de 2006. Assim como já dissemos no presente trabalho, os “pinguins” chilenos não inventaram nenhuma forma de lutar, mas ressignificaram métodos e táticas políticas naquele momento, tornando-se referência para outros jovens estudantes em outros países.

Dentre alguns aspectos políticos organizativos, talvez a construção de assembleias nas escolas ocupadas seja o que mais merece destaque. A característica do autonomismo enquanto movimento social também merece ser mencionada novamente. Isso ganhou simpatia da sociedade, além de trazer benefícios e apoio à luta.

Azevedo (2018) foca nesse ponto no trecho a seguir e traz um trecho de entrevista de um estudante:

A autonomia do movimento em relação aos partidos e ao Estado chamou a atenção da população e deixou o Estado desorientado. Assim a autonomia dos estudantes também funcionou como um trunfo frente ao Estado, que, no Chile, tende a criar mesas de negociação para parar as lutas sociais: “É usual aqui no Chile, para parar um movimento social, criam mesas de diálogo que nós não aceitamos” (Manuel – Estudante Chileno). A postura dos estudantes chilenos em não aceitar as mesas de negociação expressa uma decepção com os governos do período democrático que atuaram muito mais para desarticular os movimentos sociais do que para resolver os problemas sociais do país (AZEVEDO, 2018, p. 38).

Cabe mencionar um estudo de Silva, Carlos e Souza (2018) que relata a ocupação de um Liceu Lastarria na cidade de Santiago, dizendo que as ocupações estavam extremamente organizadas cotidianamente, com agenda de convidados realizando as mais diversas atividades. Toda semana os estudantes do Liceu em questão se reuniam com “universitários, pais, professores, companhia de teatro, poetas, músicos, jornalistas, escritores, crianças, idosos e turistas” (SILVA; CARLOS; SOUZA, 2018, p. 52).

Fechamos as referências a respeito da mobilização estudantil no Chile falando sobre o filme do cineasta Carlos Pronzato. Intitulada “Rebelião dos Pinguins”<sup>56</sup> a película traz entrevistas, depoimentos e análises, não só de jovens que protagonizaram as lutas em 2006, mas também de docentes, jornalistas, militantes e pessoas que acompanharam de perto a rebelião. Pronzato detalha minuciosamente com muitas imagens marcantes diversos momentos do movimento que ocorreu e mobilizou toda a sociedade chilena. A história contada pelos próprios estudantes, a memória do movimento lembrada pelos secundaristas, ou seja, pelos de baixo, é algo que devemos enaltecer no trabalho cinematográfico do artista.

Um aspecto interessante do filme é começar falando a respeito das manifestações secundaristas que ocorreram nos anos 1980 contra a ditadura do General Pinochet. Tal mobilização tinha duas características: a radicalidade na forma de luta nas ruas e o caráter estritamente estudantil - as imagens mostram estudantes uniformizados, montando barricadas e também assumindo o protagonismo. Basicamente os estudantes pediam o fim da ditadura e das reformas neoliberais<sup>57</sup>. Acreditamos que essas revoltas contra a ditadura tiveram impacto decisivo e de certa forma influenciaram no modus operandi como se comportaram os jovens chilenos, mais de uma década depois nas ocupações.

Por fim, a narrativa contada pelo cineasta no filme reforça e sistematiza alguns pontos que mostramos em outras fontes de pesquisa neste capítulo, os quais nesse momento vale retomar, enumerando a respeito dos antecedentes até o processo das ocupações: 1) o caráter descentralizado dos protestos que começaram na região metropolitana, na capital, crescendo e avançando para regiões norte e sul do país, se tornando cada vez mais massivas as marchas; 2) a recusa do ministro da Educação em receber os estudantes fez com que o movimento ganhasse cada vez mais força. Quando o ministro quis ouvir os estudantes, quem não queria mais dialogar eram os secundaristas, fato que ocasionou a sua saída do cargo; 3) a violência policial contra os estudantes nos protestos foi outro fator marcante que alavancou muito a aceitação pública e a comoção popular na sociedade; 4) a resistência que, num primeiro momento estava nas ruas, foi

---

<sup>56</sup>A REBELIÃO dos pinguins Legendado PT. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (40 min). Publicado pelo canal EDUCAÇÃO DO RIO EM GREVE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2dqtQov9wSA>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>57</sup>O professor que relata esse movimento dos anos 1980 no Chile menciona um filme chamado “Actores secundários” que não conseguimos encontrar. Trata-se de um documentário com baixo orçamento detalhando toda essa mobilização ainda no período ditatorial e que foi lançado em 2005.

para as escolas tomadas por secundaristas, desnordeando as forças de repressão do estado naquele instante.

Alguns estudantes durante o filme dizem que as assembleias ocorriam primeiramente em cada escola para discutir questões locais e mais amplas, para depois partir rumo a uma deliberação em uma assembleia maior com delegações de escolas de todo país. No auge, as assembleias gerais com diversas escolas contavam com 4 mil estudantes.

Há uma frase dita no depoimento de um documentarista chamado Javier Bertin, durante o filme “Rebelião dos Pinguins”, que resume bem quão rico foi o momento político que os estudantes construíram em 2006. Bertin diz que havia regras e uma disciplina praticada pelos secundaristas em diferentes escolas e diversos locais, seja em bairros nobres, seja nos de classe média ou em regiões populares. E finaliza declarando que os estudantes colocaram em prática uma coesão e coerência no meio de uma mobilização que era bem diversa.

Encerramos falando do Chile, mostrando que, anos depois - mais exatamente em 2011-, estudantes também protagonizaram rebeliões contra o sistema de educação nacional. Dessa vez as revoltas eram focadas contra o ensino superior e suas reformas privatistas. Estudantes universitários e secundaristas se organizaram para reivindicar um ensino gratuito e de qualidade no país, protagonizando inúmeras manifestações, contando com centenas de milhares de manifestantes. Nas palavras de Betancourt,

As manifestações estudantis de 2011 não são isoladas, e não foram uma surpresa para os que acompanham a história recente do país. Já em 2006 com a “Revolução dos Pinguins”, a bandeira da educação aparecia como um forte fator de mobilização popular com o intuito de questionar o consenso institucional da transição democrática, e sua continuidade em relação ao autoritarismo do governo de Pinochet. E mesmo em 2011 o país já sentia as evidências de uma crise eminente. Aconteceram greves e outras manifestações, como as do norte do país contra a alta do gás natural, as greves contra a construção da hidroelétrica em Aysén e a histórica reivindicação por direitos e terras da população Mapuche (BETANCOURT, 2016, p. 178).

Portanto, a luta dos pinguins em 2006 foi e seguiu sendo referência não só no próprio território chileno, mas também influenciou diversas outras mobilizações para além das fronteiras do país andino. Vamos agora falar da conjuntura de quando ocorreram as ocupações de escola em São Paulo no ano de 2015.

## 4.2 “ACABOU A PAZ, ISSO AQUI VAI VIRAR O CHILE”<sup>58</sup>: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM SÃO PAULO

No ano de 2014 completaram-se vinte anos (ou cinco mandatos) de eleições consecutivas vencidas pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) no estado de São Paulo. Desde o ano de 1995 o PSDB elege seus candidatos para o governo paulista. Em janeiro de 2015, o governador Geraldo Alckmin estava iniciando seu terceiro mandato.

Já apontamos algumas questões que caracterizaram as ações do governo de São Paulo em 2015 e vamos retomar dessa vez aprofundando e contextualizando a reação da mobilização secundarista com uma análise política dos fatos que cercaram o fenômeno político. Mas antes de adentrarmos nos pormenores das pautas que geraram as ações diretas dos secundaristas, é importante dizer inicialmente que no mesmo ano de 2015 - mais exatamente na primeira metade do ano - a rede estadual de Educação em São Paulo entrou em greve. Brito (2018) desenvolve esse contexto da seguinte forma:

A mais longa greve da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo), deflagrada em 13 março de 2015, é também um antecedente fundamental da rebelião secundarista em novembro. A pauta grevista era centrada em melhorias na remuneração e nas condições de trabalho da categoria, como reajuste e reposição salarial, fim do fechamento e superlotação de salas de aula, garantia de direitos para professores contratados e convocação de aprovados em concursos anteriores (BRITO, 2018, p. 36).

Dentre tantas polêmicas que cercaram a implementação do plano de Reorganização do governo Alckmin na rede estadual de ensino e gerou insatisfação de docentes,

---

<sup>58</sup>Essa frase trata-se de uma das principais palavras de ordem que a juventude secundarista cantava durante o período de mobilizações e se tornou também o nome de outro documentário do cineasta Carlos Pronzato. Cf. ACABOU A PAZ, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP - de Carlos Pronzato. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (60 min). Publicado no canal Lucas Duarte de Souza. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw&t=17s>. Acesso em: 03 abr. 2020.

estudantes e diversas comunidades escolares, temos como destaque a questão dos ciclos. Vale alguns apontamentos sobre o assunto.

Os ciclos da rede estadual de São Paulo funcionam da seguinte forma: I, II e III - que equivalem às séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Existiam escolas com três ciclos (479 escolas), com dois ciclos (3.186 escolas) e de ciclo único (1.443 escolas)<sup>59</sup>. Logo, a Reorganização tinha como ponto de partida a proposta de que as escolas em três ciclos deveriam ser transformadas em escolas de ciclo único, até todas funcionarem por ciclos únicos.

Achamos necessário dizer também que há um grande debate dentro do campo da Educação acerca da separação por ciclos e sua eficácia no ensino-aprendizagem, além da rotina dos ambientes escolares ao longo dos anos letivos. Nós não vamos entrar nessa discussão durante a tese, mas é importante dizer que não há consenso e a questão central do presente trabalho está exatamente na ausência de diálogo do poder público com as pessoas envolvidas, direta e indiretamente nas escolas estaduais.

Percebemos também no decreto a indicação de que as transferências deveriam ocorrer “nos casos em que as escolas da rede estadual deixarem de atender a um ou mais segmentos ou quando passarem a atender a novos segmentos”<sup>60</sup>. Dois fatos curiosos sobre a medida do governo que precisam ser ditas: a primeira é que ele não menciona que 93 escolas seriam extintas, os ciclos encerrados e que alunos deveriam ser transferidos. O segundo fato é que a lei foi estipulada pelo governador sem passar pelo crivo e assinatura de Herman Jacobus Cornelis Voorwald (Secretário de Educação na época). Ou seja, revela o caráter praticamente autocrático da decisão tomada pelo governador Geraldo Alckmin.

A partir da referência do livro “Escolas de Luta” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016) - que narra fatos, acompanha detalhes e se desenvolve a partir de entrevistas, acontecimentos pesquisados em redes sociais e mídia em geral, documentos oficiais, pronunciamentos de membros do governo, do poder judiciário, entre outras

---

<sup>59</sup>BERNARDES NETO, Pedro. As falácias sobre a “Reorganização Escolar” em SP. **Esquerda Marxista**, [s. l.], 29 set. 2015. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/as-falacias-sobre-a-reorganizacao-escolar-em-sp/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

<sup>60</sup>REDE BRASIL ATUAL. Alckmin publica decreto que oficializa ‘reorganização’ escolar. **Rede Brasil Atual**, [s. l.], 1 dez. 2015a. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/12/alckmin-publica-decreto-da-reorganizacao-escolar-9133/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

fontes – vamos apontar algumas premissas utilizadas pelo governo e a insatisfação de quem lutou contra a Reorganização. Os autores dizem que:

Os argumentos apresentados para a mudança, além da simplificação da gestão, eram essencialmente dois. O primeiro se baseava em dados coletados pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que indicariam que a rede estadual de ensino perdeu cerca de dois milhões de alunos nos últimos dezessete anos e, portanto, segundo a Secretaria, haveria salas ociosas nas escolas. O segundo se fundamentava em um estudo conduzido pela Cima (Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional), um órgão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), que sugeria que o desempenho dos alunos nas escolas de ciclo único seria superior (supostamente 10% acima da média). Segundo o secretário: “Os dados [da Secretaria] mostram que a separação por ciclos, sob a ótica da aprendizagem, é o ideal”. Quase dois meses depois, quando o único estudo da Secretaria é tornado público (apenas após o jornal *O Estado de São Paulo* ter entrado com pedido baseado na Lei de Acesso à Informação), especialistas em educação e em estatísticas questionariam o rigor e a seriedade do documento, que era baseado em uma análise univariada (uma única variável foi considerada – o número de ciclos – ignorando todos os fatores que poderiam explicar o maior ou menor rendimento de cada escola, tais como o número de alunos por sala, o índice socioeconômico, a equipe de professores etc.) (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 28-29).

Além da minuciosa pesquisa realizada com coleta de depoimentos, em formato de entrevistas ou nas redes sociais, o livro contém uma análise sobretudo da reação às medidas do governo. Os autores mostram que:

[...] ficou muito claro que a medida da “reorganização”, enquanto política pública, foi rejeitada pela maioria. E que a incrível disposição para luta foi alimentada não apenas pelo choque e revolta, com forte conteúdo emocional, como também pelo raciocínio lógico, que leva à conclusão de que não se trataria de uma medida positiva para a qualidade da educação pública” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 37).

Por conta da intransigência e falta de diálogo do governo estadual com todos os atores sociais envolvidos na rede pública estadual de ensino, os estudantes começaram a se organizar e fazer diversos protestos de rua. Entre setembro e o começo do mês de novembro foram contabilizadas 163 marchas contra o projeto de Reorganização Escolar. Pesquisadores reforçam ainda que “havia, em geral, cartazes, faixas, panfletos e, eventualmente, bexigas, rostos pintados, narizes de palhaço, apitos, barricadas, carros de som e abaixo-assinados” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 41-42).

Apesar de não apresentarem protagonismo de figuras conhecidas de partidos ou serem ligadas a correntes da esquerda institucional, os protestos não eram de forma



alguma sem direcionamento ou finalidade, muito pelo contrário; e isso se comprova no seguinte relato:

Os destinos das passeatas foram igualmente diversos: Diretorias de Ensino; a Secretaria Estadual de Educação; os poderes públicos municipais (como Prefeituras, Subprefeituras, Câmaras de Vereadores e até Secretarias Municipais de Educação); praças ou terminais de transporte público; a Assembleia Legislativa; o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual; e, por fim, aparições públicas do governador Geraldo Alckmin” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 42).

Após muitas manifestações de rua e mobilizações intensas, porém sem nenhuma resposta efetiva às demandas levadas pelos secundaristas em São Paulo, iniciou-se uma mudança de tática de luta pelos estudantes. Influenciados pelo já citado filme “Revolta dos Pinguins”, de Carlos Pronzato, a juventude, que já estava insatisfeita, revoltada e nas ruas com suas pautas contra a Reorganização do governo de São Paulo, passou a ocupar as escolas. Vale dizer que a obra começou a circular e ser exibida alguns anos antes em atividades voltadas para estudantes secundaristas em São Paulo, realizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) e também pelo coletivo O Mal Educado (AZEVEDO, 2018).

As pesquisas mostram que o coletivo O Mal Educado foi muito importante naquela conjuntura do início das ocupações. Temos essa referência a respeito das origens do coletivo:

Ainda em 2013 foi realizado o “primeiro encontro de grêmios autônomos da Zona Sul”. A intenção era trocar experiências sobre como cada escola tinha constituído seu grêmio, mas a avaliação do coletivo foi negativa porque a expectativa de seus integrantes era que, por meio dessa troca, se partisse para lutas práticas que pudessem unificar os grêmios das diferentes escolas; contudo, entre os alunos, “não tinha clima para isso”. A partir dessa experiência, estas reuniões serão repensadas em 2014 como “Encontros de Estudantes”. O Mal Educado havia surgido com o intuito de promover grêmios livres, mas aos poucos acontece uma mudança no seu diagnóstico com relação às potencialidades da forma de se fazer política via grêmios estudantis (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 68).

A partir de diversos coletivos e com destaque ao O Mal Educado, começou a circular uma espécie de “guia” para divulgar como aconteceu o processo de ocupações de escolas no Chile. Foi quando os estudantes tiveram contato com o manual “Como ocupar um colégio?”. O material do O Mal Educado foi traduzido e adaptado pelo coletivo, a

partir de um documento elaborado pela seção argentina da “Frente de Estudiantes Libertarios”, que por sua vez se baseou na experiência da luta no Chile em 2006 (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 55).

Diante de todos esses componentes políticos e sociais, no dia 9 de novembro a primeira escola em São Paulo foi ocupada pelos secundaristas. Tratava-se da Escola Estadual Diadema. Azevedo (2018) narra esse primeiro momento das ações diretas estudantis nas escolas de forma didática dizendo que:

[...] na mesma semana, mais 10 escolas foram ocupadas, chegando a 230 em menos de um mês. A ação da ocupação se deu basicamente de duas formas: numa os estudantes entravam na escola de madrugada e colocavam suas correntes e cadeados nos portões da escola, pela manhã deixavam somente os outros estudantes entrarem e faziam uma assembleia para decidir sobre a ocupação. Na outra forma, os estudantes entravam na escola logo que ela abria para o turno matutino e pediam para que todos os estudantes ficassem no pátio, onde era realizada uma assembleia sobre a ocupação (AZEVEDO, 2018, p. 43).

Em poucas semanas já tínhamos centenas de escolas ocupadas como vimos acima. As unidades escolares foram ocupadas não só na capital, mas também em outros municípios do estado. Acreditamos que foi uma mobilização estudantil como há décadas não existia com tanta força e gerou um forte impacto no cenário político local e nacional.

Ao citar aspectos e características da luta, estudos e outras fontes como alguns filmes - por exemplo o já mencionado “Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile” de Carlos Pronzato, além de outras películas como “Lute como uma menina!<sup>61</sup>”, dirigido por Flávio Colombini e Beatriz Alonso, que foca principalmente no protagonismo das meninas na mobilização em São Paulo - demonstram e reforçam o caráter autogestionário de organização política das ocupações em São Paulo.

A riqueza das experiências vivenciadas nas ocupações a partir do formato das decisões políticas em assembleias horizontalizadas e pleno exercício da democracia direta também foram componentes relatados e detalhados. Como no trecho a seguir:

[...] estes estudantes se submeteram a um período de formação política contínua: a assembleia sendo a vivência fundamental, mas todas as outras interações humanas também se transformando em aprendizado, mesmo as mais

---

<sup>61</sup>LUTE como uma menina! [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (76 min). Publicado no canal Lute como uma menina!. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 10 jan. 2021

banais, pois se tornam passíveis de questionamento a partir do princípio da horizontalidade. A ocupação é um espaço no qual o sujeito questiona a si e aos outros a todo momento, um exercício constante de desconstrução; as mais simples questões do que será feito para o almoço ou onde serão guardadas as bolas de basquete, por exemplo, podem se tornar uma discussão política. Por isso, a ocupação é também uma experiência emocionalmente intensa, cansativa e uma ruptura radical com a vida “pré-ocupação”. Não é à toa que os estudantes dizem que nunca mais serão os mesmos após as ocupações (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 128).

O movimento foi tão expressivo que gerou um desgaste à imagem do governo recém-eleito no estado mais rico da federação. Isso fez com que avançasse uma ofensiva do estado culminando em uma reação extremamente violenta a mando do governador.

Sobre as táticas e escaladas de repressão, usadas pelas autoridades estatais diante do movimento dos secundaristas, o exemplo abaixo é ilustrativo:

A principal estratégia repressiva do Estado foi procurar interferir na relação entre os estudantes que ocupavam as escolas e suas comunidades, incluindo os pais, responsáveis e outros estudantes, tentando criar conflitos. Para isso, os dirigentes de ensino e diretores das escolas faziam campanhas de desinformação e difamação. Isto foi verificado desde o início do movimento, mas foi quando as ocupações começaram a se aproximar da casa das centenas que os esforços das diretorias engrossaram. As autoridades estavam diante de uma situação que claramente começava a “sair do controle”. Não era mais possível afirmar que os estudantes que ocupavam as escolas eram exceções ou “radicais”. Por volta do dia 18/11 (uma quarta-feira), verificamos o começo de uma enxurrada de denúncias feitas pelas páginas das ocupações no Facebook, na qual os estudantes postavam recados aos pais e às comunidades para mostrar o “seu lado” e esclarecer dúvidas (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 185-186).

É preciso também dizer que além da repressão existiu não só a resistência estudantil, mas também apoio de diversos setores da sociedade. Portanto, vamos agora mencionar alguns movimentos que apoiaram prontamente o movimento de ocupações em São Paulo. Anteriormente já falamos do apoio material e político do MTST, de alguns movimentos estudantis e partidos políticos, entretanto precisamos também neste momento citar o sindicato da categoria (APEOESP) que, em seu site oficial, noticiava o crescimento do número de escolas ocupadas e também prestava solidariedade aos estudantes.

Figura 4 - Cadeiraço de estudantes protestando em São Paulo durante as ocupações em 2015



Fonte: ARAÚJO, 2015.

Encontramos uma matéria no site da APEOESP<sup>62</sup> que faz um balanço e análise política em 2016 acerca das ocupações dizendo:

Um ano depois, a reorganização segue suspensa e o projeto original foi cancelado. De lá pra cá, segundo a secretaria da educação, houve 103 encontros nas regionais de ensino para elaborar um novo plano. As respostas ainda não são conhecidas [...].

A mudança mesmo ficou dentro das salas de aula. Na escola estadual de Diadema, os alunos contam que a ocupação deu a eles mais consciência dos direitos. Foi graças ao movimento que o colégio agora tem um cursinho pré-vestibular popular, organizado por voluntários apoiadores da ocupação (ARGENTA, 2016)

Além do apoio de movimentos sociais de diferentes naturezas e pautas e da APEOESP, outros setores que vale mencionar são as comunidades escolares (compostas normalmente por estudantes, corpo de funcionários, vizinhança e famílias de estudantes das escolas). Fora outros atores sociais como professores – que não necessariamente eram da rede estadual ou da escola ocupada em questão - para dar aulas e atividades educativas,

<sup>62</sup>ARGENTA, Evelin. Ocupação em escola símbolo de São Paulo completa um ano. **APEOESP**, [São Paulo], 17 nov. 2016. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2016/ocupacao-em-escola-simbolo-de-sao-paulo-completa-um-ano/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

profissionais de outras áreas como da Saúde e Direito, militância de movimentos populares em geral que foram às escolas demonstrar sua forma de cooperação na luta.

Por último citamos o apoio do campo artístico. Podemos dizer que o ápice dessa mobilização foi a chamada Virada Ocupação. Realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2015, o evento contou com impressionantes números: 816 artistas e bandas inscritos, 705 produtores voluntários, 941 inscritos para cobrir o evento e 2 dias de shows em 10 escolas ocupadas. Dentre as atrações tivemos desde artistas independentes e no início de carreira até nomes consagrados do mercado musical como Paulo Miklos, Edgar Scandurra, Maria Gadú e Criolo<sup>63</sup>.

Buscamos então traçar alguns elementos que constituíram antecedentes e o próprio contexto político que fizeram parte da atmosfera do período das ocupações escolares em São Paulo. A seguir iremos fazer o mesmo, retratando a mobilização secundarista no Rio de Janeiro.

### **4.3 OCUPA TUDO: O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO**

Ao adentrarmos na conjuntura política em que eclodiram as ocupações de escola no estado do Rio de Janeiro, achamos importante mostrar alguns antecedentes. No mandato anterior a 2016 quem governava o executivo estadual era Sérgio Cabral Filho (MDB), que assumiu o executivo em 2007 (sendo eleito em 2006) e ficou no poder até abril de 2014<sup>64</sup> – quando renunciou devido à pressão política, fruto principalmente das rebeliões populares nas ruas no contexto do período de megaeventos em 2013. Em 2016<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup>VIRADA OCUPAÇÃO. Virada Ocupação. [S. l.: s. n.], [201-]. Página inicial. Disponível em: <https://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

<sup>64</sup>TORRES, Livia. Carta com renúncia de Sérgio Cabral é lida em solenidade na Alerj. **G1**, [Rio de Janeiro], 3 abr. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/sergio-cabral-renuncia-atraves-de-carta-lida-em-solenidade-no-rio.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

<sup>65</sup>BRITO, Carlos; BOECKEL, Cristina. Ex-governador Sérgio Cabral é preso pela PF na Zona Sul do Rio. **G1**, [Rio de Janeiro], 17 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-preso-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

o ex-governador foi preso devido à suspeição de receber propina para a concessão de obras públicas no desdobramento da Operação Lava-Jato<sup>66</sup>.

As críticas da categoria da Educação diante da gestão do governo Cabral sempre foram incessantes, tanto que durante seu mandato ocorreram movimentos grevistas nos anos 2009, 2011, 2013 e 2014. As denúncias passavam pelo sucateamento e abandono das escolas da Rede Estadual. Segundo dados divulgados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), foram 157 escolas estaduais fechadas no período entre 2010 e 2014<sup>67</sup>.

A partir de uma lógica neoliberal e meritocrática na rede de ensino, com aval do Banco Mundial, os governantes no Rio de Janeiro no século XXI intensificaram a aplicação de um projeto educacional voltado ao padrão do mercado, em que os custos deveriam estar relacionados à lógica do lucro/benefício e a preocupação central não estaria na formação, e sim na inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho, garantindo condições mínimas de consumo (quando isso), porém ausência completa de compreensão dos processos sociais<sup>68</sup>.

No pleito do fim de 2014 para o governo do Rio de Janeiro, quem ganha as eleições e assume o cargo executivo no estado é o candidato Luiz Fernando Pezão (MDB), vice-governador de Sérgio Cabral em seus dois mandatos. O sucessor no poder governamental prosseguiu nos planos voltados à política educacional do antecessor, agora preso em Bangu (zona oeste da capital fluminense). Após mais de um ano de mandato, sem avanço nas negociações entre categoria e governo, além de um acúmulo de medidas políticas que há anos geravam insatisfação entre os profissionais, os trabalhadores e trabalhadoras da Educação deflagraram o início do seu movimento de greve no dia 2 de março.

Acreditamos importante registrar que além da rede estadual de educação, vinculada à Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo estadual entrou em greve no mesmo dia. Vale dizer também que “a

---

<sup>66</sup>MPF – Ministério Público Federal. Entenda o caso. **MPF**, Brasília, DF, [2021?]. Página sobre o caso Lava Jato. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 22 abr. 2021.

<sup>67</sup>[http://seperj.org.br/ver\\_noticia.php?cod\\_noticia=5212](http://seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=5212)

<sup>68</sup>Essas características não se restringem ao governo MDB no Rio de Janeiro, mas no caso dos anos de Cabral no poder especificamente se tornaram explícitas tais tomadas de decisão no campo da Educação.

FAETEC é uma instituição estadual voltada para o ensino médio, superior e técnico profissionalizante, sendo uma das instituições de ensino mais importantes do estado, com unidades em 37 cidades” (AZEVEDO, 2018, p. 56).

Dentre as reivindicações da rede estadual estavam algumas pautas clássicas de toda a classe trabalhadora ao longo da história, como questões salariais e de condições de trabalho. Azevedo (2018) traz as pautas de forma minuciosa a seguir:

[...] eleição para direção das unidades escolares; retorno dos funcionários terceirizados (limpeza e portaria) às escolas; a regularização da carga horária de funcionários técnico administrativos (agentes de leitura, coordenadores pedagógicos, etc.) e melhorias emergenciais na infraestrutura da grande maioria das escolas da rede. É interessante notar que os principais objetivos da greve não eram conquistar novos direitos, mas manter os que já existiam (AZEVEDO, 2018, p. 56).

Somada às pautas da greve a conjuntura era de imposição de cortes de alguns direitos trabalhistas pela gestão do MDB, que governava o estado há alguns mandatos. Um dos fatos que mostram concretamente essa política de austeridade é o congelamento do reajuste salarial por dois anos (2015 e 2016) para a área da Educação e da Saúde<sup>69</sup>. Outro exemplo de ação que precariza o trabalho dos educadores no Rio de Janeiro é a implementação autoritária de políticas meritocráticas<sup>70</sup> que, ano após ano, vêm deixando a categoria cada vez mais insatisfeita, com menos autonomia pedagógica e com mais trabalhos extraclasse<sup>71</sup>.

O argumento da gestão do Governo na época para explicar tais medidas políticas e econômicas que afetam a vida da população – principalmente a dos servidores públicos em geral, incluindo os da educação – é o de que o estado, nos últimos tempos, passa por

<sup>69</sup>Esse reajuste salarial até o momento em que estamos nos encaminhando para a finalização da tese não foi colocado em prática para servidores públicos da Educação.

<sup>70</sup>Dentre os quais podemos citar o plano de metas que escolas e conseqüentemente docentes são obrigados a cumprir, impondo uma intensa competição na rede por meio de avaliações externas periódicas (SAERJ) e sem diálogo com a categoria; excesso de trabalho burocrático como acessar ao sistema eletrônico e manual para lançar notas nos fins de bimestres; não cumprimento do 1/3 de horas extraclasse; promessa de bonificações em vez de reajuste salarial, fato que aumenta o grau de competitividade entre docentes e unidades escolares em geral, etc.

<sup>71</sup>Toda essa forma de política tinha um mecanismo institucional da SEEDUC chamado GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE) que significa o seguinte, segundo o próprio material da Secretaria pesquisado e descrito por José dos Santos Souza (2016): “sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional com foco em resultados. Tem como objetivo melhorar significativamente os indicadores da educação, tendo como referência as metas do IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] estabelecidas pelo Ministério da Educação” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

uma crise gerada pela baixa arrecadação de recursos, devido aos cortes da verba dos royalties de petróleo que o Rio de Janeiro deveria receber.

A situação do funcionalismo público no período do governo Pezão em 2016, ano em que já se tinha como presidente Michel Temer<sup>72</sup> (ambos do MDB), era uma das piores da história. Dentre algumas ações governamentais tivemos o aumento do fator previdenciário, um corte de gastos nos serviços públicos em geral - principalmente na área de Educação e Saúde - e o atraso de pagamento de aposentados. Todas essas medidas faziam parte de um acordo chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RRF)<sup>73</sup>.

É importante mencionar também que, conforme divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), entre os anos de 2008 e 2013, a gestão do Governo Sérgio Cabral concedeu cerca de 140 bilhões em isenções fiscais a empresas privadas que estabeleceram parcerias com o Governo em diversos setores<sup>74</sup> – tudo isso na época em que a referida crise já afetava o Rio de Janeiro.

A greve que lutou contra essas políticas e pelas pautas mencionadas foi histórica pelo fato de ter uma adesão recorde. Segundo o SEPE-RJ, entre 70% e 80% da categoria paralisaram as atividades nos primeiros dias e semanas em todo o estado. É importante lembrar aqui que os números da adesão apresentados pela representação dos trabalhadores e pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro sempre divergiram<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup>Após um processo longo e tumultuado, a presidente Dilma Rousseff (PT) sofre o Impeachment e no dia 13 de maio o então vice-presidente, Michel Temer (MDB), assumiu o maior cargo executivo do país.

<sup>73</sup>CONSELHO DE SUPERVISÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro: Período 2017-2020** Monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro: s. n.], [202-]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/intervencao-na-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro/documentos/audiencias-publicas/ApresentaoConselhodeSupervisodoRegimededeRecuperaoFiscal030418.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

<sup>74</sup> VASCONCELLOS, Fábio. Disponível em: [http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar). Acesso em: 16 nov 2022.

<sup>75</sup>LIMA NETO, Nelson. Sepe indica 70% de adesão no primeiro dia de greve no Estado; Secretaria de Educação fala em 3%. **Extra**, [Rio de Janeiro], 3 maio 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/sepe-indica-70-de-adesao-no-primeiro-dia-de-greve-no-estado-secretaria-de-educacao-fala-em-3-18792665.html>. Acesso em: 7 maio 2021.



Outro fator que tornou essa greve da rede estadual em 2016 um evento ímpar foi a sua duração: foram quase 5 meses de paralisação. Esse forte movimento dos trabalhadores gerou alguns avanços nas pautas pedagógicas, mas terminou sem acordos nas questões econômicas que foram fundamentais para que a categoria tivesse paralisado suas atividades de uma forma como há décadas não ocorria.

A partir daqui e após descrever alguns dos fatores e pautas políticas que influenciaram a deflagração da greve no início do mês de março, vamos apontar elementos que marcaram o movimento de ocupações de escola no Rio de Janeiro.

Para iniciar falando da conjuntura que o Rio de Janeiro vivia no período, o relato de Fernandes (2019), em sua obra “O governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles: as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro”, aponta algumas características importantes ao dizer que: “Os alunos participavam ativamente das manifestações nas ruas, dos debates públicos e das assembleias dos professores. Percebiam, acima de tudo, o quão gasto e, muitas vezes, impotentes os movimentos de greve podiam ser” (FERNANDES, 2019, p. 74).

Assim como no Chile e São Paulo, podemos dizer que no Rio de Janeiro também aconteceu um processo antes das unidades escolares serem ocupadas. No trecho a seguir temos um breve resumo sobre essa etapa das agitações políticas dos secundaristas:

[...] a mobilização saiu das redes sociais e passou para as próprias escolas, com a organização de reuniões dos estudantes e das comunidades escolares, abaixo-assinados, atos de protesto locais dentro ou em frente à escola, manifestações de rua, aulas públicas, debates e em alguns casos reuniões com representantes da SEEDUC-RJ (AZEVEDO, 2018, p. 58).

A primeira escola ocupada foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizada no bairro da Ilha do Governador, fato que se passou no dia 21 de março de 2016. Dentre as principais reivindicações dos estudantes constavam a falta de aparelhos de ar-condicionado, a superlotação das salas de aula (em média 50 alunos por sala, sem ventilação apropriada) e a falta de professores e de funcionários como porteiros e inspetores que foram demitidos e substituídos por trabalhadores da limpeza<sup>76</sup>. Além disso,

---

<sup>76</sup>LINS, Artur; LEON, Rodrigo. Mobilização de estudantes do RJ: Primeira Escola Ocupada do Rio de Janeiro, a faísca contra o ajuste do Pezão. **Esquerda Diário**, [Rio de Janeiro], 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faisca-contra-o-ajuste-do-Pezao>. Acesso em: 10 maio 2021.

muitas salas se encontravam em péssimas condições, apresentando goteiras e rachaduras e, assim como em muitas escolas da rede, o colégio não contava com sala de informática funcionando, dentre tantos outros motivos relatados.

Figura 5 - Barricada no Ocupa Mendes



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Uma semana depois (dia 28 de março) o Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade<sup>77</sup>, na Penha, foi o segundo no estado a ser ocupado. Nessa leva mais três instituições no dia 4 de abril foram ocupadas: Colégio Estadual Heitor Lira<sup>78</sup>, também

---

<sup>77</sup>CORREA, Douglas. Estudantes ocupam mais três escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/rj-aumenta-para-cinco-escolas-da-rede-publica-ocupadas-por-alunos>. Acesso em: 13 maio 2021.

<sup>78</sup>ESTUDANTES ocupam a terceira escola estadual no Rio. **Estado de Minas**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna\\_nacional,749913/estudantes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna_nacional,749913/estudantes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml). Acesso em: 13 maio 2021.

localizado no bairro da Penha; o Colégio Estadual Visconde de Cairu<sup>79</sup>, no Méier; além do colégio Euclides Paulo da Silva, em Maricá<sup>80</sup>.

Com o passar dos dias e a mobilização avançando em todo estado, podemos afirmar que o ápice do movimento no Rio de Janeiro foi dia 20 de abril, quando se somavam 72 escolas ocupadas, sendo 65 da rede estadual e o restante de unidades da FAETEC (AZEVEDO, 2018, p. 58).

Barreto (2019) faz um balanço geral do mapa das ocupações por municípios mostrando que:

A maior parte das ocupações, 56, ficou concentrada na região metropolitana, onde está mais da metade da rede. Um quarto dos municípios do Rio de Janeiro (23 dos 92) tiveram ao menos um colégio ocupado. A cidade com o maior número foi a capital do estado, com 32 ocupações. Em seguida se destacaram Campos dos Goytacazes, centro urbano da mesorregião Norte Fluminense, com seis; São João de Meriti, na Baixada Fluminense, com cinco; e Niterói, município vizinho ao Rio, também com cinco. Os demais municípios concentraram entre uma e três instituições ocupadas (BARRETO, 2019, p. 130).

Diante de uma conjuntura na qual dezenas de escolas foram ocupadas, em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, é importante dizer que existiam pautas generalizadas e outras específicas das escolas, como por exemplo, relacionadas à melhoria da estrutura de cada unidade escolar. Além disso, devido aos problemas de relacionamento entre corpo diretor e discentes (principalmente por conta de autoritarismo por parte de diretorias), havia contestação e até tentativa de exonerar algumas direções escolares, dentre outros pontos que não vamos poder enumerar por conta das diferentes realidades nas instituições.

A partir da situação calamitosa na rede e as condições encontradas nas escolas, enumeramos algumas pautas segundo nossa vivência enquanto educador da rede pública e algumas leituras sobre o assunto: falta de professores, de merenda, de livros didáticos e

---

<sup>79</sup>UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. RJ: Colégio Visconde de Cairu é ocupado por estudantes contra precarização: Mobilização dos secundaristas denuncia descaso do governo estadual, que abandonou escola. **UBES**, [s. l.], 4 abr. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/rj-colegio-visconde-de-cairu-e-ocupado-por-estudantes-contraprecarizacao/>. Acesso em: 14 maio 2021.

<sup>80</sup>G1. Estudantes ocupam Escola Estadual Euclides Paulo da Silva, em Maricá Alunos pedem melhorias na estrutura e ensino de qualidade: Cinco unidades estão ocupadas no estado do Rio. **G1**, [Maricá, RJ], 5 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/04/estudantes-ocupam-escola-estadual-euclides-paulo-da-silva-em-marica-rj.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

até mesmo papel era comum faltar, insuficiência de equipamentos de multimídia, materiais esportivos e de cultura, prédios sem segurança, sem manutenção, inchaço do número de alunos por sala e recusa ao passe livre. Além disso, os secundaristas demandavam maior diálogo com as direções, fortalecimento e medidas de promoção de grêmios estudantis, mudança no currículo mínimo<sup>81</sup> e extinção das avaliações externas (vamos debater esse último ponto no próximo tópico da tese) (BARRETO, 2019; FERNANDES, 2019).

A respeito das formas como os estudantes se organizaram politicamente durante o período que ocuparam as escolas os fatos e relatos remetem a uma similaridade aos que aconteceram tanto no Chile em 2006 quanto em São Paulo no ano de 2015. As ocupações das instituições de ensino do estado pelos estudantes foram organizadas a partir do debate em formato de assembleias com pautas específicas de cada unidade e suas demandas gerais. Além disso, muitas das reivindicações dialogavam com as outras escolas que foram ocupadas e também com as pautas da categoria dos educadores.

O caráter autogestionário da organização interna das escolas foi recorrente em diversos exemplos de ocupações. Tal modelo de organização social se articulava de forma descentralizada, baseado na divisão de tarefas entre os estudantes, aliado também ao princípio de democracia direta.

Sobre o assunto, Barreto (2019) demonstra esse aspecto político da seguinte forma:

Esses secundaristas impressionaram as pessoas por sua postura oposta ao estereótipo de desinteresse e falta de zelo comumente associado a eles. Também por sua capacidade de organização. Externamente, se comunicavam bem entre as diferentes escolas, dividindo doações quando necessário, tomando banho em outra ocupação quando faltava água na sua. Internamente, dividindo em comissões, organizavam o dia a dia dando conta da limpeza, da alimentação, da segurança e da comunicação (BARRETO, 2019, p. 133).

Ainda sobre as questões internas das ocupações a obra de Fernandes (2019) contribui no debate, mostrando os detalhes a seguir:

---

<sup>81</sup>Em 2016 já completavam alguns anos que algumas disciplinas como Sociologia e Filosofia só tinham um tempo por semana nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. Além de todas as questões que os professores dessas disciplinas sofriam com a ausência de um trabalho decente com seus estudantes, são matérias que de certa forma despertam o senso crítico com mais facilidade nas aulas que outras. Os estudantes colocavam sempre em suas reivindicações a volta de dois tempos de Sociologia e Filosofia em todas as séries, pauta que dialogava com a categoria em greve, assim como algumas outras.

Por meio das ocupações, os estudantes puderam conhecer mais as suas escolas; espaços abandonados foram reavivados com hortas, bibliotecas solidárias, oficinas de dança, laboratórios e salas de música. Eles também encontraram livros, uniformes e materiais didáticos escondidos em salas quando se alegava sempre que não tinham mais esses objetos para fornecer. Puderam explorar a capacidade que a escola pode comportar de despontar potências até então desconhecidas: faziam festivais de arte convocando a comunidade escolar, saraus de poesia, aulões, debates, cineclubes, trocavam conhecimento, outrossim, tomavam suas resoluções a partir de assembleias diárias [...] (FERNANDES, 2019, p. 78-79).

Um aspecto que vale abordar é o exercício do que já expusemos teoricamente e em outros exemplos históricos: a prática da ajuda mútua entre os secundaristas e outros grupos sociais. Já falamos da categoria da Educação em greve e está na primeira ordem essa aliança em prol de uma educação pública de melhor qualidade para todas as comunidades escolares e de todo a sociedade do estado.

Existiram durante o período de mobilização pautas específicas de educadores e de estudantes, mas acima de tudo havia um respeito e apoio em todas as questões que na prática envolviam ambos os setores que estavam ali, no dia a dia das escolas públicas estaduais, na busca de melhorias em tudo que envolve o ambiente educacional.

Além dos profissionais de educação da própria rede estadual podemos aqui enumerar outras formas de apoio: 1) docentes de outras redes (privada, do ensino público federal básico e até do ensino superior público ou privado) para dar aulas temáticas; 2) coletivos de mídias independentes para produzir vídeos e oficinas na produção de material de divulgação da luta estudantil; 3) coletivos de militantes e movimentos sociais diversos no sentido de arrecadar comida ou fazer atividades com os jovens; 4) apoio de sindicatos de categorias diversas além do SEPE-RJ; 5) artistas fazendo apresentações musicais. Esses pequenos shows foram realizados por diferentes artistas da música, desde bandas e artistas independentes até músicos e artistas consagrados como a cantora Marisa Monte e o cantor Leoni<sup>82</sup>, por exemplo.

Acerca da reação ao movimento de ocupações no Rio de Janeiro, podemos dizer que ela se deu em esferas e formas diferentes que dialogavam a partir de uma articulação

---

<sup>82</sup>G1. Marisa Monte e Leoni fazem show de graça em colégio ocupado no Leblon Escola André Maurois é uma das cerca de 70 ocupadas por alunos no RJ. 'Cantei quatro músicas com eles', postou a cantora em rede social. **G1**, [Rio de Janeiro], 2 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/marisa-monte-e-leoni-fazem-show-de-graca-em-colegio-ocupado-no-leblon.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

para reprimir os secundaristas que seguiam na luta. Num primeiro momento a tática utilizada pela SEEDUC foi buscar meios de desmobilizar e esvaziar o conteúdo das pautas do movimento estudantil. Por exemplo, no fim do mês de abril a Secretaria antecipou o período de férias no meio do ano nas escolas ocupadas e travou o acesso ao RioCard (equivalente ao passe livre estudantil para entrar em transportes públicos). Ataques e ameaças como declarações de que o ano letivo de 2016 não iria valer e uma virtual reprovação dos secundaristas engajados nas ocupações também fizeram parte do repertório de difamações por parte dos burocratas da educação estadual.

Barreto destrincha esse momento dizendo que:

A SEEDUC, maior opositora das ocupações, lançou mão de diferentes estratégias para desarticular o levante. Incentivaram a formação de movimentos “Desocupa Já”, como ficaram conhecidos os grupos que tentavam desocupar as unidades. Até mesmo divulgaram manifestações contra as ocupações através de sua conta oficial no Twitter. O então chefe de gabinete da pasta, Caio Castro Lima, chegou a compartilhar em suas redes sociais um vídeo de um colégio cuja ocupação havia sido impedida, chamando outros jovens a fazer o mesmo movimento. Assim como ele, diretores de diversos colégios difundiram pela rede campanhas contrárias aos secundaristas e, indo além da internet, insuflaram os “Desocupas” articulando pais e estudantes descontentes (BARRETO, 2019, p. 131).

Sobre o movimento contrário às ocupações, que foi chamado de “Desocupa”, a pesquisa a partir de outros estudos e os relatos coletados nesses trabalhos demonstram que ele se construiu com articulação nas redes sociais e teve incentivo da própria Secretaria de Educação para colocar estudantes da mesma escola uns contra os outros. O estímulo à violência não foi algo explícito, mas infelizmente houve sim conflitos violentos em algumas escolas como nos colégios Mendes de Moraes<sup>83</sup>, Central do Brasil<sup>84</sup> e no Visconde de Cairu<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup>LONGAIGH, Ciara Ní. Estudantes Ocupantes São Ameaçados de Violência Enquanto Negociam com o Estado. **RioOnWatch**, [s. l.], 24 mar. 2016. Tradução: Manu Escrita. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=19915>. Acesso em: 10 jun. 2021.

<sup>84</sup>FREDERICO, Tiago. Estudantes voltam a ocupar Colégio Central do Brasil. **O Dia**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-05-22/estudantes-voltam-a-ocupar-colegio-central-do-brasil.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

<sup>85</sup>BARROSO, Jean. Luta secundarista no Rio: Depoimento de ocupante da Metro III relata violência do "Movimento Desocupa". **Esquerda Diário**, [s. l.], 18 maio 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Depoimento-de-ocupante-da-Metro-III-relata-violencia-do-Movimento-Desocupa>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Figura 6 - Cartaz da Ocupa 114 dando um recado ao chamado movimento Desocupa



Fonte: COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016g.

Outras duas táticas de intimidação utilizada pelo estado também foram: 1) cortar a luz e a água de algumas escolas ocupadas (como exemplos temos as ocupações das escolas Chico Anysio<sup>86</sup> e CAIC/Reverendo Clarence<sup>87</sup>); 2) o uso das forças policiais em determinadas situações para acabar de vez com a mobilização secundarista em algumas escolas. Vale dizer que a repressão policial foi utilizada em outras situações como em atos de estudantes e da própria categoria dos educadores.

Ao falarmos da resistência dos estudantes à polícia, Pinheiro (2017) aponta que:

---

<sup>86</sup>ALFANO, Bruno. Mesmo sem luz, estudantes mantêm ocupação de colégio no Rio. **Extra**, [s. l.], 1 mar. 2016b. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/mesmo-sem-luz-estudantes-mantem-ocupacao-de-colegio-no-rio-19208072.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

<sup>87</sup>ESQUERDA DIÁRIO, 2016.

[...] havia um espírito de trincheira nas ocupações, acentuado pelo temor da invasão da polícia, pela restrição de quem entrava e saía, pela entrega de alimentos, pela cozinha comunitária e pelos dormitórios improvisados em salas de aula. Tudo isso trazia uma aura mágica às ocupações, o que acabou por ressaltar os sentidos subjetivos da experiência. (PINHEIRO, 2017, p.268).

Com o passar do tempo as ocupações foram acabando. Podemos dizer que alguns fatores foram preponderantes para isso acontecer: 1) as várias formas de repressão e sabotagem da mobilização como já descrevemos; 2) o fato de os ocupantes serem em sua grande maioria (se não for totalidade) jovens em formação e amadurecendo na luta a partir da prática; 3) o desgaste dentro do próprio movimento por causa dos meses de pressão e luta que enfrentaram nas ocupações.

Com o esvaziamento das escolas ocupadas, junto à falta de diálogo com Antônio Neto (secretário de educação do estado), dezenas de estudantes vindos de escolas diversas ocuparam no dia 6 de maio de 2016 o térreo do prédio da SEEDUC, localizado no bairro do Santo Cristo (região central da capital). Fernandes (2019) detalha o momento e as pautas da ocupação dizendo que:

O objetivo era trazer o secretário de Educação para a mesa de negociações, reivindicando a eleição direta, a livre organização de grêmios estudantis, o acesso da comunidade e dos alunos aos laboratórios e uma integração maior entre alunos, coordenação e pais. Os alunos cobravam também melhorias na rede de ensino e apoiavam a greve dos professores, iniciada dia 2 de março. Antes de saber se iriam ter ou não a presença da comitiva do governo do Estado, a comissão geral da ocupação se reuniu em um auditório que, curiosamente, continha os dizeres na porta de entrada: “O auditório é restrito para uso agendado (FERNANDES, 2019, p. 81).

Alguns dias depois, tanto o chefe de gabinete da secretaria Caio Castro quanto o secretário da pasta Antônio Neto foram exonerados. A SEEDUC a partir do dia 16 de maio começou a ter no comando da educação do estado Wagner Victor, ex-presidente da FAETEC e presidente da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) nos governos de Sérgio Cabral<sup>88</sup>.

Essa primeira tentativa de ocupação durou apenas algumas horas visto que as entidades estudantis ligadas a partidos políticos como a União da Juventude Socialista

---

<sup>88</sup>SEARA, Berenice. Educação: Antônio Neto é exonerado, Wagner Victor será o novo secretário. **Extra**, [s. l.], 16 mar. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/educacao-antonio-neto-exonerado-wagner-victor-sera-novo-secretario-19317069.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.



(UJS), União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>89</sup> e Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL)<sup>90</sup> não mantiveram a posição de ocupar por mais tempo o prédio, após uma reunião com membros da secretaria e alguns acordos estabelecidos. Alguns dias depois – mais exatamente no dia 20 de maio de 2016 – com o não cumprimento dos acordos com a SEEDUC, um grupo de estudantes tentou ocupar novamente o prédio e, na madrugada do dia 21, foi expulso pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar com extrema violência.

Já a terceira tentativa de ocupar – essa bem-sucedida – ocorreu dia 30 de maio e resistiu até o dia 24 de junho, mesmo com cerco da polícia ao redor do prédio 24 horas por dia e com estudantes impedidos de entrar com água e comida. Algumas equipes de professores em greve se revezaram num acampamento improvisado do lado de fora apoiando os estudantes e buscando dar suporte material, jurídico e político durante a Ocupa SEEDUC.

Figura 7 - Ocupa SEEDUC



Fonte: OCUPA SEEDUC, 2016.

Finalizando esse tópico do capítulo da nossa tese, fazemos menção ao filme “Ocupações Estudantis: Por eles mesmos”<sup>91</sup> produzido pelo coletivo de mídia independente Linhas de Fuga cuja direção é do cineasta e professor da rede pública Diego

<sup>89</sup> A UJS e a UNE são ligadas e dirigidas há décadas por PT e PCdoB.

<sup>90</sup> Movimento estudantil ligado ao PSTU.

<sup>91</sup> OCUPAÇÕES Estudantis: Por eles mesmos. [S. l.: s. n.], 2016. Publicado no canal Linhas de Fuga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fc8ImhiVWbU&t=87s>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Felipe S. Queiroz. Acreditamos que o documentário traz elementos que contêm diversos pormenores debatidos e discutidos a respeito do contexto das ocupações de escolas no Rio de Janeiro em 2016.

A partir dos depoimentos de estudantes de diversas escolas, em municípios diferentes e mostrando o cotidiano da luta secundarista, o filme traz à tona muito da realidade da educação estadual na conjuntura de greve e ocupações naquele momento. Essa obra é extremamente simbólica, mas é importante dizer que existe um universo extenso de curtas, médias e alguns longas metragens sobre o assunto. Alguns voltados a mostrar apenas o cotidiano de uma ou outra escola mobilizada e outros mais generalizados sobre o contexto como um todo das ocupações.

O papel das mídias independentes sempre foi e segue sendo fundamental para divulgar as lutas dos de baixo, mostrar que há formas de organizações políticas que se estruturam para além de instituições do estado ou partidos políticos. E também buscam fazer um contraponto aos meios de comunicação estabelecidos no mercado, ligados às grandes empresas.

A seguir vamos pontuar e analisar questões que aproximam teoricamente e na prática alguns fatos que ocorreram ao longo das ocupações de escolas no Chile em 2006 e no Brasil nos estados de São Paulo e Rio Janeiro, respectivamente em 2015 e 2016.

#### **4.4 DO CHILE AO BRASIL: INFLUÊNCIAS, APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E COMPARAÇÕES DOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÕES DE ESCOLA**

Após explorar de forma breve os antecedentes políticos e históricos e as conjunturas do fenômeno das ocupações no Chile, São Paulo e Rio de Janeiro, vamos agora apontar algumas características comuns nesses processos, que mesmo em locais e tempos distintos guardam questões que se aproximam, tanto no plano teórico quanto no plano prático. Entendemos existirem influências políticas que vamos comparar e mostrar haver elementos que marcam uma contingência dos fatos políticos e históricos acerca do nosso objeto de estudo.

Reforçamos nesse instante como um importante marco histórico a ocupação do território de Chiapas (México) pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, que vem tornando a região uma trincheira contra os ataques do governo

mexicano e todos os projetos capitalistas nos últimos tempos, buscando e construindo sua autonomia política até os dias atuais. Até passar pelas lutas de caráter autônomo em diversos locais, na virada do século XX para o século XXI, que foram classificadas como movimento antiglobalização em diferentes partes do mundo, até chegar à Comuna de Oaxaca – também no México - e à própria Revolta dos Pinguins que estamos analisando nesse momento. Podemos afirmar que existe uma retomada de protestos, ações políticas e lutas compostos por princípios que dialogam com diversas táticas libertárias de atuar nos movimentos sociais nesse período (DE MORAES, 2018b; BRANCALEONE, 2020).

Brancaleone (2020) nos traz uma reflexão referente ao contexto em que ocorreram as ocupações secundaristas, tanto no Chile em 2006 quanto no Brasil, em 2015 e 2016, e que faz parte do que o autor chama de “ativismo transnacional”. Nas palavras do intelectual o conceito e a prática política,

[...] se conecta ao Que se Vayan Todos argentino, Occupy Wall Street nos EUA, Indignados em Espanha e insurgentes na Grécia, à Primavera Árabe e às Jornadas de Junho no Brasil, entre outros, de certa maneira, pode ser caracterizada como parte de um cenário privilegiado para a observação e identificação do reaparecimento no universo político contemporâneo (BRANCALEONE, 2020, p. 16-17).

Augusto (2017), ao descrever esse contexto de revoltas e ebulição na virada dos séculos XX e XXI, caracteriza o avanço das manifestações de perfis autônomos como uma antipolítica diante da política tradicional em diversas partes do mundo. O autor diz que:

A presença anárquica da antipolítica no movimento antiglobalização segue em aberto. Emergiu nas chamadas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e reaparece cada vez que um motim de rua estoura em alguma parte do planeta. O início do século XXI indica que o tempo da contestação organizada por partidos e sindicatos, que ao longo do século XX foram incorporados no jogo político, apodrece. Vivemos nessa abertura de século a era dos motins. Além do enfrentamento direto às forças da ordem como expressão da revolta, os motins se mostram como antipolítica. Esta possui relações com a anarquia e com a produção de um militantismo como estilo de vida, liberado da busca teleológica e por um universal. Está além e aquém, tanto das formas organizadas de representação, quanto das coordenações micropolíticas na composição de uma multidão global. Sua força pode ser buscada nas observações expostas aqui como uma arte de mais nada, contra si mesmo (AUGUSTO, 2017, p. 27).

As ocupações de escolas, sejam no Chile ou no Brasil, além de todas as outras mobilizações de rua protagonizadas por jovens nesse período, podem sim estar relacionadas com o que Augusto nos faz refletir em seus escritos. Ou seja: afirmamos que os estudantes se organizaram e executaram verdadeiros motins nas unidades escolares como tática de protesto.

Retomamos esse contexto de diversas manifestações para justificar o processo de ocupações de escola em dois países diferentes, com uma diferença de cerca de uma década entre Chile e Brasil, e com ele dialogar diretamente e pelos seguintes motivos: 1) teve protagonismo de estudantes secundaristas do ensino público; 2) utilizou-se em cada momento e conjuntura das redes sociais para mobilizar os estudantes; 3) a mobilização aconteceu por meio de ações diretas, de maneira descentralizada e sem ligações com políticos tradicionais; 4) os estudantes ressignificaram algumas práticas de lutas libertárias a partir do pleno exercício de construções políticas coletivas, por meio de ações diretas, organização do espaço de maneira autogestionária e fortalecendo a democracia direta na hora de decisões em geral nas ocupações; 5) a luta dos secundaristas aprofundou um debate sobre o que é, para o corpo discente, a educação pública e questionou o próprio espaço escolar em si.

A respeito da forma de comunicação no período de mobilização estudantil já falamos que no Chile a rede social “Messenger” foi a de maior utilidade. Já no Brasil as redes mais utilizadas no intuito de divulgar a luta secundarista, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, foram principalmente o Facebook e o aplicativo WhatsApp. Um excelente exemplo foram as páginas de Facebook de cada ocupação, criadas e organizadas pelos estudantes para divulgar o cotidiano de suas lutas, informes, programações e eventos que os ocupantes faziam com total protagonismo.

O processo de ocupações e o uso de comunicações via redes sociais dialoga diretamente com o que o sociólogo espanhol Manuel Castells (2017) diz a seguir:

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero (CASTELLS, 2017, p. 29-30).

Sobre as táticas de ações diretas promovidas pelos estudantes, pode-se dizer que se em 2006 a atmosfera existente era da influência dos recentes eventos como o levante zapatista, protesto antiglobalização e Comuna de Oaxaca – além do próprio histórico e acúmulo do movimento estudantil nas lutas contra a ditadura Pinochet -, em São Paulo as inspirações com relações diretas com as ocupações de escola foram não só as imagens e os eventos no Chile alguns anos antes, mas as revoltas populares no ano de 2013 no estado e pelo país.

Uma ação específica que marcou tanto as ocupações em São Paulo e influenciou os estudantes no Rio de Janeiro foram os chamados cadeiraços - forma que os estudantes utilizaram de se manifestar de maneira descentralizada, levando as cadeiras das escolas para a frente dos colégios, travando as ruas e o trânsito de forma muitas vezes combinadas. Acabava por paralisar tudo no entorno das unidades escolares e os secundaristas aproveitavam para divulgar as pautas das ocupações, o que confundia os órgãos de repressão, pois como dito tais protestos não aconteciam em uma única região das cidades. Foi uma tática bastante utilizada em muitas escolas nos dois estados estudados<sup>92</sup>.

Por sua vez na própria fala e relatos de estudantes nas escolas ocupadas no Rio de Janeiro – seja em estudos publicados, seja em filmes sobre o assunto - é notório como o movimento dos estudantes paulistas foi um fator de inspiração e influência direta para a mobilização dos jovens fluminenses.

Logo, percebemos o caráter contingencial das ocupações que conjuga singularidade e similaridades das mobilizações em cada local. Singularidade pelas conjunturas e suas pautas específicas; similaridade pela forma e tática de reivindicações. Não só pelo fato de ocupar escolas públicas, mas também pelas ocupações serem realizadas de forma descentralizada, por jovens, em sua maioria pouco habituados às praxes da política institucional e partidária, que seguiram uma linha de atuação próxima aos movimentos autônomos contemporâneos para se manifestarem.

Outros dados que valem ser mencionados são as formações de frentes políticas com um viés autônomo a partir dos secundaristas. Ficou nítido o descontentamento de

---

<sup>92</sup>Não encontramos registros dessas ações nos protestos chilenos em 2006.

uma parcela dos secundaristas mobilizados diante das tentativas de entidades político-partidárias de tomar a frente e influenciar de forma direta o movimento<sup>93</sup>.

A partir disso em São Paulo cria-se o Comando das Escolas Ocupadas que seria:

[...] um encontro entre a cultura política autonomista de alguns coletivos (como O Mal Educado, o G.A.S. e militantes e ex-militantes do MPL-SP, por exemplo) e uma rejeição das entidades estudantis por parte de alunos independentes, que estão participando pela primeira vez de alguma mobilização social” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 171).

Já no Rio de Janeiro a aglutinação de escolas ocupadas cujo perfil de atuação dos participantes era uma ideia autônoma e que se contrapunha às entidades de forma explícita reuniu-se em torno da frente “Secundaristas em Luta - RJ”. Podemos perceber tais características a partir de um trecho do manifesto, retirado da página do Facebook<sup>94</sup> da frente política, fazendo uma chamada pública para um primeiro encontro desse espaço de mobilização que vinha se construindo.

O texto dos Secundaristas em Luta - RJ diz o seguinte:

[...] Quando movimentos populares começam a se organizar, assim como no caso do movimento estudantil, muitos grupos começam a se aproximar. Alguns deles buscam de fato uma aproximação cooperativa, e geralmente respeitam a liberdade e a autonomia do movimento, sem interferir. Contudo, também se aproximam muitos coletivos, instituições, e associações que se dizem representantes dos estudantes mas que possuem finalidades próprias, e que tentam guiar o movimento, tirando sua liberdade e autonomia. Em sua maioria, esses movimentos são oportunistas e/ou ligados a partidos políticos, sejam eles do governo ou de oposição. Devido a isso, nós estudantes precisamos nos organizar por nós mesmo antes que sejamos organizados por essas entidades, que impondo seus próprios interesses e pautas iriam criar um roteiro para o movimento e usá-lo para suas propagandas eleitorais. Precisamos de um movimento autônomo e horizontal que seja construído e pensado pelos próprios estudantes através de assembleias e na participação dos mesmo nas deliberações, para que a luta permaneça constante e represente legitimamente os estudantes, sem que haja silenciamento ou roubo de protagonismo. Dessa forma, manteremos o movimento forte e unificado para conseguir conquistar nossas pautas [...] (SECUNDARISTAS EM LUTA RJ, 2016a).

<sup>93</sup>Não encontramos fontes que comprovem formações de grupos organizados a partir de um perfil libertário ou autonomista no Chile. Acreditamos que tenha acontecido, mas não conseguimos confirmar. Essa forma de organização ficou explícita tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, durante a histórica mobilização estudantil.

<sup>94</sup>SECUNDARISTAS EM LUTA RJ. [Página inicial]. [S. l.], 8 mar. 2016b. Facebook: SecundaristasEmLutaRJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/SecundaristasEmLutaRJ>. Acessem: 10 jan. 2022.

Figura 8 - Cartaz da frente Secundaristas em Luta na Ocupa 114



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Além do manifesto acima a crítica aberta aos movimentos estudantis ligados aos partidos políticos da ordem também foi algo bem explícito pelos estudantes que construíram a frente Secundaristas em Luta no Rio de Janeiro em 2016. Existia um canto nos protestos que revela essa crítica ácida. Os versos diziam o seguinte: “A AERJ<sup>95</sup> acha que me enrola/ A ANEL acha que me enrola/ A UJS acha que me enrola/ Se aparecer vai ser expulsa da minha escola”.

Mais uma aproximação que achamos pertinente entre as três realidades descritas nesse capítulo é o próprio questionamento da escola pública e seu lugar na sociedade. Os secundaristas, acima de tudo, lutaram contra o projeto educacional que seus governantes, tanto no Chile quanto no Brasil – e possivelmente outros locais da América Latina –, pretendiam realizar. Desde a privatização do ensino de forma mais aprofundada, no caso

<sup>95</sup>AERJ (Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro) é uma entidade estudantil ligada ao partido UP (Unidade Pelo Socialismo).

chileno, ou as políticas implementadas em São Paulo e Rio de Janeiro, como a reorganização escolar no caso paulista e o longo processo de sucateamento das escolas estaduais fluminenses que tanto fez a categoria entrar em greve como os estudantes ocuparem as unidades escolares.

Uma pauta que unificou as lutas de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, foi a luta contra as chamadas avaliações externas. Tanto o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) quanto o SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro) foram alvo de boicotes pelos estudantes e de luta contrária a suas aplicações<sup>96</sup>. Tais provas sempre foram questionadas devido ao fato de serem instrumentos de imposição de uma lógica meritocrática e de competição entre escolas e estudantes de forma generalizada<sup>97</sup>. Tanto estudantes quanto profissionais de educação em greve determinavam como uma das diversas pautas prioritárias o fim das avaliações externas.

Educadores e educadoras que questionam tais provas externas argumentam que elas retiram a autonomia pedagógica do docente e não formam o desenvolvimento crítico do sujeito, além de desestimular a iniciativa e criatividade do processo de aprendizado. A autonomia pedagógica é retirada no caso desses exames devido ao fato deles serem elaborados por empresas de fora do estado e os docentes que estão no cotidiano das escolas não interferirem, não opinarem e muito menos terem contato com os elaboradores dessas provas. Além disso, em nenhum momento as avaliações externas respeitam as realidades particulares de cada região onde se situam as unidades escolares ou levam em conta o conteúdo trabalhado pelos docentes nas disciplinas em cada escola. Ressaltamos ainda que anualmente existia um gasto milionário com essas avaliações.

---

<sup>96</sup>Os dois exames faziam parte do programa nacional de avaliações em que temos a Prova Brasil e SAEB, que, segundo o Ministério da Educação, têm como objetivo principal avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Tais índices são gerados para servir de modelo de comparação com outros países no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudante). Cf. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). **gov.br**, [2022?]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>97</sup>No Rio de Janeiro a Secretaria durante alguns anos estipulava que quanto maiores as notas no SAERJ mais a escola (incluindo aí diretoria, funcionários, corpo docente e até estudantes) ganharia bônus como verba extra para reparos na escola e destaque na implementação de políticas da SEEDUC. Enquanto as escolas que não tivessem um bom desempenho de nota na avaliação externa poderiam ser punidas até com uma diminuição de verba para o ano seguinte, correndo o risco inclusive de fechar a unidade.



Para ilustrar, cito um trecho da obra “Escolas de luta” quando é relatado o boicote ao SARESP durante o período das ocupações em São Paulo:

Os dias 24/11 e 25/11 foram dois dias de muitas disputas entre diretorias, professores e estudantes, mas no final o boicote foi considerado um sucesso pelo movimento, sendo que, 1,1 milhão de alunos esperados, apenas 915 mil (80,5%) realizaram a prova. O índice de comprometimento tinha sido de 85,1% em 2014 e já tinha chegado a 90,3% no ano de 2009 [Folha de São Paulo – site – 27/11]. Porém, o principal indicador de sucesso foi a ocupação de 60 escolas nos dois dias de aplicação da prova, um salto de 51,7% (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 181).

Como já dito, no contexto do Rio de Janeiro o SAERJ era não só uma pauta das ocupações como da categoria em greve. Uma pauta já colocada pelo sindicato há alguns anos e graças à força dos estudantes, junto aos docentes grevistas, a prova foi cancelada, não sendo aplicada a partir de 2017<sup>98</sup>.

Acreditamos que a luta contra as privatizações do ensino público e avaliações externas se enquadram no perfil do que chamamos de uma juventude que buscava outra forma de educação pública, que estava não só contestando as políticas de estado aplicadas, mas também tentando mostrar que outra escola, menos hierárquica e com um protagonismo estudantil, era possível, assim como extremamente necessário repensar o espaço escolar como um todo.

Seja no Chile, São Paulo, Rio de Janeiro ou quaisquer outros locais onde, a partir da auto-organização e por meio de suas ações diretas, os estudantes ocuparam escolas, entendemos que o questionamento às políticas públicas e todo o sentido do ambiente escolar, aliado à forma de comunicação instantânea e a uma organização política baseada em autogestões das escolas, dialogam diretamente com o que alguns autores têm chamado de anarquia contemporânea ou neoanarquismo. Sobre esse assunto, Ibáñez resume bem na seguinte passagem:

A configuração em rede da sociedade, a passagem piramidal para o reticular e o horizontal, a implantação de novas tecnologias de informação e de comunicação (NTIC, a partir de agora), tudo isso impulsiona, naturalmente, a aplicação de novas formas de dominação. Além disso, também facilitam o

<sup>98</sup>A SEEDUC depois mudou o nome e atualmente a avaliação externa se chama Prova S@ber e tem um perfil diferente, mas continua sendo problemática e ressalta a meritocracia, com um viés mais disfarçado. Cf. SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação. Avaliação S@ber Formativa. Seeduc RJ, Rio de Janeiro, [2022?]. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/professor/avalia%C3%A7%C3%A3o-sber-formativa>. Acesso em: 15 jan. 2022.

desenvolvimento de velhas práticas subversivas extraordinariamente eficazes que resultam estar em sintonia com as formas organizativas próprias do anarquismo.

São as formas adotadas pela prática de luta contra as atuais formas de dominação e, mais particularmente, as que desenvolvem os novos movimentos contestatórios, as que estão incorporadas, em parte, no anarquismo contemporâneo e as que esboçam um neanarquismo (IBÁÑEZ, 2015, p. 39).

Vamos agora para nosso capítulo final, no qual iremos desenvolver nossa tese e conceitos importantes, a partir do acompanhamento de duas escolas ocupadas que estão situadas em regiões periféricas distintas da capital e região metropolitana do Rio de Janeiro.

## 5 NOSSA ESCOLA, NOSSAS REGRAS

Neste capítulo iremos aprofundar nossa pesquisa empírica a partir dos dados coletados de diferentes fontes. Enquanto docente da rede pública estadual, podemos afirmar que tivemos o privilégio de obter algumas informações que se não atuássemos em sala de aula não conseguiríamos. Ao mesmo tempo que acreditamos ser fundamental manter um afastamento do objeto para sistematizar os dados pesquisados em um formato acadêmico.

Como já dito, no momento em que escrevemos o presente trabalho atuamos na docência de Sociologia da rede estadual do Rio de Janeiro, além de termos atuado em diversas escolas da cidade de São João de Meriti<sup>99 100</sup> sendo o CIEP 114 – Maria Gavázio Martins a unidade escolar em que fiquei mais tempo – exatamente entre os anos de 2014 e 2019. Portanto, acompanhamos de perto o processo que culminou na ocupação da escola em abril de 2016 e os relatos a seguir serão em primeira pessoa do singular em alguns momentos devido à inevitável posição de testemunha ocular do fenômeno.

Escolher estudar e desenvolver uma pesquisa sobre o processo de luta dos estudantes do CIEP 114 foi um desafio que nos reaviva memórias indescritíveis, um pouco de emoção e que também nos leva a razão de entender todo um processo que não surgiu do nada e está dentro de um contexto histórico específico.

A respeito da outra escola, o Colégio Estadual Central do Brasil, localizado no bairro do Méier (zona norte da capital fluminense), nossa escolha se deve a ter acompanhado os fatos ao longo do período dos protestos, principalmente por conta do momento de mobilização na greve da rede estadual em 2016, pela grande repercussão

---

<sup>99</sup>São João de Meriti é uma cidade localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Segundo fontes oficiais do IBGE a população do município a partir do Censo de 2010 era de 458.673 pessoas e a estimativa é de que em 2021 a população estaria por volta de 473.385 pessoas. A densidade populacional de São Joao corresponde a 13.024,56 hab/km<sup>2</sup>. Em 2012 saiu reportagem chamando o local de “formigueiro das Américas” por possuir a maior densidade populacional do país. Cf. ABDALA, Vitor. Cidade com maior densidade populacional do país, São João de Meriti (RJ) terá quatro candidatos a prefeito. **UOL**, Rio de Janeiro, 21 set. 2012. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2012/noticias/2012/09/21/cidade-com-maior-densidade-populacional-do-pais-sao-joao-de-meriti-rj-tera-quatro-candidatos-a-prefeito.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>100</sup>IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [São João de Meriti]. IBGE, [20--]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2022.

dentro da categoria a respeito dos acontecimentos na ocupação da escola e por ter tido contato com alguns dos estudantes que fizeram parte da linha de frente do movimento.

Além disso, vale dizer que vamos buscar entender como foi o contexto de ocupações na região a partir desta escola escolhida. O Central do Brasil foi um dos colégios ocupados em 2016 da chamada região do Grande Méier – Zona Norte da capital fluminense – que se localizam na 13ª região administrativa da cidade e que além do Méier<sup>101</sup> engloba as seguintes localidades vizinhas: São Francisco Xavier, Sampaio, Rocha, Engenho de Dentro, Abolição, Cachambi, Maria da Graça, Del Castilho, Jacaré/Jacarezinho, Piedade, Encantado, Riachuelo, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos, Água Santa, Pilares e Quintino Bocaiuva<sup>102</sup>.

As diferentes dinâmicas em cada ocupação com os locais onde aconteceram as ocupações, tanto em São João de Meriti, no CIEP 114, quanto no Méier, no Central do Brasil, Méiere a relação desta última com outras da região que irão construir o conceito de federalismo secundarista, mais à frente, serão nosso foco nessa parte de desfecho do nosso trabalho.

Vamos agora à história, ao contexto e às dinâmicas político e sociais em cada ocupação escolhida como objeto de estudo.

---

<sup>101</sup> Segundo o mais recente Censo do IBGE, em 2010 o Méier contava com 49.828 habitantes e, entre os 160 bairros cariocas, era o 31º mais populoso do município do Rio de Janeiro. Num período de dez anos, a população do Méier se reduziu em 1.516 habitantes, ou 2,95%. Cf. MACHADO, Sandra. O Méier em números. **MultiRio**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2013. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/464-o-Méier-em-numeros>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>102</sup> SOU MÉIER. [Sobre o Méier]. Sou Méier, [Rio de Janeiro], c2019. Disponível em: <https://souMéier.com.br/sobre-o-Méier>. Acesso em: 18 mar. 2022.

## 5.1 OCUPA 114<sup>103</sup>

### 5.1.1 ANTECEDENTES

Figura 9 - Fachada do CIEP 114



Fonte: COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016l.

Começaremos essa parte do trabalho falando sobre o projeto dos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) no estado do Rio de Janeiro na década de 1980. Idealizado pelo antropólogo e secretário de educação estadual Darcy Ribeiro no governo Brizola, os colégios inicialmente possuíam uma política extremamente inovadora e ousada para o período, com educação integral (escola funcionando todos os três turnos e com atividades no contra turno), estrutura de esporte e lazer, equipamentos de saúde básica como atendimento odontológico e primeiros socorros, dentre outros detalhes.

Ao todo foram construídas 500 unidades de CIEPs em todo o estado. O modelo também tinha um projeto pedagógico único e com uma organização escolar padronizada, para evitar a diferença de qualidade entre as escolas<sup>104</sup>. Ao longo do tempo foi alvo de

<sup>103</sup> Localizado na rua Severino Tomé dos Santos, no bairro de Vilar dos Telles em São João de Meriti, o CIEP 114 Professora Maria Gavázio Martins segundo nossas investigações foi inaugurado no ano de 1986. Cf. SCHOOL AND COLLEGE LISTING. [CIEP Brizolão 114 Maria Gavázio Martins]. SchoolAndCollegeListings, [s. l.], [20--?]. Disponível em: <https://www.schoolandcollegelisting.com/BR/S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-de-Meriti/648179251908273/CIEP-Brizol%C3%A3o-114-Maria-Gav%C3%A1zio-Martins?fbclid=IwAR2VncbFw07Wtvsrp5xeAZc0jS7cWBNfjPONY2M3VZx15SZE0SmGn4nEE2E>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>104</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de. CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em:

críticas e a partir dos anos 1990 quando mudaram os governos o projeto foi sendo abandonado, sucateado e atualmente poucos CIEPs contam com uma estrutura digna para quem estuda e trabalha nas unidades<sup>105</sup>.

Um último ponto que merece destaque a respeito da política atual dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro se refere à coexistência de turmas do Ensino Médio e Ensino Fundamental - principalmente fora da capital do estado. Na capital as unidades escolares são utilizadas somente pelo Ensino Médio ou existem num regime de compartilhamento do espaço escolar, embora o Ensino Fundamental fique a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Na Baixada Fluminense e outras cidades do interior, os CIEPs atendem não só ao público do Ensino Médio, mas ao de idades menores, pois os municípios não conseguem absorver a demanda de jovens do Ensino Fundamental somente com as escolas municipais das redes locais.

Logo, nos CIEPs fora da capital e principalmente no interior do estado é a SEEDUC que acompanha e faz a política do Ensino Fundamental dessas unidades escolares. O CIEP 114 se enquadra nesse perfil de escola que possui o regime híbrido: com turmas dos dois níveis de ensino no cotidiano. Vamos falar mais à frente sobre a participação dos estudantes do Fundamental durante a mobilização política e ocupação da escola.

Posso dizer que os antecedentes da ocupação do CIEP 114 coincidem com a minha chegada por concurso à rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Assumi a primeira matrícula na SEEDUC exatamente no início do ano letivo de 2014.

Naquele ano enfrentamos uma greve extremamente difícil na rede, num contexto de mobilizações que persistiram depois do já mencionado ano de rebeliões populares de 2013 em especial no Rio de Janeiro, ano de Copa do Mundo, eleições para os executivos estadual e federal, e podemos dizer que muitas questões políticas mal resolvidas desde a greve de 2013, que acabaram forçando a categoria a entrar em greve em 2014 novamente.

Além disso, internamente no CIEP 114 acontecia algo que não ocorria há muitos anos: uma eleição para grêmio estudantil. Durante algumas semanas essa pauta mobilizou

---

<https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>105</sup> Como professor da rede estadual desde 2014 que trabalhou em sete unidades de CIEPs em São João de Meriti, confirmo essa condição dita no texto.

a escola. A disputa para conquistar o grêmio da escola ficou entre duas chapas. No fim a chapa que venceu o pleito era composta por estudantes do 3º ano, em sua maioria, que, após o fim do ano saíram da escola, abrindo a possibilidade de outros estudantes ocuparem o espaço político do grêmio no ano de 2015. E foi o que aconteceu.

Portanto em 2015 o grêmio estudantil do CIEP 114 foi sendo construído por estudantes que não venceram o pleito no ano anterior – a maioria dos estudantes da chapa que venceu se formaram e saíram da escola, como já dito - mas estavam dispostos a fazer atividades. Isso gerou atrito entre integrantes do grêmio e a direção da escola ao longo de alguns meses do ano de 2015.

Esse conflito entre estudantes e a equipe que dirigia a escola é expressa no depoimento do estudante Lucas Durães da seguinte forma:

Na virada do ano de 2014 pra 2015 teve aquela guerra todo do Grêmio. A gente perdeu e tudo mais. A gente fez uma ocupação simbólica dentro da sala do Grêmio. A nós seria destinada só de papéis, com as reivindicações dos alunos dizendo que tipo de escola que você queria. E os estudantes colocaram: “Ah. eu queria que a 903 voltasse pra manhã.”. “Ah. eu quero uma escola com a merenda melhor.”. “Ah. eu quero uma escola com isso, com aquilo.”. E tudo mais. Beleza. As diretoras desse colégio fizeram daquilo como se fosse um pandemônio. Entendeu? Elas fizeram uma espetacularização tão desnecessária daquilo. Um terror psicológico tão grande em cima dos estudantes. Um terror psicológico, inclusive, eu tinha vivido antes no colégio antecessor (L.D. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Avançando um pouco no ano de 2015 e com o contexto de mobilização estudantil em São Paulo sendo noticiada, em que centenas de escolas estavam sendo ocupadas, alguns docentes decidiram fazer uma atividade no fim do ano com algumas turmas do CIEP passando o filme “Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile”, de Carlos Pronzato, retratando a mobilização estudantil no estado naquele mesmo ano.

Foi uma atividade interessante, seguida de debate a respeito do que é o papel na escola na vida de estudantes e das pessoas que vivem seu cotidiano de forma direta ou indireta, compondo o que chamamos de comunidade escolar.

A seguir vamos focar no contexto em que aconteceu a ocupação, seus antecedentes imediatos, baseados na pesquisa nas redes sociais e entrevistas com estudantes que compuseram o movimento.





### 5.1.2. UMA BREVE CRONOLOGIA DOS FATOS NA OCUPA 114

Figura 10 - Cartaz OCUPA 114



Fonte: Arquivo Pessoal do autor.

O ano de 2016 se iniciou com muitas incertezas dentro da categoria diante da conjuntura complicada e com o atrito ainda existente entre os estudantes que construíram (ou tentaram) o grêmio estudantil da escola e a equipe diretora. Somado a essa conjuntura na escola no início de março - exatamente no dia dois daquele mês - a assembleia de profissionais da Educação decretava o início da greve.

Imediatamente no dia seguinte à aprovação da greve da rede estadual os estudantes do CIEP 114 fizeram algo inédito: um protesto a favor da greve e por melhores condições nas escolas pelas ruas de Vilar dos Telles. Os relatos de antigos professores e até moradores da região era de que nunca os estudantes daquela escola tinham se mobilizado politicamente daquela forma, ao ponto de ir à rua de forma autônoma e com pautas definidas.

Sobre esse contexto e o que influenciou os estudantes a se mobilizarem, temos a fala de uma estudante que reflete bem o momento quando ela diz:

O principal motivo pra gente se mexer foram as greves que tavam ocorrendo naquele momento. É um momento antes da gente entrar pra ocupar, né? A gente pegar e ter essa conversa num todo e ter essa ideia, né? Porque a gente viu as coisas que estavam acontecendo. A gente apoiou super a greve dos professores que foi em 2016, né? E então a gente pegou. E antes disso, né, a gente tinha visto vários documentários sobre as ocupações de São Paulo. É sobre o que eles fizeram por lá. Algumas pessoas tinham é visto também as ocupações que ocorreram no Chile também. Né? E aí a gente acabou sendo meio que influenciado da maneira boa por essas atitudes das outras pessoas (Hevelin Barbosa, estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

O relato da página do Facebook<sup>106</sup> que inicialmente se chamava OCUPA 114, depois mudado para COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, retrata bem a euforia dos estudantes naquele momento:

**03 DE MARÇO DE 2016, UM DIA HISTÓRICO PARA O CIEP 114!!!**

Sabe aquela escola que poucas pessoas sabiam que existiam, pois é, agora está sendo a mais falada de São João de Meriti por conseguir fechar uma das maiores avenidas do município e ter um grande número de estudantes mobilizados afim de realizar algo que realmente chame a atenção da população e do governo para com nossas reivindicações. Por mais que reclamem, por mais que difamem, por mais que tentem censurar... HOJE OS ESTUDANTES DO CIEP 114 FIZERAM HISTÓRIA!!! (COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016a).

Uma semana depois, dia 10 de março, aconteceu uma mobilização menor em frente à escola. Houve também um protesto de estudantes no espaço interno do CIEP referente à proibição dos estudantes de almoçar na escola por não terem aula naquele dia. Por conta desse fato alguns estudantes foram para frente da unidade escolar e fizeram uma lavagem da escada como um ato simbólico.

No fim de março, mais exatamente no dia 29 acontece a primeira tentativa de ocupação. O relato da página retrata o ocorrido da seguinte forma:

**COMPARTILHEM, URGENTE!!!**

<sup>106</sup> COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. [Página Inicial]. [S. l.], 7 maio 2014. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPAÇÃO DO CIEP 114 É IMPEDIDA POR HOMEM ARMADO NÃO IDENTIFICADO A MANDO DA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO. O MESMO ESTAVA COM UM CARRO IRREGULAR APREENDIDO PELO DETRAN QUE FEZ VÁRIAS MANOBRAS PRÓXIMO AOS ESTUDANTES, MORADORES, PROFESSORES E POPULARES PARA TENTAR INTIMIDÁ-LOS. MUITOS DELES FORAM SEGUIDOS ATÉ EM CASA, E RECEBERAM AMEAÇAS POR TELEFONE. BREVE MAIS INFORMAÇÕES!

[#CIEP114](#)

[#ESCOLADELUTA](#)

[#NÃONOSCALARÃO](#)

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016e).

O fato gerou uma repercussão dentro da categoria em greve. Uma das correntes do PSOL que atua no sindicato também lançou uma nota sobre o fato:

**Ciep 114 em luto.**

Ontem no fim da tarde fomos surpreendidos pela terrível notícia, a direção do Ciep 114 chamou a milícia para cuidar dos alunos.

Um homem armado, com carro que estava apreendido pelo Detran, ameaçou alunos e grevistas que chegaram na escola após a divulgação do fato.

Repudiamos a ação criminoso da direção da escola que colocou todos em risco!! Irresponsáveis, que paguem pela sua ação.

(NOTA DA LUTA EDUCADORA – CORRENTE DO PSOL) (LUTA EDUCADORA, 2016).

Foi um fato extremamente grave essa ameaça aos estudantes e marcante para todas as pessoas envolvidas no dia que chegaram depois para apoiar os estudantes que tentaram ocupar a escola sem sucesso naquele primeiro momento. Tanto que no dia 4 de abril um manifesto conjunto foi escrito e divulgado na página da Ocupa 114.

A seguir temos na íntegra o texto conjunto em repúdio à direção do CIEP 114:

**MOÇÃO DE REPÚDIO A DIREÇÃO DO CIEP BRIZOLÃO 114 MARIA GAVÁZIO MARTINS.**

Na Segunda Feira, dia 28 de Março de 2016, logo após as grandes manifestações secundaristas que sacudiram São João de Meriti na luta por um ensino público e de qualidade, estudantes, ex-alunos, moradores, populares e simpatizantes da causa, reconheceram que era necessário assim como as escolas de São Paulo que barraram o fechamento de 93 escolas, assim como em Goiás que barraram a privatização e militarização das escolas ocuparem a unidade para pressionar o Governo contra o desmonte das escolas públicas, e os milionários cortes da Pátria Educadora que estava levando nossa instituição a um profundo sucateamento. Unidos, tínhamos boas intenções em ocupar a escola, queríamos mostrar e dar a chance a comunidade escolar que cerca nossa unidade de participar de nosso cotidiano e cuidar do que de fato é deles, algo que raramente aconteceu, já que devido a vários fatores nossa escola deu as costas pra comunidade, que persiste em quebrar as vidraças, vandalizar e menosprezar a unidade por achar que nossa instituição não tem a menor

importância e valor para aquela área que carece de atividades culturais e esportivas.

Antes mesmo do processo de entrada dos populares afim de ocuparem a escola e desenvolver o movimento denominado "OCUPA 114", notamos a aproximação lenta de um carro prata com as placas KXO-0542 que fez um percurso intimidador perto dos que estavam reunidos, deu a volta na rua de trás e ficou parado com as janelas completamente fechadas na esquina da escola, quando adentramos na instituição, esse carro veio em alta velocidade da esquina até a porta da instituição, no qual de dentro dele saiu um homem armado careca, alto, de olhos claros, tatuagem no braço e uma leve cicatriz na testa, que colocou terror psicológico em todos os populares, muitos deles menores de idade o que os levou a desistir de ocupar a escola, ninguém sabia quem era esse homem que teve livre acesso a instituição e escoltou a direção até a hora que as mesmas saíram com seus carros debaixo de muitas vaias e palavras de ordem.

Professores do SEPE chegaram logo em seguida para dar auxílio a luta dos estudantes e tentar evitar qualquer tipo de tragédia mais a direção se recusou a falar com os mesmos.

Logo após o reconhecimento por parte dos integrantes do movimento de que infelizmente o CIEP 114 não seria mais a TERCEIRA ESCOLA OCUPADA DO RIO com a saída da direção e fechamento da unidade e o desaparecimento desse homem que chegou nesse carro, todos decidiram ir embora achando que só seria apenas essa injustiça que teria os deixado indignados naquele dia, mais logo após isso, um outro carro da cor MARROM com as placas escrito "VENDE-SE" começou a seguir os estudantes até a esquina de suas casas e alguns professores até o ponto de ônibus, alguns telefonemas foram recebidos, e este carro permaneceu circulando durante horas a região em torno da instituição.

Devido a gravidade das ameaças, alguns estudantes a maioria meninas tiveram que deixar a cidade de São João de Meriti temendo o pior, muitos estudantes também não querem mais voltar a estudar na instituição e alguns pais querem tirar seus filhos da unidade.

O GRÊMIO ESTUDANTIL DO CIEP 114, ATUALMENTE SEM REPRESENTANTES LEGAIS, AGINDO EM AUTO GESTÃO E COM A MAIORIA DOS ESTUDANTES RECONHECENDO E PARTICIPANDO DA ENTIDADE COMO UM GRANDE MEIO DE LUTA UNIFICADA EM DEFESA DE NOSSA ESCOLA, REPUDIA ESSE TIPO DE AÇÃO ORQUESTRADA PELA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, SEMPRE TIVEMOS NOSSAS CRÍTICAS E DISCORDÂNCIAS EM RELAÇÃO, MAIS AGORA CONDENAMOS PROFUNDAMENTE ESSA GESTÃO, JAMAIS ESPERÁVAMOS QUE CHEGASSEM A ESSE PONTO PRA TENTAR BARRAR A LUTA DOS ESTUDANTES POR SEUS DIREITOS.

JUSTIÇA SEJA FEITA!!!

PELA VOLTA DE NOSSOS COMPANHEIROS!!!

LUTAR NÃO É CRIME!!!

FORA SEEDUC!!!

ATENCIOSAMENTE: - GEFESC

GRÊMIO ESTUDANTIL DO CIEP 114, FERNANDO DA SILVA CÂNDIDO.

-

Assinam esse manifesto:

SEPE Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, UME União Meritiense dos Estudantes, CSP Conlutas, MEP Movimento de Estudantes de Pedagogia, DCE Mário Prata UFRJ, CAGEO-UFRJ, ANEL, MOVIMENTO FORA DA ORDEM, FLE Frente Libertária Estudantil, IH IFCS, Advogados Ativistas da OAB, Grêmios Estudantis do CIEP 175 Wellington da Silva,

Grêmio Estudantil do CIEP 179, FAETEC Bacaxá, Luta Educadora, Ocupa Mendes (COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016f).

Temos acima um relato bem detalhado do que aconteceu. Acreditamos ser um registro importante demais de ser colocado em nosso trabalho pois fatos graves ocorreram de perseguição política a estudantes que estavam buscando ocupar sua escola pela situação calamitosa em que estava não só o CIEP, mas a educação estadual de forma geral, tanto que a categoria se encontrava em greve concomitantemente ao acontecimento em São João.

Porém, no dia 13 de abril, com muita insistência dos estudantes a escola foi ocupada. A cobertura da página do Facebook aponta que não foi sem repressão e muito menos feito um acordo com a direção da escola. Os trechos abaixo são exatamente do dia e momento em que os estudantes estavam fazendo a ação direta:

URGENTE!!!!  
NOVA TENTATIVA DE OCUPAÇÃO NO CIEP 114 TEM NOVO CASO DE REPRESSÃO, A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO TRANCOU TODOS OS PORTÕES DA INSTITUIÇÃO, OS ESTUDANTES NÃO ESTÃO PODENDO BEBER ÁGUA NEM IR AO BANHEIRO, POR FAVOR TODA A AJUDA É NECESSÁRIA NESSE MOMENTO.

[#114RESISTE](#)

URGENTEEEE!!!  
DIREÇÃO DO CIEP 114 CONVOCA GRANDE APARATO REPRESSIVO PARA IMPEDIR OCUPAÇÃO DO CIEP 114, TRÊS VIATURAS JÁ ESTÃO COAGINDO OS ESTUDANTES PARA NÃO ENTRAREM NA INSTITUIÇÃO, TRÊS VIATURAS QUE PODERIAM ESTAR AJUDANDO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE NOSSO MUNICÍPIO MAIS ESTÃO PREOCUPADOS EM IMPEDIR A LUTA DOS ESTUDANTES, TODO APOIO É NECESSÁRIO!

[#114RESISTE](#)

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016n, 2016o).

Após o momento de ocupação, é importante dizer que o estabelecimento político e a organização do espaço são pontos cruciais e delicados para sustentar o movimento. Os relatos são de que algumas questões contribuíram para formalizar o espaço político: a comunidade ao entorno não foi contrária, alguns pais, estudantes e docentes foram lá apoiar logo nas primeiras horas com alimentos e questões básicas de limpeza, os estudantes já buscaram fazer uma assembleia para começar as atividades e apresentar a pauta política do movimento OCUPA 114.

No dia 15 de abril as principais pautas da ocupação foram postadas e divulgadas na internet:

**\*NOSSA PAUTA DE REVINDICAÇÕES.**

Nós do movimento OCUPA 114 estamos protestando por:

- Melhores condições das salas de aula.
- Mais bebedouros no espaço.
- Pela readmissão dos porteiros.
- Por mais funcionários de limpeza.
- Contra a retirada dos aparelhos de Ar Condicionado.
- Por mais democracia e participação da comunidade nas decisões da escola.
- Por refeições de qualidade.
- Pela volta do turno da noite com a abertura de turmas de Educação para Jovens e Adultos.
- Pela valorização de nossos professores.
- Contra os cortes do Governo na educação.
- Por eleições diretas e democráticas para diretores de escolas.
- Por mais atividades culturais e esportivas na escola.
- Pelo o direito de pegar ônibus com gratuidade sem constrangimentos e sem a necessidade de pagarmos passagem para ir estudar estando uniformizado.
- Pela volta do programa Mais Educação.
- Por mais materiais didáticos para ser utilizados em nossas aulas.
- Pela reabertura da sala de informática.
- Pelo fim das provas do SAERJ.
- Por uma maior atenção do poder público com nossa instituição para que a mesma possa ser uma grande escola de referência em nosso bairro.
- Por mais segurança.
- Pela criação do programa ESCOLA ABERTA em nossa escola para que a comunidade possa ter acesso a mesma aos fins de semana com intuitos culturais e recreativos.

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016i).

Achamos interessante colocar a fala de um dos estudantes a respeito dessas pautas também. Ele diz o seguinte:

A gente queria democracia na escola. A gente tinha muitas pautas materiais como, por exemplo, a melhoria da infraestrutura daquele colégio. A gente queria que o colégio fosse um colégio mais vivo comparado aos diversos outros que a gente tinha dentro do município de São João de Meriti que a gente via e ficava perguntando por que que isso não pode ser realizado dentro do nosso colégio? Por que que isso não pode? E eram muitos problemas como, por exemplo, o pedagógico da escola. Que tudo era feito com muita má vontade. Entendeu? As pessoas que administravam aquele colégio, elas faziam tudo na má vontade. E a gente ficava: “Meu Deus. Por que que a gente não pode fazer isso?”. Como eu já repeti. É e a gente descobriu que o problema não era só o problema do governo do estado. Que existia de fato. Que eram as poucas verbas (Lucas Durães, estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Ao longo dos primeiros dias e semanas a escola foi bastante visitada, ocorriam diversas atividades, muita doação de alimento e coisas básicas de limpeza, professores de

diversas escolas não só da região, mas de outras cidades e até docentes universitários se propuseram a dar aulas e atividades com debates para os estudantes. Ou seja, a agenda da escola estava bem cheia e não faltavam atividades educacionais no meio da luta por direitos e uma escola melhor para toda a comunidade do entorno do CIEP 114.

Um exemplo de agenda cheia aliada às reivindicações dos estudantes é a seguinte postagem:

\*ATENÇÃO PARA NOSSO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:  
SEGUNDA FEIRA:  
08:00 - Abertura dos Portões.  
09:00 - Oficina de Cartazes.  
10:00 - Oficina de Circo (Com professores do Circo-Escola da Venda Velha).  
12:00 - Almoço.  
13:00 - Roda de Conversa com a Comunidade.  
14:30 - Limpeza.  
15:00 - Recreação.  
17:00 - CineDebate (Filme "ACABOU A PAZ, ISSO AQUI VAI VIRAR O CHILE").  
18:30 - Encerramento das atividades.  
[#Ocupa114](#)  
(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016c).

E a rotina foi se construindo assim na Ocupa 114. Atividades culturais que nunca tinham acontecido na escola antes<sup>107</sup> como por exemplo a tradicional Roda Cultural da Praça do Skate – localizada no centro de São João de Meriti. A 44ª edição da Roda aconteceu na ocupação (além de outras atividades no dia) e o relato dos estudantes dá uma real dimensão do acontecimento:

\* Aqui no 114 a cultura P R E D O M I N A A A!!!!  
HOJE TIVEMOS AQUI EM NOSSA OCUPAÇÃO A TRADICIONAL RODA CULTURAL DA PRAÇA DO SKATE, ONDE TIVEMOS BATALHA DE RIMAS, TRABALHOS COM GRAFITE, DANÇA, E PALESTRAS SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AMERICANA. TIVEMOS PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, VIZINHOS, PAIS DE ALUNOS, E DE PERSONALIDADES QUE SE DESTACAM NO RAP E NO HIP HOP EM SÃO JOÃO DE MERITI E NO RIO DE JANEIRO. ISSO FOI MAIS UMA AULA DE DEMOCRACIA PARA TODOS NÓS, ONDE APRENDEMOS QUE NÃO PRECISAMOS DE MUITO PRA SERMOS FELIZES. PORÉM REIVINDICAMOS O QUE PRECISAMOS E O QUE MERECEMOS POR DIREITO. AGRADECEMOS AO APOIO E A FORÇA QUE TODOS NOS TEM

<sup>107</sup> Dentre as atividades destacamos: uma oficina de circo (dia 18 de abril), alguns cine-debates, uma roda de jongo (dia 2 de maio), e também tivemos uma doação imensa de livros com feira de turbante e apresentação musical com um artista cantando ragga (ritmo musical jamaicano que mistura rap com reggae), promovida pela ONG Ação da Cidadania (dia 21 de maio).

DADO. QUE POSSAMOS DESFRUTAR DE MAIS EVENTOS ASSIM,  
 QUE COMPARTILHEM E INCENTIVEM A CULTURA, O LAZER, O  
 ESPORTE, A EDUCAÇÃO, E ALEM DE TUDO DEMOCRACIA.  
 UM BEIJO PRA TODOS E O MOVIMENTO CONTINUA!

[#SouNegroTambém](#)

[#OcupaTUDO](#)

[#OcupaJá](#)

[#Ocupa114](#)

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016b).

Além da já mencionada Roda Cultural, também aconteceram atividades como aulas de pessoas de fora do quadro regular de docentes alocados na instituição, dinâmicas de debates em formato de rodas de conversa com pessoas convidadas sobre questões atuais como feminismo, violência de gênero, racismo, teoria política, pautas da conjuntura em geral, movimentos sociais, dentre tantos outros assuntos, que também não eram comuns no cotidiano escolar anterior ao movimento.

Ainda no mês de maio alguns avanços no movimento da ocupação do CIEP 114 foram alcançados como cada vez mais visibilidade aos problemas estruturais, visitas de órgãos do Ministério Público e ouvidoria para colher as pautas estudantis, crescimento da articulação com outras escolas ocupadas e outros protestos de rua, como o do dia 25 de maio.

Em Maio também tivemos uma intensa repressão aos estudantes que ocuparam a primeira escola do Rio de Janeiro, o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, no bairro da Ilha do Governador. A moção de apoio dos estudantes que ocuparam o CIEP 114 ao Ocupa Mendes dizia o seguinte:

**\* SOMOS TODXS MENDES DE MORAIS!**

Recebemos nos últimos dias a notícia da desocupação do C.E. Prefeito Mendes de Moraes na ilha do Governador, a primeira escola a ser ocupada a mais de dois meses, após uma série de ataques fascistas, porém isso não vem ao caso agora...

GOSTARÍAMOS DE DEIXAR O NOSSO MUITO OBRIGADO A ESCOLA QUE NOS SERVIU DE INSPIRAÇÃO E QUE ACOLHEU DIVERSOS ESTUDANTES DO CIEP 114 QUANDO ESTAVAM FORAGIDOS DE MILÍCIAS NA PRIMEIRA TENTATIVA DE OCUPAÇÃO DE NOSSA ESCOLA, QUE NOS DISPONIBILIZOU MUITAS DOAÇÕES E QUE POR MUITAS DAS VEZES NOS DEU DESTAQUE NA MÍDIA, COMO ESSE DA FOTO.

PEDIMOS PUNIÇÃO PARA TODOS OS ENVOLVIDOS NOS MOVIMENTOS FASCISTAS "DESOCUPA MENDES" E "DESOCUPA JÁ" QUE POR MUITAS DAS VEZES PROTAGONIZARAM GRANDES ESPETÁCULOS DE HORROR E QUE PÔS EM RISCO A VIDA DE DIVERSOS OCUPANTES.



NOSSA LUTA NÃO ACABOU, ETERNAMENTE OCUPA MENDES, VAI DEIXAR SAUDADES

[#OCUPA114](#) [#OCUPAMENDES](#)

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016m).

Como fato marcante no fim do mês de maio podemos destacar o avanço das pautas de negociações e o protagonismo estudantil no diálogo com órgãos do estado. As reivindicações aos poucos estavam sendo acatadas. O relato abaixo retrata bem esse momento:

#### MOVIMENTO OCUPA 114 SEGUE AVANÇANDO NAS NEGOCIAÇÕES.

Realizamos na manhã de hoje 04/05, uma grande e produtiva reunião onde estiveram presentes representantes do Ministério Público Federal (MPRJ), representantes da Coordenadoria Metropolitana VII (METRO 7), e a Subsecretária de Educação Cláudia Raybolt que resultou em grandes passos na busca pelo atendimento de nossas pautas de reivindicações.

Ficou acordado que:

- Esgoto da Cozinha : Metro VII irá resolver em até 90 dias.
- Ar Condicionado: A empresa de manutenção virá em até 7 dias.
- Alunos comunicarão amanhã a Metro VII sobre a Direção Provisória que ficará na unidade até as eleições diretas para um novo(a) diretor (a) de nossa escola.
- Metro VII terá até 25/05/2016 para a avaliações de problemas que envolvem, Ar Condicionado, Banheiros, Fiação, Limpeza entorno da Escola, Detetização e Placas de Aço nas Janelas, classificados como pequenos reparos.
- Animadora Cultural do SEPE até o dia 31/05 elaborará "projeto leitura" e apresentará para Professores de Português da casa juntamente com a Metro VII.
- Metro VII irá iniciar as obras de pequeno porte em 30/05.
- Metro VII até 31/05 fará levantamento de carência de livros e suprirá as carências 5 dias após o início das aulas.
- SEEDUC terá até 31/05 para avaliar máquinas do Laboratório de Informática.
- Metro VII amanhã 25/05 solicitará estudo ao SUPLAN para avaliar a demanda do retorno do turno da noite.
- Todas as represálias ocorridas contra alunos que participaram da ocupação, serão relatadas por alunos e entregues diretamente a metro VII.
- As turmas onde se tem falta de professores agora terão professores, sendo preenchido o quadro com antecedência a partir do dia de divulgação da data de desocupação.
- SEEDUC terá até o dia 31/05 para ver a possibilidade de mais um funcionário para Serviços Gerais.
- Material do projeto SEGUNDO TEMPO poderá ser utilizado, porém, não há recursos para a compra de novos, portanto, é preciso zelar pelos mesmos.
- SEEDUC irá se reunir com a GSA a respeito da alimentação, e os alunos irão sensibilizar os colegas sobre fiscalização e desperdício.

Exclarecimentos:

As pautas estaduais continuarão sendo revindicadas através da mobilização dos estudantes e sem nenhum tipo de repressão, descartando a necessidade da ocupação continuar.

As diretoras da instituição pediram exoneração.  
A regulamentação das grades poderá ser negociada com a nova gestão.  
O programa MAIS EDUCAÇÃO é um programa federal que não depende do estado.

Estaremos presentes em nossa instituição, como também permitiremos a entrada de todas e quaisquer pessoas que venham prestar os serviços que visam atender melhorias em nossa unidade, nos trâmites das negociações, por uma questão ética e de transparência, informamos que o processo de DESOCUPAÇÃO DA ESCOLA se iniciará na medida em que as coisas acordadas em reunião citadas acima forem cumpridas.

OBRIGADO DESDE JÁ.

[#Ocupa114](#) [#SecundaristasEmLutaRJ](#)  
(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016h).

Observamos que neste mesmo dia também foi anunciada pelos alunos de que a escola seria desocupada a partir das demandas políticas serem atendidas. E elas estavam sendo como podemos observar. A decisão foi tirada em assembleia pelos estudantes que ocupavam a instituição.

No dia 5 de junho começa oficialmente a acontecer a desocupação de forma parcial, com os estudantes ocupando parte da escola e as atividades cotidianas de aulas, inclusive com docentes que não estavam em greve voltando ao trabalho. O comunicado dos estudantes da ocupação diz que:

BOM DIA!

Informamos a todos que o CIEP 114 continuará ocupado parcialmente. Não só estão cientes como também representantes de nosso movimento estiveram presentes na audiência pública realizada no dia 1 de Junho na 2ª Vara da Infância e da Juventude onde a Juíza Glória Heloísa Lima da Silva determinou que se liberassem as salas de aula, de forma que o fluxo voltasse a seguir, mais garantiu também a continuidade da ocupação que é um direito, um direito de manifestação legítimo.

O movimento Ocupa 114 assim como outras ocupações decidiu em assembleia acatar a decisão da Juíza e abrir a escola para os professores que não estão em greve e desejam dar aulas e também para os alunos que não participam do movimento de ocupação (coisa que antes já acontecia no [#Ocupa114](#)).

Nos reunimos e continuaremos a nos reunir com todos os professores, funcionários, direção e alunos não ocupantes para que haja o procedimento da decisão judicial da melhor forma possível.

As aulas retornarão nessa Segunda Feira dia 06 de Junho e a semana será de atividades com nós ocupantes e comunidade escolar, uma vez que parte dos professores se encontram em greve. Será a semana de "Vivências e Convivências", tudo que os ocupantes querem é ter uma aproximação e demonstrar nossas vitórias que são vitórias para todos, como também estaremos ajudando a construir essa nova etapa da instituição, como também acompanhando os feitos de nossa pauta de reivindicações.

Agradecemos a paciência, espero que gostem das mudanças, estamos construindo uma NOVA ESCOLA.

Com muita responsabilidade, luta e dedicação, a ocupação continua!  
 Obs.: Lembramos que a greve dos professores da rede estadual continua!  
 #Ocupa114  
[#SecundaristasEmLutaRJ](#)  
 (COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016d).

O desenrolar dos dias de junho na ocupação do CIEP 114 foi se dando com mais esvaziamento de estudantes que compunham o movimento na escola, mas com conquistas, presenças de autoridades do campo judiciário para acompanhar o andamento das negociações e conhecer a realidade da escola<sup>108</sup>. Além disso, outro fato marcante foi a eleição de uma professora pelos estudantes da ocupação como nova diretora do colégio.

O relato da página da ocupação a seguir mostra como aconteceu a posse como diretora e a conjuntura na qual a professora assumiu a tarefa:

Durante os dois meses de ocupação, a Professora Nívea Oura, esteve ao lado dos estudantes e por dentro de todas e quaisquer dificuldades enfrentadas pelos mesmos durante o período em que estiveram ocupando o prédio da instituição. De fato ela foi escolhida pois representava como também esteve presente no legítimo movimento encerrado nesse vídeo logo a partir de seu primeiro dia para ouvir os estudantes.

Nívea veio como uma esperança de que era possível quebrar um grande Tabu do que seria uma Direção que perseguia, reprimia e censurava maneiras Autônomas, Horizontais, Democráticas e Legítimas dos estudantes se organizarem para reivindicar os seus direitos, algo que desde 2013 já enfrentava um grande impasse com a antiga administração.

Algumas mudanças estão sendo estranhadas por alguns estudantes que precisarão de um tempo pra se acostumarem com os novos meios da escola seguir adiante, porém, nosso diálogo está sendo retomado aos poucos, não nos classificamos mais como estudantes do OCUPA e DESOCUPA e sim, como estudantes que querem e necessitam de mudanças na política falida de educação do Estado do Rio de Janeiro, porém, nada como um dia após o outro.

OBRIGADO PELO APOIO!

(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016k).

Dentre tantas conquistas podemos dar também destaque à sala do grêmio escolar. Durante algum tempo antes da mobilização estudantil em 2016, a SEEDUC implementou nas escolas um projeto em parceria com a Polícia Militar. Em diversas escolas do estado havia policiais no pátio com o intuito de combater o uso de drogas, conter conflitos e registros de violência interna, possíveis invasões às escolas, dentre outras funções. O

---

<sup>108</sup> No dia 7 de junho o desembargador Siro Darlan acompanhou o primeiro dia de retorno das aulas no CIEP 114, com o movimento de ocupação em modelo parcial.

PROERD foi uma realidade não só no estado do Rio de Janeiro, mas em outros locais do país<sup>109</sup>.

As queixas de especialistas e de parte da comunidade escolar eram frequentes; até sala exclusiva os policiais tinham no CIEP 114. Com a ocupação chegando ao fim, a reivindicação do grêmio estudantil de ter uma sala própria foi atendida como veremos no relato a seguir:

**A POLÍCIA TINHA SALA NA NOSSA ESCOLA, O GRÊMIO NÃO...**

Esse pedacinho da escola durante anos estava inutilizável, servindo apenas como base aos Policiais Militares que faziam a segurança da unidade em seus períodos de folga, o mesmo abriga um extinto consultório odontológico, mais duas salas de atendimento e um jardim não muito cuidado. Com a nova gestão da escola, esse espaço foi doado aos estudantes para que pudessem abrigar a sala do grêmio e a futura rádio da escola. Enquanto tudo é construído, os estudantes aproveitam para transformar o espaço de uma forma com que eles se identifiquem.

Batizado de "ARMAZÉM DAS ARTES" o espaço dos estudantes futuramente estará disponível para todos e quaisquer alunos da rede entrarem, visitar nossa futura biblioteca autônoma, participar e organizar reuniões, deixar sua marca e ajudar no movimento estudantil de nossa querida escola.

**UMA GRANDE VITÓRIA PARA TODOS NÓS!**  
(COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114, 2016j).

O movimento Ocupa 114, dentre tantas peculiaridades, foi uma experiência de escola que teve uma participação intensa de estudantes do Ensino Fundamental durante o período em que houve a mobilização. Como já dissemos no início do trabalho, percorremos cerca de 20 escolas ocupadas na capital e área metropolitana e somente no CIEP 114 houve um contingente considerável de jovens do 6<sup>a</sup> até o 9<sup>o</sup> ano construindo e frequentando a ocupação. Achamos significativo deixar registrado esse fato, pois as conquistas citadas tiveram participação direta desses jovens que aprenderam lutando por algo que nenhuma outra escola teve como experiência.

Dando andamento, a ocupação foi se encerrando e é importante trazer algumas questões que não romantizem o movimento e nem trate a mobilização como algo perfeito.

---

<sup>109</sup> Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) da Polícia Militar. Inspirado no projeto *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E), implantado em Los Angeles, nos Estados Unidos, em 1983, o programa chegou ao Rio de Janeiro em 1992 e em São Paulo no seguinte, se espalhando por todo o território nacional, conforme explica o major José Eduardo Bexiga, da Polícia Militar de São Paulo. Cf. POLÍCIA Militar mantém há 20 anos um projeto educativo contra drogas. **Globo**, [s. l.], 7 jul. 2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2012/07/policia-militar-mantem-ha-20-anos-um-projeto-educativo-contra-drogas.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Já situamos o esvaziamento da escola por alunos ocupantes nos últimos dias e trazemos agora relatos de algumas dificuldades da ocupação no cotidiano. A estudante Hevelin Barbosa por exemplo, diz o seguinte:

É porque é difícil lidar, porque tinha as dificuldades da gente lidar com a convivência com outras pessoas. Que isso é muito ruim. Porque, sabe? Uma pessoa que você não tá acostumada a viver tanto. Aí você tem que ver aquela pessoa todos os momentos. Toda hora... E assim pra mim isso é muito estressante. Entendeu? E as outras coisas com a gente mesmo. Sabe? Como a cabeça fica... Sabendo que você tá fazendo parte de uma coisa bem grande. E aí fica uma responsabilidade muito enorme em cima de você. E eu em vários momentos eu me sentia muito... Eu acho que eu até cheguei a conversar ali... Sabe? Assim os vários momentos eu me sentia muito sobrecarregada com tudo, porque eu me dava essa responsabilidade de querer lidar com tudo. Sabe? (Hevelin Barbosa., estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Já outro estudante entrevistado disse que as dificuldades passavam pelos seguintes aspectos:

Acho que a nossa maior dificuldade foi a nossa marginalização. Como a gente foi marginalizado no período de ocupação. Não somente os grupos de desocupa, mas como a marginalização na qual a mídia tava tratando... É nos tratando. É em como a gente sofreu... Era tratado como vândalo. Sabe? A gente já foi chamado de muitos nomes. Eu acho que a nossa maior dificuldade... No início nem tanto, mas no meio da ocupação pra frente, pelo menos... Porque tipo assim. Se por um lado a gente começou as direções mais didáticas com os professores do desocupa. Com os professores na época que estavam a favor. A antiga gestão. É a equipe pedagógica da escola que também não aprovava. Não aceitava aquilo que nós estávamos fazendo. Só que aí vem outro problema. A falta de comida. Porque a gente se autogeria. A gente todo mundo se ajudava. Só que teve um momento que tipo assim, todo mundo começou a se ajudar e não houve... E acabou no meio, né? A gente começou a parar de receber alimentação. É coisas básicas, como é material de higiene (Anderson Lima estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Vamos agora destrinchar aspectos políticos da ocupação que foram centrais nesse modelo de luta e que levaram a vitórias para os estudantes da Baixada Fluminense.

### **5.1.3 AUTOGESTÃO E APOIO MÚTUO NA OCUPA 114**

Nessa parte iremos apresentar de forma breve a forma de organização interna da ocupação e como se deu a construção de apoio entre os estudantes da Ocupa 114 com outros atores sociais que apoiavam o movimento. Para isso, as entrevistas foram um material precioso no andamento desse trecho do trabalho.

Para falar sobre as diferenças entre a gestão da escola durante a ocupação, começamos com a fala do estudante Anderson Lima que descreve assim a divisão de tarefas na Ocupa 114:

Era tipo um rodízio, né? Vamos dizer assim. A gente... Por exemplo, hoje eu ficava... Eu fiquei... Quando a gente começou a receber uns ataques aí funcionava assim: hoje eu ficava na vigilância. Observando tudo, não lá embaixo, porque por conta de ter as grades, alguém poderia tacar pedra e botar a cara. Alguém poderia sei lá, disparar algum tiro. Não sei. Então a gente ficava lá em cima e a gente conseguia ter uma visão mais ampla da escola. De quem tava passando. Então tipo: hoje eu fiquei na madrugada. Eu acho que o único local no qual eu não fui... Não. Acho que cheguei a ir sim. Foi à cozinha. Mas... Então foi assim. Aí. Hoje alguém ficava na cozinha. Por um tempo... No comecinho ficou pai de aluno. E depois foram outras pessoas que também estudavam na escola lá, na cozinha. Mas hoje alguém tava na cozinha. Amanhã essa pessoa tava no banheiro. Limpando banheiro ou recebendo os professores. Recebendo é a pessoa que queriam visitar. Que queriam entender mais um... É... É... Como que a gente tá se autogerindo? Como que a gente tá é levando aquilo ali pra frente? É. Então, era assim (Anderson Lima, estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Outra fala interessante e que expressa como se deu na prática essa autogestão na escola ocupada é da estudante Hevelin que disserta sobre o assunto da seguinte maneira:

A gente dividia tudo, né? A princípio, assim, porque era bastante pessoas. Então tinha... Todo mundo fazia tudo. Todo mundo fazia tudo. A gente... É algumas pessoas ficavam na parte de segurança até mesmo pra gente. Aí outras pessoas pegavam e faziam outras tarefas. No final que foi ficando um pouco cansativo pra quem tava desde o começo. Sabe? Mas a gente se organizava... É, assim, a gente fazia as nossas reuniões toda sexta feira. Eu acho que o L.D., né, ele ia pra outras escolas. Participou até da ocupação da SEEDUC também. Então a gente tinha essa informação também de outros lugares. De como funcionava outros lugares. Como estavam sendo feito a ocupação em outros lugares. Lá era tudo muito... Tudo meio que interligado (Hevelin Barbosa, estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

E sobre a divisão de tarefas especificamente, Hevelin detalha:

A gente se voluntariava, né, pras coisas. Assim eu gostava mais de ficar na cozinha. Aí eu fazia parte da cozinha. E aí eu poderia me voluntariar e fazer uma outra parte que seria arrumar os corredores. Sabe? A gente se dividia muito dessa maneira de se voluntariar pra fazer as coisas. Porque eu designar a pessoa fazer alguma coisa eu acho que não cai muito legal, ainda mais a gente tendo lá por vontade própria. E sabe? Tipo: “Ah. Você vai fazer isso”. “Você vai fazer aquilo”. Não. Era mais uma questão de se voluntariar pra fazer as coisas porque era necessário. Todo mundo tinha que fazer alguma coisa. Não dava pra uma pessoa só (Hevelin Barbosa estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Os estudantes também deram relatos interessantes comparando a gestão da direção escolar antes da ocupação e a autogestão estudantil. A seguir temos um bom resumo de como os estudantes enxergaram esse panorama comparando as gestões da escola:

Muitas coisas eu aprendi na ocupação. Coisas que... Assim eu jamais aprenderia na escola quando eu tava no ano letivo normal. No período letivo. É são várias coisas que são... Assim... Não é... É escondida da gente. Coisas que assim. “Ah, vocês não precisam saber disso. Um dia vocês vão saber se você procurar”. Sabe? Não era coisa que era... A informação que era dada pra gente. Então assim, era muito mais didático na ocupação. Tudo era muito mais didático. Tudo era muito mais fácil de ser explicado. Tudo era muito abertamente falado. Sabe? Sem aquele receio de ser oprimido por alguém. É... Não sei se tu me entendeu. Sabe? Então, assim, na ocupação a gente tinha uma liberdade pra poder falar tudo. Tinha mais liberdade pra poder questionar. Já no ano letivo a gente fica muito preso a nota. A gente fica muito preso a provas. Então é sempre aquela coisa de você é... Como é que fala? É tipo gravar e reproduzir. Sabe? É guardar, memorizar e reproduzir. E é sempre essa mesma dinâmica. Sempre isso. E tipo assim. Você fica muito preso a isso. Quero gravar isso, porque vai cair na prova. Entendeu? (Hevelin Barbosa estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Com relação aos diferentes apoios já citamos alguns no capítulo anterior de forma genérica, que consistiram basicamente em grupos de docentes em geral, movimentos sociais dos mais diversos, atores sociais como artistas e outras pessoas de forma individualizada ou de maneira coletiva, além de familiares e vizinhos das respectivas escolas ocupadas.

No CIEP 114 a dinâmica de apoios mútuos se deu por meio de familiares e vizinhança da seguinte forma como narram os estudantes:

Muitos pais de estudantes vinham na escola pra ver o que que o estudante tava comendo. Pra ver o que que era... Tinha pai que vinha fazer comida. Isso que eles ficavam quase louco, velho. Porque tinha gente que vinha pra ver a qualidade de colégio que eles estudavam. Né? Mas a nossa relação com a nossa família, no começo eles até apoiavam. Continuaram com ela até o final da ocupação (Lucas Durães, estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Por último vale citar o apoio de estudantes de diversas escolas vizinhas ao CIEP na região de São João de Meriti. Nas nossas pesquisas de acompanhamento das atividades no sentido tanto presencial na época quanto na internet, além das entrevistas, enumeramos as escolas a que pertenciam alguns dos estudantes que ajudaram e até construíram o

movimento Ocupa 114, afinal a escola foi a que mais tempo ficou ocupada e resistiu em todo município.

Portanto tivemos alunos e alunas das seguintes escolas de São João de Meriti fortalecendo a ocupação: CIEP175<sup>110</sup>, CIEP 169, CIEP 179, Colégio Estadual Regina Célia dos Reis de Oliveira<sup>111</sup> e estudantes do Colégio Martim Luther King (uma escola privada próxima ao CIEP que fechou suas portas alguns anos depois).

---

<sup>110</sup> Os estudantes do CIEP 175 que também se localiza no mesmo bairro do CIEP 114, em São João de Meriti, tentaram ocupar a escola, mas houve negociação com a direção e o movimento não vingou naquele colégio. A tentativa de ocupação durou menos de um dia.

<sup>111</sup> O Colégio Regina Célia – localizado no bairro da Venda Velha em São João de Meriti - foi ocupado por alguns dias e com apoio de estudantes do CIEP 114. Mas a repressão do estado e o pouco apoio da comunidade no entorno da escola foram extremamente decisivos para a desocupação acontecer.



Figura 11 - Cadeiraço em São João de Meriti



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Já sobre o apoio de estudantes de outras instituições fora de São João de Meriti nosso trabalho verificou que tivemos a participação de jovens do Colégio Estadual Mendes de Moraes, do Colégio Estadual Central do Brasil, estudantes da FAETEC de Bacaxá e até ex-secundaristas que estudaram e atuaram nas ocupações alguns meses antes em São Paulo.

Os estudantes que compuseram a Ocupa 114 fizeram parte durante aquele período da já mencionada frente Secundaristas em Luta do Rio de Janeiro, ou seja, das escolas

ocupadas que tinham um perfil apartidário e que pregavam na prática uma política de autonomia e sem relação com as entidades político-partidárias do movimento estudantil – que também já mencionamos algumas na tese. Algumas entidades até foram no CIEP 114 com alguns representantes, mas não participaram nem construíram a ocupação de forma direta.

Também vale salientar o caráter de pertencimento ao espaço escolar que os estudantes adotaram durante a ocupação, coisa que não tínhamos assistido nunca no CIEP 114 enquanto profissionais da Educação. A escola foi extremamente bem cuidada, limpa e estava muito bem organizada.

A prática libertária se aproxima muito do que esses jovens buscaram fazer quando foram à luta por direitos e por uma escola melhor, mais humana e mais inclusiva no sentido amplo da palavra. Ou como alguns estudantes diziam: uma escola mais participativa e democrática. Naquele instante a escola era deles e com suas regras colocadas em prática, sempre debatidas entre os próprios. Isso é incontestável na nossa avaliação.

Vamos agora aprofundar a respeito do contexto do movimento Ocupa Central que foi construído por estudantes do Colégio Estadual Central do Brasil.

## 5.2 OCUPA CENTRAL<sup>112</sup>

### 5.2.1 ANTECEDENTES

Figura 12 - Fachada Ocupa Central



Fonte: CENTRAL NA LUTA, 2016b.

Começamos falando não da ocupação do colégio estadual Central do Brasil em si, mas do ambiente que cercava de mobilizações em todo o Rio de Janeiro e em particular nas escolas do entorno do chamado Grande Méier, como já mencionamos.

Antes da Ocupa Central podemos afirmar que as ocupações de escolas vizinhas como o Visconde de Cairu (Ocupa Cairu) que aconteceu dia 4 de abril<sup>113</sup>, dos colégios estaduais Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão) e Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto (Ocupa Hispano), ambos ocupados no dia 13 de abril<sup>114</sup>, além do Colégio Estadual

<sup>112</sup> O Colégio Estadual Central do Brasil se localiza na Rua Rio Grande do Sul, no bairro do Méier, capital do estado do Rio de Janeiro. Apesar de ser uma escola extremamente tradicional, antiga e conhecida na região, carece de documentação e fontes básicas a respeito da sua fundação e história no geral. No processo de pesquisa tentamos buscar informações com professores, professoras, funcionários, pessoas que já passaram pela diretoria e estudantes. Fomos até na Metropolitana da Secretaria da Educação, responsável pela monitoração, políticas e documentação dos colégios dessa região da cidade. Nenhuma das fontes conseguiu informar exatamente quando a escola foi inaugurada e outras questões básicas. Cabe essa nota para afirmar o descaso com a memória de instituições públicas no país a que a população deveria ter acesso rápido e fácil, sem burocracias ou quaisquer labirintos que prejudiquem a busca de informações básicas sobre uma escola pública, por exemplo.

<sup>113</sup> SALES, Diogo; DOURADO, Elisa; AQUINO, Renata. Diário das ocupações no Rio de Janeiro: C. E. Visconde de Cairu. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/11/diario-das-ocupacoes-no-rio-de-janeiro-c-e-visconde-de-cairu/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>114</sup> Consultamos as redes sociais e páginas das duas ocupações para confirmar a data.

Paulo Freire (Ocupa Paulo Freire), que foi ocupado pelos estudantes no dia 18 de abril,<sup>115</sup> influenciaram a juventude estudantil do Central do Brasil.

Foi nessa atmosfera, com todos esses colégios vizinhos e da região, que no mesmo dia 18 de abril, quando os estudantes ocuparam o colégio Paulo Freire, que o colégio estadual Central do Brasil foi ocupado pelos secundaristas. Ainda temos o colégio Dom Helder Câmara, da região do Grande Méier, também foi ocupado e vamos mencionar mais à frente quando analisarmos esse fenômeno de ocupações mais localizado no subúrbio do Rio de Janeiro e caberá uma reflexão mais aprofundada.

Vamos agora acompanhar um pouco da cronologia de alguns dos fatos que elencamos e que são primordiais para entender a mobilização juvenil do Central do Brasil.

### 5.2.2 UMA BREVE CRONOLOGIA DA OCUPA CENTRAL

Assim como na sessão em que detalhamos os fatos ocorridos durante o período da ocupação do CIEP 114, adotamos como metodologia entrevistas com jovens que participaram da mobilização na escola Central do Brasil e os fatos relatados na página do Facebook da ocupação dia após dia. Esses dados foram centrais para nossa análise.

A Ocupa Central começou exatamente na tarde do dia 18 de abril de 2016. Nos primeiros dias, assim como em muitas das ocupações escolares, foi importante, no sentido de tentar consolidar a ocupação, fortalecer as pessoas que estavam construindo o movimento, definir as comissões organizativas e divulgar as pautas, além de articular com as demais escolas ocupadas no mesmo momento.

A estudante Laura Vianna relata como se construiu a ocupação da seguinte forma nesse primeiro momento:

Então... Eu sou do Central do Brasil, né? E o Cairu é muito perto da nossa escola. Aí a gente conhecia muita gente também de lá. E aí eles ocuparam primeiro do que a gente, mas antes de ocuparem, eles faziam muitas assembleias na escola pra discutir sobre as pautas da ocupação. As pautas gerais que tinham nas outras escolas, que era o fim do SAERJ. O aumento dos tempos de sociologia. É eleição pra parte administrativa da escola. Né? E que todo o corpo escolar fizesse parte dessas decisões e algumas outras que eu não vou lembrar agora. E aí eles discutiam com os alunos durante as aulas, né? Também tinha a greve então, as vezes, tinha tempo vago então eles usavam

---

<sup>115</sup> FREITAS, Joana de. Ocupa Paulo Freire! Ocupa Tudo! **Das Lutas**, [s. n.], 30 abr. 2016. Disponível em: <https://daslutas.wordpress.com/2016/04/30/ocupa-paulo-freire-ocupa-tudo/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

esse tempo pra conversar com os alunos sobre a ideia de ocupar apresentando essa questões que estavam em pauta em outras escolas já ocupadas. E aí eu participei desse processo de acompanhar as assembleias. É eu era muito amiga da galera que tava organizando essas assembleias também. E aí a gente decidiu ocupar (Laura Vianna, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Outro estudante dá um relato que complementa o que colocamos acima, detalhando as causas da ocupação da seguinte forma:

A gente vinha de um processo desde 2013 de muita luta na educação. Na verdade, os professores já tiveram essa luta e a gente pôde observar, né, é esse contexto. E a gente já tava nesse calor, né, das injustiças que a gente tava observando, né, desde muito tempo. Então assim, observando as condições precárias que o colégio enfrentava e os seus alunos, a gente é já tava com aquele sentimento comum a todo trabalhador, né, de revolta. Então assim, se inicia um processo de ocupações em São Paulo que se expandem no Brasil inteiro, né? E a gente toma isso como referência. E eu acho que a ocupação, do Mendes que é a primeira escola do Rio de Janeiro, ela foi um ponto crucial pra todos nós, né? A gente... É como se tivesse jogado um fósforo aceso na gasolina, porque todo mundo já tava revoltado. A gente tava muito insatisfeito com o autoritarismo da SEEDUC, né? Que não deixava a gente ter um Grêmio livre, né? Que indicava os integrantes do Grêmio. Então isso acendeu bastante e já tava bem pegando fogo essa situação.

(Matheus Ramos, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Vale agora colocar o primeiro comunicado da Ocupa Central, no segundo dia da ocupação:

No dia 19/04, no colégio Central do Brasil, depois de um dia cansativo de faxina no colégio, tivemos uma roda de cultural, mostrando as diversidades musicais do nosso país! [#ocupaçãotambémécultura](#)

\*Boa noite.

Precisamos esclarecer algumas coisas que estão sendo ditas sobre a ocupação, que foi realizada no NOSSO colégio.

Para começar, deixaremos algo BEM CLARO:

**LOCAL PÚBLICO NÃO SE INVADE E SIM SE OCUPA!** Em nenhum momento usamos força ou "marra" para isso, apenas estávamos no nosso direito, ao contrário de alguns alunos, que se dizem contra (e respeitamos totalmente isso), mas que atiraram bombinhas, pirulitos e etc, em pessoas civilizadas, que estavam tentando conversar para acalmar a situação, além dos xingamentos verbais como "piranhas", "putas", entre outros. **AONDE ENTRA O BOM SENSO NISSO? NOS DIGAM, POIS NÃO ENXERGAMOS NENHUM.** Nos sentimos tão ameaçados que decidimos deixar o portão fechado por algumas horas, até a confusão amenizar e em seguida liberar a passagem, e nesse exato momento filmagens foram feitas, porém estavam **TOTALMENTE DISTORCIDAS**, mostrando algo que foi interpretado de uma forma errada a quem estava vendo. **QUALQUER UM** é muito bem vindo, independente da opinião que tenha sobre isso, contanto que seja de uma forma educada ao invés das ameaças.

E só para lembrar: NENHUM DOS ALUNOS QUE FORAM EXPOSTOS NESSE VÍDEO DERAM A AUTORIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA A POSTAGEM, OU SEJA, UM GRANDE RISCO DE PROCESSO! Novamente agradecemos a todos: obrigada! (OCUPA CENTRAL, 2016e).

Podemos perceber que o texto em forma de manifesto sobre a ocupação da escola dialoga com o que já debatemos ao longo deste trabalho ao rechaçar a ideia de que havia uma invasão da escola pública. Os estudantes reforçam que estavam ocupando e reivindicando pautas de um lugar que lhes pertence, como observamos.

Alguns dias depois, já após algumas atividades culturais e aulões, além de avanço da organização interna do movimento, os estudantes divulgaram a pauta de reivindicações da Ocupa Central:

Bom dia! Essa é a nossa pauta específica de reivindicações. [#ocupacentral](#) [#ocupatudo](#)  
 => Disponibilidade de material didático para todos;  
 => Ativação da biblioteca;  
 => Climatização da biblioteca e do auditório;  
 => Restauração do casarão;  
 => Armazenamento adequados dos lanches fornecidos;  
 => Equipamentos adequados para atividades extracurriculares;  
 => Qualidade e agilidade dos serviços da secretaria;  
 => Melhores condições de trabalho para os professores;  
 \*Primeiramente queremos agradecer ao apoio da comunidade do Grande Méier, dos responsáveis dos alunos e de vários alunos que nessa primeira semana de ocupação, perceberam a importância do nosso movimento e passaram a nos apoiar! A luta continua. [#ocupacentral](#) [#ocupatudo](#) [#resistencia](#) [#vaiterluta](#)  
 \*O Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente APROVOU uma moção, que será levada à reunião do CONANDA, esta semana, em Brasília, de apoio ao protagonismo dos adolescentes nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro! [#ocupatudo](#) [#ocupacentral](#) [#CEDCA](#) [#resistencia](#)  
 (OCUPA CENTRAL, 2016c).

Já no dia 28 de abril após um dia inteiro de atividades como aulões, assembleias e visitas para apoio à ocupação, a Ocupa Central recebeu a visita do então secretário estadual de Educação Antônio Neto. O responsável pela pasta no Estado do Rio de Janeiro pegou de surpresa os estudantes e todas as pessoas que se encontravam na escola, realizando ou acompanhando as atividades. Segue abaixo o relato da página do Facebook sobre o ocorrido:

Hoje, 28 de abril, cerca de 12h, o Secretário de Educação Antônio Neto esteve em nosso Colégio. Quando íamos começar a nos reunir para o almoço, dois estudantes da Nave bateram no portão e logo que a nossa Comissão de segurança liberou a entrada dos dois, o Secretário resolveu se aproveitar da situação e forçou a sua entrada. Prontamente, perguntamos quem ele era e, de maneira debochada e “superior”, respondeu: “Uê, não me conhecem? Sou o Secretário de Educação!” Insistimos para que ele se identificasse e ele continuou com tom superior se negando... Logo, ele percebeu que não iria ter jeito e resolveu acatar a nossa exigência. Resolvemos o receber no portão, do lado de dentro do Colégio. Ainda no portão, não gostamos de mais uma fala dele com um estudante: “Não tenha medo! Não vou desocupar vcs.” E respondemos: “Quem é vc, para me desocupar?”

Infelizmente, Antônio Neto não queria negociar. Foi ao Colégio para nos desqualificar, desmobilizar e amedrontar. Perdeu seu tempo, secretário! O tempo todo caía em contradição em sua fala. Primeiro, disse que o Colégio só tinha um probleminha com o refeitório, depois disse que os outros problemas de estrutura e material eram culpa da diretora, mais pra frente dizia que estava DERROTADO e precisávamos conversar. Percebemos que ele estava mais perdido que cego em tiroteio.

Quando não tinha o que argumentar, citava o cargo que ocupava e questionava como não conhecíamos seu rosto. Numa dessas, declaramos que se ele fosse mais presente, nós saberíamos quem ele era.

Para nos enrolar, ele disse que poderia fazer algumas obras menores em nossa escola, somente se desocupássemos o Colégio. Foi então que ele deixou clara a sua intenção: queria apenas que saíssemos dali. Para isso, apelou e nos questionou se não confiávamos nele. “Secretário, precisamos OCUPAR o Colégio para o senhor nos ouvir! – respondemos.

Uma atitude nos chamou atenção: toda hora ele perguntava quem era o líder e que queria conversar em uma sala separada com ele. Notamos que o Secretário não sabia conversar com o Movimento Estudantil, que não possui líderes, que todos são responsáveis por tudo.

Após tudo isso, a desculpa para o problema da educação foi a falta de dinheiro. Argumentamos que eles têm dinheiro para as Olimpíadas.

Para essa vergonhosa “visita”, estiveram presentes na entrada do colégio o Secretário de Educação Antônio Neto e seu chefe de Gabinete Caio Castro. Do lado de fora do Colégio, a diretora Emília, o diretor Sérgio, o coordenador da Metro III Alan, as responsáveis pelo setor pedagógico Elisângela e Samanta, da infraestrutura.

Por fim, lamentamos a forma com que essas pessoas chegaram ao colégio: sem marcar horário, sem uma proposta e, principalmente, sem Educação. A postura de Caio Castro então.... Lamentável, para não dizer coisa pior!

O que dizer de um Estado, que o secretário de educação e seu chefe de gabinete NÃO TÊM EDUCAÇÃO???

Da próxima vez, marquem um horário e se identifiquem, tá?

Depois desses fatos, agradecemos a todos os que nos apóiam, pq sabem que nossa Luta é IMPORTANTE E JUSTA . “Não aceitaremos intimidações e migalhas! Agora, estamos mais UNIDOS e mais FORTES do que NUNCA!”

E quem sabe não faremos uma visita a vc, SECRETÁRIO? Não disseram que seremos bem recebidos?

Até breve.

Obs: Há mais detalhes que postaremos ao longo da semana.

[#OCUPACENTRAL](#)

[#OCUPATUDO](#)

(OCUPA CENTRAL, 2016l).

Após o episódio de assédio de membros da SEEDUC sobre os estudantes que ocupavam o Central do Brasil, temos a exposição dos dados abaixo que os estudantes apresentaram no dia 30 de abril:

O Estado em 1 mês:

- Cortou o funcionamento da máquina de rio Card.
- Bloqueou o RioCard de escolas ocupadas, para que não possam passar no ônibus.
- Deu ordem ao motorista pra não deixar entrar por trás.
- Antecipou o período de férias no intuito de prejudicar a ocupação.
- Ameaçou cortar a luz e a água da escola.

E há quem ouse a falar que a ocupação não tá adiantando de nada, meu amigo, em toda história de greves e lutas contra o estado, o estado nunca jogou tão sujo, nunca teve tanto medo de algo como está tendo agora, e eu tenho que dar toda razão a eles, essa geração que está se levantando é de fato uma geração sem medo. E estado! Pode ter certeza que essa luta vocês já perderam, vocês mexeram com o futuro do Brasil!

(Retirada da página da Ocupa Central no dia 30 de abril de 2016).

No dia 1º de maio, os estudantes fizeram a chamada para um ato que iria ocorrer em todas as escolas ocupadas no dia 4 de maio, de forma descentralizada no estado, para divulgar as pautas gerais e específicas dos estudantes, além de apoiar a greve da categoria dos servidores. Essa chamada na página do Facebook da ocupação não foi isolada e sim combinada com estudantes de outras escolas ocupadas. O ato aconteceu na rua Dias da Cruz (uma das principais ruas do bairro do Méier) e com participação de estudantes das escolas ocupadas na região.

Outro fato que merece destaque ocorreu no dia 6 de maio quando um grupo de docentes e funcionários do colégio estadual Central do Brasil escreveu uma nota pública apoiando a ocupação. O conteúdo do documento diz o seguinte:

#### NOTA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS EM LUTA DO C.E. CENTRAL DO BRASIL

##### OCUPAÇÃO, A NOVIDADE NA LUTA

Em matéria de compromisso com a educação pública gratuita e de qualidade, nossos alunos estão dando de goleada no Secretário de Educação e seu séquito de bajuladores.

Enquanto nossos jovens trabalham todos os dias nas escolas ocupadas, de forma criativa, para construir uma alternativa de educação que se distinga do modelo autocrático, utilitarista e meritocrático proposto pela SEEDUC, o senhor secretário, ao invés de receber professores e alunos e negociar de forma democrática saídas que possibilitem o atendimento das suas legítimas reivindicações, prefere o caminho do engodo, da intimidação e do falseamento de informações, ameaçando os alunos das escolas ocupadas com a FALSA



possibilidade de reprovação e fabricando um período de “férias” que todos sabem não corresponder à verdade, uma vez que não nos encontramos em férias, mas em greve, tudo com a clara intenção de dividir, esvaziar e desmobilizar o movimento de greve dos profissionais de educação e as legítimas ocupações estudantis das escolas públicas.

Por tudo isso, nós professores e funcionários grevistas do Colégio Estadual Central do Brasil reiteramos nosso incondicional apoio à ocupação do nosso colégio pelos estudantes, repudiamos a atual postura do senhor Secretário de Educação e exigimos a suspensão imediata do calendário letivo, e a sua extensão por um período de tempo além do que foi inicialmente determinado, como já acontece nas universidades públicas e em colégios de excelência, como o Pedro II e os colégios de aplicação, de forma a permitir a justa reposição de dias e conteúdos pedagógicos e a realização plena dos 200 dias letivos previstos na LDB.

Assinam os professores e funcionários grevistas do Colégio Estadual Central do Brasil que apoiam a ocupação do colégio pelos estudantes.  
(OCUPA CENTRAL, 2016h).

Os dias foram se sucedendo, com atividades das mais diversas, conflitos internos, pressão da secretaria de educação e de parte dos estudantes que foram chamados de “Desocupa” como já explicamos num capítulo anterior.

No dia 11 de maio na página do Ocupa Central a pauta que unificava a luta dos estudantes e da categoria que se encontrava em greve. Os pontos são os seguintes:

Pauta unificada da rede estadual!

- 1° - Reformulação participativa do currículo mínimo
  - 2° - Abolição do SAERJ e SAERJinho e fim das políticas meritocráticas
  - 3° - Eleição direta para direção com voto universal e por mais democracia nas escolas
  - 4° - Pagamento integral do salário dos professores e servidores
  - 5° - Passe livre intermodal, intermunicipal e irrestrito
  - 6° - Congelamento do calendário escolar de 2016
  - 7° - Reforma infra-estrutural das escolas e climatização geral dos colégios
  - 8° - Transparência na gestão pedagógica e administrativa dos colégios
  - 9° - Reconstrução de inspetores e pagamento integral dos terceirizados
  - 10° - Atendimento de pautas específicas emergenciais de colégios do estado
  - 11° - Impressão de provas e trabalhos custeados pelo Estado
- (OCUPA CENTRAL, 2016j).

Dois dias depois aconteceu um violento ataque de estudantes que queriam a desocupação imediata da escola. Os relatos são de que o Desocupa Central<sup>116</sup> jogou pedras, quebrou janelas, houve arrombamento do portão e ameaça a diversos alunos da

---

<sup>116</sup> Vamos chamar assim o movimento arquitetado por estudantes contrários à ocupação da escola que agiram de forma agressiva para a unidade escolar ser desocupada naquele período.

escola. Toda essa escalada de conflito suspeitava-se de que estava sendo alimentada por membros que dirigiam a Metropolitana III<sup>117</sup> da SEEDUC.

Passados os momentos de violência na noite do dia 13 para o dia 14 de maio, os estudantes que ocupavam o Central do Brasil saíram da escola até mesmo como medida de segurança. Dois dias depois os estudantes ex-ocupantes da escola se reorganizaram e, com apoio de professores da rede em greve, ocuparam a Metropolitana III. Agora o Ocupa Central temporariamente era Ocupa Metro III. O desabafo na página da Ocupa reflete o momento conturbado do movimento:

Hoje não foi um dos melhores dias da ocupação do central, confesso, mas hoje vi que mais do que nunca estamos unidos, hoje vi que ser for preciso cairmos 1000 vezes e levantaremos 1001, essa ocupação nos tornou amigos, uma família, e uma família enfrenta tudo junto, e não digo uma família qualquer, somos mais de 70 escolas ocupadas, e sabemos se uma cair, todas cairão, e isso é apenas mais um dos motivos pelos quais lutamos, não queremos mais mordidas, vemos o mundo de forma que poucos veem, o mundo que muitos aceitam, cansamos de aceitar migalhas, queremos o digno, queremos tudo que nos foi tirado, queremos aqui e queremos agora!!!! [#ocupametrolll](#)  
[#ocupatudo](#) [#resistecentral](#)  
(OCUPA CENTRAL, 2016d).

Tal posicionamento é reforçado quando os próprios estudantes escrevem e lançam uma nota denunciando o ocorrido do dia 13 de maio. Segue a nota abaixo:

Nota de esclarecimento sobre a desocupação do C.E. Central do Brasil

Vimos por meio desta nota esclarecer os reais motivos que nos fizeram desocupar a nossa escola. Durante o último final de semana, recebemos a informação de algumas pessoas do movimento "Desocupa Central" que eles fariam mais uma ação na segunda, dia 16/05, mas que desta vez não iriam sozinhos, já que não tiveram êxito na última sexta, dia 13/05. Desta vez, às lideranças do "Desocupa Central" chamaram um grupo com histórico de brigas e extrema violência, fato que é do conhecimento de várias pessoas da escola. Preocupados com as consequências que esta ação poderia gerar, os próprios informantes do movimento "Desocupa Central", que apesar das diferenças políticas conosco ainda são nossos colegas de sala, sugeriram que não ficassemos na escola, pois os novos integrantes do movimento não estavam interessados em desocupar a escola, mas tão somente usar da força e da violência para nos fazer vítimas, talvez até fatais, como relatado por um dos informantes.

---

<sup>117</sup> A Metropolitana III da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (METRO III – SEEDUC) se localiza na rua Henrique Scheid, no Engenho de Dentro (vizinho ao Méier e que faz parte do Grande Méier). O papel da Metropolitana é acompanhar o andamento político, burocrático e pedagógico das unidades escolares que fazem parte da região estabelecida pelo Estado e a SEEDUC.

Diante das informações, e do perigo que ela nos oferecia, optamos por evadir às pressas da escola nos refugiando no Colégio Estadual Visconde de Cairu, que prontamente nos abrigou. Após o movimento "Desocupa Central" chegar a escola e encontrá-la vazia, dirigiu-se ao Cairu, onde lá também tentou a invasão da escola, mas que após conversarem com os representantes de lá, desistiram do ataque.

Após eles atacarem a escola, a direção se aproveitando desta tentativa de ação violenta, reocupou a escola como se nada tivesse acontecido.

Queremos deixar claro que o propósito da nossa ocupação sempre foi POLÍTICO! Nunca tivemos intenção de atacar as pessoas, mas sim o governo que cada dia mais nos oprime com o interesse em privatizar a educação pública. Nunca praticamos de violência com nenhuma das pessoas que eram contra a ocupação, ao contrário, com a grande maioria sempre fomos muito solícitos. Fechamos esta nota cobrando providências da diretora da escola (Emília), da coordenadora pedagógica da metro (Elisangela), da Gide da escola (Valéria), que em reunião com representantes da ocupação na própria escola, nos garantiu que não haveria desocupação violenta nas escolas que fazem parte da metro 3. Hoje ocupamos a metro 3, juntamente com alunos de escolas desta região, pois achamos que esta regional, sob a direção do coordenador Alan, tem responsabilidade nos ataques que as escolas do Méier vêm sofrendo, assim como os ataques feitos a Mendes de Moraes. Aguardamos destas autoridades, sobretudo do Alan e da Elisangela, que não quiseram falar com a gente após a nossa desocupação, não apenas os devidos esclarecimentos sobre a violência que sofremos, mas também atendimento de nossas pautas para desocuparmos a metro.

Ocupa Central  
(OCUPA CENTRAL, 2016f).

A estudante Alice Nascimento ao ser entrevistada, recordando do período da ocupação da Metropolitana III, declara:

Foi uma decisão muito arriscada, mas a gente chegou num consenso e acabou que foi isso, né? Tinha... A ocupação da Metro III. E hoje quando eu paro pra pensar eu acho que foi uma decisão certa (Alice Nascimento, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Em 20 de maio acontece outra reviravolta no movimento Ocupa Central. Os estudantes saíram da Metropolitana III, conseguiram retomar a escola e voltaram a ocupá-la, mesmo com toda truculência da polícia. O relato da página conta os detalhes:

Ontem, dia 20/05, por volta das 23:00, os ocupantes do Central do Brasil resolveram retomar o colégio que lhes foi retirado a força. Pediram a ajuda de outras escolas ocupadas da redondeza. Chegando em frente ao colégio Central do Brasil, se depararam com um cadeado colocado pela direção, incorretamente, já que a escola não havia sido desocupada, e sim invadida. Os alunos criaram formas de abrir o portão, e conseguiram, logo, os vizinhos se assustaram com a movimentação e chamaram a polícia, com a chegada da mesma, os alunos que alí estavam, conversaram com os policiais, que resolveram fazer uma revista nos meninos que alí estavam, um deles havia levado uma barra de ferro e um pedaço de madeira para tentar abrir o cadeado,

logo, quando encontraram os objetos com o aluno, o colocaram no camburão. Os ocupantes presentes começaram a conversar com os policiais, tentando esclarecer a situação, tentativa que não surgiu efeitos, então, como forma de protesto pacífico os alunos se puseram em frente a viatura, sentados, impedindo a passagem, vendo que a atitude foi de extrema injustiça, e não haviam motivos para os policiais algemarem o ocupante. Os policiais, de forma agressiva, jogaram bombas de efeito moral nos estudantes, e saíram disparados com o camburão. Os alunos decidiram correr atrás da viatura pois não sabiam o que aconteceria com o jovem que havia sido colocado dentro do camburão, os policiais, novamente, jogaram bombas e seguiram disparados levando o aluno na parte de trás da viatura. (OCUPA CENTRAL, 2016i).

O depoimento do estudante Matheus Ramos também traz outros detalhes da Ocupa Metro III e o retorno ao Central do Brasil que também vale mencionar e dar destaque:

Quando a gente foi desocupado a gente teve que se abrigar no Cairu. Depois persistindo a desocupação, nós ocupamos a Metro. Os estudantes, né, de toda região do Méier culparam a Metropolitana III. E depois, assim, o Central já com essa pressão na Metropolitana conseguiu voltar a ocupar o Colégio Central. Então toda a ocupação da Metropolitana III se deu pela desocupação do Colégio Central. Né? A gente não tinha pra onde ir. Né? Não tinham como continuar a luta, então a gente teve que ocupar a Metropolitana III até conseguir voltar pro Central. E tudo isso foi articulado com as escolas do Méier (Matheus Ramos, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Após retornarem ao Central do Brasil, nos dias 4 e 12 de junho aconteceu um evento cultural (em duas edições) que nunca tinha acontecido. Os estudantes da ocupação, junto a músicos e produtores culturais de bandas alternativas do cenário roqueiro do Rio de Janeiro, organizaram um festival intitulado “Central do Rock”. O evento foi um sucesso, saindo até em matéria de jornal<sup>118</sup>. Contou com diversas bandas independentes que não só fortaleceram o movimento, divulgaram e geraram entretenimento no meio da luta estudantil.

---

<sup>118</sup> ALFANO, Bruno. Colégio ocupado na Zona Norte do Rio vira palco de festival de rock. **Extra**, [s. l.], 12 jun. 2016a. Disponível em: [https://extra.globo.com/noticias/educacao/colégio-ocupado-na-zona-norte-do-rio-vira-palco-de-festival-de-rock-19491785.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar&fbclid=IwAR1N8pbw3XZ-gSCyyTkdc7iwsSQ\\_Q137QrPPbixMTF1Q6bJ5XnF9fqiIHFg](https://extra.globo.com/noticias/educacao/colégio-ocupado-na-zona-norte-do-rio-vira-palco-de-festival-de-rock-19491785.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar&fbclid=IwAR1N8pbw3XZ-gSCyyTkdc7iwsSQ_Q137QrPPbixMTF1Q6bJ5XnF9fqiIHFg). Acesso em: 18 mar. 2022 .

Figura 13 - Cartaz do Festival Central do Rock



Fonte: CENTRAL NA LUTA, 2016a.

Após alguns dias passados de reocupação, campanhas de arrecadação de alimentos para ocupação voltaram a ocorrer, bem como articulação com as demais escolas do Grande Méier ocupadas. No dia 27 de junho os estudantes emitiram uma nota importante dizendo:

Nós viemos, por meio desta nota de repúdio/informativa, comunicar a REOCUPAÇÃO TOTAL do CE Central do Brasil, frente a atitude da SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (SEEDUC), de prorrogar o prazo de resposta das pautas de infraestrutura para 120 dias. Queremos pedir a compreensão dos funcionários e do grupo denominado DESOCUPA, em relação à atitude tomada no dia de hoje pelo OCUPACENTRAL. Contamos com total apoio dos estudantes secundaristas do colégio para JUNTOS construirmos uma escola melhor para todos! (OCUPA CENTRAL, 2016g).

O imbróglio final da ocupação do Central do Brasil foi se dando aos poucos, com o esvaziamento da própria ocupação, com o final das ocupações em escolas de todo o

estado e o desgaste de forma geral do movimento. Em 21 de julho os estudantes soltaram uma nota nas redes sociais dizendo:

[...] estamos ocupados, e que estamos precisando muito de doações, caso alguém queira colaborar, é só vir aqui na nossa escola e nos ajudar nessa luta, o Central vai resistir até o fim, não aceitamos governo corrupto nos manipulando, força a todas as outras escolas que ainda se encontram ocupadas, essa luta é nossa!  
(OCUPA CENTRAL,2016a).

Passaram o fim de julho, as aulas retornaram no dia 10 de agosto, mas a ocupação seguia parcial e com impasse entre estudantes, diretoria escolar e SEEDUC. Até que no dia 30 de setembro a escola foi definitivamente desocupada. A nota final da desocupação vale ser mencionada:

Atenção galera, o Central foi desocupado ontem no dia 30, com 4 meses e 22 dias de ocupação, chegamos ao fim dessa etapa das nossas vidas, ganhamos 90% de todas as nossas pautas, e somos um exemplo de persistência, sempre bom deixar bem claro pra SEEDUC, que se o descaso dela voltar, nós voltaremos também, foi uma honra para todos nós, lutarmos pela nossa escola

♡

[#OcupaCentral](#)

[#ChapaQuente](#)

(OCUPA CENTRAL, 2016b).

Importante dizer que no meio de todos os fatos narrados sempre havia notas de solidariedade, notícias sobre a greve e compartilhamentos de como estava a luta em outras ocupações pelo Rio de Janeiro nas redes sociais.

### 5.2.3 AUTOGESTÃO E AJUDA MÚTUA NA OCUPA CENTRAL

Assim como diversas ocupações de escola, a Ocupa Central não foi tão diferente com relação à organização interna do espaço. Nos depoimentos percebemos o caráter parecido com os das demais escolas, como o caso da Ocupa 114 que detalhamos anteriormente. Nas palavras da estudante Alice Nascimento:

A organização era baseada em comissões. Tinham comissões que representavam o colégio fora. É tinha a galera da limpeza. Variava. Era bem designado. Cada um tinha sua tarefa. Eu, por exemplo, ia muito mais pra fora do que eu ficava dentro colégio. Então é tinha que ir pra algum lugar falar.

Tinha que ir pra algum lugar resolver. Tinha que ir na SEEDUC. Eu e algumas amigas já tinham umas cartas assim que a gente já sabia que ia sair. Era bem tranquilo (Alice Nascimento, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Já outra estudante entrevistada diz que,

A gente se dividia. Porque, assim, quando a gente se reunia pra decidir as coisas sempre tem alguém que se identifica mais com uma área do que outra. Só que, mesmo tendo algumas divisões que eram... É tinha a parte da comunicação que era quando alguém ia lá é perguntar sobre a ocupação. Ou tem que fazer alguma entrevista em algum lugar ou algo do tipo. Ou levar alguma informação para outras escolas. Então essa era a parte da comunicação. Tinha a parte da alimentação. Aí era a galera que sabia cozinhar e geralmente oferecia pra ser parte da alimentação. É tinha a parte da segurança. E que aí a gente se revezava, né, em turnos. Aí de madrugada tinha um grupo que ficava na escola. E a gente sempre tava se revezando também. Não eram sempre os mesmos grupos. E... Tinha mais alguma? E... Acho que... Não. Acho que era só isso. E só que assim... Era sempre muito claro. A gente nem precisava falar isso que não é só: “Ah. Eu sou alimentação só vou fazer comida. Não vou ficar responsável em algum momento pela segurança ou pela comunicação”. Então a gente mesmo sempre tava revezando entre os grupos. E era bom. Funcionava e dava certo (Laura Vianna, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

A autogestão como podemos perceber nas falas dos estudantes foi marcante também na mobilização e organização interna durante a Ocupa Central. Assim como no CIEP 114 e, cremos nós, diversas outras escolas pelo Rio de Janeiro e país, a internalização da auto-organização é algo importante e simbólico de se ressaltar. Mesmo que de forma espontânea, havia uma democracia direta se exercendo e uma divisão de tarefas, de forma descentralizada, que se desenvolveu e fortaleceu o coletivo no momento de lutar por direitos naquele instante em 2016. Diversos movimentos sociais ainda hoje buscam se organizar dessa maneira pelo mundo.

A ajuda mútua, vinda principalmente de familiares em um primeiro momento, e ao longo do tempo da ocupação se dando por meio dos docentes da escola (como vimos numa nota anteriormente citada), de docentes de outros locais, movimentos sociais que apoiavam em relação a atividades e doação de alimentos, artistas que levaram programações culturais como o festival “Central do Rock” já mencionado.

Afunilando, é preciso também afirmar que esses apoios não foram tão diferentes dos que ocorreram na Ocupa 114 e em diversas outras escolas ocupadas nesse período de 2016 no Rio de Janeiro. Mas vale aqui destacar que essas formas de apoio foram cruciais

para diminuir o assédio e ir de encontro ao movimento “Desocupa Central” que, segundo estudantes que ocuparam a escola, foi o mais forte e violento ocorrido no estado. Afinal não eram somente os estudantes, mas a própria diretoria escolar, membros da Metropolitana III e da SEEDUC protagonizaram um avanço pesado contra a Ocupa Central. A estudante Alice faz um relato sobre esses atritos, assédios e até chantagens que estudantes ocupantes da escola sofreram, seja de estudantes do Desocupa Central, seja de alguns de seus familiares ou da diretoria escolar:

Como em todas as ocupações tiveram movimentos do desocupa muito forte, né? Mas eu acho que nenhuma ocupação chegou no nível da gente, assim, do Central. Foi uma coisa maluca. É eu lembro que bem no início a gente falou pra diretora: “Olha. O colégio agora tá ocupado. A gente não vai sair. E você tá livre. Assim. Pode sair. fica a vontade.”. Ela falou: “Não. Vou ligar pra polícia. Vocês estão me deixando em cárcere privado. Isso é crime”. E a gente falou: “Não. Você pode sair. Ninguém tá te prendendo aqui”. E a gente até riu da situação de tão absurda. E... Lógico. O pessoal da direção, outras pessoas começaram a falar mal da gente, né? Então juntou familiares, outros alunos. Era sempre a mesma coisa: “Ah. eu quero estudar e essa galera aí do ocupa não deixa.”. “Meu filho quer estudar. Eles não deixam.”. Eu lembro que até um... Chegou... Tava no aniversário da minha mãe e uma amiga dela falou: “Não. Minha filha quer estudar, mas lá na escola dela tem um bando de vagabundo que não deixa ela estudar” (Alice Nascimento, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Outra forma de organização política da Ocupa que fortalecia na prática tanto a autogestão quanto a ajuda mútua, a prática de assembleias frequentes que os estudantes realizavam internamente, também merece destaque. Sobre o assunto nas palavras do estudante Matheus Ramos:

No início ela até tinha assim... vamos supor toda semana. Mas na verdade a assembleia ela era diária, né? Entendeu? Porque situações novas iam acontecendo. Não tinha como a gente determinar quanto ia ter uma assembleia. Entendeu? Porque como fatores iam acontecendo todos os dias, era necessário tomar uma decisão de acordo com o acontecimento. Né? Então assim... Vamos supor. O funcionamento tinha uma reunião semanal, mas as decisões sobre o que fazer com o que ocorreu nesse... No dia. Não tinha como. Tinha que ser todo dia (Matheus Ramos, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Importante ainda dizer que, assim como a Ocupa 114, os estudantes que construíram a mobilização de ocupação do colégio Central do Brasil também participavam da frente Secundaristas em Luta em 2016. Como já vimos, a Secundaristas



em Luta era composta pelas escolas ocupadas com um perfil autonomista e sem vínculos com partidos políticos da ordem.

Por fim, dizemos que a força da mobilização estudantil no Central do Brasil durante a ocupação também se deu pelo fato de haver relação com os estudantes das escolas vizinhas da região do Grande Méier. que, repetindo, foram todas elas ocupadas.

Na última parte da tese iremos detalhar como se deu essa construção política por meio do conceito de Federalismo Secundarista.

### **5.3 SOBRE O FEDERALISMO SECUNDARISTA**

A ferramenta teórica da História Comparada nos serve para identificar que, ainda que num mesmo fenômeno social e político de impacto profundo nos movimentos sociais contemporâneos e na vida política de uma geração de estudantes, é preciso entender que as dinâmicas são diferentes e precisam ser analisadas paralelamente em alguns instantes reflexivos.

A partir da referência de Barros (2014) podemos dizer que, dentre as tantas classificações e delimitações teóricas dentro da História Comparada sobre as quais o autor discorre em sua obra, a de “histórias cruzadas” se aproxima do exemplo estudado no nosso trabalho. Segundo o autor, a partir do conceito de histórias cruzadas:

Seria possível pensar a combinação da experiência das histórias interconectadas com a Micro-história. Pequenas, mas significativas histórias, recuperadas ao rés do chão – envolvendo diferentes atores sociais ou distintos ambientes de sociabilidade – também poderiam encontrar a sua ligação, seja a partir das grandes questões que incitam, seja a partir de um certo padrão narrativo. Essas micro-histórias também poderiam ser abordadas sob a perspectiva que mais propriamente poderia ser chamada de “histórias cruzadas”, no sentido de que fazem parte não apenas da mesma trama historiográfica construída pelos historiadores, mas também de uma trama histórica na qual os personagens e situações se cruzam na sua própria época (BARROS, 2014, p. 112).

Pensando a conjuntura nas duas escolas que estão sendo nossos objetos de estudo neste momento e comparando-as, temos o seguinte cenário: por um lado a ocupação do CIEP 114 aconteceu na Baixada Fluminense, sem nenhuma mobilização estudantil de escolas vizinhas com grande impacto e nem com duração relevante. Essa realidade fez com que diversos secundaristas de escolas vizinhas fossem construir, ajudar e fortalecer

a ocupação daquela que se tornou a principal referência de mobilização estudantil em São João de Meriti.

Podemos dizer que a Ocupa 114 foi uma aglutinadora de estudantes de uma região extremamente carente em diversos aspectos e que por alguns meses concentrou uma juventude disposta a lutar por uma Educação melhor para estudantes, docentes e população em geral.

Por outro lado, o colégio estadual Central do Brasil, que se localiza na região do Grande Méier, sendo um dentre tantos outros colégios que foram ocupados em 2016 naquela parte da capital fluminense. Vamos enumerar mais uma vez as escolas que foram ocupadas nessa parte do subúrbio do Rio de Janeiro: Central do Brasil (Ocupa Central), Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão), Visconde de Cairu (Ocupa Cairu), Paulo Freire (Ocupa Paulo Freire), Hispano Brasileiro (Ocupa Hispano)<sup>119</sup> e Dom Helder Câmara (Ocupa Dom Helder)<sup>120</sup>. Portanto, num mesmo fenômeno histórico, período de mobilização semelhante (ano de 2016) e no mesmo estado, as dinâmicas das ocupações ocorreram de forma diferente. Achamos que isso é extremamente necessário apontar em nosso trabalho.

Após retomar esses aspectos sobre as agitações políticas nos dois locais pesquisados e dialogar com aportes teóricos do campo da História Comparada, vamos agora desenvolver o conceito de Federalismo Secundarista a partir do histórico de organização da luta, no período das ocupações de escola em 2016. Mais especificamente nas escolas do Grande Méier, como já salientamos.

É preciso lembrar que já descrevemos como a ideia de federalismo libertário foi sendo trabalhada ao longo da história. Ideia que foi consagrada de início pelo anarquista francês Proudhon, a teoria e a prática federalista foram se transformando e sendo adaptadas de acordo com as experiências de luta do movimento operário e demais movimentos sociais em diversas partes do mundo, em tempos históricos dos mais variados.

Porém, o princípio federalista sempre manteve em oposição á ideia de centralismo político. Independentemente do local e do contexto, quando falamos de federalismo

---

<sup>119</sup> Não conseguimos contato com nenhum estudante do Hispano para nos ajudar na pesquisa.

<sup>120</sup> O Colégio Estadual Dom Helder Câmara se localiza na rua da Metropolitana III e foi a últimas das escolas do Grande Méier a ser ocupada em 2016. Também não tivemos êxito em obter informações com ex-estudantes que construíram a ocupação dessa escola para nossa pesquisa.

relacionado à teoria libertária esse é um princípio básico que atravessou a história das mais diferentes lutas. Reforçamos que é necessário sempre adaptá-lo à conjuntura de como ele vai se desenvolvendo no tempo, espaço e história.

É nesse sentido e a partir desse pressuposto básico que buscaremos construir o conceito de Federalismo Secundarista, afinal se teve algo que caracterizou a construção política da luta estudantil nas ocupações foi a descentralização política como tática de luta.

Entendemos e observamos que a estrutura organizativa das ocupações em geral – e mais exatamente na Ocupa 114 e Ocupa Central – no Rio de Janeiro durante aquele processo de luta -se baseou em comissões diferentes, com caráter rotativo e sem uma liderança que centralizasse as ações políticas dos estudantes em cada escola. Essas comissões na prática reforçavam a autogestão e mecanismos de democracia direta nas assembleias, fóruns de decisão e atividades em geral dentro das escolas ocupadas.

O desenvolvimento de autogestões no interior das escolas fazia com que a luta fosse a mais coletiva possível, sem personalizar as questões e construindo um ambiente político feito de baixo pra cima, em que as decisões eram sempre em grupo e por meio de assembleias, respeitando as diferentes comissões. Os relatos dos estudantes, tanto na Ocupa 114 quanto na Ocupa Central, demonstram que esse caráter de organização foi fundamental para fortalecer e construir a luta política durante o movimento. Já mostramos alguns exemplos de relatos estudantis sobre as comissões e como funcionavam.

Se por um lado, tanto a estrutura do CIEP 114 quanto a do Colégio Estadual Central do Brasil, em 2016, durante a ocupação estudantil, apresentavam esse formato, quando vamos para o plano externo às escolas (ou o seu entorno) a dinâmica se configurou diferente e é nesse momento que precisamos retomar o conceito de federalismo e seu sistema político.

No período que aconteceu a Ocupa Central houve uma mobilização em todo estado, mas particularmente no Méier foi algo em que cabem análises mais específicas, pois, como já dito, todas as escolas do bairro foram ocupadas naquele período. E o mais interessante é reforçar alguns aspectos: 1) havia autonomia de atuação nas escolas (não havia intervenção de uma escola na organização da outra); 2) mesmo havendo autonomia havia comunicação constante e intensa entre as escolas; 3) a relação de ajuda mútua entre os estudantes de escolas diferentes foi muito importante naquele contexto; 4) a dinâmica

de greve e luta pela Educação impulsionou uma mobilização conjunta nas ruas, pois quando ocorriam manifestações locais os estudantes de todas as escolas se agrupavam e iam para os protestos, pelas pautas da categoria e deles próprios; 5) os relatos e conversas nos fazem afirmar que o modelo de autogestão que se baseava em comissões rotativas para fortalecer a mobilização, internamente nas escolas, foi realizado nas demais unidades escolares do Grande Méier ocupadas, não só no Central do Brasil.

A estudante Laura narra da seguinte forma a situação:

A gente se juntava muito pra fazer ato no Méier. Então lá todas escolas se reuniam pra fazer ato, porque desde o começo da ocupação a gente viu a necessidade também de não ficar só na escola, mas também de participar das manifestações. E também de fazer o nosso protesto ali num lugar que tem muito movimento e que tem muita gente e muitas escolas ocupadas. Então a gente precisava falar sobre isso também na rua. Então a gente se unia muito por causa disso. E o Central e o Cairu, por exemplo. Começou com o Cairu ocupando. Quando a gente ocupou a gente não tinha refeitório, a gente cozinhou lá. Eles mandavam alguma comida pra gente também feita, porque a gente não tinha cozinha. Então era assim... A gente automaticamente já pensa em se reunir com as pessoas que estão próximas pra poder fazer as coisas andarem ou então fazer algo maior (Laura Vianna, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Victor Hugo, que na época era um dos estudantes a construir a Ocupa Paulo Freire, traz outros elementos que configuraram essa solidariedade entre as ocupações da região:

Nossa união com outros colégios do Grande Méier se deu ao fato de estarmos sofrendo ataques de estudantes e pais (incentivados pelas diretorias de cada colégio) no portão, querendo botar medo e pressão em nós. Sendo assim, íamos em cada colégio fornecer pessoal e toda ajuda com que podíamos (Victor Hugo, estudante que ocupou o Paulo Freire em 2016).

Victor em seu depoimento reforça princípios que trabalhamos como a ajuda mútua entre escolas diferentes, o que fortalece na prática o ideal federalista. A citação abaixo é reveladora a respeito do contexto vivido nas escolas do Méier nas mobilizações que ocorreram em 2016:

Nós ajudamos as outras escolas mutuamente e naturalmente, conforme tal necessidade. Foi árduo tudo aquilo que passamos. Digo com certa propriedade que foi uma das coisas mais loucas que já fiz em minha vida e levo aquela experiência pra toda vida. De toda minha família, obtive apoio somente da minha mãe, e o resto virou as costas pra mim. Fiquei 2 meses e meio seguidos dormindo no colégio, para que, no fim, toda nossa pauta fosse atendida. E se não fosse a união dos alunos que foi 100% natural conforme a necessidade,

não teríamos ficado tanto tempo com colégio ocupado e nem com todo suporte externo (Victor Hugo, estudante que ocupou o Paulo Freire em 2016).

Já a estudante Amanda Silva que era secundarista do colégio estadual Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão) nos revela alguns pontos que dialogam com as falas de outros estudantes que ocuparam as escolas do Grande Méier:

Durante a movimentação de tentar fazer uma ocupação funcionar bem e dar certo, fomos entendendo a necessidade de trocar com outras ocupações. Numa tentativa de organizar uma rede de apoio, criamos um diálogo com outras escolas que naquele momento estavam passando pela mesma situação que a nossa. Fizemos contato com o intuito de ajudar com o que fosse possível em relação à organização, planejamento, troca de alimentos, até mesmo dando suporte para as ocupações que estavam mais esvaziadas e como consequência sofriam mais repressões do movimento "desocupa" (Amanda Silva, estudante que ocupou o Antônio Houaiss em 2016).

A estudante da Ocupa Tonhão ainda reforça a construção dos laços de solidariedade entre os secundaristas da região no depoimento abaixo:

Com uma relação mais firme e depois alguns meses de ocupações e trocas, enquanto estreitamos as relações entre as escolas ocupadas, pudemos perceber que cada escola tinha a sua particularidade e que ela deveria ser respeitada; mas existiam pautas em comum e com a junção dessas pautas, as escolas do Grande Méier conseguiam organizar manifestações, reuniões e outras ocupações. As particularidades de cada escola ocupada e a singularidade de cada ocupação, não impedia de criar uma luta em conjunto, afinal, o coletivo é mais forte que o indivíduo e naquele momento todo apoio fazia uma enorme diferença (Amanda Silva, estudante que ocupou o Antônio Houaiss em 2016).

Pablo Miceli, ex-estudante do Visconde de Cairu, faz um relato interessante sobre o processo de aproximação entre os estudantes das diferentes escolas:

A aproximação dos estudantes se deu já no primeiro ato dos estudantes do Cairu em apoio a greve dos professores, quando uma das paradas do ato foi na frente do Colégio Central. Fizemos bastante barulho na frente da escola para que se somassem a nossa luta, porém tivemos problema com a direção que não permitiu a saída dos estudantes. Mas isso não foi suficiente pra atrapalhar nossa luta, os estudantes do Central nos procuraram e com isso começamos a conversar.

Marcamos um outro ato em conjunto com o Central e nesse ato, fui até o Antônio Houaiss chamar os estudantes enquanto outros companheiros foram até o Hispano Brasileiro. No Antônio Houaiss a recepção foi melhor que no Central devido aos professores grevistas que se somaram a nossa convocação.

Esse segundo ato foi ótimo, ocupamos a Dias da Cruz e a praça do Méier. Já estava claro como seria essa relação dessas escolas, com muito

companheirismo e garra para lutar (Pablo Miceli, estudante que ocupou o Visconde de Cairu).

O ex-secundarista da Ocupa Cairu ainda traz com alguns detalhes como foi se dando essa relação de apoio e solidariedade entre as diferentes escolas ocupadas da região que só corroboram a ideia do Federalismo Secundarista. Pablo relata da seguinte forma esse processo:

Com o início das ocupações, a relação entre as escolas foram se aprofundando, quando escolas que ainda não ocuparam visitavam e apoiavam escolas já ocupadas e conseqüentemente já ocupavam suas escolas também. E nisso fomos ocupando, cada escola do grande Méier, uma a uma. Do Cairu, passando por Central, Hispano, Paulo Freire, Tonhão, até o Dom Helder. Assim foi formado uma grande rede de apoio, com grupos no whatsapp, estudantes indo de uma escola para outra, atos conjuntos e formação de comitês para organizar a luta (Pablo Miceli, estudante que ocupou o Visconde de Cairu).

Podemos observar nas falas dos estudantes das outras escolas ocupadas no Méier – além do Central do Brasil - que há uma interseção de visões sobre o contexto que dialoga com o que estamos debatendo ao longo do trabalho. A construção de uma rede de apoio mútuo, descentralizada politicamente, respeitando a autonomia de cada escola e sem depender de nenhuma instituição oficial do estado ou órgãos da política institucional fortalecem os nossos argumentos que tratam as práticas da luta estudantil muito próximas dos princípios anarquistas.

É a essa formação de rede de ajuda, com solidariedade entre estudantes da rede pública, lutando por pautas concretas e por meio de ação direta, que estamos atribuindo o federalismo secundarista. Logo, essa tática política se deu a partir da dinâmica entre as escolas ocupadas no Méier, cujo funcionamento interno em cada unidade escolar era baseado na autogestão e na relação que os estudantes foram estabelecendo, ao fortalecer escolas vizinhas, criando mobilização de diferentes escolas na rua e promovendo ações diretas, no meio da greve por uma escola melhor para a juventude do estado.

Mas entendemos ser possível que, em outros movimentos de ocupação durante os anos de 2015 e 2016 (ou quem sabe até no Chile em 2006), esse desenvolvimento de apoio entre estudantes de escolas ocupadas, da mesma região de um determinado município, tenha ocorrido. Portanto, o conceito de Federalismo Secundarista pode sim

servir para reflexões em outros estudos que tenham as mobilizações estudantis como assunto principal.

Cabe frisar que de forma alguma estamos querendo transportar as ideias de Proudhon sobre federalismo ao exemplo das ocupações e sua organização via comissões de maneira direta, sem adaptações ou de forma anacrônica. Mas é inegável o paralelo coma reflexão que o intelectual e militante anarquista do século XIX nos traz sobre o quão importante é evitar hierarquias na hora de uma construção política coletiva, diminuir também os intermediários nas tomadas de decisões e, acima de tudo, romper com atribuições centralizadas em poucas pessoas.

Destacamos também que os estudantes não inventaram nada e muito menos foram pioneiros nesse formato de atuação política. Ao longo dos últimos séculos diversos sindicatos e movimentos sociais em geral construíram – e constroem até hoje – suas lutas por meio do princípio federalista. E isso não se restringe a movimentos que se reivindicam anarquistas ou libertários.

Afinal a questão da organização política descentralizada e autônoma é prática disseminada em diversos locais do mundo e tempos históricos diferentes: desde os Panteras Negras<sup>121</sup> e suas células de organização em vários locais dos Estados Unidos, visando ao trabalho comunitário, escolas próprias e organizando a autodefesa da comunidade negra contra grupos supremacistas brancos, passando pelas revoltas estudantis no Maio de 1968 na França que também tinham um caráter de enfretamento ao sistema e ao mesmo tempo de contestação ao modelo de centralismo democrático exaltado pelo Partido Comunista Francês. Até chegarmos aos caracóis em Chiapas

---

<sup>121</sup> Apesar da clara influência de correntes políticas vinculadas ao marxismo como o maoísmo e leninismo, passando pela atuação militante de Malcolm X, o Partido dos Panteras Negras, que foi fundado na Costa Oeste dos Estados Unidos, se difundiu e atuou em diversas células com seus trabalhos, cada um com dinâmica. Apesar de haver em seu programa político um perfil de política centralizada em alguns pontos, na prática os Panteras não atuavam tão centralizados, como por exemplo os bolcheviques pós 1921. Fora a defesa explícita em seu programa de uma autodefesa popular contra a polícia racista do governo estadunidense.

Logo, não era libertário teoricamente, mas nas ações o que ocorria eram células espalhadas pelo país que atuavam como similar a federações, quase de forma descentralizada em alguns momentos e ações políticas, em sua trajetória. Diante de tantas contradições dentro do próprio Panteras Negras, perseguições e prisões, uma corrente importante surge nos Estados Unidos justamente a partir de alguns ex-militantes do Partidos dos Panteras Negras que é o Anarquismo Negro. Destacamos os autores e ativistas Lorenzo Komboa Ervin e Ashanti Alston. Cf. ERVIN, Lorenzo Kom`boa. **Anarquismo e Revolução Negra**. São Paulo: Coletivo Editorial Sunguilar, 2015.

protagonizados pelos zapatistas e os cantões na revolução curda que se baseiam no confederalismo democrático, como ressalta Morel (2017) nos dois últimos exemplos.

Portanto, a concepção federalista no campo libertário foi e segue sendo uma tradição, que influencia os mais diversos movimentos populares pelo mundo. A descentralização política que busca potencializar movimentos de ruptura contra a lógica do capital e do estado a partir da autonomia é uma prática que transcende a filosofia política libertária e isso não tem nenhum elemento que diminua a importância do anarquismo junto sua teoria e prática na história.

E no exemplo estudado temos uma atuação descentralizada, caracterizada pela ajuda mútua entre os núcleos de mobilização (as escolas), sendo que esses núcleos tinham autonomia de construir a política de atuação internamente e na rua, cujas pautas são de todos os estudantes, há uma interação unificada contra as instituições do Estado que prejudicam todo o andamento das demandas políticas de estudantes e profissionais de Educação.

E por fim, vale reforçar que a imagem de grande parte dos estudantes uniformizados é impactante, mostra uma unidade sem romper com a autonomia de cada escola e, ao mesmo tempo, põe força na construção de uma luta que não é só dos secundaristas, como os próprios diziam: é de toda a sociedade.

Sobre esse Federalismo Secundarista na prática vale trazer um episódio lembrado pelo estudante Matheus sobre o contexto das ocupações no Méier:

A gente precisou se articular com o que tinha de próximo, né? Pra conseguir manter o nosso território ocupado. Então o que que a gente logicamente tinha que fazer, né? Procurar os companheiros que estavam ocupando mais próximo da nossa região. E foi assim que começou. Eu lembro de um episódio muito interessante que foi o início da desocupação que foi os alunos do Central correndo desesperadamente pro Tonhão, né? Pro Antonio Houaiss pedir ajuda, né? Então assim foi uma coisa muito de necessidade.

Daí por mais que as dificuldades passavam, eles conseguiam sozinhos se autossustentar, né? Eles conseguiam se alimentar, mas chegou num determinado momento que foi necessário sim levar comida de um colégio pro outro. Levar recursos, né? E só que, assim, chegou um determinado momento que não se podia mais andar mais sem decisões políticas em conjunto. Não tinha mais como. Né? Quando a gente foi desocupado a gente teve que se abrigar no Cairu. Depois persistindo a desocupação, nós ocupamos a Metro III. Os estudantes, né, de toda região do Méier culpavam a Metropolitana III. E depois, assim, o Central já com essa pressão na Metropolitana conseguiu voltar a ocupar o Colégio Central. Então toda a ocupação da Metropolitana III se deu pela desocupação do Colégio Central. Né? A gente não tinha pra onde ir. Né? Não tinham como continuar a luta, então a gente teve que ocupar a Metropolitana Três até conseguir voltar pro Central. E tudo isso foi articulado



com as escolas do Méier (Matheus Ramos, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Então resumimos e pontuamos o conceito de Federalismo Secundarista da seguinte forma: 1) não é um federalismo clássico de diversas categorias da classe trabalhadora em seus sindicatos, demais movimentos sociais ou que se organiza por locais de moradia e de estudo; 2) tem traços e características pontuais como a representatividade e protagonismo de estudantes secundaristas, uniformizados na maior parte do tempo, cada um nas suas escolas; 3) apesar da descentralização política havia um nível de organização que ao mesmo tempo dava autonomia de maneira interna (nas comissões dentro das escolas) e de forma externa (cada escola tinha sua autonomia, sua forma de construção e sua dinâmica política, mas havia não só comunicação entre as ocupações, mas também solidariedade e intersecção de pautas para lutar por um bem em comum: condições dignas, básicas e de qualidade para o funcionamento das escolas públicas, além de outra lógica de educação dentro das escolas); 4) os estudantes, com esse formato de atuação federalista e mobilização, conseguiram não só manter sua autonomia entre as escolas, sem perder foco na política e nas pautas, mas também diante de outros movimentos que os apoiaram, sem perder o protagonismo e fortalecendo laços na luta; e por fim: 5) acreditamos que a estrutura descentralizada que os estudantes sustentaram durante o período das ocupações muito mais confundiu as forças de repressão e as autoridades vinculadas à Secretaria de Educação, dificultando sua ação repressiva.

Em suma, foi a partir da solidariedade, compartilhamento de alimentos, experiências em geral, fortalecimento da autonomia e a luta coletiva de forma concomitante nas diferentes escolas ocupadas, ou seja, por meio de ajuda mútua, é que conseguimos estabelecer um conceito, observando uma prática espontânea de estudantes secundaristas, em uma luta cujo perfil se assemelha com a prática de diversos movimentos de caráter libertário ao longo da história no Brasil e no mundo.

Dizemos que o federalismo de perfil secundarista também se apropriou de armas como a cooperação entre estudantes na luta por uma escola mais democrática e uma melhor educação para a população, em vez de reproduzir a competição entre as escolas, que a SEEDUC busca colocar em sua lógica de meritocracia num regime capitalista.

Identificamos o Federalismo Secundarista como algo que envolveu as escolas ocupadas na região do Grande Méier no Rio de Janeiro em 2016, como mostrado no

presente estudo, mas que poderia ter ocorrido em diferentes processos de luta dos estudantes naquele ciclo de lutas que aconteceu em diversos locais do país.

Tais táticas elencadas em nosso trabalho reforçam que, mesmo em um período curto de tempo, as escolas foram transformadas em algo completamente diferente, potente, com protagonismo dos estudantes e com uma veia libertária que até as regras de um ambiente e instituição secular, como é a escola, os estudantes conseguiram reverter.

Por isso quando presenciamos falas e lemos cartazes como “a escola é nossa” ou “nossa escola, nossas regras”, entendemos que precisamos sim refletir sobre o assunto de forma aprofundada e o fenômeno histórico das ocupações nos trouxe as mais diversas reflexões que passam pela construção de movimentos sociais, mobilização política até uma outra forma de entender o ensino e a escola no seu cotidiano.

Arrematamos este último capítulo do presente trabalho mencionando a teoria das ruas (DE MORAES, 2018b) como uma forma de entender e interpretar a mobilização estudantil que se encaixa perfeitamente no repertório teórico que constrói o conceito e prática do Federalismo Secundarista.

Acompanhar os fatos, dialogar e aprender com os estudantes, vislumbrar um fenômeno político ocorrido com base na ação direta e de baixo pra cima, de forma descentralizada, é fortalecer uma teoria elaborada a partir de quem está na base da sociedade, e não em cargos institucionais ou acadêmicos, assistindo aos fatos de cima e de forma “neutra”. É compreendermos que os corpos estudantis protagonizaram nas escolas e nas ruas uma luta que rompeu com paradigmas, estabelecendo assim uma teoria que vem das ruas, aglutinando sempre um saber epistemológico que se constrói na prática, e não pelo contrário, da teoria que se pratica posteriormente.

## CONCLUSÃO

Tivemos como propósito nesta tese estabelecer uma análise do fenômeno das ocupações de escola, partindo do ponto de vista anarquista, uma linha teórica política e filosófica que segue sendo negligenciada na academia.

Estudar um acontecimento histórico de impacto requer extremo cuidado e pode possibilitar diferentes interpretações. Enquanto pesquisadores e educadores acreditamos ser necessário tomar posições políticas e ao mesmo tempo não iremos fazer coro com qualquer discurso que se diz neutro dentro do ambiente e da tradição acadêmica ocidental.

Por esse motivo buscamos inicialmente destrinchar os muitos pontos básicos que constroem os princípios da teoria e prática anarquista. Debateremos conceitos centrais como ação direta, autogestão, ajuda mútua e democracia direta.

Buscamos além disso incluir as ocupações de escolas na agenda histórica de experiências no campo da educação libertária e tentamos ao longo de nosso texto conectar os acontecimentos políticos, as táticas de organização, as atividades que os estudantes desenvolveram, dentre outros aspectos, como contrapontos às regras, normas e diretrizes que acontecem no cotidiano da Educação sistêmica de forma geral. Ou seja, a partir desta pesquisa compreendemos que no período das ocupações outra forma de Educação foi construída e outra escola esteve em funcionamento.

Um exemplo explorado em nosso estudo diz respeito à própria forma de organização escolar que foi colocada em xeque durante o levante secundarista, as rígidas hierarquias e toda a burocracia escolar. Nesse período a gestão escolar foi substituída pela autogestão, estabelecida e construída pelos estudantes em diversos colégios. Muitos estudos sobre as ocupações de escolas pelo país em 2015 e 2016 reforçam o caráter descentralizado da organização política que os estudantes desenvolveram, quebrando a estrutura política de lideranças formalizadas a que estamos acostumados na política institucional e em diversos movimentos sociais.

Interessante que a dinâmica e as pautas de mobilizações em cada lugar foram específicas, mas a forma de atuar desenvolvendo esse modelo de autogestão para construir as lutas em cada escola foi semelhante nos mais diversos lugares do país.

Desenvolvemos essas e outras questões a partir da análise de uma ampla bibliografia de diferentes áreas, desde História à Ciência Política, Educação à Filosofia

Política, articulando esse material com as entrevistas e nossa própria experiência “de campo” atuando em uma das escolas ocupadas.

Ainda debatemos questões referentes à dicotomia entre invasão e ocupação, que diferentes atores sociais buscaram interpretar em relação à mobilização dos estudantes. Se, de um lado, veículos de comunicação e personagens da política com viés conservadores apontavam a ação dos estudantes como “invasão” e criminalizaram o movimento, de outro, tivemos partidos da esquerda institucional, entidades estudantis ligadas a esses partidos e outros movimentos relacionados a esse campo político que exaltaram a mobilização dos estudantes de maneira geral.

Lembramos que na grande maioria dos estados em que aconteceram as ocupações, os partidos de esquerda estavam na oposição aos governos estaduais. E no primeiro semestre de 2016 o governo federal, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores na figura da presidenta Dilma, foi alterado por meio de um processo de impeachment extremamente conturbado e traumático para a população e principalmente para os partidos do campo de esquerda.

Após esse debate interpretativo e político sobre o sentido das ocupações, fizemos uma breve análise de conjuntura sobre o fenômeno das ocupações de escola em três locais: Chile, São Paulo e Rio de Janeiro. Nosso foco foi apontar o contexto político em cada local, detalhar algumas situações locais, as táticas de lutas estudantis e o embate travado com o Estado e outros atores sociais contrários ao movimento.

Vale fazer um paralelo do período que ocorreram as rebeliões estudantis no Chile em 2006 com o Brasil, em 2015 e 2016, e o contexto político dos dois países no momento que estamos finalizando o trabalho, ou seja, exatamente no ano de 2022. Coincidentemente estamos em uma época de pós eleição no Chile e eleitoral no Brasil – sempre em relação ao cargo de poder máximo do executivo federal.

No Chile aconteceu um processo de insurreição popular, com o povo indo às ruas em 2019<sup>122</sup> por meses, culminando na revogação da carta magna do período da ditadura de Pinochet e, por fim, na eleição para a presidência de um ex-líder estudantil, Gabriel

---

<sup>122</sup> G1. Entenda a onda de protestos no Chile. **G1**, [s. l.], 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Boric<sup>123</sup>. Apesar da composição do governo chileno ser de partidos mais alinhados ao espectro político que denominamos de esquerda tradicionalmente, algumas das primeiras medidas do novo presidente reduziram o diálogo com os indígenas Mapuches e investiram no cerco das forças armadas, além da militarização da região onde tais comunidades vivem há séculos no país<sup>124</sup>. Vale lembrar que houve um intenso protagonismo de símbolos e pautas ligadas aos povos originários no levante popular chileno que durou meses entre os anos de 2019 e 2020.

Já no Brasil em 2022, presenciamos uma conjuntura eleitoral para presidência da República extremamente peculiar. Relembrando que em 2015 nas ocupações de escola em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores deu total apoio político em documentos oficiais do partido, em páginas de internet, condenando o então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (na época filiado ao PSDB), pela política educacional privatista, excludente e que não dialogava com as comunidades escolares. Fora as denúncias à repressão sofrida pelos estudantes pela polícia militar a mando do governador.

Sete anos depois tivemos uma chapa que acabou por ganhar a presidência composta pelo líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, junto ao mesmo ex-governador Geraldo Alckmin, como vice-presidente,<sup>125</sup> que agora compõe o Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra o presidente da situação e que tentava a reeleição Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL)<sup>126</sup>. Esses são os rearranjos a que a esquerda institucional se submete para participar da nossa plutocracia, como já frisamos em nossa tese.

Em nosso horizonte de interpretação política entendemos que não há novidades nessas táticas eleitorais e nem na ofensiva de políticos de esquerda com relação aos povos

---

<sup>123</sup> G1. Gabriel Boric: saiba quem é o novo presidente do Chile, de apenas 36 anos. **G1**, [s. l.], 11 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/03/11/gabriel-boric-saiba-quem-e-o-novo-presidente-do-chile-de-apenas-36-anos.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>124</sup> COLOMBO, Sylvia. Boric recua e ordena remilitarização de áreas mapuches no Chile. **Folha de São Paulo**, Buenos Aires, 17 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/boric-recua-e-ordena-remilitarizacao-de-areas-mapuche-no-chile.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>125</sup> RESENDE, Leandro. Juntos, Lula e Alckmin pretendem fazer visitas pelo país após lançamento de chapa. **CNN Brasil**, Brasília, DF, 3 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/juntos-lula-e-alckmin-pretendem-fazer-visitas-pelo-pais-apos-lancamento-de-chapa/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>126</sup> G1. **Eleição para Presidente**. G1, [s. l.], 31 out. 2022. 1 site. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2022.

originários e movimentos autônomos ao longo da história recente, seja na América Latina, seja em outros locais do mundo.

Ao longo do século XIX diversos anarquistas demonstraram e aprofundaram suas críticas a respeito de socialistas ocuparem cargos dentro do que é denominado de democracia representativa. Na passagem abaixo, Bakunin fala a respeito do parlamento. Suas palavras nos fazem refletir sobre os casos abordados no Chile e Brasil atualmente:

Mas por que o povo não envia para as assembleias legislativas e para o governo seus Homens, homens do povo? – Antes de mais nada, porque os homens do povo tendo de viver do trabalho de seus braços, não têm tempo para se dedicarem exclusivamente à política; e, não podendo fazê-lo sendo na maioria das vezes, ignorantes quanto a questões políticas e econômicas tratadas nessas altas esferas, eles serão quase sempre trouxas dos advogados e dos políticos burgueses. E, em seguida, porque bastará, na maioria das vezes, eu esses homens do povo entrem para o governo para se tornarem, por sua vez, burgueses, às vezes até mesmo mais detestáveis e mais desdenhosos do povo dos quais emanaram do que os próprios burgueses de nascimento (BAKUNIN, 2008, p. 83).

Outra crítica sobre o assunto que nos inspira, dessa vez contemporânea, e está entre nossas referências é a do movimento zapatista, quando em sua Sexta Declaração desenvolve o seguinte argumento:

Estamos dizendo que a política não serve? Não, o que queremos dizer é que essa política não serve. E não serve porque não toma conta do povo, não o escuta, faz pouco caso, apenas se aproxima dele quando há eleições. [...] vamos tratar de construir ou reconstruir outra forma de fazer política (EZLN, 2005 apud IELA, 2022).

E para finalizar essa análise política atual citamos a sabedoria popular de personagens como Bezerra da Silva quando gravou a música “Candidato caô caô” dizendo no refrão os seguintes versos: “meu irmão, se liga no que eu vou lhes dizer / hoje ele pede o seu voto, amanhã manda a polícia lhe bater”<sup>127</sup>. Através da linguagem do cotidiano, Bezerra questiona a legitimidade desse modelo de democracia.

Após explorar em paralelo o período das mobilizações estudantis e o contexto atual em que estamos finalizando a tese, vamos falar brevemente sobre a última parte do

---

<sup>127</sup> Música lançada em disco homônimo ao título da canção, no ano de 1988, pelo sambista Bezerra da Silva. A composição é de Pedro Butina e Walter Menin. CANDIDATO Caô Caô. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal StaaS Fund. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UQWmJKZdHVE>. Acesso em: 20 maio 2022.

trabalho que buscou aprofundar o contexto das ocupações de escolas no Rio de Janeiro, tendo como foco duas escolas em periferias diferentes do estado: o CIEP 114, em São Joao de Meriti (Baixada Fluminense), e o Colégio Estadual Central do Brasil, no bairro do Méier (zona norte e no chamado subúrbio da capital carioca).

No último capítulo desenvolvemos uma cronologia dos fatos que ocorreram nas duas ocupações e uma breve comparação dos contextos, a partir de variadas fontes que a pesquisa nos forneceu. Por fim, procuramos estabelecer um novo conceito que é o de federalismo secundarista como uma ferramenta de interpretação da dinâmica que ocorreu durante a ocupação do Colégio Central do Brasil e todas as demais escolas ocupadas na região do Grande Méier. Consideramos que o fortalecimento da luta estudantil apresenta paralelos com a prática política do federalismo libertário, mas adaptado ao protagonismo e à identidade dos jovens estudantes do Ensino Médio do Rio de Janeiro e de outras partes do Brasil.

Portanto, afirmamos que a juventude, na prática, fez a luta se exercer do local da escola para depois se articular com outras ocupações em lugares diferentes, ou seja, de baixo para cima ou da periferia para o centro, coisa que alguns anarquistas como Mikhail Bakunin buscaram desenvolver em sua teoria e prática política. Acreditamos que esse último ponto pode servir de reflexão a diversos movimentos sociais em lutas posteriores.

O fenômeno das ocupações de escola talvez tenha sido o acontecimento político mais avançado das últimas décadas no país. Os movimentos sociais em geral deveriam aprender, e muito, com os feitos realizados pelos estudantes nos anos 2015 e 2016. E afirmamos que são muitos os legados deixados pela luta secundarista: as táticas de luta, o enfrentamento aos órgãos de repressão, a organização descentralizada que muito mais confundia o Estado do que dava pistas e a comunicação instantânea para mobilizar locais diferentes, mas que tinham pautas iguais ou próximas; esses foram alguns dos repertórios políticos usados pelos secundaristas que, infelizmente, grande parte dos movimentos e partidos de esquerda não se interessou em aprofundar e buscar uma autocrítica ativa, revendo suas táticas políticas de forma geral.

E vale dizer que os levantes estudantis não ficaram restritos aos casos chileno e brasileiro. Na mesma esteira de mobilizações aconteceram ocupações de escola no Paraguai, em maio do ano de 2016, onde os estudantes exigiam melhorias na educação e

a renúncia da ministra da Educação do país<sup>128</sup>. Também em 2016 na África do Sul ocorreram mobilizações com protestos de rua e nas universidades, por conta do projeto do governo que buscava cobrar mensalidades aos estudantes, dentre outras medidas privatistas<sup>129</sup>. Sobre o último exemplo não podemos afirmar que houve influência do fenômeno que aconteceu na América Latina, mas ocorreu de maneira concomitante.

Portanto, estamos tratando o feito dos estudantes como uma ruptura ao modelo social de escola, que rompe com os mesmos rituais políticos realizados pelos movimentos sociais dentro da ordem protagonizada pela esquerda no meio institucional. Inclusive insistimos na tese de que se algo deu certo nas ocupações foi justamente porque elas foram realizadas por fora das instituições, sem ligações com burocracias partidárias e sim com um repertório que explorava ações diretas, autogestão e um modelo de federalismo na prática.

O texto publicado por Ferreira e Morel (2021) no livro “Anarquia e Anarquismos”, destrincha alguns dos detalhes abordados ao longo de nosso trabalho e faz uma ponte com a base teórica que trabalhamos. Os autores resumem o fenômeno das ocupações da seguinte maneira:

São muitas as influências libertárias na organização, da autogestão, das quebras de hierarquias, da ruptura dos padrões de gênero, por discussões críticas, de conteúdo e de experiência vivenciada. O dia a dia era preenchido com atividades para as demandas do dia. Por debates e planejamentos políticos referentes à ocupação – pois o Estado estava do outro lado do portão querendo retomar o controle. De ações na infraestrutura do espaço. De cuidados com a sociabilidade afetiva e criativa. Na formação por meio de estudos de temas estabelecidos como de interesse para a coletividade. Nesse convívio diário, denunciavam o aspecto prisional das escolas, a quantidade de grades, os espaços vetados, o punitivismo e o viés meritocrático para recompensas, a seriação que restringia a convivência. Especialmente e corporalmente a escola assumia a transversalidade. Corpos e ideias em contato, aprendendo a conviver, a discordar, a ceder, a criar. Das assembleias ao lúdico, do trabalho às manifestações, das vigílias às rodas de conversa e estudo, os corpos e as ideias em resistência subvertiam a secular organização escolar (MOREL, FERREIRA, 2021, p. 122).

---

<sup>128</sup> OPERA MUNDI. Estudantes ocupam escolas no Paraguai para reivindicar melhorias na educação. **Brasil de Fato**, [s. l.], 5 maio 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/05/estudantes-ocupam-escolas-no-paraguai-para-reivindicar-melhorias-na-educacao/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>129</sup> CHINGO, Juan. O extraordinário movimento estudantil sul-africano: um exemplo aos explorados do mundo. **Esquerda Diário**, Paris, 11 nov. 2015. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-extraordinario-movimento-estudantil-sul-africano-um-exemplo-aos-explorados-do-mundo>. Acesso em: 18 mar. 2022.



Finalizamos nossa tese dizendo que tivemos diversos estudantes perseguidos por diferentes atores sociais, dentro das escolas, em seus ambientes familiares, por diferentes órgãos da repressão estatal, e alguns ainda respondem processo, mesmo alguns anos após o levante secundarista. O grau de amadurecimento que muitos desses jovens adquiriram durante o período das ocupações é algo que merece destaque. Infelizmente perseguições políticas sempre aconteceram e seguem acontecendo a todas as pessoas que se levantam contra o sistema, principalmente aos que agem de maneira direta, subvertendo até instituições estabelecidas politicamente, inclusive no campo da esquerda. Sobretudo aos que tentam construir um modelo político não convencional para resistir aos ataques do Estado: a partir da autogestão social, democracia direta, fortalecendo redes de ajuda mútua, fora da política institucional.

Emma Goldman (2019) diz que “[...] um espírito independente sempre resistirá a qualquer força externa e alheia exercida sobre corações e mentes humanas”; quando famílias, escola e outras instituições do Estado buscam adestrar ou moldar certas regras para que a juventude se adapte às convenções e regras sociais mais conservadoras, por exemplo. No caso das ocupações de escola foram os estudantes com seus espíritos livres e destemidos que ensinaram a toda a sociedade como é importante a luta por uma outra forma de Educação e uma escola totalmente diferente da convencional que temos desde o século XIX.



## REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. Cidade com maior densidade populacional do país, São João de Meriti (RJ) terá quatro candidatos a prefeito. **UOL**, Rio de Janeiro, 21 set. 2012. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2012/noticias/2012/09/21/cidade-com-maior-densidade-populacional-do-pais-sao-joao-de-meriti-rj-tera-quatro-candidatos-a-prefeito.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ACABOU A PAZ, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP - de Carlos Pronzato. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (60 min). Publicado no canal Lucas Duarte de Souza. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw&t=17s>. Acesso em: 3 abr. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. Estudantes e MTST ocupam 25 escolas de SP em protesto contra reorganização. **Agência Brasil**, São Paulo, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/estudantes-e-mtst-ocupam-25-escolas-de-sp-em-protesto-contr-reorganizacao>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ALFANO, Bruno. Colégio ocupado na Zona Norte do Rio vira palco de festival de rock. **Extra**, [s. l.], 12 jun. 2016a. Disponível em: [https://extra.globo.com/noticias/educacao/colégio-ocupado-na-zona-norte-do-rio-vira-palco-de-festival-de-rock-19491785.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar&fbclid=IwAR1N8pbw3XZ-gSCyyTkdc7iwsSQ\\_Q137QrPPbixMTF1Q6bJ5XnF9fqiIHFg](https://extra.globo.com/noticias/educacao/colégio-ocupado-na-zona-norte-do-rio-vira-palco-de-festival-de-rock-19491785.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar&fbclid=IwAR1N8pbw3XZ-gSCyyTkdc7iwsSQ_Q137QrPPbixMTF1Q6bJ5XnF9fqiIHFg). Acesso em: 18 mar. 2022.

ALFANO, Bruno. Mesmo sem luz, estudantes mantêm ocupação de colégio no Rio. **Extra**, [s. l.], 1 mar. 2016b. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/mesmo-sem-luz-estudantes-mantem-ocupacao-de-colegio-no-rio-19208072.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ALVES, Munis Pedro. O anarquismo em Proudhon: uma introdução. **Pergaminho**: Patos de Minas, MG, v. 1, p. 3-13, 2018. Disponível em: <http://pergaminho.unipam.edu.br/documents/1833572/2573150/2+O+anarquismo+em+Proudhon++uma+introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf/9060a570-c963-4130-93e1-f8d963996440>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ANTONY, Michel. **Os microcosmos**: Experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: “utopedagogias”. São Paulo: Editora Imaginário, 2011.

ARAÚJO, Jorge. [**Cadeiraço de estudantes protestando em São Paulo durante as ocupações em 2015**]. [São Paulo], 3 dez. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/photos/pb.100067839909212.-2207520000../727110234089391/?type=3>. Acesso em: 07 out. 2022.

A REBELIÃO dos pinguins Legendado PT. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (40 min). Publicado pelo canal EDUCAÇÃO DO RIO EM GREVE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2dqtQov9wSA>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARGENTA, Evelin. Ocupação em escola símbolo de São Paulo completa um ano. **APEOESP**, [São Paulo], 17 nov. 2016. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2016/ocupacao-em-escola-simbolo-de-sao-paulo-completa-um-ano/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

AUGUSTO, Acácio. Política e antipolítica: anarquia e diferenças no movimento antiglobalização. In: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio. **Michel Foucault e as insurreições: É inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017. p. 17-28.

AVELINO, Nildo. Cenas do agir anárquico. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 1., n. 1, p. 120-140. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/20527/13544>. Acesso em: 02 ago. 2022.

AZEVEDO, Rafael Sá Rego de. “**A Escola é Nossa**”: uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

AZEVEDO, Reinaldo. Invasão das escolas: sociedade começa a reagir ao bloqueio fascistoide, liderado pelo PT: Pais e alunos começam a ir às escolas invadidas por petistas e outros grupos de extrema esquerda para cobrar retomada das aulas. **Veja**, [São Paulo], 26 nov. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/invasao-das-escolas-sociedade-comeca-a-reagir-ao-bloqueio-fascistoide-liderado-pelo-pt/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

BAKUNIN, Mikhail. **O princípio do Estado e outros ensaios**. Tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2008.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

BARRETO, Bruna Amaral Lanzilotti. Ocupações secundaristas no Rio de Janeiro em 2016: resistências à precarização da educação. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (org.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 124-148.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROSO, Jean. Luta secundarista no Rio: Depoimento de ocupante da Metro III relata violência do "Movimento Desocupa". **Esquerda Diário**, [s. l.], 18 maio 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Depoimento-de-ocupante-da-Metro-III-relata-violencia-do-Movimento-Desocupa>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BERNARDES NETO, Pedro. As falácias sobre a “Reorganização Escolar” em SP. **Esquerda Marxista**, [s. l.], 29 set. 2015. Disponível em:

<https://www.marxismo.org.br/as-falacias-sobre-a-reorganizacao-escolar-em-sp/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BERTHIER, René. **Do Federalismo**. São Paulo: Intermezzo, 2016.

BERTHIER, René. Concepções Anarco-sindicalistas da Autogestão. In: LEVAL, Gaston; BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002. p. 61-74.

BETANCOURT, Rafael. A revolta estudantil e a luta pela democratização do sistema educacional chileno. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016.

BORGES, Helena. No fim das contas, o “Ocupa Cabral” tinha razão: Ativistas do movimento contra o ex-governador falam sobre a condenação de Sérgio Cabral a 45 anos de prisão por formação de cartel, fraude e desvio de verba. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 22 set. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRANCALEONE, Cássio. **Anarquia é ordem: Reflexões contemporâneas sobre teoria política e anarquismo**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **EccoS**, São Paulo: v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun, p. 97-121. 2009. Disponível em <http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=1529&path%5B%5D=1267>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRITO, Carlos; BOECKEL, Cristina. Ex-governador Sérgio Cabral é preso pela PF na Zona Sul do Rio. **G1**, [Rio de Janeiro], 17 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-preso-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html> . Acesso em: 22 abr. 2021.

BRITO, Gisele. Professores do Rio de Janeiro fazem a maior greve da história do Estado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/19/professores-do-rio-de-janeiro-fazem-maior-greve-da-historia-do-estado/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRITO, Luciana Ribeiro de. "**Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego**": ocupações secundaristas e movimento estudantil. Orientador: Paulo Sérgio Tumolo. 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAB. [Sobre a CAB]. **Coordenação Anarquista Brasileira**, [s. l.], c2022. Disponível em: <https://cabanarquista.org/sobre-a-cab/>. Acesso em: 28 set. 2022.

CALDART, Roseli. Apresentação. In: PISTRÁK, Moisey Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 7-14.

CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. **Escolas de luta**. São Paulo; Veneta, 2016.

CANDIDATO Caô Caô. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal StaaS Fund. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UQWmJKZdHVE>. Acesso em: 20 maio 2022.

CARLOS, José. Invasão de escolas: algumas reflexões. **Correio do Estado**, [s. l.], 13 nov. 2016. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br//opiniaio/jose-carlos-invasao-de-escolas-algumas-reflexoes/291136>, Acesso em: 18 mar. 2022 .

CARMO, Erinaldo Ferreira; ZAIDAN FILHO, Michel; MIYACHI, Clovis Tatsumi. Sistemas educacionais sulamericanos: Um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Chile. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, MS, v.4, n.10, p.84-102, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/3650/1957>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARONE, Edgar. Movimento sindical e o anarco-sindicalismo. **Princípios**, São Paulo, p. 71-77, maio/jun./jul. 1995. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/37/cat/1717/movimento-sindical-e-o-anarco-sindicalismo-.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARVALHO, Florentino de. **Anarquismo e Anarquia**. [S. l.]: Imprensa Marginal, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**: O conteúdo do Socialismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CASTRO, Rogério Cunha de. **Instrução Integral**: Uma ferramenta dos trabalhadores. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2010.

CASTRO, Rogério Cunha de. O sonho de um tolstoiano: João Penteado e a Escola Moderna de São Paulo (1912-1919). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 2, p. 9-17, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5655948>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CENTRAL NA LUTA. [**Cartaz Central do Rock**]. [S. l.], 4 jun. 2016a. 1 fotografia. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/1723357077952546>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CENTRAL NA LUTA. [**Fachada Ocupa Central**]. [S. l.], 18 abr. 2016b. 1 fotografia. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/a.1705435113078076/1705435869744667/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CERVI, Gicele. **Política de gestão escolar na sociedade de controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

CHAMBAT, Grégory. **Instruir para revoltar**: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia da ação direta. São Paulo: Editora Imaginário, 2006.

CHINGO, Juan. O extraordinário movimento estudantil sul-africano: um exemplo aos explorados do mundo. **Esquerda Diário**, Paris, 11 nov. 2015. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-extraordinario-movimento-estudantil-sul-africano-um-exemplo-aos-explorados-do-mundo>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.

CODELLO, Francesco. “**A boa educação**”: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. v. 1, São Paulo: Imaginário, 2007.

COLOMBO, Eduardo. O sentido da ação direta. **Revista da Biblioteca Terra Livre**, São Paulo, ano 2, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistabtl.noblogs.org/files/2015/09/72-87-colombo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

COLOMBO, Sylvia. Boric recua e ordena remilitarização de áreas mapuches no Chile. **Folha de São Paulo**, Buenos Aires, 17 maio 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/boric-recua-e-ordena-remilitarizacao-de-areas-mapuche-no-chile.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **03 DE MARÇO DE 2016, UM DIA HISTÓRICO PARA O CIEP 114!!!**. [São João de Meriti], 3 mar. 2016a. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.687158408025362/983817828359417/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **Aqui no 114 a cultura P R E D O M I N A A A!!!!**. [São João de Meriti], 10 maio 2016b. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/pcb.1033923910015475/1033922916682241/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **ATENÇÃO PARA NOSSO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**. [São João de Meriti], 17 abr. 2016c. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **BOM DIA!** [São João de Meriti], 5 jun. 2016d.

Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **COMPARTILHEM, URGENTE!!!**. [São João de Meriti], 29 mar. 2016e. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **MOÇÃO DE REPÚDIO A DIREÇÃO DO CIEP BRIZOLÃO 114 MARIA GAVÁZIO MARTINS**. [São João de Meriti], 4 abr. 2016f. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.687158408025362/1009899805751219/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **MOÇÃO DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES DO C.E. PREFEITO MENDES DE MORAIS**. [São João de Meriti], 14 maio 2016g. 1 fotografia. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.687158408025362/1009899805751219/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **MOVIMENTO OCUPA 114 SEGUE AVANÇANDO NAS NEGOCIAÇÕES**. [São João de Meriti], 25 abr. 2016h. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.687158408025362/1043137122427487/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **NOSSA PAUTA DE REVINDICAÇÕES**. [São João de Meriti], 15 abr. 2016i. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. [**Página Inicial**]. [S. l.], 7 maio 2014. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **A POLÍCIA TINHA SALA NA NOSSA ESCOLA, O GRÊMIO NÃO**. [São João de Meriti], 24 jun. 2016j. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/pcb.1063439517063914/1063436800397519/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **Registrado em vídeo o momento da entrega das chaves do CIEP 114**. [São João de Meriti], 18 jun. 2016k. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. [**Sem Título**]. [São João de Meriti], 4 maio 2016l. 1 fotografia. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.632897773451426/102940170>



7134362/. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **SOMOS TODXS MENDES DE MORAIS!**. [São João de Meriti], 20 maio 2016m. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114/photos/a.687158408025362/1039666019441264/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **URGENTE!!!!!!**. [São João de Meriti], 13 abr. 2016n. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMITÊ DE APOIO AO CIEP 114. **URGENTEEEE!!!**. [São João de Meriti], 13 abr. 2016o. Facebook: GremioDoCIEP114. Disponível em: <https://www.facebook.com/GremioDoCIEP114>. Acesso em: 18 mar. 2022.

COMO O Diabo Gosta. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Belchior - Tema. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3yZy7AfHhXs>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro: Período 2017-2020 Monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: s. n.], [202-]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/intervencao-na-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro/documentos/audiencias-publicas/ApresentaoConselhodeSupervisodoRegimedeRecuperaoFiscal030418.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

CORREA, Douglas. Estudantes ocupam mais três escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/rj-aumenta-para-cinco-escolas-da-rede-publica-ocupadas-por-alunos>. Acesso em: 13 maio 2021.

CRUZ, Diego. Ocupações feitas por estudantes em escolas de SP mostram resistência heróica. **PSTU**, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/ocupacoes-feitas-por-estudantes-em-escolas-de-sp-mostram-resistencia-heroica/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DE CLEYRE, Voltairine. **Ação Direta**. [S. l.: s. n.], [2013?]. Disponível em: [https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/09/acao\\_direta\\_voltairine\\_de\\_cleyre.pdf](https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/09/acao_direta_voltairine_de_cleyre.pdf). Acesso em: 23 abr. de 2021.

DE LA CUADRA, Fernando. Conflito social e movimento estudantil no Chile. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 173-194, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/whfy9kCgb8jsT7LK5gvxwdq/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2021.

DE MORAES, Wallace. **Governados por quem?** Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas, 2018a.

DE MORAES, Wallace. **2013 – Revolta dos Governados:** ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: WSM Edições, 2018b.

DE MORAES, Wallace. A necrofilia colonialista outrocida no Brasil. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, ed. especial 1, p. 1-19, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104/19176>. Acesso em: 7 out. 2020.

DE MORAES, Wallace. Teses da teoria da política anarco-comunista – reflexões a partir do pensamento de Kropotkin. In: MORAES, Wallace de; JOURDAN, Camila (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

ERVIN, Lorenzo Kom`boa. **Anarquismo e Revolução Negra**. São Paulo: Coletivo Editorial Sunguilar, 2015.

ESTUDANTES ocupam a terceira escola estadual no Rio. **Estado de Minas**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna\\_nacional,749913/estudantes-antes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna_nacional,749913/estudantes-antes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml). Acesso em: 13 maio 2021.

ESQUERDA DIÁRIO. #OCUPA tudo: Depoimento: Colégio ocupado Caic/Reverendo está há três dias sem água e luz. **Esquerda Diário**, [Rio de Janeiro], 20 maio 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Depoimento-Colegio-ocupado-Caic-Reverendo-esta-ha-tres-dias-sem-agua-e-luz>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FARJ – Federação Anarquista do Rio de. [CAB] Contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241! Todo apoio às mobilizações estudantis e às ocupações de escolas no Brasil! **FARJ**, [Rio de Janeiro], 28 set. 2016. Disponível em: <https://anarquismorj.wordpress.com/2016/09/28/cab-contr-a-reforma-do-ensino-medio-e-a-pec-241-todo-apoio-as-mobilizacoes-estudantis-e-as-ocupacoes-de-escolas-no-brasil/>. Acesso em: 29 set. 2022.

FAURE, Sébastien. **A Colmeia:** Uma experiência pedagógica. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

FERNANDES, Maria Clara. **O governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles:** as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Pedagogia libertária versus Pedagogia autoritária. In: SIEBERT, Raquel (org.). **Educação Libertária:** Textos de um Seminário. Rio de Janeiro: Achiamé; Florianópolis: Movimento-Centro de Cultura e Autoformação, 1996. p. 103-133.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fones, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREDERICO, Tiago. Estudantes voltam a ocupar Colégio Central do Brasil. **O Dia**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-05-22/estudantes-voltam-a-ocupar-colegio-central-do-brasil.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Joana de. Ocupa Paulo Freire! Ocupa Tudo! **Das Lutas**, [s. n.], 30 abr. 2016. Disponível em: <https://daslutas.wordpress.com/2016/04/30/ocupa-paulo-freire-ocupa-tudo/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

G1. **Eleição para Presidente**. G1, [s. l.], 31 out. 2022. 1 site. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2022.

G1. Entenda a onda de protestos no Chile. **G1**, [s. l.], 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

G1. Estudantes ocupam Escola Estadual Euclides Paulo da Silva, em Maricá Alunos pedem melhorias na estrutura e ensino de qualidade: Cinco unidades estão ocupadas no estado do Rio. **G1**, [Maricá, RJ], 5 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/04/estudantes-ocupam-escola-estadual-euclides-paulo-da-silva-em-marica-rj.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

G1. Gabriel Boric: saiba quem é o novo presidente do Chile, de apenas 36 anos. **G1**, [s. l.], 11 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/03/11/gabriel-boric-saiba-quem-e-o-novo-presidente-do-chile-de-apenas-36-anos.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

G1. Marisa Monte e Leoni fazem show de graça em colégio ocupado no Leblon Escola André Maurois é uma das cerca de 70 ocupadas por alunos no RJ. **G1**, [Rio de Janeiro], 2 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/marisa-monte-e-leoni-fazem-show-de-graca-em-colegio-ocupado-no-leblon.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária**: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GALLO, Silvio. Insurreições escolares? In: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio. **Michel Foucault e as insurreições: É inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017. p. 311-321.

GGN – Grupo Gente Nova. Sem dialogar, prefeito do Rio prefere expulsar os ativistas do “Ocupa Golfe”. **Jornal GGN**, [s. l.], 18 dez. 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/sem-dialogar-prefeito-do-rio-prefere-expulsar-dos-ativistas-do-ocupa-golfe/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (org.). **Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 37-52.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOLDMAN, Emma. **Educação**. Tradução e edição: Gabriela Brancaglion. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Informativo GIDE**. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2011. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/553225/DLFE-37306.pdf/InformativoGIDE.pdf>, acesso em 16/11/2022.

GRAEBER, David. **O Anarquismo no século 21 e outros ensaios**. Tradução: Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro: Rizoma, 2013. E-book. Disponível em: <https://coisapreta.noblogs.org/files/2017/01/anarquismo-no-seculo-21-David-Graeber.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GRAEBER, David. **Um projeto de democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. Acesso em: out. 2020.

HIGUERAS, Jorge Luis Inzunza. **A Reforma educacional chilena na América Latina (1990-2000): circulação e regulação de políticas através do conhecimento**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2014.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é movimento: anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo**. São Paulo: Intermezzo; Imaginário, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [**São João de Meriti**]. IBGE, [s. n.], [20--]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos. Sexta Declaração da Selva Lacandona (2005). **IELA**, [s. l.], 19 abr. 2022. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/sexta-declaracao-da-selva-lacandona-2005>. Acesso em: 18 mar. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. gov.br, [s. n.], [2022?]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 12 jan. 2022.

INVASÃO nas escolas: PM e Exército neles! [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Joice Hasselmann. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GrKcXceQmR4>. Acesso em: 1 nov. 2019.

JACINO, Ramatis. Dois mil e quinze não é dois mil e treze. **PT**, [São Paulo], 11 dez. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/ramatis-jacino-dois-mil-e-quinze-nao-e-dois-mil-e-treze/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

KASSICK, Neiva Beron; KASSICK, Clovis Nicanor. **A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

KIJOHTE, Lente. **Una foto de quien inició el movimiento en Chile**. [S. l.], 27 out. 2019. 1 fotografia. Facebook: [kijoh.te.todaslasbanderas](https://www.facebook.com/photo/?fbid=2497317573880014&set=a.1591273487817765). Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2497317573880014&set=a.1591273487817765>. Acesso em 28 set. 2022.

KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião, SP: A Senhora, 2009.

LENOIR, Hugues. **Autogestão pedagógica e educação popular: a contribuição dos anarquistas**. São Paulo: Intermezzo, 2017.

LENOIR, Hugues. **Compêndio de Educação Libertária**. São Paulo: Intermezzo, 2014.

LIMA NETO, Nelson. Sepe indica 70% de adesão no primeiro dia de greve no Estado; Secretaria de Educação fala em 3%. **Extra**, [Rio de Janeiro], 3 maio 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/sepe-indica-70-de-adesao-no-primeiro-dia-de-greve-no-estado-secretaria-de-educacao-fala-em-3-18792665.html>. Acesso em: 7 maio 2021.

LINS, Artur; LEON, Rodrigo. Mobilização de estudantes do RJ: Primeira Escola Ocupada do Rio de Janeiro, a faísca contra o ajuste do Pezão. **Esquerda Diário**, [Rio de Janeiro], 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira->

[Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faixa-contra-o-ajuste-do-Pezao](#). Acesso em: 10 maio 2021.

LONGAIGH, Ciara Ní. Estudantes Ocupantes São Ameaçados de Violência Enquanto Negociam com o Estado. **RioOnWatch**, [s. l.], 24 mar. 2016. Tradução: Manu Escrita. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=19915>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LUIZ, Gabriel. Enem 2016 será adiado para 240 mil alunos de 364 escolas; veja lista. **G1**, [s. l.], 4 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/enem-2016-sera-adiado-para-240-mil-alunos-de-364-escolas-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2019.

LUTA EDUCADORA. **Ciep 114 em luto**. [S. l.], 29 mar. 2016. Facebook: LutaEducadora. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaEducadora/posts/pfbid0RbA8ks1hxg3M3TcXBaKBDFkG4J5EWt1maKeeYZotkHnVgLdc7fJdh58Ykq8g7jvml>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LUTE como uma menina! [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (76 min). Publicado no canal Lute como uma menina!. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

MACHADO, Sandra. O Méier em números. **MultiRio**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2013. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/464-o-Méier-em-numeros>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MALATESTA, Errico. **Anarquismo e Anarquia**. [S. l.]: Faísca Publicações Libertárias, 2009.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2007.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia Revolucionária na Globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MICHEL, Louise. **Tomada de posse**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

MOREL, Ana Paula Massadar. Cantões curdos e caracóis zapatistas: autonomia hoje. **Gavagai**, Erechim, v. 4, n. 1, p. 100-112, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/8996/5599>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOREL, Ana Paula Massadar; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Educação libertária: desafios e caminhos de esperança. In: FERREIRA, José Maria Carvalho; MATA, João

da; ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (org). **Anarquia e Anarquismo**: práticas de liberdade entre histórias de vida. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021. p. 107-136.

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo**: filho dileto da igreja e do capital. São Paulo: Entremares, 2018.

MPF – Ministério Público Federal. **Entenda o caso**. MPF, Brasília, DF, [2021?]. Página sobre o caso Lava Jato. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OASL. Luta e Organização na Ocupação das Escolas em São Paulo. **Organização Anarquista Socialismo Libertário**, São Paulo, 4 dez. 2015. Disponível em: <https://anarquismosp.wordpress.com/2015/12/04/luta-e-organizacao-na-ocupacao-das-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 set. 2022.

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

OCUPA CENTRAL. [**Ainda estamos ocupados**]. [Rio de Janeiro], 21 jul. 2016a. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Atenção galera, o Central foi desocupado ontem**]. [Rio de Janeiro], 1 out. 2016b. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/a.1705448386410082/1776021176019469/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Essa é a nossa pauta de reivindicações**]. [Rio de Janeiro], 25 abr. 2016c. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/a.1705448386410082/1707785992842988/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Hoje não foi um dos melhores dias da ocupação do central**]. [Rio de Janeiro], 16 maio 2016d. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/a.1705448386410082/1716124285342492/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**No dia 19/04**]. [Rio de Janeiro], 19 abr. 2016e. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral/photos/pcb.1705811466373774/1705811366373784/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Nota de esclarecimento sobre a desocupação do C.E. Central do Brasil**]. [Rio de Janeiro], 19 maio 2016f. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Nota de repúdio/informativa**]. [Rio de Janeiro], 27 jun. 2016g. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Nota dos professores e funcionários em luta do C.E. Central do Brasil**]. [Rio de Janeiro], 5 maio 2016h. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Os ocupantes do Central do Brasil resolveram retomar o colégio que lhes foi retirado a força**]. Rio de Janeiro, 21 maio 2016i. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Pauta unificada da rede estadual**]. [Rio de Janeiro], 12 maio 2016j. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Precisamos esclarecer algumas coisas**]. [Rio de Janeiro], 19 abr. 2016k. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA CENTRAL. [**Visita do Secretário de Educação Antônio Neto ao C.E. Central do Brasil**]. [Rio de Janeiro], 28 abr. 2016l. Facebook: LutaCentral. Disponível em: <https://www.facebook.com/LutaCentral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OCUPA SEEDUC. [**Começou**]. [Rio de Janeiro], 6 jun. 2016. 1 fotografia. Facebook: ocupaseeduc. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaseeduc/photos/a.488561294688250/488922824652097/>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OCUPAÇÕES Estudantis: Por eles mesmos. [*S. l.: s. n.*], 2016. Publicado no canal Linhas de Fuga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fc8ImhiVWbU&t=87s>. Acesso em: 28 jun. 2021.

OPERA MUNDI. Estudantes ocupam escolas no Paraguai para reivindicar melhorias na educação. **Brasil de Fato**, [*s. l.*], 5 maio 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/05/estudantes-ocupam-escolas-no-paraguai-para-reivindicar-melhorias-na-educacao/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

OTTO, Hyago de Souza. Ocupar escolas públicas é ato ilícito. **Jusbrasil**, [Fraiburgo, SC], 27 out. 2016. Disponível em: <https://hyagotto.jusbrasil.com.br/artigos/399424162/ocupar-escolas-publicas-e-ato-ilicito>. Acesso em: 25 out. 2022 .

PARSONS, Lucy. “**Os Princípios do Anarquismo**” e outros escritos. [*S. l.*]: Cajuína Edições, [2016?].



PARTIDOS, movimientos y coaliciones: Concertación de Partidos por la Democracia. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**, [Santiago, Chile], [2010?]. Disponível em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos\\_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n\\_de\\_Partidos\\_por\\_la\\_Democracia#Gobierno\\_de\\_Michelle\\_Bachelet\\_Jeria\\_282006-2010.29](https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Concertaci%C3%B3n_de_Partidos_por_la_Democracia#Gobierno_de_Michelle_Bachelet_Jeria_282006-2010.29). Acesso em: 18 mar. 2022.

PASSETTI, Edson. Escola, gestão democrática e a reversão libertária. In: CERVI, Gicele. **Política de gestão escolar na sociedade de controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.

PELLER, Barucha. Auto-reprodução e a comuna de Oaxaca. **El Coyote**, [s. l.], 19 mar. 2017. Disponível em: <http://elcoyote.org/auto-reproducao-e-a-comuna-de-oaxaca/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

PERES, Fernando Antonio. **João Penteados**: o discreto transgressor de limites. São Paulo: Alameda, 2012.

PÉREZ, Libio. Retrocessos e avanços do governo Bachelet. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Chile, 3 dez. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/retrocessos-e-avancos-do-governo-bachelet/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David (Org.). **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; São Paulo: Carta Maior, 2012.

PETISTAS pedem afastamento do secretário de Educação de São Paulo. **PT**, [s. l.], 2 dez. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/petista-pede-afastamento-do-secretario-de-educacao-de-sao-paulo/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PINHEIRO, D. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: motivações e cotidiano. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 18, n. 44, p.265-283, jan./jul. 2017.

PISTRAK, M.M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POLÍCIA Militar mantém há 20 anos um projeto educativo contra drogas. **Globo**, [s. l.], 7 jul. 2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2012/07/policia-militar-mantem-ha-20-anos-um-projeto-educativo-contradrogas.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001.

PSOL-SP – Partido Socialismo e Liberdade do Estado de São Paulo. Nota do PSOL – SP em apoio as ocupações nas escolas e contra a “reorganização” escolar. **PSOLSP**, São Paulo, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://psol50sp.org.br/2015/11/nota-do-psol-sp-em-apoio-as-ocupacoes-nas-escolas-e-contrareorganizacao-escolar/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PT – Partido dos Trabalhadores. **PT**, [s. l.], [20-?]. Página inicial. Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 17 out. 2020.

REDE BRASIL ATUAL. Alckmin publica decreto que oficializa ‘reorganização’ escolar. **Rede Brasil Atual**, [s. l.], 1 dez. 2015a. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/12/alckmin-publica-decreto-da-reorganizacao-escolar-9133/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REDE BRASIL ATUAL. Repressão a alunos, tentativa de fechar e privatizar marcam gestões tucanas. **PT**, [s. l.], 28 dez. 2015b. Disponível em: <https://pt.org.br/repressao-alunos-tentativa-de-fechar-e-privatizar-marcam-gestoes-tucanas/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

REFORMA do Ensino Médio: Tudo o que você precisa saber. **SAE Digital**, [s. l.: s. n.], [201-?]. Disponível em: <https://sae.digital/reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

RESENDE, Leandro. Juntos, Lula e Alckmin pretendem fazer visitas pelo país após lançamento de chapa. **CNN Brasil**, Brasília, DF, 3 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/juntos-lula-e-alckmin-pretendem-fazer-visitas-pelo-pais-apos-lancamento-de-chapa/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: Notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, fev./jul. 1993. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a guerra civil espanhola (1936 – 1939). **Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 15, 2012

SALES, Diogo; DOURADO, Elisa; AQUINO, Renata. **Diário das ocupações no Rio de Janeiro: C. E. Visconde de Cairu**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/11/diario-das-ocupacoes-no-rio-de-janeiro-c-e-visconde-de-cairu/>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

SANTIAGO, Leonardo Sagrillo. **Os “Novíssimos” Movimentos Sociais e a sociedade em rede: a criminalização das “Jornadas de Junho de 2013” e a consolidação de um estado delinquente**. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: Leher, Roberto;

SETÚBAL, Mariana (Org). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHAFFNER, Fábio. Conheça Guilherme Boulos, o candidato à Presidência que quer enfrentar as desigualdades. **GZH**, [s. l.], 3 mar. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/conheca-guilherme-boulos-o-candidato-a-presidencia-que-quer-enfrentar-as-desigualdades-cjgr6ro2n02ck01patyvvrnzod.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SCHOOL AND COLLEGE LISTING. [CIEP Brizolão 114 Maria Gavázio Martins]. **SchoolAndCollegeListings**, [s. l.], [20--?]. Disponível em: <https://www.schoolandcollegelistings.com/BR/S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-de-Meriti/648179251908273/CIEP-Brizol%C3%A3o-114-Maria-Gav%C3%A1zio-Martins?fbclid=IwAR2VncbFw07Wtvsrp5xeAZc0jS7cWBNfjPONY2M3VZx15SZE0SmGn4nEE2E>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SEARA, Berenice. Educação: Antônio Neto é exonerado, Wagner Victer será o novo secretário. **Extra**, [s. l.], 16 mar. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/educacao-antonio-neto-exonerado-wagner-victer-sera-novo-secretario-19317069.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SECUNDARISTAS EM LUTA RJ. **A IMPORTÂNCIA DE SE CONSTRUIR UM MOVIMENTO AUTÔNOMO E ARTICULADO PELA BASE**. [S. l.], 8 mar. 2016a. Facebook: SecundaristasEmLutaRJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/SecundaristasEmLutaRJ/photos/a.1066060736783314/106726399996321>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SECUNDARISTAS EM LUTA RJ. [**Página inicial**]. [S. l.], 3 mar. 2016b. Facebook: SecundaristasEmLutaRJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/SecundaristasEmLutaRJ>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação. Avaliação S@ber Formativa. **Seeduc RJ**, Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/professor/avalia%C3%A7%C3%A3o-sber-formativa>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Marcos. **AULA 6**: Educação escolar na época do Império Brasileiro. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia\\_da\\_Educacao\\_o\\_Brasileira\\_Aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia_da_Educacao_o_Brasileira_Aula_6.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

SILVA, Maria Edivania Vieira da; CARLOS, Luana Marques; SOUZA, Antônio Fábio Macedo de. O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/view/657>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SILVA, Peterson Roberto da. **O Anarquismo e a Legitimidade**: tensões pós-modernas. Orientador: Tiago Bahia Losso. 2018. 337 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

SILVA, Rodrigo Rosa da. A “Educação contra o Estado”: notas sobre poder político e anarquismo. In: PITTA, Fábio Teixeira; MARIANA, Fernando Bonfim; BRUNO, Lúcia Emília; SILVA, Rodrigo Rosa da (org). **Terrorismo de Estado, direitos humanos e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Entremares, 2017. p. 63-89

SILVEIRA, Daniel. Alunos invadem prédio da Secretaria de Educação do RJ. **G1**, [Rio de Janeiro], 5 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/alunos-invadem-predio-da-secretaria-de-educacao-do-rj.html>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

SOU MÉIER. [Sobre o Méier]. **Sou Méier**, [Rio de Janeiro], c2019. disponível em: <https://souMéier.com.br/sobre-o-Méier>. acesso em: 18 mar. 2022.

SOUZA, Felipe; GRAGNANI, Juliana. Invasão de 25 escolas estaduais atinge ao menos 26 mil alunos em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707369-invasao-de-25-escolas-estaduais-atinge-ao-menos-26-mil-alunos-em-sp.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2022 .

TEIXEIRA, Albano Luiz Francisco. Um breve histórico da educação brasileira: sob o signo da precariedade. **Encontros**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 24, jan./jun., p. 60-76. 2015. Disponível em: <http://cp2.gov.br/ojs/index.php/encontros/article/view/417/352>. Acesso em: 14 out. 2020.

TORRES, Livia. Carta com renúncia de Sérgio Cabral é lida em solenidade na Alerj. **G1**, [Rio de Janeiro], 3 abr. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/sergio-cabral-renuncia-atraves-de-carta-lida-em-solenidade-no-rio.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

TRITTINI, Soledad Andrea Castillo; CUEVAS, Luis Delicio Leal. A RECONSTITUIÇÃO CURRICULAR CHILENA PÓS-DITADURA PINOCHET. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: GT 12, ANPED, 2013.

TRINDADE, Francisco. [Apresentação do livro “Do princípio federativo”]. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001. p. 7-20.

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. RJ: Colégio Visconde de Cairu é ocupado por estudantes contra precarização: Mobilização dos secundaristas denuncia descaso do governo estadual, que abandonou escola. **UBES**, [s. l.], 4 abr. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/rj-colegio-visconde-de-cairu-e-ocupado-por-estudantes-contraprecarizacao/>. Acesso em: 14 maio 2021.

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. UBES convoca “Dia Nacional de Solidariedade à Ocupação de Escolas em São Paulo”. **UBES**, [s. l.], 17 nov. 2015. Disponível em: <http://ubes.org.br/2015/ubes-convoca-dia-nacional-de-solidariedade-a-ocupacao-de-escolas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

UJC – União da Juventude Comunista. UJC solidária com a luta dos estudantes secundaristas. **PCB**, [São Paulo], 17 nov. 2015. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/9902>. Acesso em: 18 nov. 2019.

UNIPA – União Popular Anarquista. A força das escolas ocupadas: Estudantes dão aula de luta e resistência. **Causa do Povo**, [s. l.], n. 74, abr./maio 2016. Disponível em: <https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2016/05/causa74.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

UOL. Alckmin é reeleito e garante 6º mandato consecutivo do PSDB em SP. **UOL**, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/05/alckmin-e-reeleito-e-garante-6-mandato-consecutivo-do-psdb-em-sp.htm>. Acesso em: 7 dez. 2019.

VAN DER WALT, Lucien. Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (Org.). **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. Niterói: Editora Alternativa, 2016.

[VASCONCELLOS, Fábio. Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=compartilhar](http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar)  
Acesso em: 16 nov 2022.

VIEIRA, Luiz Vicente. **Os Movimentos Sociais e o Espaço Autônomo do “Político”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

VIRADA OCUPAÇÃO. **Virada Ocupação**. [S. l.: s. n.], [201-]. Página inicial. Disponível em: <https://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.

